

**ANA PAULA LOPES DA SILVA RODRIGUES**

**SOBRE CONHECIMENTOS E ATIVISMOS:  
ASSOCIAÇÕES CANÁBICAS NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Ivonete da Silva Lopes

Coorientadores: Victor Luiz Alves Mourão

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2022**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da  
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

R696s  
2022  
Rodrigues, Ana Paula Lopes da Silva, 1992-  
Sobre conhecimentos e ativismos: associações canábicas nas redes  
sociais digitais / Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues. - Viçosa, MG,  
2022.  
1 tese eletrônica (231 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Ivonete da Silva Lopes.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento  
de Economia Rural, 2022.

Referências bibliográficas: f. 213-224.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.060>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Maconha - Uso terapêutico. 2. Internet e ativismo. 3. Redes  
sociais on-line. I. Lopes, Ivonete da Silva, 1972-. II. Universidade  
Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de  
Pós-Graduação em Extensão Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 615.7827

Bibliotecário(a) responsável: Bruna Silva CRB-6/2552

**ANA PAULA LOPES DA SILVA RODRIGUES**

**SOBRE CONHECIMENTOS E ATIVISMOS:  
ASSOCIAÇÕES CANÁBICAS NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 02 de dezembro de 2022.

Assentimento:

---

Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues  
Autor

---

Ivonete da Silva Lopes  
Orientador

À Alice, dedico.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir que eu viva a experiência do Doutorado. Agradeço também a toda a minha família pelo apoio, auxílio e compreensão, sem os quais eu não teria conseguido finalizar esta pesquisa. Agradeço ao meu marido, Thayron, e a minha pequena Alice, que chegou para bagunçar e alegrar nossas vidas. Aos meus pais, Tecla e Márcio, meus sogros, Sônia e José Mauro, meu irmão, Rodrigo, e minha cunhada, Sarah, que sempre estiveram presentes nos bastidores, como uma importante rede de apoio para equilibrar a maternidade e a pesquisa.

À Universidade Federal de Viçosa e à Pró-reitoria de Pós-graduação. Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural pela oportunidade desafiadora de fazer o Doutorado. Agradeço também a todos os professores e funcionários, por cada ensinamento, teoria ou sorrisos que me proporcionaram, em especial à comissão orientadora, profa. Ivonete da Silva Lopes e prof. Victor Luiz A. Mourão, que sempre me incentivaram, corrigiram e apontaram os melhores trajetos para a pesquisa. A todos os professores que avaliaram a pesquisa: Daniela Alves, Igor Sacramento, Henrique Mazetti, Bianca Costa, Thaiane Oliveira, Tiago Ribeiro, Pâmela Pinto e Rennan Mafra. Vocês foram de suma importância para se obter o resultado final desta tese.

Ao grupo de pesquisa Meios, a todos os meus colegas que leram e releeram com carinho e atenção as versões desta tese e que vivenciaram comigo cada momento. Aos que terminaram antes de mim, aos que estão comigo hoje e também aos que ainda vão chegar, vocês são muito importantes para todos nós como um grupo que crítica sem ofender, que chora quando precisa e que ri mesmo quando o assunto é sério. Obrigada por tudo!

Às associações participantes que tanto contribuíram para este estudo: Associação Cultural Cannábica de São Paulo (ACuCa), Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+me), Associação de Apoio à Pesquisa e à Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi) e às entrevistadas e entrevistados por seus conhecimentos e experiências de vida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (de 2018 a 2021) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) – Código de Financiamento 001 (em 2022). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

A todos, muito obrigada!

*“Bem-aventurado o homem que acha sabedoria, e o  
homem que adquire conhecimento;”  
(Provérbios 3:13)*

## RESUMO

RODRIGUES, Ana Paula Lopes da Silva, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2022. **Sobre conhecimentos e ativismos: Associações canábicas nas redes sociais digitais.** Orientadora: Ivonete da Silva Lopes. Coorientador: Victor Luiz Alves Mourão.

O surgimento de associações civis em prol da cannabis é um fenômeno recente, iniciado na década de 2010. Diante da inércia do Estado, essas organizações atuam no acolhimento, apoio, informação, capacitação e facilitação do acesso a pacientes e familiares a medicamentos à base de maconha, substância proibida no Brasil. Com a pandemia da Covid-19, essas instituições precisaram rever suas práticas ativistas, adaptando-as para o ambiente virtual, o que proporcionou o advento das *lives* de conteúdo canábico, assim como o crescimento substancial no número de seguidores dessas associações nas redes sociais digitais. Diante do exposto, o objetivo desta tese é analisar como diferentes associações em prol da cannabis compartilham conhecimentos sobre os usos terapêuticos e medicinais da *Cannabis spp.* por meio do *Instagram*, a fim de identificar como o ativismo canábico se fundamenta em dados científicos ou na vivência dos associados. As associações participantes foram Associação Cultural Canábica de São Paulo (ACuCa), Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+me), Associação de Apoio à Pesquisa e à Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi). A metodologia contemplou: levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas com representantes e associados de associações canábicas brasileiras e Análise de Conteúdo dos perfis dessas associações no *Instagram*. Como resultados, verificou-se que o ativismo canábico praticado no *Instagram* possui semelhanças com aquele que se pratica presencialmente, no entanto, nas mídias sociais prioriza-se a divulgação do conhecimento pela informação e capacitação de seus seguidores, tendo o cuidado de tratar o conteúdo para se adequar às diretrizes da plataforma. O acolhimento, apoio e facilitação do acesso a produtos à base de cannabis, principais frentes do associativismo canábico no Brasil, aparecem de forma velada nas publicações, sendo que em sua maioria ocorrem em conversas privadas nos meios de comunicação com as associações.

Palavras-chave: Conhecimentos canábicos. Ativismo. Associativismo. Redes Sociais Digitais.

## ABSTRACT

RODRIGUES, Ana Paula Lopes da Silva, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2022. **About knowledge and activism: Cannabis associations in digital social networks.** Adviser: Ivonete da Silva Lopes. Co-advisers: Victor Luiz Alves Mourão.

The emergence of civil associations in favor of cannabis is a recent phenomenon, which began in the 2010s. Faced with the inertia of the State, these organizations act in the reception, support, information, training and facilitation of access to patients and family members to medicines based on cannabis. Marijuana, substance prohibited in Brazil. With the Covid-19 pandemic, these institutions needed to review their activist practices, adapting them to the virtual environment, which led to the advent of lives with cannabis content, as well as a substantial growth in the number of followers of these associations on digital social networks. . Given the above, the objective of this thesis is to analyze how different associations in favor of cannabis share knowledge about the therapeutic and medicinal uses of Cannabis spp. through Instagram, in order to identify how cannabis activism is based on scientific data or on the experience of members. The participating associations were the Cannabis Cultural Association of São Paulo (ACuCa), the Brazilian Association of Medicinal Cannabis Patients (Ama+me), the Association for the Support of Research and Medicinal Cannabis Patients (Apepi). The methodology included: bibliographic survey, semi-structured interviews with representatives and associates of Brazilian cannabis associations and Content Analysis of the profiles of these associations on Instagram. As a result, it was verified that the cannabis activism practiced on Instagram has similarities with the one that is practiced in person, however, in social media, priority is given to the dissemination of knowledge through the information and training of its followers, taking care to treat the content to conform to platform guidelines. Reception, support and facilitation of access to cannabis-based products, the main fronts of cannabis associations in Brazil, appear in a veiled way in publications, most of which occur in private conversations in the media with associations.

Keywords: Cannabis knowledge. Activism. Associativism. Digital social networks



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO: A MACONHA, O PROIBICIONISMO E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA .....	20
<b>1.1 O paradigma proibicionista e a guerra às drogas .....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 A maconha e o proibicionismo no contexto brasileiro.....</b>	<b>30</b>
<b>1.3 Ativismo e movimento antiproibicionista .....</b>	<b>40</b>
<b>1.4 Expertise leiga e o neoativismo da cannabis terapêutica .....</b>	<b>49</b>
CAPÍTULO 2 – ASSOCI(A)TIVISMO CANÁBICO: A LUTA PELO ACESSO FRENTE AO PROIBICIONISMO.....	57
<b>2.1 A vida não pode esperar: sofrimento e a luta antiproibicionista.....</b>	<b>59</b>
<b>2.2 Associativismo, ativismo e democracia: mães, mulheres e familiares pelo acesso ao tratamento .....</b>	<b>67</b>
<i>2.2.1 O movimento de mulheres no ativismo canábico .....</i>	<i>69</i>
<b>2.3 “Simplesmente porque funciona”: a resposta do associativismo pela cannabis terapêutica ao proibicionismo .....</b>	<b>76</b>
<i>2.3.1 Divulgação de informações: combatendo o estigma com o conhecimento .....</i>	<i>77</i>
<i>2.3.2 Acolhimento: “eu sei como você se sente, já estive no seu lugar!” .....</i>	<i>81</i>
<i>2.3.3 Apoio médico e jurídico: quando profissionais resolvem se envolver e ajudar .....</i>	<i>83</i>
<i>2.3.4 Produção e distribuição de produtos: e se a desobediência civil for o único caminho? .....</i>	<i>86</i>
<i>2.3.5 Cursos e Oficinas: formando ativistas especializados .....</i>	<i>87</i>
<b>2.4 Associação Cultural Cannábica de São Paulo - ACuCa .....</b>	<b>89</b>
<b>2.5 Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal - Ama+me .....</b>	<b>92</b>
<b>2.6 Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis – Apepi .....</b>	<b>97</b>
<b>2.7 O associativismo e ativismo canábico: como as associações atuam na sociedade .....</b>	<b>100</b>
CAPÍTULO 3 – VOZES DO MOVIMENTO: ENTREVISTAS COM ASSOCIADOS E ATIVISTAS .....	106
<b>3.1 Conversando com aqueles que vivem a luta e o ativismo: Sobre as entrevistas .....</b>	<b>107</b>
<b>3.2 A “bolha canábica”: Comunidades de aflição e o neoativismo da cannabis terapêutica .....</b>	<b>111</b>
<b>3.3 Juntos somos mais fortes: as associações na ressignificação da maconha.....</b>	<b>118</b>
<b>3.4 Conhecimentos e aprendizados sobre a cannabis: as fontes de (in)formação ....</b>	<b>122</b>
<b>3.5 Desobediência civil pelo direito de plantar seu próprio remédio .....</b>	<b>127</b>
<b>3.6 O ativismo digital frente ao isolamento social: Movimento LIVES Canábicas .....</b>	<b>133</b>

CAPÍTULO 4 – ASSOCIAÇÕES CANÁBICAS NO INSTAGRAM: ATIVISMO E CONHECIMENTO MEDIADOS PELAS REDES SOCIAIS DIGITAIS .....	143
<b>4.1 Ativismo e divulgação da ciência sobre a cannabis no <i>Instagram</i> das associações</b> .....	146
<b>4.2 Perfis das associações canábicas no <i>Instagram</i></b> .....	151
4.2.1 <i>Mobilização Interna das associações nas publicações do Instagram</i> .....	166
4.2.2 <i>Ativismo das associações nas publicações do Instagram</i> .....	181
4.2.3 <i>Criando pontes com outros ativismos</i> .....	187
4.2.4 Análise dos comentários dos posts em cada categoria .....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	207
REFERÊNCIAS .....	213
.....	225
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa .....	225
ANEXO B – Roteiro de perguntas das entrevistas semiestruturadas .....	230

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi um misto de desafios e descobertas para mim desde o instante em que o tema me foi proposto<sup>1</sup>. Quando iniciei a pesquisa, em 2018, o meu conhecimento sobre os benefícios da cannabis era praticamente nulo. Com certeza eu fazia parte do grupo de pessoas que podem até ter visto algo sobre o tema, mas não prestaram atenção. Nunca tinha conhecido ninguém que fizesse o uso terapêutico da planta e mal sabia que essa era uma possibilidade. Foi preciso um levantamento de notícias, a leitura de vários textos acadêmicos, participação em congressos e cursos online para que eu começasse a me adentrar neste universo. Mas nada disso havia me preparado para o que eu iria encontrar durante as entrevistas.

Durante o isolamento imposto pelo coronavírus em 2020, as redes sociais e plataformas de web conferências me possibilitaram conversar com pessoas de diferentes estados do Brasil. As plataformas digitais, inicialmente objeto para a análise, se tornaram recursos facilitadores para que eu pudesse conhecer aqueles que me proporcionaram uma nova visão sobre o tema. Hoje, vejo o quanto é importante falar sobre a cannabis.

Perante a pandemia de Covid-19, observamos a sociedade reinventando seu estilo de vida, repensando as formas de socialização e consumo. Assim, como o aumento dos serviços de *Delivery* e a explosão dos movimentos de *lives* culturais (shows musicais, palestras, cultos religiosos etc.). Verificamos também que o ativismo digital canábico ganhou forças se apropriando do formato *live* nas redes sociais para disseminação de informações e conhecimentos sobre a cannabis, principalmente no *Instagram*, no *Facebook* e no *YouTube*. Essas *lives* canábicas contaram com a participação de ativistas, associações, profissionais da saúde, agrônomos, veterinários, cultivadores, pacientes e familiares. Juntos ampliaram o debate pelo mesmo objetivo: tornar acessível o conhecimento para se vencer as barreiras do preconceito e da visão negativa da cannabis.

O movimento canábico no Brasil existe desde a década de 1980, tendo se iniciado no interior dos movimentos estudantis, mas ganhou visibilidade principalmente a partir das primeiras Marchas da Maconha (LANÇAS, 2018). Entretanto, o surgimento de associações civis é um fenômeno recente, sendo que a criação da primeira associação no Brasil, a Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+me), se deu em 2014, quando

---

<sup>1</sup> Fiz meu mestrado em Letras – Linguística, quando realizei a Análise do Discurso da Divulgação Científica em um Boletim Informativo chamado BioPESB, que circulava no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (MG). Entrei no doutorado com a proposta dar continuidade à pesquisa sobre o Boletim BioPESB. No entanto, durante a seleção, já soube que precisava de algo mais instigante e abrangente. Encontrei essa possibilidade de pesquisa na divulgação sobre os usos terapêuticos da cannabis realizadas pelas associações.

um grupo de pacientes e familiares percebeu a necessidade de se organizar em sociedade para lutar por meios mais acessíveis de tratamento com a cannabis (para eles próprios e outras pessoas que viviam situações semelhantes) assim como pela pesquisa e divulgação de conhecimentos sobre os usos da planta para fins terapêuticos (OLIVEIRA, M., 2016). A troca de conhecimentos muitas vezes acontecia somente em cursos e eventos presenciais. Com o advento das *lives* nas plataformas de redes sociais, esta interação atingiu um patamar onde pessoas em diversos pontos do Brasil, e até de outros países, podem participar e debater o tema.

Na mídia, as notícias associadas à cannabis por muito tempo se concentravam na guerra às drogas, apresentado somente ao lado das apreensões policiais e combate ao tráfico no Brasil. Até os anos de 2010, pouco se ouvia falar sobre os benefícios que a planta poderia oferecer ao tratamento de doenças como epilepsias refratárias, Alzheimer, Parkinson, câncer, entre outras. Um dos casos de maior repercussão no Brasil foi o de Anny Fischer, de cinco anos de idade, que em 2014 (ano em que recebeu a cobertura midiática) conseguiu controlar as crises da Síndrome de Dravet<sup>2</sup> com o uso do canabidiol. Como na época a substância ainda era proibida, a família de Anny Fischer, assim como outras famílias brasileiras, se organizava para importar ilegalmente o medicamento para o tratamento dos pacientes. A história de cinco famílias foi apresentada no documentário *Ilegal: a vida não espera* (2014), dirigido por Tarso Araújo, e divulgado no *Fantástico*<sup>3</sup> no início de 2014 (OLIVEIRA, M., 2016; 2017). Esse foi um momento em que o tema alcançou um espaço mais transversal, assim como um público que até então desconhecia o que estava acontecendo nesse âmbito.

A partir de 2015, as ações pontuais e isoladas começaram a se unir – momento em que surgem as primeiras associações civis. Além disso, pessoas que não conheciam a causa se uniram a ela pois perceberam que poderiam ter uma melhoria na qualidade de vida de suas famílias. Cada vez mais se buscava divulgar os benefícios da planta, tanto na grande mídia como através das redes sociais, sites e blogs de ativistas e associações. Hoje, muitos já conhecem os usos terapêuticos e industriais da planta. Mas muitos outros, por preconceito ou por não se interessarem pelo tema, não dão atenção ao assunto ou até se colocam contra os avanços legais que vêm sendo alcançados pelo movimento.

---

<sup>2</sup> “A síndrome de Dravet ou epilepsia mioclônica grave da infância (SMEI – Severe Myoclonic Epilepsy of Infancy) é uma encefalopatia progressiva associada a convulsões de difícil controle e, muitas vezes, a profunda deficiência intelectual, representando um dos maiores riscos de morte súbita e inesperada em pacientes com epilepsia”. Disponível em: <https://pebmed.com.br/saiba-mais-sobre-a-sindrome-de-dravet/>. Acesso em 19 jul. 2021.

<sup>3</sup> Trata-se de um programa televisivo no formato revista eletrônica (mistura jornalismo, denúncia, esporte, humor, dramaturgia, música e ciência), transmitido nas noites de domingo pela emissora TV Globo, desde 5 de agosto de 1973.

Um levantamento das organizações canábicas no Brasil realizado em 2020 pelo Observatório do Uso de Medicamentos e Outras Drogas (Observa Med&Drogas) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) contabilizou 40 associações, dentre as quais 28 apresentavam localização específica, “sendo: de âmbito nacional (1); Bahia (2); Ceará (2); Distrito Federal (1); Goiás (2); Minas Gerais (1); Paraíba (2); Paraná (2); Pernambuco (2); Piauí (1); Rio de Janeiro (4); Rio Grande do Norte (1); Rondônia (1); Santa Catarina (1); São Paulo (5)” (SURJUS *et al.* 2020). Nos sites das associações, é possível encontrar notícias e informações sobre medicamentos à base da cannabis e patologias que podem ser tratadas com eles, além de apoio jurídico e listas de médicos prescritores. Para os associados são oferecidos acolhimento e acompanhamento no tratamento, descontos ou gratuidade em cursos e eventos organizados pela associação, descontos em produtos etc. Sempre visando a ampliação e a coletivização do ativismo e da luta pelo direito de acesso à planta.

O ano de 2020 foi marcado por muitas mudanças em relação ao acesso à cannabis no Brasil e no mundo. A partir da aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 327, de 9 de dezembro de 2019<sup>4</sup>, medicamentos à base de canabidiol podem ser comercializados em farmácias, mediante receita médica (PENHA *et al.*, 2019). A associação Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi), do Rio de Janeiro, conseguiu a liberação para realizar o cultivo associativo, se tornando a segunda associação a ter essa permissão, até então só concedida à Associação Brasileira de Apoio à Cannabis Esperança (Abrace), localizada na Paraíba, no ano de 2017. Até agosto de 2020, mais de sete mil pessoas tiveram o pedido de importação do medicamento autorizado pela Anvisa, sendo que o número de famílias conseguiram o *habeas corpus*<sup>5,6</sup> para realizar o cultivo caseiro da planta se ampliou muito desde então e segue crescente.

Em 2020, o único medicamento vendido nas farmácias custava cerca de R\$2,5 mil o vidro de 30ml<sup>7</sup>, ao passo que o importado variava de acordo com o dólar, chegando a custar

---

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-da-diretoria-colegiada-rdc-n-327-de-9-de-dezembro-de-2019-232669072?fbclid=IwAR1jYGi6CbZdypepGNyJznMGQfo\\_GI8t9trn3R1YXMfBMMrY7Uf6JYZ\\_5U8](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-da-diretoria-colegiada-rdc-n-327-de-9-de-dezembro-de-2019-232669072?fbclid=IwAR1jYGi6CbZdypepGNyJznMGQfo_GI8t9trn3R1YXMfBMMrY7Uf6JYZ_5U8). Acesso em 27 out. 2022.

<sup>5</sup> O cenário político para a regulamentação do cultivo da cannabis para fins medicinais é incerto, mas ainda há uma possibilidade de autorização para aqueles que possuem doença tratável com derivados da cannabis, por meio do habeas corpus preventivo para o cultivo. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/o-habeas-corpus-preventivo-para-o-cultivo-da-cannabis/>. Acesso em 27 out. 2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53589585>. Acesso em 11 nov. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://sechat.com.br/saiba-o-preco-do-primeiro-produto-brasileiro-a-base-de-cannabis/#:~:text=Compartilhar%20no%20facebook-,A%20Droga%20Raia%20est%C3%A1%20divulgando%20em%20seu%20site%20o%20primeiro,original%20seria%20de%20R%24%202.500>. Acesso em: 20 set. 2020.

800 dólares por paciente<sup>8</sup>. Em 2022, já é possível encontrar mais diversidade de produtos no mercado, com preços variados. Além disso, as associações em prol da cannabis vêm desempenhando tanto na divulgação de conhecimentos quanto na facilitação do acesso de pacientes à planta e aos seus derivados, por meio inclusive da distribuição do óleo a preços mais acessíveis.

Além da dificuldade de acesso ao tratamento com a planta, a legislação de drogas em voga em 2020 também tem sido um fator que dificulta o avanço das pesquisas, já que não se permite o cultivo para fins científicos, então não se tem acesso a todas as etapas da planta (PENHA *et al.*, 2019). Mesmo assim, observa-se um crescimento no número de pesquisas sobre os benefícios que a cannabis pode trazer à saúde, principalmente após as descobertas do sequenciamento dos princípios ativos como Tetrahydrocannabinol (THC) e Canabidiol (CBD), e do funcionamento do Sistema Endocanabinoide, por parte dos estudos liderados por Raphael Mechoulam em Israel, entre outros pesquisadores (ZUARDI, 2006). Em questão de pesquisa no Brasil, é sempre lembrado o nome de Elisaldo Carlini (1930-2020) como um dos pioneiros nos estudos farmacológicos sobre o potencial terapêutico da cannabis e de outras substâncias psicotrópicas, considerado referência mundial no assunto. Ele foi um dos responsáveis pela criação do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebid), situado na Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP).

Alguns exemplos de instituições de pesquisa brasileiras que têm desenvolvido pesquisas clínicas e/ou experimentais com a cannabis e seus derivados são a Universidade Federal da Paraíba (UFPB)<sup>9</sup>, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>10</sup>, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)<sup>11</sup>, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)<sup>12</sup>, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)<sup>13</sup> e Universidade Federal de Viçosa (UFV)<sup>14</sup>.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/12/03/preco-de-remedio-a-base-de-cannabidiol-deve-cair-ate-75percent-com-aval-da-anvisa-afirma-importador.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2020.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.ufpb.br/pexcannabis>. Acesso em: 21 set. 2022.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.far.fiocruz.br/tag/cannabis/?print=pdf-search>. Acesso em: 21 set. 2022.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.far.fiocruz.br/tag/cannabis/?print=pdf-search>. Acesso em: 21 set. 2022.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/pesquisa-da-unila-investiga-tratamento-de-pacientes-comalzheimer-com-substancias-da-planta-cannabis-sativa>. Acesso em: 21 set. 2022.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2020/09/cientistas-desafiam-proibicao-e-fundam-associacao-para-produzircannabis/>. Acesso em: 21 set. 2022.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Pesquisa-eTecnologia/noticia/2020/11/universidades-federais-plantam-maconha-com-aval-da-justica-paraestudos-ineditos-no-brasil.html>. Acesso em: 21 set. 2022.

No levantamento bibliográfico realizado pela pesquisadora no banco de publicações do Scientific Electronic Library Online (SciELO)<sup>15</sup>, utilizando-se a busca simples pelos termos “cannabis”, “maconha”, “marijuana”, identificou-se que, entre 1990 e 2019, o Brasil tem se destacado entre as pesquisas publicadas tanto em ciências da saúde, quanto em ciências humanas, representando respectivamente 33% e 34% das publicações. Em menor número, mas também com alta representatividade, o país possui cinco das nove publicações na área de ciências exatas e da terra neste banco de dados no mesmo período.

Ao realizar a busca pelo termo “cannabis” na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a pesquisadora também identificou que entre 1994<sup>16</sup> até 2021, foram publicadas 82 teses e 145 dissertações relacionadas à cannabis. As universidades que se destacam nos estudos da planta são Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP), entre outras<sup>17</sup>.

Em outra pesquisa, cruzamos as informações de busca combinando os termos “Redes Sociais” e “Movimentos sociais” na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações<sup>18</sup>. Encontramos 171 publicações (150 dissertações e 21 teses), sendo a mais antiga de 2002 e a mais recente de 2020. Dentre as teses e dissertações resultantes desta busca no banco de dados da BDTD, nenhuma se referia ao movimento canábico nas redes sociais, reforçando a importância deste estudo. Percebeu-se, então, que esta era uma lacuna que precisava ser pesquisada, visto que as mídias digitais têm sido usadas como a principal ferramenta mediadora de diálogo entre os ativistas, pacientes medicinais

Assim, foi proposto um estudo que visasse identificar, descrever e analisar a atuação das associações na divulgação de conhecimento sobre os usos terapêuticos cannabis, assim como no processo de luta pela regulamentação da planta no Brasil. Participaram desta pesquisa três associações brasileiras que nos permitiram compreender melhor as articulações que vêm sendo feitas desde 2015, mas principalmente no primeiro semestre de 2020, no qual foram feitas as entrevistas e a observação dos perfis no *Instagram*. As associações foram: Associação

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://scielo.org/pt>. Acesso em 12 ago. 2020.

<sup>16</sup> Ano da primeira publicação sobre o tema.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/Search/Results?page=8&lookfor=Cannabis&type=AllFields&sort=year>. Acesso em: 14 set. 2020.

<sup>18</sup> Disponível em:

<https://bdttd.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=year&join=AND&bool0%5B%5D=AND&lookfor0%5B%5D=%22Redes+sociais%22&lookfor0%5B%5D=%22Movimentos+sociais%22&type0%5B%5D=AllFields&type0%5B%5D=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2019>. Acesso em: 03 out. 2020.

Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+me), Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi) e Associação Cultural Canábica (ACuCa). Conversando com as participantes representantes dessas organizações, assim como analisando os documentos, sites e perfis do *Instagram*, foi possível perceber características únicas de cada uma das associações, assim como pontos em comum, dentre os quais destacam-se os ativismos e a preocupação em informar a sociedade.

Diante do exposto, objetivo desta tese é analisar como diferentes associações em prol da cannabis compartilham conhecimentos sobre os usos terapêuticos e medicinais da *Cannabis spp.* por meio do *Instagram*, a fim de identificar como o ativismo canábico se fundamenta em dados científicos ou na vivência dos associados. Como objetivos específicos, propõe-se: (a) realizar uma contextualização sócio histórica dos usos medicinais da cannabis; (b) identificar as linhas de ação do associativismo canábico no Brasil e verificar quais estão presentes no ativismo praticado pelas associações participantes; (c) identificar como o ativismo canábico pode se fundamentar em conhecimentos de base científica ou adquiridos pela vivência dos associados; (d) analisar o ativismo digital promovido pelas associações participantes, a fim de identificar tanto as estratégias utilizadas para alcançar o público, quanto analisar a interação dos seguidores no *Instagram* (curtidas e comentários).

Esta pesquisa pode ser classificada como um Estudo de Caso de bases qualitativas. A fim de atingir esses objetivos, fizemos uso de alguns procedimentos metodológicos. Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico sobre as temáticas principais: proibicionismo, antiproibicionismo, cannabis, cannabis medicinal, movimentos sociais, ativismo, movimento canábico e associativismo canábico. Essa revisão de estado da arte incluía artigos, teses, dissertações e livros. Foram utilizadas bases do Scielo, Scopus Elsevier, BTDT, Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES e Google Acadêmico. Também contamos com indicação de bibliografia por parte da comissão orientadora e de outros pesquisadores da Cannabis que tivemos contato durante a pesquisa. Esse arcabouço teórico formou as referências bibliográficas desta tese, assim como serviram de base para a compreensão do contexto sócio histórico do movimento canábico no Brasil.

O segundo procedimento utilizado foram as entrevistas semiestruturadas com representantes e associados de associações canábicas brasileiras. A seleção das associações participantes não partiu de uma escolha da pesquisadora, mas sim da resposta que obtivemos dessas organizações. A forma de abordagem das possíveis instituições se deu via meios de contato disponíveis nos sites das próprias associações (*Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp* e *e-mail*). Durante os meses de abril e maio de 2020, enviamos mensagens primeiramente para as



associações com maior número de seguidores no *Facebook* e no *Instagram* no Brasil e na Argentina. No entanto, percebeu-se que realizar um estudo comparativo entre os dois países seria inviável dentro das limitações da pesquisa. Sendo assim, optou-se por focar somente nas associações brasileiras.

Desde o princípio, buscou-se por perfis com características e objetivos distintos, para dar diversidade de abordagem à pesquisa. As primeiras associações contatadas foram Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (Abrace)<sup>19</sup>, Sociedade Brasileira de Estudos da Cannabis Sativa (SBEC)<sup>20</sup> e Associação de Cultura Canábica de São Paulo (ACuCa). A opção por essas três se deve ao fato que a Abrace era, na época, a única associação em prol da cannabis medicinal com permissão para cultivo; a SBEC é uma associação científica sem fins lucrativos composta por profissionais e acadêmicos do Brasil e do mundo; e a ACuCa é a única associação dedicada à Cultura Canábica. Assim, esperava-se observar três pontos de vista diferentes sobre o tema.

O que se passou após o primeiro contato foi que somente a ACuCa se mostrou aberta a participar. A Abrace nos enviou um formulário onde deveríamos especificar objetivos e descrever a pesquisa. Entretanto, o tempo que se prolongou entre o envio do formulário e a resposta da associação se estendeu além do prazo que tínhamos em nosso cronograma e, por isso, precisamos descartar a associação. Já a SBEC também nos respondeu, mas a dificuldade imposta nesta associação foi a impossibilidade de nos passar o contato de associados para dar entrevista. Respeitamos a decisão, mas foi preciso descartar a organização.

Assim, buscou-se outras associações para substituir aquelas que fomos impossibilitados de analisar. Em substituição à Abrace, procurando uma associação que se destinasse ao acolhimento para a cannabis terapêutica, entramos em contato com a Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+me)<sup>21</sup>, que apesar de não possuir tantos seguidores nas redes sociais, foi a primeira associação de cannabis medicinal do Brasil. Já para substituir a SBEC, encontramos a Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis (Apepi)<sup>22</sup>, que possui parceria instituições de pesquisa como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ambas aceitaram participar da pesquisa. Assim, chegamos às três organizações estudadas: Ama+me, Apepi e ACuCa.

---

<sup>19</sup>Disponível em: <https://abracesperanca.org.br/>. Acesso em 13 mar. 2022.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://sbec.med.br/>. Acesso em 13 mar. 2022.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://amame.org.br/>. Acesso em 15 mar. 2022.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.apepi.org/>. Acesso em 15 mar. 2022.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com um representante, assim como quatro ou cinco associados de cada associação<sup>23</sup>, com o intuito de identificar e compreender qual a posição que essas organizações ocupam dentro do movimento canábico no Brasil, assim como suas estratégias de atuação ativista para com seus associados e demais pessoas da sociedade brasileira. Foram 16 entrevistas (seis na Apepi, cinco na Ama+me e cinco na ACuCa) realizadas entre julho e agosto de 2020<sup>24</sup>, via videoconferências (*Whatsapp*, *Zoom* ou *Google Meet*). Simultaneamente às entrevistas, também foi feita a Análise documental, com base nas informações disponíveis nos sites das associações e nos Estatutos disponibilizados para esta pesquisa pelas próprias representantes entrevistadas<sup>25</sup>, além de textos de lei e resoluções brasileiras sobre o tema.

O último procedimento utilizado foi a Análise de Conteúdo dos perfis dessas associações no *Instagram*. A escolha dessa mídia social se deveu a suas características específicas no momento de disseminação de conteúdo, além disso, esta é a plataforma de rede social mais utilizada no Brasil e a terceira mais utilizada no mundo. Conforme Amaral (2016), o *Instagram* se caracteriza mais como um site de partilha. A análise de conteúdo do *Instagram* teve como recorte temporal as publicações de janeiro a junho de 2020. A coleta dessas publicações foi feita de forma semiautomática, com o auxílio da extensão do Google Planilhas *InstagReader*<sup>26</sup>. A partir deste corpus, buscou-se identificar quais as temáticas que mais se destacaram com o auxílio do software *Iramuteq*<sup>27</sup>. Também se realizou uma análise das redes que se formavam a partir da interação associação-seguidores e seguidores-seguidores de cada perfil, a fim de identificar o perfil dos seguidores de cada associação estudada. Para tal, fez-se uso da ferramenta *Gephi*<sup>28</sup>, que gerou as redes apresentadas a seguir. Ressalta-se que só foi

---

<sup>23</sup> Quadro 7, Capítulo 3.

<sup>24</sup> É importante ressaltar que, após as entrevistas, a Ama+me passou por uma série de mudanças estruturais e ideológicas. Durante o retorno ao campo, em 2021, a representante havia se desvinculado e, por essa razão, não se sentiu à vontade para atualizar as informações. Optamos por não realizar entrevistas com outro representante para não descaracterizar a pesquisa, visto que o momento do estudo já havia passado. Deste modo, as informações deste capítulo refletem as respostas obtidas em junho e julho de 2020, que podem não refletir a realidade atual.

<sup>25</sup> Esta pesquisa não se baseia em uma metodologia de estudo de gênero, no entanto, frente ao protagonismo feminino da luta cannábica, além do fato de a maioria das participantes entrevistadas serem mulheres (apenas três dos 16 respondentes das entrevistas foram homens), optou-se nessa tese por padronizar a grafia “entrevistadas” no feminino.

<sup>26</sup> O *InstagReader* é uma extensão do Google Planilhas criada para extrair dados de qualquer conta do *Instagram* gratuitamente. Existem dois recursos principais disponíveis, a saber: (1) para extrair dados de um ou mais perfis de conta; (2) Para extrair dados de posts de qualquer conta. Disponível em: <https://workspace.google.com/marketplace/app/instagreader/757836175521>. Acesso em 05 nov. 2022.

<sup>27</sup> O *Iramuteq* é um software livre distribuído sob os termos da licença GNU GPL (v2). Ele permite realizar análises estatísticas em corpora de texto e em tabelas individuais/caracteres, baseado no software R ([www.r-project.org](http://www.r-project.org)) e na linguagem python ([www.python.org](http://www.python.org)). Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>. Acesso em 05 nov. 2022.

<sup>28</sup> *Gephi* é o software de código aberto e gratuito que permite a visualização e exploração para todos os tipos de gráficos e redes. Disponível em: <https://gephi.org/>. Acesso em 05 nov. 2022.

possível analisar os comentários da Ama+me e da ACuCa, visto que o perfil da Apepi foi tirado do ar antes que a pesquisadora coletasse manualmente os comentários a serem computados.

Tanto os nós quanto as arestas foram programadas para demonstrar o grau de saída de informação, assim, quanto maior e mais escuro o nó ou a aresta, mais comentários partiram desse perfil. Cada nó é representado por um círculo, sendo que o círculo central da rede é sempre a associação (nó zero). Assim, os comentários se ligam a ela primeiramente para depois se ligar aos perfis marcados, quando necessário. Além disso, quanto mais densa a rede, maior o número de interações entre os nós. As arestas que seguem em dois sentidos, ou seja, saem e retornam a um mesmo nó, demonstram comentários que foram respondidos.

Posto isto, essa tese se organiza em quatro capítulos. O primeiro tem o objetivo de realizar uma contextualização sócio histórica dos usos medicinais da cannabis, tendo sido elaborado com base em revisão bibliográfica sobre o tema. Este capítulo tem se faz relevante por apresentar o contexto social e político contemporâneo da planta. Inicia-se com a apresentação do paradigma proibicionista, assim como das conferências internacionais e da política de guerra às drogas, responsáveis pela proliferação deste pensamento no mundo ocidental. Somente então discute-se a relação entre a maconha e o paradigma proibicionista no contexto brasileiro, a Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) e como ela afeta diretamente no acesso à planta, principalmente para fins medicinais e científicos. Em sequência, são apresentados os conceitos de ativismo e movimentos sociais, contextualizando o movimento antiproibicionista no Brasil. Finaliza-se com a apresentação da abordagem mais recente do ativismo canábico: o movimento pela cannabis terapêutica.

O segundo capítulo busca identificar as linhas de ação do associativismo canábico no Brasil e verificar quais estão presentes no ativismo praticado pelas associações participantes. Neste ponto, realiza-se um estudo bibliográfico sobre o conceito de associativismo e como ele se aplica ao contexto canábico, a fim de explorar o ativismo no cenário dessas organizações. Para compreender e identificar semelhanças e individualidades das associações participantes, também se fez uso de metodologia de análise documental, com base nos Estatutos Sociais e demais documentos oficiais disponíveis nos sites das organizações ou disponibilizados diretamente à pesquisadora pelos representantes das associações. Para além das conquistas alcançadas, apresenta-se aqui o motivo pelo qual o número de associações canábicas segue crescente, assim como a razão para a desobediência civil ainda ser a principal alternativa de acesso ao tratamento para a maioria dos pacientes de uso terapêutico da cannabis.

O terceiro capítulo tem por finalidade identificar como o ativismo canábico pode se fundamentar em conhecimentos de base científica ou adquiridos pela vivência dos associados.

Também buscou-se constatar as diversas percepções das associadas entrevistadas sobre o ativismo realizado por suas associações e sobre o movimento canábico no Brasil em geral. Por meio das entrevistas de roteiro semiestruturado com seguidores e representantes das associações foi possível verificar que há uma relação de confiança e esperança entre os seguidores e as organizações, isso porque os associados encontram nessas instituições acolhimento, apoio, informação, conhecimento, formação, e, principalmente, pessoas que vivenciam uma realidade semelhante às suas.

O quarto capítulo da tese tem o objetivo de analisar o ativismo digital promovido pelas associações participantes, a fim de identificar tanto as estratégias de comunicação utilizadas para alcançar o público, quanto analisar a interação dos seguidores no *Instagram* (curtidas e comentários). Para tal fim, realizou-se a Análise de Conteúdo dos perfis de três associações canábicas brasileiras: Associação Cultural Cannábica de São Paulo (ACuCa), Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+me) e Associação de Apoio à Pesquisa e à Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi). Como resultados, identificou-se que apesar de suas características e objetivos distintos, as ações de ativismo divulgadas podem ser classificadas como ações internas à associação, ações externas à associação e apoio a outras causas complementares ao ativismo canábico. Sobre os seguidores, identificou-se que esses se comportam nos comentários interagindo como consumidores, multiplicadores e cocriadores. Para finalizar, o último capítulo trata-se das considerações finais, discorrendo sobre os avanços desta pesquisa.

Assim, espera-se que os resultados das análises desta tese venham a contribuir para o debate e reflexão sobre o ativismo digital das associações canábicas no Brasil. Durante o ano de 2020, graças às entrevistas, conheci mulheres e homens, pais e pacientes, que me ensinaram que a vida não espera, que saúde é o único bem que realmente importa e não se deve esperar precisar do medicamento para apoiar a causa. Por isso, este estudo favorece não só para o campo acadêmico, mas também o movimento, sendo fonte de informação a quem se interessar pelo tema e voz tanto para as pessoas que se disponibilizaram a participar da pesquisa, quanto para tantas outras que não cheguei a conhecê-las.

## CAPÍTULO 1 – CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO: A MACONHA, O PROIBICIONISMO E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

A midiaticização dos casos de crianças que sofrem com epilepsia refratária e a luta das famílias pelo acesso a derivados da maconha têm contribuído para a articulação de algumas mudanças na forma como uma parcela da sociedade enxerga a cannabis. Sem as reivindicações e pressão de ativistas e associações do movimento canábico, nada disso teria sido alcançado. Estudos<sup>29</sup> apontaram que em 2014, antes que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) regulamentasse a importação de medicamentos à base de derivados da maconha no Brasil, o debate sobre o tema era superficial, sendo que a pouca informação disponível se encontrava diluída em sites da internet e alguns programas de televisão (MOREIRA *et al.*, 2016).

Em 2019, 87% dos entrevistados de outro estudo<sup>30</sup> afirmam saber que substâncias retiradas da planta da maconha possuem potencialidade terapêutica, dentre os quais, 41% é capaz de mencionar doenças que podem ser tratadas com a cannabis, sendo Epilepsia e câncer<sup>31</sup> as mais citadas (DATASENADO, 2019). Embora a metodologia não tenha sido a mesma, os resultados desses estudos mostram não só a mudança na percepção pública, mas também a crescente divulgação de informações sobre os usos da planta por parte de pesquisadores e ativistas, responsáveis pela construção de um ativismo embasado no conhecimento prático e teórico.

Ativismo pode ser definido como “uma ação em nome de uma causa, que vai além do que é convencional ou rotineiro” (MARTIN, 2007, p. 19). Trata-se de um conceito que surge etimologicamente no Século XX, tendo sido utilizado inicialmente em contextos apolíticos e mais associada a questões metafísicas (JOYCE, 2014). No entanto, seu significado contemporâneo está ligado ao “envolvimento pessoal em atividades que trazem transformação política e social” (JOYCE, 2014, p. 16). Segundo Müller (2019) O que separa o ativismo de

---

<sup>29</sup> O estudo foi desenvolvido pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (CEE-Fiocruz), entre 07 de outubro e 26 de novembro de 2014, realizando uma pesquisa de opinião de caráter nacional, mediante 3.007 entrevistas telefônicas com pessoas acima dos 18 anos, em todos os estados do País. A margem de erro é de mais ou menos 1,4%, com intervalo de confiança de 95%.

<sup>30</sup> A pesquisa de opinião sobre a legalização do uso medicinal da *cannabis* foi realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o gabinete da senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), entre 14 a 27 de junho de 2019. Foram entrevistados 2.400 cidadãos de todas as unidades da Federação, por meio de ligações para telefones fixos e móveis. A amostra é estratificada, totalmente probabilística, com distribuição proporcional à população de acordo com os dados mais recentes do IBGE. A margem de erro é de 2 pontos percentuais com nível de confiança de 95%.

<sup>31</sup> A cannabis é utilizada para amenizar os efeitos do tratamento do câncer, principalmente da quimioterapia.

outros tipos de ação coletiva é a solidariedade que une os ativistas em torno do objetivo comum de alcançar mudanças na procura de novos valores para as sociedades do futuro.

Alguns métodos de ativismos tidos como ações não violenta são descritos por Gene Sharp (2005). Segundo o autor, o primeiro grupo envolve os métodos de protesto e persuasão (discursos, slogans, cartazes, protestos, vigílias, cantos, marchas e palestras); o segundo trata-se da não-cooperação, ou seja, a desobediência aos costumes sociais, emigração de protesto, boicote dos produtores, retiro de depósitos bancários, embargo comercial internacional e uma ampla variedade de greves; por fim, o terceiro tipo é a intervenção, que abrange ocupações não-violentas, teatro de guerrilha, jejum e a criação de instituições econômicas e políticas alternativas. Müller (2019) ressalta que os métodos de ativismo continuarão a evoluir juntamente com as oportunidades políticas e os desenvolvimentos culturais e tecnológicos.

Deste modo, promover o ativismo significa transformar a realidade por meio de ações práticas e, no caso do movimento canábico, o ativismo tem sido executado por diversas estratégias, como: marchas da maconha, eventos educativos, organização de associações civis, participação em assembleias e consultas públicas, entre outros. Observa-se que a divulgação e a comunicação com o público e a divulgação de conhecimentos sobre usos da planta e benefícios à saúde têm sido capazes de tensionar um debate entre a criminalização e a saúde.

Em publicação no *Instagram*, a Associação de Apoio à Pesquisa e a Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi) fez uma reflexão sobre os esforços do ativismo canábico na qual afirma que “o trabalho coletivo vem transformando dia a dia a realidade proibicionista que vivemos no Brasil [...] Se existe alguma regulamentação é por que os pacientes e suas famílias se uniram para exigirem o direito constitucional à saúde” (APEPI, 2021)<sup>32</sup>. Por mais que o ativismo pela legalização ou regulamentação da maconha venha a abranger os diversos usos da planta, o fator medicinal foi crucial para a ressignificação da maconha no Brasil (OLIVEIRA, 2017; RODRIGUES; LOPES; MOURÃO, 2020), pois saúde e qualidade de vida são princípios fundamentais garantidos pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988)<sup>33</sup>.

Posto isso, este capítulo tem o objetivo de apresentar o contexto sócio histórico do movimento canábico no Brasil, assim como discutir como o paradigma proibicionista afetou não só a política de drogas, mas o avanço do conhecimento sobre os potenciais da planta. No primeiro tópico, discorre-se sobre o paradigma proibicionista, assim como as conferências internacionais e a política de guerra às drogas, responsáveis pela proliferação deste pensamento

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSh2XS-tWzF/>. Acesso em 15 set. 2022.

<sup>33</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 15 set. 2022.

no mundo ocidental. Neste ponto, demonstra-se que a cannabis nem sempre foi uma planta proibida. No segundo tópico, retrata-se a relação entre a maconha e o paradigma proibicionista no contexto brasileiro, incluindo a atual Lei de Drogas (Lei 11.343/2006). Em sequência, são apresentados os conceitos de ativismo e movimentos sociais, de suma importância para descrever e interpretar o movimento antiproibicionista dos seus primórdios até os dias atuais. Finaliza-se com a apresentação da abordagem mais recente do ativismo canábico: o movimento pela cannabis terapêutica.

### **1.1 O paradigma proibicionista e a guerra às drogas**

No século XVI, Paracelso<sup>34</sup> foi autor de uma frase popularizada pelo senso comum: “a diferença entre o remédio e o veneno está na dose”. Tal afirmativa, repleta de sabedoria, pode ser aplicada em praticamente tudo que fazemos ou consumimos. Médico e alquimista da Suíça, Paracelso ficou conhecido como um dos pioneiros da Revolução Médica no período do renascimento. Ele apontava para o perigo dos excessos, afirmando que nenhuma substância, desde que administrada corretamente, é venenosa por si só e que todas poderiam ser utilizadas para o benefício da saúde, seja de origem animal, vegetal ou mineral.

Numa concepção mais recente, Escohotado (1997) confirma que todas as substâncias podem ser utilizadas em tratamentos, sendo que cada organismo pode responder de forma distinta a elas. O autor afirma que para uma substância ser considerada nociva ou benéfica deve-se levar em conta quatro aspectos: 1) dose; 2) objetivo de uso; 3) pureza; e 4) condições de uso. Porém, a atual concepção de drogas naturalizou um dualismo entre substâncias lícitas e ilícitas, sem discutir o fato de que essa foi criada e instituída pelo paradigma proibicionista há pouco mais de um século (FIORE, 2012; AMARAL; TOROSSIAN, 2018; CARNEIRO, 2019).

Proibicionismo é a Doutrina ou prática que defende medidas de proibição pelo Estado de certos produtos ou atividades. Um exemplo seria a prática de se cobrar taxas de importação excessivamente altas. Historicamente, o termo remete à Proibição de fabrico, transporte e comercialização de bebidas alcoólicas que vigorou nos Estados Unidos de 1920 a 1933, também chamada Lei Seca<sup>35</sup>. Segundo Bastos e Alberti (2021, p. 292), o paradigma proibicionista propõe um mundo ideal livre de drogas, sendo o único tratamento possível a abstinência. Por essa razão, é possível dizer que “o paradigma proibicionista nunca foi pacífico, recebendo

---

<sup>34</sup> Pseudônimo de Phillipus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim (1493-1541).

<sup>35</sup> Idem.

amplas críticas nos mais variados campos: sociológico, econômico, sanitário, jurídico, entre outros” (PONTAROLLI, 2019, p. 22). De acordo com Pontarolli (2019) o modelo de paradigma proibicionista se expandiu pelo mundo, servindo de base para a estruturação da dogmática jurídico-penal sobre drogas, tanto no direito internacional público, quanto no direito brasileiro.

Deste modo, nesta pesquisa, parto do pressuposto que o proibicionismo consiste no paradigma que rege a atuação dos Estados em relação a determinado conjunto de substâncias, como forma de disciplinamento dos corpos e da criminalização da pobreza, por meio de dispositivos que atuam coletivamente sobre o imaginário, a vida, a produção de subjetividades e a marginalização das pessoas usuárias de drogas tornadas ilícitas (FIORE, 2012; AMARAL; TOROSSIAN, 2018). Tal fenômeno apresenta uma série de motivações históricas que inclui a radicalização política do puritanismo norte-americano, o interesse da nascente indústria médico-farmacêutica pela monopolização da produção de drogas, os conflitos geopolíticos e o descontentamento das elites em relação à desordem urbana do início do século XX (FIORE, 2012). Esse paradigma será melhor discutido ao longo do capítulo.

A história de uma droga pode ser narrada com base na trajetória de suas regulamentações, de seus regimes de circulação e das conseqüentes representações culturais e políticas de repressão, incitação e tolerância que a rodeiam (CARNEIRO, 2019). Para narrar a proibição da maconha e sua classificação como droga ilícita, é preciso compreender o contexto de regulamentações, convenções e estratégias que a fizeram passar de uma planta com alto potencial terapêutico a uma substância ilícita. O termo “droga”, tende a ser associado ao aspecto negativo da palavra, que leva ao vício, como uma armadilha ou uma tentação que irá causar mal ao seu usuário. Entretanto, esse vocábulo também tem o significado possível de “remédio” ou “medicamento”, que leva à cura ou ao alívio de enfermidades. São duas faces de uma mesma moeda: a morfina, por exemplo, é utilizada em hospitais como analgésico para casos extremos, mas seu uso intoxicante ou recreativo é considerado ilícito.

Uma realidade pouco difundida é que até meados do século XIX, todas as drogas eram acessíveis a qualquer indivíduo adulto, sendo que elas podiam ser adquiridas mediante regras legais de distribuição comercial e mecanismos fiscais de arrecadação de tributos para o Estado (CARNEIRO, 2019). Contraditoriamente, esse é um posicionamento considerado moderno e liberal, para o qual caminham vários países na atualidade, a exemplo dos pioneiros como Camboja, Portugal, Holanda, Uruguai, entre outros, nos quais a legislação descriminaliza e regulamenta o acesso às substâncias para indivíduos que possuem maturidade e autonomia para administrá-las de forma consciente.



O século XIX é considerado o auge para o conhecimento sobre os usos terapêuticos da maconha, período em que se encontram os registros científicos ocidentais mais antigos sobre o uso da planta para fins medicinais, iniciados pelos estudos de William Brooke O'Shaughnessy, um médico irlandês em Calcutá, Índia. Em 1839, ele publicou o estudo intitulado *Sobre os preparativos do cânhamo indiano, ou gunjah*<sup>36</sup>, no qual descreve experimentos em humanos usando cannabis para reumatismo, convulsões e principalmente para espasmos musculares de tétano e raiva. (ZUARDI, 2006; BACKES, 2017).

Paralelamente aos estudos O'Shaughnessy, o psiquiatra francês Jacques-Joseph Moreau, enquanto pesquisador da Universidade de Tours, foi responsável por apresentar uma das primeiras publicações psiquiátricas acerca da maconha, enumerando oito fenômenos psicológicos observados em usuários da cannabis: (1) Sentimentos de felicidade; (2) Excitação, dissociação de ideias; (3) Enganos na avaliação do tempo e do espaço; (4) Aumento de sensibilidade auditiva; (5) Ideias fixas, convicções delirantes; (6) Lesões dos afetos; (7) Impulsos irresistíveis; (8) Ilusões e alucinações. Os resultados foram publicados em 1845 no livro *De haxixe e insanidade: estudos psicológicos*<sup>37</sup>, sendo considerado uma das descrições mais completas dos efeitos agudos da cannabis (GONTIÈS; ARAÚJO, 2003; ZUARDI, 2006).

Os estudos e descobertas de O'Shaughnessy e Moreau foram possíveis graças à política de drogas que vigorava no século XIX, a qual permitia o acesso à cannabis e seu uso aplicado a tratamentos. Apesar de não haver consenso sobre quando se iniciaram os usos terapêuticos da cannabis, a literatura clássica chinesa cita que a planta era cultivada cerca de 4.000 a.C. (ZUARDI, 2006; BRAND; ZHAO, 2017), tendo sido usada pela humanidade como alimento, psicoativo, medicamento e fibra por mais de 12.000 anos (BACKES, 2017). Neste caso, vale destacar também a relevância do intercâmbio de conhecimentos entre diferentes povos e etnias, afinal, estes pesquisadores foram influenciados pela medicina oriental e seus registros milenares de uso medicinal da planta.

Se no século XIX a cannabis vinha sendo indicada para diversos casos clínicos, a situação se reverteu no século seguinte. O banimento da cannabis nos Estados Unidos e na Inglaterra que resultou na queda do uso medicinal ocidental da cannabis nas primeiras décadas do século XX, se deve, entre outros fatores, à dificuldade de obter efeitos replicáveis e à variância na eficácia do tratamento. Isso ocorria porque antes que o princípio ativo da cannabis fosse isolado, a planta era usada na forma de tinturas ou extratos cujos efeitos variam

---

<sup>36</sup> No original: *On the preparations of the Indian hemp, or gunjah.*

<sup>37</sup> No original: *Du Hachisch et de l'Alienation Mentale: Etudes Psychologiques.*

dependendo de fatores como a origem, a idade e o modo de preparo dessas diferentes amostras da planta (ZUARDI, 2006).

Outro aspecto citado é o surgimento de medicamentos no final do século XIX que possuíam eficácia comprovada e replicável em testes clínicos para o tratamento dos casos para os quais a cannabis era indicada, tais como vacinas, analgésicos, aspirina, a própria morfina, entre outros (ZUARDI, 2006). Diante disso, o processo de difusão e de compreensão dos efeitos da planta sofreu uma inflexão no início do século XX, quando o uso da cannabis passou a ser regulamentado de maneira proibitiva e penal.

A tendência de isolamento químico de substâncias puras ao longo do século XIX (morfina, 1805; codeína, 1832; atropina, 1833; cafeína, 1860; heroína, 1874; mescalina, 1888) acompanhada pela teorização médica sobre a natureza dos efeitos e do uso das drogas, conforme Carneiro (2018), possibilitou verificar a precisão de doses, facilitando a atividade experimental controlada. Entretanto, o autor aponta que os acontecimentos médicos naquele período permitiram um significativo crescimento na intervenção do Estado sobre a disciplina dos corpos além da medicalização das populações, recenseadas estatisticamente de acordo com modelos epidemiológicos para os objetivos da eugenia social e racial, a “higiene social” e a “profilaxia moral”, ou seja, tentativas de evitar a deterioração racial supostamente causada pelos “degenerados hereditários”, entre os quais se incluíam com lugar de destaque os viciados e bêbados.

O início do século XX é marcado pelo surgimento dos modelos de produção do taylorismo e do fordismo que funcionaram como uma alavanca para o avanço de uma sociedade capitalista. Na mesma época, se estabeleciam os mecanismos puritanos da Lei Seca e da discriminação racial de imigrantes que serviu de pretexto para estigmatizar o ópio chinês e a marijuana (maconha) mexicana nos Estados Unidos. Segundo Carneiro (2005), esse foi um período em que o controle dos hábitos populares (por meio de observação, intervenção e regulação) tornou-se objeto de corporações policiais, teorias médicas, psicólogos industriais e administradores científicos.

Assim, na passagem do século XIX para o século XX, foi estabelecida uma “ordem farmacocrática global” que modulou o entendimento de substâncias psicoativas<sup>38</sup> arbitrariamente (sem obedecer necessariamente um critério objetivo de maior a menor

---

<sup>38</sup> Substância psicoativa é toda e qualquer substância que o indivíduo utiliza que, independentemente da via de administração, por ação do Sistema Nervoso Central (SNC), altera o humor, a consciência, o senso de percepção, a cognição e a função cerebral. As drogas aqui incluídas vão desde as lícitas (álcool, cigarro, medicações) até as ilícitas (maconha, cocaína e outras). (BICCA; PEREIRA; GAMBARINI, 2011, p. 28).

nocividade, toxicidade ou potencial de criação de dependência) como drogas legais/lícitas e ilegais/ilícitas (FIORE, 2012; CARNEIRO, 2019). Foram estabelecidas diferentes regulações para as drogas, inicialmente agrupadas como “as três drogas legais” (cafeína, tabaco e álcool) e “as três drogas ilegais” (ópio, coca e cannabis) (CARNEIRO, 2019).

Questões culturais serviram como fator de influência na regulação, pois a cafeína e o tabaco<sup>39</sup> não foram proibidos por terem sido considerados um hábito da população, sendo que o álcool obteve medidas restritivas, como a comercialização à maiores de idade. Já no caso das drogas ilegais, o acesso a derivados da coca e do ópio ficou restrito ao uso medicinal, enquanto a cannabis passou de uma planta terapêutica de uso amplo e diversificado a vegetal proibido. Assim, seus usos industriais e alimentícios foram suprimidos e sua proibição global se consolidou na segunda metade do século XX (CARNEIRO, 2019).

O fenômeno do proibicionismo, que se iniciou com a proibição do comércio de bebidas alcoólicas no período da Lei Seca nos Estados Unidos (entre 1920 e 1933), se estende aos dias atuais e submete o conjunto de drogas existente a uma legislação que estabelece que álcool, tabaco, café, produtos da indústria farmacêutica sejam permitidas, enquanto os derivados do ópio, cannabis, coca sejam proibidos (CARNEIRO, 2005). Tal fato reafirma que mais do que solucionar uma questão de segurança (combate ao tráfico) ou de saúde pública, como defendem os apoiadores do paradigma proibicionista, essa política reflete todo o preconceito de uma elite política e religiosa que buscava controlar os hábitos das classes populares.

O processo de proibicionismo da cannabis propriamente dita no contexto internacional<sup>40</sup>, se iniciou principalmente na Inglaterra e Estados Unidos, entre 1920 e 1930, com o surgimento de uma série de legislações e convenções que tornavam o acesso à planta cada vez mais difícil. Tudo começou com a Convenção Internacional do Ópio, endossada e ratificada pela Liga das Nações em 1925. A convenção incluía a proibição do uso de cannabis e seus derivados, exceto para uso medicinal e científico, estando em vigor internacionalmente até os dias atuais. Em relação ao Reino Unido, a proibição aconteceu em 1928 (BACKES, 2017).

Apesar de ainda estar na lista da farmacopeia dos Estados Unidos, em meados da década de 1930, a cannabis foi proibida em todos os estados, tornando seu uso medicinal praticamente inacessível (BACKES, 2017) como resultado de uma campanha do *Federal*

---

<sup>39</sup> No Brasil, a legislação que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos derivados do tabaco, proibindo a venda a menores de 18 anos e a participação de crianças e adolescentes na publicidade de produtos derivados do tabaco (Lei nº 9.294/1996) somente foi instituída em julho de 1996.

<sup>40</sup> No próximo tópico, descrevo que a proibição da planta no Brasil ocorreu em período anterior e somente foi reforçada com essas convenções.

*Bureau of Narcotics*, a lei tributária da maconha foi aprovada em 1937 (ZUARDI, 2006). Todas essas restrições legais limitaram o uso médico e a experimentação da cannabis, pois quando os regulamentos de transação de cannabis, incluindo prescrições, foram transferidos para a área de tributo, os estados já não tinham o controle das transações comerciais, o que na prática significava proibir o uso de cannabis em todo o território americano (ZUARDI, 2006).

Em relação à Lei de taxa, Backes (2017) aponta que houve posicionamentos contrários. Segundo o autor, no momento da audiência, o Dr. Willian C. Woodward, consultor legislativo da *American Medical Association* (AMA), chegou a testemunhar sobre o fato de as potencialidades medicinais da cannabis não poderem ser desconsideradas pela legislação, de modo que médicos e farmacologistas deveriam dar continuidade ao uso desse medicamento. Entretanto, esses argumentos foram ignorados de forma que, no século XX, a percepção da cannabis e seus extratos passou de um medicamento seguro e eficaz para um narcótico perigoso (BACKES, 2017). Em 1941, a cannabis foi removida da farmacopeia americana e a partir dessa data até o início da década de 1960, a planta só foi estudada em o contexto de ser um narcótico perigoso, sendo desencorajada pelo governo dos EUA qualquer pesquisa sobre a maconha como um medicamento em potencial (ZUARDI, 2006).

Na década de 1960, o modelo estadunidense se expandiu para o mundo por meio da Convenção Única sobre Entorpecentes, realizada pela ONU em 1961, com o objetivo de controlar o cultivo, a produção, a exportação e a importação, o comércio, o uso e a posse de drogas, especificamente as plantas e derivados de ópio, coca e de cannabis. Nesta convenção internacional foram criadas listas de classificação das drogas e plantas que as originam baseado em critérios de potencial de abuso e suas aplicações médicas. As três drogas-alvo do proibicionismo foram incluídas na primeira lista, que agrupa as substâncias que foram consideradas com alto potencial de abuso e nenhum uso medicinal, ou seja, a heroína, a cocaína e a maconha. As demais listas reúnem drogas com potencial de abuso<sup>41</sup>, mas conhecido uso medicinal (morfina e anfetaminas, por exemplo) e precursores (substâncias e outros materiais empregados na produção de drogas proibidas) (FIORE, 2012).

Apesar das conclusões da Convenção de 1961 terem inspirado legislações até os dias atuais, observa-se que tal classificação foi feita de forma preconceituosa e equivocada, visto que a maconha é uma planta milenarmente conhecida como erva com alto potencial terapêutico, (ZUARDI, 2006; BACKES, 2017). Além disso, dentre as três drogas citadas, a maconha é a

---

<sup>41</sup> “Na definição atualmente aceita, o ‘abuso’ se distinguiria do ‘uso’ por produzir um quadro de tolerância, síndrome de abstinência, compulsividade, desestruturação da vida pessoal e persistência no consumo apesar dos efeitos nocivos (CARNEIRO, 2018, p. 216).

que possui menor grau de dependência, sendo que o abuso neste caso pode ser menos danoso à saúde do indivíduo que os efeitos de drogas lícitas como álcool e tabaco (BASTOS, 2019).

Como conclusão sobre o regime de drogas que passou a vigorar ao longo dos séculos XIX e XX, Amaral e Torossian (2018) descrevem que foram articulados vários procedimentos geopolíticos que envolveram Estados nacionais, instituições intersetoriais e grupos transnacionais. Todos esses elementos por trás de uma suposta guerra contra determinadas drogas (o ópio, a maconha, a cocaína, a heroína, o LSD), combatiam principalmente aos grupos relacionados a essas drogas, como os usuários e vendedores, então denominados traficantes. Numa disputa de interesses comerciais frente à especificidade da substância, que envolviam discurso jurídico, moral, médico-científico, de modo que os mesmos Estados nacionais, instituições intersetoriais e grupos transnacionais regulavam de modo liberal o comércio de drogas sintéticas em parceria com a indústria farmacêutica.

O termo Guerra às Drogas foi utilizado pela primeira vez em 18 de junho de 1971, quando o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declarou à mídia em uma conferência de imprensa que o abuso de drogas ilegais era o “inimigo público número um”. Inicia-se assim uma campanha, liderada pelos Estados Unidos, de proibição de drogas, ajuda militar e intervenção militar, com o intuito de definir e reduzir o comércio ilegal de drogas frente a países da América Latina, principalmente México, Peru, Bolívia e Colômbia (VALOIS, 2019).

Todavia, segundo Santos (2016), os resultados dessa política recaem sobre o abandono do ideal da reabilitação e a multiplicação dos “dispositivos ultrarrepressivos”. O autor aponta que foram implantadas mudanças no âmbito jurídico adotadas pela maioria dos países, as quais levaram a uma explosão carcerária na Europa e posteriormente no Brasil, tais como: generalização do regime das penas fixas e irredutíveis; elevação do limite de execução das sentenças pronunciadas; perpetuidade automática no terceiro crime; além de punições mais rigorosas para os atentados à ordem pública. Ou seja, ao invés de se criar uma solução, a guerra às drogas apenas ampliou o problema à medida que penalizava e criminalizava a produção, uso e comércio dessas substâncias, sem conseguir reduzir seu consumo.

Em junho de 2011, 50 anos após a Convenção Única sobre Entorpecentes da ONU e 40 anos após a declaração de Nixon nos Estados Unidos, a Comissão Global de Políticas Sobre Drogas descrevia em Resumo Executivo *Guerra às Drogas* motivos pelos quais deve-se considerar que a campanha guerra global às drogas fracassou e deixou uma série de consequências negativas em todo o mundo. Segundo o relatório, o alto valor investido “na erradicação da produção, repressão aos traficantes e criminalização dos usuários não foram

capazes de reduzir a oferta nem de reduzir o consumo de drogas” (COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, 2011, p. 2). Além disso, as ações ineficazes de repressão da produção e encarceramento de usuários são vistas pela comissão como um imenso desperdício de recursos públicos, sendo que esses recursos poderiam ser melhor aproveitados se aplicados em ações voltadas para a redução da demanda por drogas e para a redução do dano causado pelas drogas. Assim, esse grupo concluiu ser necessário revisar as leis e as políticas de controle de drogas no plano nacional e mundial urgentemente.

No intuito de se propor soluções para contornar os efeitos negativos da Guerra às Drogas, Azevedo e Cruz (2015) discorrem sobre duas alternativas: a legalização e a descriminalização. Os autores descrevem que países que priorizam a questão de saúde, a exemplo de Portugal (2001), que têm optado pela descriminalização do consumo atrelado ao a programas de redução de danos. A alternativa se mostra favorável no quesito saúde, mas não resolveu a questão do tráfico. Em relação à legalização ou à regulamentação da produção, comércio e consumo de entorpecentes, a exemplo dos estados norte-americanos e do Uruguai, os autores afirmam que é possível observar efeitos promissores ao que se refere ao mercado legal de maconha e ao enfrentamento ao poderio econômico do narcotráfico organizado. Por outro lado, lembram que as experiências ainda são muito recentes (desde de 2014), o que dificulta o olhar crítico e análise de seus resultados.

Diante do exposto, verifica-se que o discurso do paradigma proibicionista, apesar de ecoar até os dias atuais, necessita ser revisto com urgência. No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, a busca pelo termo proibicionismo retorna 89 pesquisas (60 dissertações, 23 teses e 3 trabalhos de conclusão de mestrado acadêmico)<sup>42</sup>, sendo que a mais antiga data o ano de 1996 e as mais recentes foram publicadas em 2022. Como a plataforma só disponibiliza os textos a partir de 2012, é possível acessar 74 dessas pesquisas. As áreas que mais se destacam nessa temática foram Direito e Serviço Social, com 13 publicações cada uma. Também aparecem estudos de saúde coletiva, psicologia, sociologia, Ciência Política e Relações Internacionais, História, Planejamento Urbano e Regional/Demografia, Economia, Educação e Interdisciplinar.

Observa-se que o tema era pesquisado desde de a década de 1990 em programas de Pós-Graduação. No entanto, é expressivo o aumento no número de pesquisas após pós 2015, englobando 57,3% desses estudos. Isso demonstra que o paradigma proibicionista está cada vez mais vem sendo questionado e contestado também no campo acadêmico, assim como na sociedade, por meio dos movimentos sociais e ativistas.

---

<sup>42</sup> Números observados em 09 nov. 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 09 nov. 2022.

Num mundo onde se busca cada vez mais o agir politicamente correto e a tentativa de se reverter dívidas históricas com os povos e culturas oprimidas, não deveria haver espaço para políticas repressivas como esta. É por essa razão que ativistas do antiproibicionismo têm atuado nas últimas décadas para reverter o estigma criado pela elite dominante para reprimir não somente as drogas, como as várias subjetividades e liberdades a elas direta ou indiretamente relacionadas. No Brasil, o paradigma proibicionista e a política de guerra às drogas também foram herdados como influência europeia e norte-americana. Entretanto, para além destes acontecimentos, ainda apresenta algumas especificidades que serão apresentadas a seguir.

## 1.2 A maconha e o proibicionismo no contexto brasileiro

No Brasil, o cânhamo e a maconha<sup>43</sup> inicialmente não eram proibidos, pelo contrário, durante o século XVIII a coroa portuguesa recomendava o plantio do cânhamo. Segundo Carlini (2006, p. 2) “A história do Brasil está intimamente ligada à maconha, desde a chegada das primeiras caravelas portuguesas em 1500”, isso porque as velas e os cordames das caravelas eram fabricados com fibras de cânhamo, ou seja, retiradas do caule de *Cannabis Sativa L.*

Estudos recentes descrevem que há uma divergência na literatura sobre a chegada da planta ao Brasil. A primeira vertente descreve que a maconha foi introduzida no território brasileiro no início da colonização europeia, quando os escravizados, submetidos a trabalhar em condições desumanas, teriam trazido a erva consigo e difundido no Brasil suas finalidades recreativas e ritualísticas (ZUARDI, 2006; BACKES, 2017). A outra vertente considera que a história da difusão da maconha no território brasileiro se inicia após a sistematização estratégica de ocupação dos jesuítas para o Novo Mundo, atestando o cultivo de cânhamo para finalidades industriais (BRANDÃO, 2017). No entanto, o uso social por parte de grupos negros (pretos e pardos), escravizados ou populares, se tornou uma alavanca de opressão e repressão social.

Há registros de que a proibição ao uso da planta ocorreu no Brasil antes dos Estados Unidos e Inglaterra. Segundo Guido *et al.* (2020, p. 212), “a restrição do uso de *Cannabis sativa* começou em 1830, quando o Conselho Municipal do Rio (Brasil), sob pressão de autoridades religiosas, proibiu o uso da planta”<sup>44</sup>. A lei contra a maconha é de 4 de outubro de 1830, e penalizava o “pito de pango” (maconha). Essa lei que regulamenta a venda de gêneros e remédios pelos boticários proibia a venda, uso e conservação do pito de pango em casas

---

<sup>43</sup> Carlini (2006) observa que a própria palavra “maconha” é um anagrama para “cânhamo”.

<sup>44</sup> Tradução nossa para: “However, in Latin America, restriction of the use of *Cannabis sativa* started in 1830 when the Municipal Council of Rio (Brazil) under pressure from religious authorities prohibited the use of the plant”.

públicas, sendo os contraventores sujeitos a multa para vendedores e três dias de prisão para escravizados e demais pessoas que fizessem uso (BARROS; PERES, 2011).

O paradigma proibicionista que emergia no Brasil gerando leis que restringiam e penalizavam o uso da maconha foram fortalecidos pelo discurso proeminente do campo médico-científico. Em *Sonhos de Diamba*, Souza (2015) descreve que um dos grandes responsáveis pelo início da criminalização da maconha no Brasil foi médico sergipano José Rodrigues Dória<sup>45</sup>, o qual apresentou o texto “Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício” em um congresso científico em Nova Iorque no ano de 1915. Segundo Souza (2015), esse texto se tornou o principal alicerce do discurso proibicionista no Brasil:

Dória forneceu os principais argumentos da campanha repressiva antimaconha no Brasil. A partir do seu artigo, o uso psicoativo da planta seria considerado uma “toxicomania”: um “vício imperioso, dominante e tirânico” que gerava loucura, incitava a prática de crimes e contaminava o “organismo social” hereditariamente. Os usuários, além de criaturas impotentes diante do entorpecente, estariam apenas nas “camadas mais baixas da sociedade”, onde se nota o delineamento de um perfil de classe para o fenômeno. E não sendo a planta nativa do país, tem sua origem encontrada na África: foi trazida pelos negros, considerados “selvagens” e “inferiores”, para vingarem-se dos brancos, “mais adiantados em civilização”, por terem sido escravizados por estes (SOUZA, 2015, p. 222).

A descrição que Souza (2015) faz sobre o estudo de Dória nos demonstra o pensamento das elites política e econômica contemporânea do médico pernambucano, que apresentava características eugênicas e racistas, ao passo que buscavam mecanismos de exclusão daqueles grupos sociais (negros de classes sociais baixas) através da repressão à maconha. Barros e Peres (2011), acrescentam que, para além dos estudos de Dória, a psiquiatria lombrosiana<sup>46</sup> e seu discurso pseudoeugenista foi responsável por criminalizar os negros, sua religião (candomblé), sua cultura e o hábito de fumar maconha sob a justificativa de que “raças carregavam características naturais dos criminosos” (BARROS; PERES, 2011, p. 11). Esses autores descrevem que psiquiatras brasileiros foram responsáveis por disseminar o discurso racista e preconceituoso com a elaboração de uma série de teses que criminalizavam negros, nativos, mulheres, capoeiristas, sambistas, prostitutas, “macumbeiros”, cachaceiros e maconheiros. O

---

<sup>45</sup> Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, tornou-se professor de Medicina Legal e Toxicologia nessa instituição ainda no período imperial, seguindo também carreira política, os passos naturais da maioria dos médicos naqueles tempos.

<sup>46</sup> Segundo a teoria do “homem delinquente” do médico psiquiatra Cesare Lombroso, crime era um fenômeno biológico, sendo que o criminoso era um ser atávico, um selvagem que já nasce delinquente. Para chegar a essa conclusão, Lombroso analisou mais de 25 mil reclusos de prisões europeias, seis mil delinquentes vivos e resultados de pelo menos quatrocentas autópsias. Ao final desse estudo, o médico constatou que entre esses homens e cadáveres existiam características físicas e psicológicas em comum, concluindo que eram os “estigmas da criminalidade”. (CANAL CIÊNCIAS CRIMINAIS, 2018).



discurso estigmatizante da psiquiatria condenava todos que não fossem “puros”, ao que os autores qualificam como próximo ao que seria posteriormente o Nazismo.

As autoridades públicas incorporaram esse discurso por volta de 1930, quando se iniciaram as convenções internacionais que influenciaram diretamente as leis de drogas no Brasil. A Convenção Internacional sobre o Ópio (Liga das Nações Unidas, em Haia, 1912) que recomendava aos Estados signatários que examinassem a possibilidade de criminalização da posse de ópio, morfina, cocaína e derivados, inspirou Decreto nº 4294 de 1921, que punia o comércio de substâncias entorpecentes. A Convenção de Genebra (1931) regulamentou as convenções anteriores e avançou na ideologia proibicionista, inspirando o Decreto nº 20.930 de 1932, que penalizava o usuário, diferenciando-o do traficante, e o Decreto lei nº891 de 1938 que estabeleceu a toxicomania como doença compulsória, tratando de internação civil e interdição dos toxicômanos (BARROS; PERES, 2011; CARLINI, 2006).

O contexto da virada do século XIX para o século XX no Brasil remete ao período de formação do Estado burguês e de transição da formação social brasileira para o modo de produção capitalista. Segundo Rybka, Nascimento e Guzzo (2018) a problemática das drogas emerge nacionalmente durante o processo acelerado de urbanização e industrialização, marcado pelas rebeliões urbanas de negros marginalizados e por outras lutas sociais que ameaçavam ao estabelecimento de uma nova ordem, que criou condições miseráveis de trabalho e de existência para a maior parte da população. As autoras ainda afirmam que, de todas as substâncias psicoativas consumidas na época, a cachaça e a maconha foram os principais alvos dos discursos médico-científico e jurídico-criminais para legitimar a repressão política, a depreciação social e a desqualificação moral de grupos sociais subalternos.

O racismo científico na virada dos séculos XIX e XX, assim como a Era Vargas (a partir dos anos 1930) foram marcos para a divulgação de ideias contrárias à maconha no Brasil, primeiramente pela associação à cultura negra e difusão de supostos danos à saúde física e moral, iniciando o problema da maconha no Brasil, e mais tarde relacionando a criminalização das transações com a planta em todo o território nacional (BRANDÃO, 2017). Apesar de a legislação brasileira antidrogas ter se inspirado em convenções internacionais e no modelo proibicionista dos Estados Unidos, Fiore (2012) acrescenta que a maconha foi considerada ilegal no Brasil a partir de 1932, cinco anos antes de o mesmo ocorrer nos EUA.

As políticas proibicionistas que passaram a ser implementadas globalmente, no Brasil contou com a aprovação das elites nacionais que ocupavam o poder, assim como com a participação ativa dessas elites em sua formulação nos fóruns internacionais (RYBKA; NASCIMENTO; GUZZO, 2018). A postura repressiva contra a maconha no Brasil, segundo

Carlini (2006), se estendeu por várias décadas, até mesmo com o apoio da Convenção Única de Entorpecentes, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1961, da qual o Brasil é signatário. Para o autor, essa convenção considera a maconha uma droga extremamente prejudicial à saúde e à coletividade, comparando-a à heroína e colocando-a em duas listas condenatórias. Segundo Lima (2010) a política repressiva às drogas no Brasil contou não só com a orientação de forças internacionais vinculadas ao proibicionismo, mas também evoca e atualiza “uma malha estrutural conservadora da própria sociedade brasileira” (LIMA, 2010, p. 117).

As convenções e protocolos da ONU, assim como a proposta de Guerra às Drogas liderada pelos Estados Unidos influenciaram significativamente a legislação antidrogas brasileira, na criação de decretos entre 1964 e 2006 (LIMA, 2010), conforme o quadro a seguir:

Convenções		Ratificação Brasileira
<b>LIGA DAS NAÇÕES</b>		
1912	Convenção Internacional do Ópio	<b>Decreto nº 11.481, de 10 de fevereiro de 1915</b> Promulga a Convenção Internacional do Ópio e o respectivo Protocolo de Encerramento, assignados na Haya, a 23 de janeiro de 1912
1936	Convenção para Repressão do Tráfico Ilícito das Drogas Nocivas	<b>Decreto nº 2.994, de 17 de agosto de 1938</b> Promulga a Convenção para representação do tráfico ilícito das drogas nocivas, Protocolo de Assinatura e ata final, firmado entre o Brasil e diversos Países, em Genebra, a 26 de junho de 1936, por ocasião da Conferência para a representação do tráfico ilícito das drogas nocivas.
<b>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)</b>		
1961	Convenção Única sobre Entorpecentes	<b>Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964</b> Promulga a Convenção Única sobre Entorpecentes.
1971	Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas	<b>Decreto nº 79.388, de 14 de março de 1977</b> Promulga a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas.
1972	Protocolo de Emendas à Convenção Única sobre Entorpecentes, 1961	<b>Decreto nº 76.248, de 12 de setembro de 1975</b> Promulga o Protocolo de Emendas à Convenção Única sobre Entorpecentes, 1961.
1988	Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	<b>Decreto nº 154 de 26 de junho de 1991.</b> Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.
<b>OUTRAS CONVENÇÕES RELATIVAS ÀS DROGAS DAS NAÇÕES UNIDAS</b>		
2000	Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional - Palermo	<b>Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004.</b> Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.

2003	Convenção das Nações Unidas Contra Corrupção - Mérida	<b>Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.</b> Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.
------	---	--

*Quadro 1 - Ratificação brasileira às convenções vigentes para a área das drogas*

Fonte: Adaptado de Lima (2010, p. 117)

Não cabe a esta pesquisa aprofundar cada um destes decretos, mas reforça-se que o atual Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) ainda possui bases proibicionistas. O Sisnad foi instituído pela Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), que também busca prescrever medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelecer normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; e definir crimes e dar outras providências (BRASIL, 2006).

A Lei 11.343/2006 criminaliza, no Art.33, a compra, venda, aquisição, transporte, consumo e até mesmo a prescrição de drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Sendo que para aqueles que foram pegos nas situações descritas acima, estão sujeitos à pena de reclusão e multa<sup>47</sup>. Essa mesma pena se aplica a (1) quem realizar tais atos em relação à matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas; (2) quem semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas; (3) quem utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas; e (4) quem vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente<sup>48</sup> (BRASIL, 2006).

Como se observa, a legislação criminaliza o consumidor, o cultivador, o vendedor, o paciente e até mesmo o médico prescritor, sem nem sequer listar no corpo da lei quais seriam as drogas proibidas<sup>49</sup>, apenas cita que são “as substâncias ou os produtos capazes de causar

<sup>47</sup> O texto da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que “dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências”, no Art. 8º descreve que “Será de três a seis anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm). Acesso em: 20 nov. 2021.

<sup>48</sup> Este último incluído pela Lei 13.964, de 2019.

<sup>49</sup> A Cannabis Sativum está listada na Lista E (lista de plantas que podem originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas) da Portaria 344/1998. Esta determina que ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias obtidas a partir das plantas elencadas na lista (BRASIL, 1998).

dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União”. Já no caso de posse para consumo próprio, se comprovado, a lei também prevê advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a um programa ou curso educativo, o que demonstra novamente os aspectos de moralidade, criminalidade e saúde pública voltados somente para a abstinência e proibição das drogas, educar para o não uso das substâncias. Pelo texto da Lei de Drogas percebe-se que não há vias de acesso às substâncias consideradas ilícitas ao cidadão comum. Sendo assim, aqueles que desejam ou necessitam consumir essas substâncias, precisam fazê-lo pela ilegalidade, sempre correndo o risco de sofrer punições caso seja pego. Entretanto, essa mesma lei apresenta uma lacuna em seu artigo segundo:

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ***ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar***, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso.

Parágrafo único. ***Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no caput deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos***, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supramencionadas. (BRASIL, 2006, grifos nossos).

Conforme o artigo supracitado, a União tem o poder de autorizar o plantio, a cultura e a colheita de vegetais e substratos que possam ser extraídos ou produzidas drogas desde que o seja feito para fins científicos e medicinais. Na tentativa de reverter o paradigma proibicionista e alargar o acesso a determinadas substâncias proibidas ou controladas, surgem propostas de alteração na lei.

É ancorado a este artigo segundo, por exemplo, que se estabelece o Projeto de Lei 399/2015, em trâmite no Congresso Federal. Esse projeto é o mais conhecido no Brasil. Foi elaborado pensando em modificar esse artigo da lei inicialmente dando foco à cannabis medicinal, tendo sido modificado para incluir a regulamentação do cultivo, processamento, pesquisa, produção e comercialização para fins medicinais e industriais (REZENDE; PEREIRA, 2020).

O Projeto de Lei nº 399, de 2015 proposto pelo Deputado Federal Fábio Mitidieri (PSD/SE) visa alterar o art. 2º da Lei nº 11.343/2006, “para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua

formulação”<sup>50</sup>. Outro Projeto de Lei que segue em tramitação no Senado Federal, segundo Penha *et al.* (2019), é o Projeto de Lei 514 de 2017, de autoria do Senador Lasier Martins (PSD/RS) que busca alterar a redação do § 1º do artigo 28 da Lei 11.343 de agosto de 2006, conforme o quadro a seguir:

Texto original da Lei 11.343/2006	Alteração proposta pelo PL 524/2017
<p>“Artigo 28 – Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido as seguintes penas:</p> <p>“I – advertência sobre os efeitos das drogas;  “II – prestação de serviços a comunidade;  “III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo</p> <p>“§ 1º As mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas a preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica”</p>	<p>“§ 1º As mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas a preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica, ressalvado o semeio, cultivo e colheita de <i>Cannabis sativa</i> para uso pessoal terapêutico, incluindo-se o realizado por meio de associações de pacientes ou familiares de pacientes que fazem uso medicinal da <i>Cannabis sativa</i>, criadas especificamente para essa finalidade, em quantidade não mais do que suficiente ao tratamento, de acordo com a indispensável prescrição médica”</p>

Quadro 2 - Ratificação brasileira às convenções vigentes para a área das drogas  
Fonte: Penha et al. (2019).

Em relação à alteração proposta acima, as autoras lembram que já está previsto na Lei 11.343, Art. 2º, Parágrafo Único, a possibilidade de a União autorizar o cultivo e manipulação da planta para fins medicinais ou científicos, mediante regras pré-estabelecidas. Assim, alguns senadores argumentaram que não haveria necessidade de alteração no texto da lei, enquanto outros defendem que o medicamento à base de cannabis não deveria ser produzido de forma artesanal pelos usuários, devido à dificuldade de fiscalização. Há ainda terceiros que alegam que o tratamento deve ser oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (PENHA *et al.*, 2019).

Sobre o fornecimento de medicamentos à base de cannabis pelo SUS, a pesquisa do DataSenado (2019) aponta que 79% dos entrevistados se posicionaram a favor. Oliveira e Ribeiro (2019) também fizeram um estudo das possibilidades de acesso gratuito ao medicamento via SUS e observaram que têm proliferado ações com esse intuito no ordenamento jurídico brasileiro. Entretanto, os autores alertam que não há garantias, visto que se tem argumentado a impossibilidade do Estado em cobrir toda a demanda e que a reserva orçamentária não pode garantir remédios que não estejam previstos na lista elaborada pelo poder público, como é o caso da cannabis. Concluíram que uma alternativa possível seria o

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=947642>. Acesso em: 21 maio 2020.

registro de medicamentos à base de cannabis produzidos no Brasil, possibilitando que as decisões pudessem se tornar mais favoráveis aos pacientes.

Até o momento, o direito de acesso gratuito ao medicamento segue por ações individuais na justiça. Entretanto, Campos (2019) observa que a judicialização da saúde brasileira tem a tendência de preconizar o acesso a ela de forma universal e irrestrita. Segundo a autora, “para os tratamentos com maconha, parece que ainda caminhamos devagar até a concretização deste direito e as estratégias possíveis ainda são transgredir as leis e judicializar o acesso” (CAMPOS, 2019, p. 171), uma vez que as forças institucionais têm se oposto às necessidades individuais, ao mesmo tempo que as pessoas, dentro das suas possibilidades, buscam agir e reagir de acordo com os imperativos da vida cotidiana.

Um terceiro projeto apresentado, mas que segue aguardando apreciação no plenário, é o Projeto de Lei nº 10.549/2018. O projeto apresentado pelo Deputado Federal Paulo Teixeira (PT/SP) oferece uma proposta de disciplinar o controle, a fiscalização e a regulamentação do uso da Cannabis tanto como medicamento como para uso pessoal, baseando-se em experiências positivas nos Estados Unidos, Uruguai, Espanha e Portugal. Segundo Penha *et al.* (2019), o projeto também propõe diferenciar usuários de traficantes pela quantidade de substância que a pessoa portar, assim como destacar como a Anvisa deve atuar no controle e fiscalização de receitas médicas para o fornecimento da cannabis.

Para além dos projetos de lei propostos, o tema cannabis/maconha é debatido esporadicamente em audiências públicas na Câmara dos Deputados do Brasil desde a década de 1990. Sobre essas audiências públicas, ocorridas de 1997 a 2020, Rezende e Pereira (2020) buscaram avaliar os rumos do debate legislativo sobre a regulação dessa droga, assim como as mudanças ou continuidades desse debate ao longo do tempo e os principais atores e argumentos mobilizados. As autoras identificaram 17 atividades, nas quais se observou a prevalência do proibicionismo, com propostas legislativas que reforçam esse paradigma, enfatizando medidas voltadas ao recrudescimento das medidas criminais e ancoradas na temática da segurança pública.

Em relação à Anvisa, também é possível afirmar que as mudanças em relação ao acesso à cannabis começaram a ganhar forma a partir de 2014, com as primeiras ações individuais movidas na Justiça que levaram à criação de medidas de importação de caráter excepcional de produtos à base de cannabis para uso medicinal (ANVISA, 2019). Em 2015, foi instituída a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 17/2015 que regulamentava a importação em caráter excepcional. Nesse momento, diante da oportunidade competitiva com o mercado internacional, algumas empresas começaram a solicitar autorização para o cultivo da planta

para produção de medicamentos e pesquisa científica. No ano seguinte, a cannabis foi incluída na *Lista de Plantas e Substâncias de Controle Especial* (instituída pela Portaria 344, de 1998), reclassificando o canabidiol que antes era uma substância proibida e passou a ser de caráter controlado. Resultado disso é a autorização simplificada para a importação (ANVISA, 2019).

O tema foi incluído na Agenda Regulatória de 2017 a 2020, dando destaque ao debate dentro da Anvisa, o que favoreceu a aprovação do Mevatyl®, primeiro medicamento à base de cannabis autorizado no Brasil. Sua composição contém 27 mg/mL tetraidrocannabinol (THC) e 25 mg/mL canabidiol (CBD, canabinoides obtidos a partir da Cannabis sativa, e é vendido na forma farmacêutica solução oral (spray)<sup>51</sup>. Em 2019, a Anvisa realizou duas consultas públicas e uma audiência pública com o intuito de verificar a opinião da sociedade a respeito do registro e monitoramento de medicamentos à base de *Cannabis spp.*, seus derivados e análogos sintéticos, assim como sobre requisitos técnicos e administrativos para o cultivo da planta para fins medicinais e científicos.

Os resultados foram divulgados no dia 20 de agosto de 2019<sup>52</sup>, com o balanço das contribuições recebidas nas consultas públicas. Foram 1.154 contribuições somando as duas propostas. A iniciativa se propunha a “favorecer a produção nacional de terapias feitas à base de Cannabis com garantia de qualidade e segurança, além de permitir a ampliação do acesso da população a medicamentos” (ANVISA, 2019). Sobre essas audiências, Rodrigues, Mourão e Lopes (2020) identificaram que se destacou a participação das associações canábicas, institutos de pesquisa e empresas. Além disso, a Anvisa buscou resguardar seu papel regulador na área sanitária, estabelecido a partir de um rigor científico na definição dos critérios pré-estabelecidos de Segurança, Qualidade e Eficácia.

Essa resolução foi atualizada por meio de RDCs, até ser revogada pela RDC nº 335, de 20 de janeiro de 2020, que define os atuais “critérios e os procedimentos para a importação de Produto derivado de Cannabis, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde” (ANVISA, 2020). Outra resolução ativa é a RDC nº 327 de 9 de dezembro de 2019 da Anvisa que dispõe sobre os procedimentos para autorização da fabricação e da importação, e estabelece requisitos para a comercialização, a prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos de Cannabis para fins medicinais. Essa Resolução permitiu a comercialização de produtos à base

---

<sup>51</sup> Disponível em: <http://www.crfsp.org.br/noticias/8277-mevatyl.html>. Acesso em: 01 nov. 2022.

<sup>52</sup> Apesar de terem sido divulgados na época, os mesmos não se encontram mais disponíveis no site da Anvisa. O motivo foi o fato de que a plataforma FormSUS, antes utilizada para a criação de formulários, não se encontra mais disponível por não atender à política de segurança da informação e às orientações do Ministério da Saúde.

de Cannabis em farmácias, mas manteve proibido o cultivo da planta (ANVISA, 2019). Este avanço, no entanto, foi considerado tímido e restritivo por muitos pacientes e defensores do uso medicinal do produto<sup>53</sup>.

A exemplo internacional, a *United Nations Office on Drug and Crime* (UNODC, 2021, p. 37) descreve que um programa de cannabis medicinal considerado abrangente deve incluir os seguintes pontos: (a) fornecer proteção contra penalidades criminais pelo uso de cannabis para fins médicos; (b) prever o acesso à cannabis através do cultivo doméstico, dispensários ou algum outro sistema que provavelmente será implementado; (c) permitir uma variedade de cepas ou produtos, incluindo aqueles com mais do que um teor de “baixo  $\Delta$ -9-THC”<sup>54</sup>; (d) permitir fumar ou vaporizar alguns produtos, material vegetal ou extrato de cannabis; e (e) não ser um programa de teste limitado, isto é, permitido como teste por um período limitado e não aberto ao público. Entretanto, tal programa está longe de ser alcançado no Brasil e a legislação vigente não é o único fator responsável.

No contexto brasileiro no Brasil, observa-se que o número de médicos prescritores ainda é reduzido<sup>55</sup>. Vários fatores podem explicar esse fato, que vão desde aspectos acadêmicos (ausência de disciplinas que abordem o assunto em cursos de graduação em medicina), até questões de escolha pessoal (o caráter estigmatizado da maconha leva os profissionais a optarem a se abster desse debate pelos mais diversos motivos). Porém, vale destacar que quando o discurso médico começa a incorporar e prescrever essa alternativa de tratamento, a tendência de que os usos medicinais e terapêuticos da cannabis sejam recebidos pela sociedade com mais credibilidade e legitimidade aumenta, visto que há profissionais da medicina que o defendem.

Mesmo diante das dificuldades, desde 2010, observa-se que tem crescido o número de médicos prescritores, visto que o ativismo associativista, em parcerias com universidades e centros de pesquisa, têm promovido cursos de capacitação ou mesmo especialização sobre a cannabis medicinal. Assim, diante de todo o debate sobre o tema e pressão social por parte dos atores envolvidos na causa, o paradigma proibicionista está em crise e caminha para o colapso. De acordo com Azevedo e Cruz (2015), o movimento antiproibicionista vem ganhando força em diversos países e reflete ineficiência da Guerra às Drogas, de modo que até mesmo a ONU

---

<sup>53</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/621303-decisao-da-anvisa-sobre-cannabis-medicinal-e-considerada-restritiva-por-comissao/>. Acesso em 11 nov. 2022.

<sup>54</sup> Essa é a molécula de Tetrahydrocannabinol (THC), uma das substâncias encontradas na cannabis.

<sup>55</sup> O site da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (AMA+ME) apresenta uma lista com 210 médicos em todo o Brasil. Disponível em: <https://amame.org.br/lista-de-prescritores-de-cannabis/>. Acesso em: 01 nov. 2022. Acredito ser difícil informar com precisão o número atual de médicos prescritores, pelo fato de que cada associação apresenta a relação de profissionais parceiros da própria organização.



reconheceu a responsabilidade do modelo repressivo na produção de agravos sociais que, por vezes, se mostram mais danosos e preocupantes que as próprias drogas chamadas ilícitas.

### **1.3 Ativismo e movimento antiproibicionista**

Levando em consideração os dois sentidos da palavra droga, como substância ilícita ou como medicamento, existe a certeza de que o seu consumo pode ser regulamentado, normatizado, vigiado, impingido, estimulado, propagandeado. A lógica que determina se a droga é proibida ou vendida livremente depende de condições históricas do sistema de produção mercantil do capitalismo em que se insere, sendo que a classificação, indicação ou fiscalização ficam a cargo de autoridades médicas e policiais (CARNEIRO, 2005). Desta forma, o consumidor não possui autonomia para escolher a droga que irá fazer uso, mesmo que isso afete somente a si próprio, seu corpo e sua consciência. Destaco ainda que o fenômeno do proibicionismo, que restringe, impede e condena o acesso às drogas ditas ilegais, dentre as quais se encontra a maconha, interfere não só na liberdade de escolha do indivíduo, mas também oprime cultural e religiosamente aqueles sujeitos que possuem o uso de tais ervas como tradição. O principal: impede processos de tratamento terapêutico utilizando a planta e derivados.

Diante do cenário proibicionista e da atual Lei de Drogas e seu texto que busca mais criminalizar do que regulamentar ou legalizar as substâncias psicoativas no Brasil, é possível observar o crescimento do ativismo de movimentos antiproibicionistas, apoiado por organizações políticas e redes internacionais que têm ocupado espaço na mídia, nas ruas, nas universidades e no próprio Estado, se fazendo ouvir, mesmo que pontualmente, pela gestão pública e por serviços de assistência social de saúde e do sistema jurídico-penal que atendem a população afetada de múltiplas formas pela “questão das drogas” (RYBKA; NASCIMENTO; GUZZO, 2018)

Esse novo fenômeno abarca desde reformas estatais sobre sistema de drogas, até a organização de movimentos sociais de pessoas usuárias de drogas ilícitas ou de pessoas marginalizadas por estarem diretamente associadas como usuárias de drogas. De acordo com Santos (2016), o modelo antiproibicionista defende políticas de drogas que consideram aspectos socioculturais, ao passo que tratam o consumo de substâncias ilícitas como forma de se prover uma vida social mais harmônica e reconsiderar os estigmas que recaem sobre aqueles que têm o uso cotidiano das mesmas como parte de suas vidas.

Para efeito de compreensão do conceito, tomamos a definição de Amaral e Torossian (2018) como base para esta pesquisa, na qual descrevem o antiproibicionismo sob duas perspectivas distintas, porém complementares: (1) a variedade de agentes orientados por diferentes posições sobre a “questão das drogas”, os quais compartilham a mesma avaliação negativa sobre as políticas de repressão ou de avaliações positivas sobre as regulamentações que toleram, despenalizam, descriminalizam, legalizam, liberam, regulam ou regulamentam determinadas substâncias; e (2) a força de produção de subjetividades (pela liberdade, responsabilidade e solidariedade) assim como de alargamento da questão drogas para questões sociais (a proibição do corpo, proibição das sexualidades, proibição à terra, à cidade, à moradia, ao alimento saudável, à vida) que também estão regidas sob um biopoder<sup>56</sup> das massas e do povo.

A escolha desta definição se deu pelo fato de ser abrangente para questões regulatórias e sociais, que nos permite compreender que a proibição das drogas perpassa diversos níveis, sendo que para se pensar políticas públicas para este tema, deve-se levar em consideração fatores que vão além do debate sobre criminalidade e redução de danos<sup>57</sup>. Destaco que, conforme Rybka, Nascimento e Guzzo (2018), pensar um modelo alternativo ao proibicionismo não significa negar os problemas associados ao consumo de drogas em nossa sociedade, nem a necessidade de construção de políticas públicas para abordá-los, mas sim rediscutir o papel do Estado, de forma que suas ações contribuam de fato para a redução de danos e para a promoção de autonomia, pressupondo co-responsabilização e garantia de direitos humanos. Posto isso, também é preciso considerar o fato de que o movimento antiproibicionista pertence ao corredor dos movimentos sociais (BRANDÃO, 2017; 2020).

Movimentos sociais em definição prática de Giddens e Sutton (2017) consistem no “esforço coletivo de favorecer um interesse em comum ou assegurar um objetivo em comum, sobretudo por meio de ações externas à esfera das instituições tradicionais formais e políticas”. Segundo Gohn (1997), se tratam de ações coletivas que buscam defender os direitos e interesses de grupos populares e se transformam e complexificam segundo o contexto sócio histórico em que se inserem. Deste modo, é esperado que a própria noção de movimento social se transforme de acordo com a sociedade em que a mobilização se desperta.

---

<sup>56</sup> Conceito de Foucault que “refere-se a uma técnica de poder que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis” (BERTOLINI, 2018, p. 86)

<sup>57</sup> Segundo Rybka, Nascimento e Guzzo (2018), apesar de essa abordagem apresentar uma postura aberta, respeitosa e participativa, que tem se mostrado muito mais eficaz em limitar os efeitos indesejáveis do uso de substâncias psicoativas (inclusive das legalizadas) do que o proibicionismo, pode-se dizer que a política de redução de danos relacionados ao uso de drogas preconiza a valorização do autocuidado e dos controles sociais desenvolvidos nas redes de sociabilidade dos próprios usuários.

Os primeiros movimentos sociais surgiram por volta de 1840<sup>58</sup>. Eram chamados “revolucionários”, pois foram fundados pelos proletariados sob a ideologia da classe trabalhadora, influenciados pelos princípios de liberdade, igualdade da Revolução Francesa, assim como pelo *Manifesto Comunista* (1848) de Marx e Engels (HOBSBAWN; 1997). Eram compostos por grupos de trabalhadores que se uniram pelo objetivo comum de fazer uma revolução para instituir o Estado Comunista e igualitário. Entretanto, Hobsbawm (1987) descreve que esses movimentos, apesar de sobreviverem ao avanço do capitalismo, não conseguiram se impor nos países mais “desenvolvidos” da Europa ou nos Estados Unidos em cujo liberalismo imperava. Assim, os movimentos sociais revolucionários acabavam ficando marginalizados.

Mesmo assim, sua importância não passou despercebida, visto que chamou a atenção dos estudiosos daquela época. Segundo Gohn (1997), a temática dos movimentos surge como objeto de estudo junto com o nascimento da própria sociologia, sendo que o termo “movimento social” foi utilizado pela primeira vez por Lorenz Von Stein, por volta de 1840, que defendia a necessidade de se estudar os movimentos sociais, tais como um movimento proletário francês e o do comunismo e socialismo emergentes. A autora afirma que as teorias que foram criadas até por volta de 1970 sobre movimentos sociais buscavam analisá-los com base em três autores: Marx, Weber e Durkheim, que analisavam os movimentos sob a ótica da luta de classes e da revolução do proletariado. Entretanto, na emergência dos movimentos sociais diferenciados (de estudantes, de mulheres, pela paz, ecologia, meio ambiente, antinucleares etc.) na Europa por volta de 1960, permite o surgimento do paradigma da ação social, responsável pela criação de duas novas abordagens teóricas de investigação: a neomarxista e a dos Novos Movimentos Sociais.

No auge dos anos 80, o panorama mundial de formas de manifestações já se mostrava bem amplo. Gohn (1997) cita que entre as principais mobilizações populares, destacam-se as lutas armadas na Ásia, o movimento operário centralizado nas lutas de classes sociais, revoltas dos negros no movimento pelos direitos civis nos estados Unidos, rebeliões estudantis dos anos 60, movimentos étnicos, estruturação dos movimentos feministas conjuntamente com a construção problemática de gênero, revoltas contra as guerras e armas nucleares, entre outros.

No contexto globalizado, numa sociedade pós-industrial, diante da emergência de manifestações sociais voltadas para questões de identidade e direitos, surge o questionamento se a noção de movimentos sociais ainda se aplicaria aos estudos sociológicos. De acordo com

---

<sup>58</sup> Beatriz Nascimento (2011) considera os quilombos como movimentos sociais “arcaicos” ou “primitivos”.

Touraine e Thurler (2006), apesar de todo o debate teórico que pode se estabelecer em torno do conceito “movimento social”, é essencial abordar uma ação coletiva que coloca em causa alguma forma de dominação social generalizada.

Diante do exposto, os movimentos antiproibicionistas se enquadram no rol dos movimentos sociais por se organizarem em prol da ação social antiproibicionista. Esses movimentos possuem, segundo Fiorde (2012) os objetivos de desmistificar caráter marginal associado às drogas (por meio da ocupação do espaço público) e reivindicar sua existência política da maconha para além da apologia do consumo de drogas, argumento normalmente utilizado para retirar sua legitimidade. Reivindicar direitos e desmistificar “verdades” são objetivos comuns a quase todos os movimentos sociais ao longo da história e, por se tratar de um movimento de resistência, é possível observar que no Movimento Marcha da Maconha (MMM), a luta do ativismo canábico reivindica muito mais do que a reversão de um paradigma dominante. Segundo Brandão (2017), quadro de ação do movimento antiproibicionista pode ser observado nos três níveis descritos a seguir:

Um primeiro nível é de tipo local, expõe histórias, trajetórias, conhecimentos, práticas, razões, emoções e sentimentos de atores que têm uma atuação cotidiana conjunta. Um segundo, de tipo intermediário, vai buscar apoio em experiências próximas, mas não instaladas em uma mesma localidade, permitindo intercâmbio e fortalecimento mútuo de agentes de lugares distintos que produzem convergência entre si. E, finalmente, um quadro global incide sobre a ação antiproibicionista que considera o ordenamento legal nacional e internacional e busca incidir sobre ele, eventualmente colaborando com seus antagonistas e sempre buscando sua própria inserção neste quadro (BRANDÃO, 2017, p. 312).

A partir do quadro de ação dos movimentos antiproibicionistas apresentado por Brandão (2017), é possível observar como os ativistas desta causa se articulam como rede, de modo que os coletivos e mobilizações locais não permanecem isolados, pelo contrário, buscam apoio e conhecimento pela troca de experiências com grupos de outras localidades, até que se estabeleça o quadro global. Entretanto, não se pode desconsiderar as dificuldades enfrentadas por esses coletivos de ativistas. Segundo Colpani, Santiago, Alexandre (2019) vivemos em um contexto de crises de constantes ataques ofensivos das autoridades, responsáveis pela criminalização do indivíduo e dos movimentos que reivindicam melhorias no que se refere à discussão das drogas e das demais privações de liberdade da sociedade contemporânea. Ao analisar coletivos antiproibicionistas brasileiros, os autores descobriram que “os elementos que atravessam a relação dos homens com as drogas, se materializam numa política racista, higienista e genocida estando, portanto, medularmente entrelaçados às formas de exploração e

opressão que possibilitam a reprodução do sistema capitalista” (COLPANI; SANTIAGO; ALEXANDRE, 2019).

Em se tratando de ativismo pela cannabis, Policarpo (2019) descreve que há indícios do seu início encabeçado pelo movimento estudantil na virada da década de 1970 para 1980, com o fim da ditadura e a redemocratização no país. Valença (2010), por sua vez, pontua algumas manifestações embrionárias do movimento canábico no Brasil, como jornal de teor antiproibicionista *O Patuá*<sup>59</sup>, editado por estudantes de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no final dos anos 1970; o Primeiro Manifesto Brasileiro pela Legalização da Cannabis, ocorrido na Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no começo da década de 1980; e o Primeiro Simpósio Carioca de Estudos sobre a Maconha, o “Maconha em Debate”, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Policarpo (2019) também expõe que o assunto seguiu em debate em eventos e ações pontuais nas universidades, somente saindo da academia para a sociedade nos anos de 1990, quando foi lançado o CD *Usuário*, da banda Planet Hemp, cujo sucesso nas rádios fez a maconha se tornar um assunto nacional. No entanto, vale ressaltar que houve outros movimentos mais populares anteriores ao projeto do Planet Hemp, dentre os quais é possível citar o exemplo das músicas de Bezerra da Silva, o qual cantava sobre maconha e os dilemas dos maconheiros desde a década de 80. Um dos versos mais marcantes do cantor e compositor talvez seja da música “Malandragem dá um tempo”, samba de 1986, que canta o famoso verso: “Vou apertar, mas não vou acender agora. E se segura malandro pra fazer a cabeça tem hora”.

Nestes primeiros anos do ativismo canábico, verifica-se que o debate sobre a maconha ficava muito restrito ao movimento estudantil, como se o tema fosse tratado de forma intelectualizada. Sobre essa etapa do debate canábico no círculo de estudantes universitários, observa-se que há muita memória e vivência dos ativistas sendo relatada, o que demonstra o lado humano da discussão. O movimento no âmbito universitário segue existindo nos dias atuais, se estendendo a outras universidades.

As mobilizações iniciadas entre 1970 e 1980 se estruturaram como movimento que foi reconhecido como tal com o estabelecimento do MMM nos anos 2000. Entretanto, algumas reformas sanitárias e psiquiátricas ocorreram neste intervalo entre as primeiras manifestações estudantis e o advento das Marchas da Maconha, que Amaral (2016) nomeou como culturas pré-Marchas da Maconha no Brasil. O autor contextualiza que no final da década de 1980, com

---

<sup>59</sup> O termo remete a uma espécie de amuleto ligado ao Candomblé, feito de um pequeno pedaço de tecido, cujo enchimento é composto por um preparo de ervas e outras substâncias atribuídas ao Orixá correspondente.

a redemocratização do Estado, surge a oportunidade de participação da sociedade civil no desenvolvimento de Políticas Públicas. Neste período tem-se, por exemplo, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a reformulação social do setor saúde deve ser tomada como elemento renovador nas políticas sobre drogas no país.

O início dos anos 2000, segundo Amaral (2016) foi marcado pela criação de políticas públicas de atenção a usuários de drogas, como a Política Nacional de Atenção aos Usuários de Álcool e outras Drogas (2004) e a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (2003). Esta última foi responsável por instituir a estratégia de Redução de Danos que “tem como finalidade minimizar as consequências adversas do uso/abuso de drogas, construindo assim estratégias para a gestão de riscos e prazeres” (AMARAL, 2016, p. 116). Para o autor:

A Redução de Danos aborda a questão do uso de drogas paradigmaticamente. Não exige a abstinência como condição de acesso ou a diminuição do consumo como única estratégia para o cuidado em saúde. Baseia-se na promoção do protagonismo e da responsabilização da pessoa que usa drogas para uma organização coletiva de estratégias de cuidado de si e mais adequadas a sua condição biopsicossocial. Preceitos da Declaração de Direitos Humanos, ao considerarem o exercício da liberdade, o direito à vida, a proteção contra qualquer discriminação, à diversidade dos modos de viver e trabalhar, convergem com a posição proposta pela Redução de Danos, considerando a saúde como direito e derivada de distintas produções e determinações sociais. A experiência constituiu um repertório de cuidado pautado pela integralidade e intersetorialidade tem, desde seu desenvolvimento, a necessária perspectiva de rede de cuidado (AMARAL, 2016, p. 116).

Apesar de não solucionar o problema das drogas no Brasil, não se pode negar que a adoção da política de Redução de Danos apresentou um avanço em relação ao cuidado para com as pessoas usuárias de drogas, pois passou a tratá-las com um olhar mais humanitário ao trazer o tema para o rol de debate de saúde mental na perspectiva de cuidado em liberdade às pessoas com sofrimento e com necessidades especiais. Segundo Amaral (2016), neste período movimentos da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e a Redução de Danos permitiram colocar os usuários de drogas no lugar de cidadão de direitos e agente político da democracia, da liberdade, da igualdade, da diferença, da ética da existência. Entretanto, sabe-se que essas políticas muitas vezes permanecem só no papel, pois na prática, os indivíduos com transtornos psíquicos, assim como aqueles que consomem álcool ou drogas ilícitas ainda sofrem de preconceitos diante da sociedade.

A mais tradicional expressão do ativismo canábico no Brasil são as Marchas da Maconha, instituídas inicialmente por movimentos estudantis que lutavam pela legalização da

maconha, mas que hoje possui adeptos de diversas esferas da sociedade. Gohn (2011) apresenta uma definição de movimentos sociais na contemporaneidade que muito se adequa ao que conhecemos hoje como MMM. A autora conceitua que se tratam de “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335), sendo que de forma concreta, essas manifestações podem englobar estratégias de denúncia ou pressão direta, por meio de mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc. Analisando as estratégias de ativismo do MMM e do movimento canábico no Brasil, vejo que são exatamente essas estratégias que são utilizadas.

Apesar de não ter sido possível identificar nenhuma referência de Gohn ao MMM, autora segue descrevendo perfeitamente as ações verificadas no movimento, pois ela segue descrevendo:

Os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade. (GOHN, 2011, p. 335-6).

Definição que se enquadra perfeitamente com o texto de Policarpo (2019) ao afirmar que o uso da internet e de redes sociais digitais permitiram a comunicação de pessoas interessadas no cultivo e potencial terapêutico da planta, mesmo diante da proibição (SOUZA; VALIENGO; CEZAR, 2014) também comentam que o uso da internet e das mídias sociais, além de facilitar a circulação de informação, contribuem para o crescimento da confiança mútua.

No que tange os movimentos sociais em redes, como o movimento de ativistas antiproibicionistas, Castells (2013) indica que eles possuem características em comum, como: ser conectados em rede de múltiplas formas; se iniciam no meio online, mas se tornam um movimento quando ocupam o espaço urbano; possuem a autonomia como forma especial de movimento social em rede; são simultaneamente locais e globais; são atemporais; são desencadeados por uma centelha de indignação; são virais. O autor completa que “a passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia” (CASTELLS, 2013, p. 131).

Há, entretanto, algumas observações levantadas por pesquisadores que vale destacar aqui. Em primeiro lugar, muitas vezes o ativismo realizado com a mediação da internet, é feito

pelos “mesmos ativistas que vão às ruas fazerem intervenções urbanas, ou que organizam encontros, ou mantêm rádios livres” (MAZZETTI, 2007, p. 6). Outro ponto importante é que existe uma tendência ao “Ativismo de like”, conforme Sebastião e Elias (2012), no qual os apoiadores se manifestam somente pelas redes sociais, sendo que a atitude dos utilizadores continua a ser passiva, resumindo-se ao ato de curtir ou compartilhar as campanhas da causa no *Facebook* ou *Instagram*. As autoras defendem que, mesmo neste caso de inércia dos usuários, essa participação no movimento ativista ainda tem impacto positivo para a causa, uma vez que “faz circular mensagens comerciais e de sensibilização e dá origem a doativos a instituições de solidariedade social” (SEBASTIÃO; ELIAS, 2012, p. 68).

Apesar da denominação, o MMM não possui apenas a causa maconhista, se reinventando em meio a sua própria ação. Algumas características do MMM são que se trata de um movimento horizontal e descentralizado, sem liderança, mas com protagonistas, ou seja, alguém que se apresenta em uma “linha de frente” e influencia o desempenho do papel de outros atores. Estes atuam como porta-vozes nas mobilizações. Além disso, o movimento tende a ampliar seus horizontes à medida que seus objetivos vão sendo parcialmente alcançados, se reinventando diante das tensões internas e externas (BRANDÃO, 2014).

Alguns marcos do MMM no Brasil foram listados por Souza, Valiengo e Cezar (2014): a primeira a Marcha da Maconha ocorrida no Rio de Janeiro (2004); a primeira tentativa<sup>60</sup> de articular Marcha da Maconha nacionalmente (2008); a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Marcha da Maconha não se tratar de uma manifestação que faz apologia ao crime e que sua proibição é inconstitucional (2011). Os mesmos autores também enumeraram as pautas do movimento:

(a) estilo de vida canábico, (b) uso recreativo da maconha, (c) uso medicinal da maconha, (d) esgotamento da guerra às drogas, a partir de um olhar das políticas públicas de segurança pública e de saúde, (e) uso de subprodutos da maconha como forma de engajamento ambiental contra o monopólio de derivados do petróleo, (f) luta antimanicomial, que é contra a internação compulsória de consumidores, especialmente tratamentos baseados em orientações religiosas, e finalmente, (g) lutas anticapitalistas, que entendem que uma possível legalização e comercialização da maconha não deve ser pautada pela lógica de mercado e das grandes corporações (SOUZA; VALIENGO; CEZAR, 2014, p. 4).

Por décadas o movimento de resistência sofreu opressão, sendo as marchas interrompidas inúmeras vezes por ação policial por preconceito e falta de compreensão da

---

<sup>60</sup> Trata-se de uma tentativa, pois a manifestação foi cancelada na véspera por decisões judiciais, sob a acusação de apologia ao crime.



causa. O ponto mudança se inicia com a inserção da luta pela maconha medicinal como alternativa para diversos casos clínicos principalmente epilepsia infantil, quando as famílias dos pacientes, principalmente as mães, começaram a participar das marchas indo à frente como a bandeira “não espere precisar para apoiar” causando empatia e comoção da sociedade. Algumas dessas pessoas se organizaram a partir dos anos de 2010 e assim surgiram as primeiras associações (POLICARPO, 2019).

Na busca por pesquisas relacionadas ao ativismo canábico e movimento antiproibicionista no Brasil, percebe-se que em seus primeiros anos as mobilizações e ações se concentram nas marchas da maconha e políticas de redução de danos e gestão de riscos em várias cidades do Brasil. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ao se realizar uma busca pelo termo “antiproibicionismo”, o banco de dados retorna 24 estudos (18 dissertações e seis teses), sendo o mais antigo de 2008 e o mais recente de 2020. O debate acadêmico na pós-graduação no Brasil que pode ser observado a partir dos textos de teses e dissertações defendidas, as quais demonstram que o tema do antiproibicionismo assim denominado aparece pela primeira vez na pesquisa de Weigert (2008), que analisou a alternativa para a política de redução de danos num estudo comparativo entre o Brasil e a Espanha.

Assim, observou-se que o movimento é analisado por diversos autores em distintas localidades, sendo que as mobilizações mais citadas são as de Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA). Natal (RN) foi citada por Campos (2013), Castro (2016), Brandão (2017) e Amorim (2019). Os estudos de Melo (2017) e Souza (2018) abordaram o tema em Recife (PE), enquanto Ribeiro Júnior (2017) e Malheiro (2018) analisaram o movimento em Salvador (BA). Todos os estudos citados reafirmam a necessidade de se rever a atual política de drogas brasileira que além de proibicionista, afeta principalmente a população não-branca e de baixa renda. Entretanto, um aspecto recente (desde 2017) sobre o movimento foi destacado, principalmente nas cidades de Recife e Salvador, que é a tendência do movimento feminista se aliar à causa antiproibicionista, reforçando a ideia que já foi retratada anteriormente neste capítulo de que a causa antiproibicionista luta não somente pela liberação ou legalização de substâncias ilícitas, mas também pela liberdade como um todo. As mulheres ativistas do feminismo antiproibicionista, negro ou não, trouxeram para o movimento questões de gênero, sexualidade e o próprio corpo, incluindo questões como a legalização do aborto e a luta contra a violência de gênero (BRANDÃO, 2017).

A presença feminina no movimento antiproibicionista assim como no MMM não se resume às mulheres ligadas à causa feminista, há também forte participação das mães de pacientes de cannabis medicinal. A partir dos anos de 2010, é possível observar que a pauta

medicinal e terapêutica em relação à maconha volta a ser posta em debate, isso porque um movimento de mães e pacientes, por meio de pesquisas, diálogos com outros pacientes e autoadministração do óleo extraído da cannabis, desenvolveram uma expertise sobre os usos medicinais da cannabis. Este fenômeno é apresentado no tópico seguinte.

#### **1.4 Expertise leiga e o neotivismo da cannabis terapêutica**

O movimento social do ativismo canábico, pensando especificamente no contexto brasileiro, foi caracterizado em distintas frentes, sendo que o “maconhismo terapêutico” viveu sua primeira fase ainda no Século XIX, quando era da homeopatia no Brasil foi marcada pelo uso terapêutico de maconha. Essa frente ganha forças numa segunda fase a partir da década de 1970, quando os estudos na área das ciências da saúde confirmaram o que homeopatas já difundiam, assim como apontam novos potenciais terapêuticos da planta (BRANDÃO, 2017).

O fenômeno do surgimento das associações civis em prol da cannabis terapêutica nos aponta para uma nova forma de ativismo, a qual nomeamos neste estudo Neotivismo. Esse é um conceito cunhado a partir da observação de que pela primeira vez na história do movimento canábico no Brasil, a sociedade se organizou em associações para não só reivindicar seus direitos de acesso à saúde e qualidade de vida, mas principalmente para garantir o acesso o uso terapêutico da planta (por vezes considerando que todos os usos são terapêuticos), mesmo que agindo por meio de atos de desobediência civil pacífica e organizada, diante de uma inércia do estado. Deste modo, neste estudo tratamos como neotivismo essa nova fase do movimento organizado em associações civis em prol da cannabis terapêutica, que se inicia por volta de 2014 e segue ampliando por todo o país.

Na última década, é possível identificar algumas vitórias alcançadas pelo movimento antiproibicionista no Brasil, principalmente no que tange à maconha para fins medicinais e terapêuticos, como o surgimento de associações canábicas formalizadas a partir de 2012, a autorização da Anvisa para importação de medicamentos à base de canabidiol (CBD) em 2015, a autorização para cultivo associativo da Associação Brasileira de Apoio a Cannabis Esperança (Abrace) em 2017, entre outros. Porém, ainda há muito o que ser modificado, visto que o acesso à planta permanece muito restrito a uma pequena parcela da população, que possui recursos financeiros para bancar o tratamento alternativo com óleos e extratos da planta.

A recente revolução na regulação sanitária em relação à cannabis medicinal e terapêutica que presenciamos na última década é, sem dúvidas, fruto da luta incessante uma rede de ativistas, cientistas, juristas, mídias, produtores de extratos de cannabis e pacientes, mas

sobretudo, deve-se às constantes reivindicações das mães de crianças portadoras de doenças neurológicas que assumiram o risco de responderem penalmente por tráfico internacional de drogas ao importar extratos de cannabis para o tratamento de epilepsia refratária de seus filhos e pelas ações que envolvem (CARVALHO; BRITO; GANDRA, 2017).

O fenômeno que coloca as mães de crianças com doenças neurológicas na posição de protagonistas no debate sobre a regulamentação para o uso médico de cannabis também ocorreu em outros países da América Latina, como México, Chile, Argentina, Colômbia, Peru, Equador e Paraguai. Segundo Vélez (2019) o movimento de mães defensoras da cannabis se tornou um fator-chave nos debates em torno da reforma da política de drogas na América Latina, visto que elas questionaram a ilegalidade imposta pelos estados sobre a substância. Mesmo que suas práticas fossem rotuladas como ilegais, essas mães não se consideram criminosas, porque:

Em primeiro lugar, as mães eram atores legítimos da saúde que podiam se envolver com a experimentação do tratamento, pois seu *status* de cuidadoras lhes dava legitimidade para conhecer seus filhos e saber o que os beneficiava. Em segundo lugar, eles contestaram a legalidade da proibição porque seu único propósito era curar seus filhos e, ainda assim, dar um entorpecente a um menor é considerado um fator agravante para um crime em todas as legislações sobre tráfico de drogas na região, portanto, o uso de cannabis pela mãe em seus filhos podem fazer com que percam a custódia (VÉLEZ, 2019, p. 86-7)<sup>61</sup>.

Diante da força e coragem dessas mães em se posicionar em defesa de uma planta ilegal em prol da saúde e bem-estar de seus filhos, elas se tornaram as defensoras mais bem-sucedidas da regulamentação. Enquanto questionavam a condenação moral da cannabis, permitiam a mudança em seu status legal.

No Brasil, muitas dessas mães tomaram conhecimento sobre a alternativa da maconha medicinal via informações na internet. As mídias sociais, principalmente o *WhatsApp* e o *Facebook*, assim como a televisão e plataformas de *streaming* tiveram papel substancial no processo de difusão do conhecimento e congregação de pessoas para organização de movimentos sociais pela legalização do uso medicinal de derivados de cannabis no Brasil (PEREIRA, 2016; CARVALHO; BRITO; GANDRA, 2017).

A família Fischer foi uma das pioneiras a fazer uso do CBD no Brasil. Conforme Oliveira (2017), a mãe de Anny teria tomado conhecimento da substância por meio de um grupo

---

<sup>61</sup> Tradução nossa. No Original: “First, mothers stood as legitimate health actors that could engage with treatment experimentation as their status of caregivers gave them the legitimacy to know their children and know what benefited them. Second, they contested the legality of prohibition because their only purpose was to cure their children and yet, giving a narcotic to a minor is considered an aggravating factor for a felony in all legislations on drug trafficking in the region, so mother’s use of cannabis in their children could cause them to lose their custody”.

no *Facebook* de apoio sobre a síndrome CDKL5<sup>62</sup>, formado por usuários de diversos países, no qual uma família norte-americana havia postado resultados benéficos obtidos pelo uso do canabidiol no tratamento das convulsões. Inicialmente, o composto era importado de forma clandestina e recebido pelos Correios. Mesmo sem orientação médica, as famílias do grupo trocavam entre si informações a respeito das dosagens e dos resultados obtidos. Assim, os familiares dos portadores da síndrome CDKL5 se tornaram “leigos diferenciados” graças ao acúmulo de conhecimento de competências advindo da troca de informações e experiências individuais. Essas famílias possuíam uma tripla experiência que abrangia “a gravidade da doença, o pouco conhecimento disponível e o uso de um composto ilegal sem estudos clínicos randomizados e duplos-cegos” (OLIVEIRA, 2017, p. 192).

Neste ponto, vale destacar em que consiste o conceito de “Expertise Leiga”. O conceito foi citado pela primeira vez por Steven Epstein (1995) em um artigo que descrevia a luta dos ativistas estadunidenses portadores do vírus HIV na década de 1980. O autor explica que os ativistas obtiveram credibilidade científica pelo aprendizado da linguagem e da cultura da ciência médica por diversos meios, como acompanhar a conferências científicas, escrutínio de protocolos de pesquisa e profissionais solidários tanto dentro quanto fora do movimento. Assim, apesar de os ativistas insistirem na necessidade de trazer uma linguagem “não científica” nos julgamentos em seus encontros com pesquisadores, eles também assumiram que a capacidade de falar o vocabulário médico era essencial para sua participação (EPSTEIN, 1995).

Outro exemplo clássico de expertise leiga documentado na literatura sobre a temática e descrito por Brian Wynne (1996) é o caso dos criadores de ovelhas da Cúmbria, próximo à usina de reprocessamento nuclear de Sellafield, depois da precipitação radioativa de Chernobyl<sup>63</sup> (Ucrânia). Neste caso, os criadores de ovelhas apresentavam aspectos de expertise leiga quando a sua experiência com pronunciamentos da indústria nuclear sobre contaminação radioativa fez com que eles identificassem que as declarações sobre a precipitação não se aplicavam àquele contexto. Fato que mesmo um pesquisador com qualificação acadêmica, mas com menos experiência de discussões de contaminação radioativa neste local em particular, não teria sido capaz de julgar os pronunciamentos com a mesma sutileza.

---

<sup>62</sup> “CDKL5 significa quinase dependente de ciclina do tipo 5 - é ligada à síndrome de Rett atípico, doença que resulta em convulsões precoces e de difícil controle além de comprometimento neuropsicomotor”. (FISCHER, 2017, p. 3).

<sup>63</sup> O desastre de Chernobyl foi um acidente nuclear catastrófico ocorrido entre 25 e 26 de abril de 1986 no reator nuclear nº 4 da Usina Nuclear de Chernobyl, perto da cidade de Pripiat, no norte da Ucrânia Soviética, próximo da fronteira com a Bielorrússia Soviética.

Em relação a esses dois exemplos, Collins e Evans (2002) observam que o que os difere consiste principalmente no nível de especialização que esses atores atingiram durante o acontecimento que promoveu a necessidade da expertise leiga. Os autores afirmam que ambos devem ser considerados expertos (no sentido de especialistas), pois um critério mais importante do que as qualificações é a experiência (COLLINS; EVANS, 2002) e tanto os ativistas do HIV nos Estados Unidos, quanto os criadores de ovelhas na Ucrânia, apesar de não possuírem a formação acadêmica no campo de conhecimento, foram capazes de identificar informações relevantes que contribuem para o conhecimento científico em cada situação.

O conhecimento “leigo” produzido pelas mães e pais brasileiros acerca do tratamento de epilepsia com o óleo de cannabis é, segundo Oliveira, F. (2016) metuculoso, analítico e similar ao conhecimento científico. Tanto Oliveira, M. (2016), quanto Oliveira F. (2016) consideram que este conhecimento das famílias em relação ao uso medicinal do CBD se enquadra como um caso de Expertise Leiga. De fato, vejo a necessidade de trazer este conceito para esta parte da pesquisa, pois é uma questão documentada, como descrito acima, pesquisas já mobilizaram que essas famílias e ativistas desenvolveram um conhecimento especializado sobre a cannabis. Mesmo sem possuir qualificação acadêmica na área, essas pessoas têm o conhecimento de especialistas adquiridos pela experiência (assim como os ativistas do HIV e os criadores de ovelhas) e são capazes de argumentar e debater com médicos e até mesmo com os responsáveis pela regulação desta droga em órgãos governamentais como a Anvisa, o Ministério da Saúde e os Conselhos de Medicina. Graças à atuação dessas pessoas, reformas foram estabelecidas em relação ao uso medicinal da cannabis.

De fato, a fase de Expertise Leiga foi um momento dentro do ativismo canábico que teve seu clímax entre os anos de 2014 e 2015, tendo entrado em declínio quando alguns dos objetivos foram alcançados (a autorização da importação do CBD, a mudança dessa substância da lista de proibidas para controladas, a generalização dos conhecimentos terapêuticos da cannabis, a ampliação do número de médicos prescritores, entre outras). Hoje se observa que a pauta é outra, mais voltada para o acesso por meio direito de autocultivo e cultivo associativo, por exemplo. Além disso, as associações em parceria com universidades e centros de pesquisa, têm oferecido cursos de capacitação a profissionais de diversas áreas (médicos prescritores e advogados principalmente, mas também veterinários, fitoterapeutas e diversas outras formações) assim como pessoas “leigas” interessadas em aprender mais sobre o cultivo da planta, produção do óleo e formas de tratamento. Com isso, o movimento de expertise leiga tem cedido espaço para o movimento de capacitação, no qual as pessoas buscam aprender num modelo formal de educação, por meio de cursos ministrados pelos especialistas.

Em determinado momento desta pesquisa, surgiu o questionamento sobre a aplicação do conceito de Expertise Leiga, por julgar que se trata de um conceito etnocêntrico que de algum modo menospreza o conhecimento daqueles que não possuem a qualificação acadêmica sobre o tema ao nomeá-los como “leigos”. Em relação a esse embate, Collins e Evans também questionaram termo “expertise leiga” de Epstein, pois segundo eles, leigo é uma pessoa que não é profissional ou especialista, neste caso, seria incabível e contraditório se aglutinar especialista e leigo em um único conceito. Acredito que os autores estavam apenas defendendo a sua teoria de que todo leigo é dotado de “expertise onipresente”<sup>64</sup>.

Assim, o problema não estava na palavra leigo em si, mas na junção dos dois vocábulos. Em relação a crítica sobre ser um conceito etnocêntrico, não vejo deste modo, pois se tratar como leiga a expertise dos ativistas somente revela a origem do conhecimento, mas não torna o conhecimento inferior, visto que o próprio Epstein (1995) afirma que os “ativistas expertos” eram capazes de contribuir para pesquisas e o avanço do conhecimento científico. Ou seja, no momento em que os ativistas dominam o conhecimento no nível da experiência e do discurso, estes deixam de ser considerados leigos e são vistos como especialistas, sendo reconhecidos pela própria comunidade médica e acadêmica. Para haver expertise leiga pressupõe-se o reconhecimento do conhecimento compartilhado.

Em pensamento semelhante, Brown et al. (2004) identificaram a necessidade de se aplicar a teoria dos movimentos sociais aos movimentos sociais em relação à saúde e elencaram três categorias: movimentos de acesso à saúde, que buscam acesso equitativo aos cuidados de saúde e melhoria da prestação de serviços de saúde; movimentos de saúde que abordam a desigualdade em saúde e a desigualdade em saúde com base nas diferenças de raça, etnia, gênero, classe e/ou sexualidade; e movimentos de saúde incorporados que abordam doenças, deficiências ou experiências de doenças desafiando a ciência sobre etiologia, diagnóstico, tratamento e prevenção. No caso, o movimento pela cannabis medicinal demonstra características dos movimentos de acesso à saúde assim como os de saúde incorporados, que, segundo Brown et al. (2004) são caracterizados por: 1) introduzem o corpo biológico nos movimentos sociais, principalmente no que diz respeito à experiência corporificada das pessoas com a doença; 2) normalmente incluem desafios ao conhecimento e prática médica/científica existente; e 3) muitas vezes envolvem ativistas que colaboram com cientistas e profissionais de saúde na busca de tratamento, prevenção, pesquisa e financiamento ampliado<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Tradução nossa. No original “ubiquitous expertises”.

<sup>65</sup> Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9566.2004.00378.x>. Acesso em: 22 fev. 2022.

De volta ao caso dos ativistas da cannabis, Oliveira (2017) descreve algumas atitudes que demonstram que as famílias começaram a realizar técnicas de expertise leiga, tais como o registro rigoroso do número de convulsões, o controle da dosagem do canabidiol e outros medicamentos, a busca por estudos sobre a patologia na internet, a constante troca de informações e experiências entre os pacientes e familiares de pacientes, sempre com acompanhamento médico. Assim, “passaram a formar uma opinião sobre o campo científico e sobre a ciência” (OLIVEIRA, 2017, p. 192). Em relação à cobertura midiática, também havia indícios da cientificidade leiga do acompanhamento realizado pelas famílias, uma vez que “as instituições [polícia, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo e a Lei] não sabiam nada sobre a substância (ou o CBD era tratado como sinônimo de maconha) e, nesse caso, quem tinha mais informação eram as famílias e ativistas” (OLIVEIRA, M., 2016, p. 19).

Em parte, pode-se atribuir a falta de conhecimento dos médicos e demais profissionais a respeito dos benefícios medicinais e terapêuticos da cannabis ao teor proibicionista da política de drogas brasileira, que criminaliza a prescrição de drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (BRASIL, 2006). Como a cannabis é considerada uma droga ilícita, sua prescrição era considerada um crime, sendo que esse problema da criminalização da prescrição permanece. Assim, mesmo que houvesse conhecimento por parte do médico, ainda havia o risco de ser penalizado. Esse paradigma proibicionista interfere não só na medicina, como no avanço das pesquisas sobre o tema. Se não existe acesso à planta e seus substratos, como é possível pesquisar seus efeitos? Assim, apesar de agir pela clandestinidade, sob uma estratégia de desobediência civil, a importação ilegal e a experiência dessas famílias contribuíram para se iniciar um processo de disseminação do conhecimento sobre o tema.

Por outro lado, enquanto a troca de experiência dessas mães e pacientes se limitava aos grupos fechados das mídias sociais (*Facebook* e *WhatsApp*), não era possível promover mudanças. Apesar das reivindicações para garantir o acesso ao tratamento, essas famílias continuavam tendo seus pedidos negados, como demonstra o documentário *Illegal* (2014). Foi a partir do momento que o movimento de mães pelo acesso democrático ao tratamento medicamentoso se uniu ao movimento de ativistas que lutam pela legalização total do uso de cannabis, tanto recreativo quanto medicinal, que obteve impacto decisivo na transformação da opinião pública. Segundo Carvalho, Brito e Gandra, (2017, p. 64), “Os ativistas pelo uso recreativo, que já tinham experiência empírica no cultivo, garantiram o acesso de famílias a plantas e extratos artesanais e passaram a ser apoiados por mães que se juntaram ao Movimento Marcha da Maconha”.

Destaco que esse foi um momento em que o ativismo canábico em sua proposta clássica se une ao neotivismo, considerando a fase em que pacientes e familiares se unem ao movimento canábico para promover a luta pelo uso medicinal. Carvalho, Brito e Gandra (2017) concluem que o apoio dos ativistas do MMM, assim como de instituições públicas e grupos de trabalhos como a UFRJ (pelo Farmacannabis) e a Fiocruz (pelo Fiocannabis) permitiu o planejamento de ações para atender a essa demanda de saúde. Os autores explicam que essa mobilização conjunta é a provável causa de o movimento sair dos grupos e conversas nas mídias sociais (*Facebook, WhatsApp e Telegram*) e despertar o interesse das grandes mídias.

Veículos de comunicação de massa (televisão e jornais de grande circulação), assim como o interesse de outras instituições de pesquisa, identificaram o grande potencial em projetos relacionados à cannabis e empresas internacionais que comercializam extratos com capacidade financeira de patrocinar eventos de educação médica. Deste modo, os autores concluem que:

Os movimentos sociais em parceria com a universidade, pautados na desobediência civil pacífica exercida pelas mães, empregaram o ciberativismo como estratégia para transpor as barreiras do preconceito e convencer a sociedade brasileira que independente da discussão do uso recreativo, o acesso ao uso medicinal é urgente e legítimo (CARVALHO; BRITO; GANDRA, 2017, p. 64).

Diante do que descreve Carvalho, Brito e Gandra (2017), a visibilidade do tema e a regulamentação dos medicamentos à base de Cannabis ocorreu primeiramente com a (re)descoberta dos potenciais terapêuticos da planta pelas mães de crianças com epilepsia<sup>66</sup> que não necessariamente apoiavam a legalização da maconha, mas buscavam acesso a um composto da planta (o CBD). A parceria com universidades e outras instituições de ensino e pesquisa também contribuiu imensamente para legitimação do conhecimento sobre os usos terapêuticos da planta, advindos da expertise leiga dos pacientes e seus familiares em meados dos anos 2010.

A mídia e, principalmente, a internet e as redes sociais digitais foram fatores essenciais no momento da legalização do uso medicinal do canabidiol, entretanto, as associações permanecem ativas nas redes e o conhecimento permanece sendo produzido e compartilhado com os membros e seguidores dessas associações, não só no *Facebook* como também no

---

<sup>66</sup> Um dos casos mais famosos referentes ao movimento de mães foi o caso de Anny Fischer, que teve cobertura na imprensa principalmente pela Rede Globo. A menina, que na época possuía cinco anos de idade, fazia uso do CBD no tratamento de uma forma grave de epilepsia que provoca fortes crises convulsivas, comprometendo o desenvolvimento da criança. Seu exemplo mobilizou famílias, pesquisadores, jornalistas e associações em prol desta causa (OLIVEIRA, M., 2016).



*Instagram*. A própria Anvisa reconhece que esses relatos devem ser informados à agência, pois contribuem para o avanço dos estudos neste contexto.

Verifica-se que a legislação atual ainda é um fator que dificulta tanto para a pesquisa como para o acesso de pacientes a medicamentos à base de cannabis, mesmo assim, hoje se observa um grande número de pesquisadores interessados na planta, assim como a criação de vários movimentos sociais, associações e ONGs que buscam auxiliar e amparar os paciente e familiares no acesso aos medicamentos. A Anvisa tem buscado atender à demanda da sociedade pela regulamentação o uso medicinal da cannabis dentro de sua competência, entretanto, ainda é preciso rever a regulação brasileira, visto que os derivados da cannabis hoje, mesmo tendo sido reconhecidos como medicamentos pela Anvisa e podendo ser vendidos em farmácia, permanecem inacessíveis a grande parte da população.

Diante deste cenário de lentidão e desorganização do poder público em chegar num consenso sobre a regulamentação e/ou a legalização da planta, as associações canábicas têm exercido um papel fundamental no avanço da pauta sobre os acessos ao uso terapêutico da maconha. Como afirma Costa (2022), essas associações podem apresentar características distintas (nem todas cultivam ou estão exclusivamente alinhadas ao viés medicinal), mas o que as une são as indiscutíveis evidências terapêuticas da planta, fator que fez dessas organizações peça-chave para pacientes no apoio ao tratamento. No capítulo seguinte, apresenta-se o associativismo canábico no Brasil, assim como suas linhas de atuação no movimento ativista.

## **CAPÍTULO 2 – ASSOCI(A)TIVISMO CANÁBICO: A LUTA PELO ACESSO FRENTE AO PROIBICIONISMO**

O título deste capítulo foi inspirado na dissertação de Amaral (2016) que utilizou a grafia associa(A)tivismo para demonstrar como que o ativismo está no cerne das associações e movimentos reformistas das políticas de drogas. Associações são entidades coletivas constituídas por um conjunto de pessoas com vista à persecução de um interesse comum (ALBUQUERQUE, 2013). Segundo Cerqueira (2019, p. 2), “é por via das associações que as pessoas estabelecem inter-relações e que existe uma capacitação para a participação política e para os processos de tomada de decisão a nível económico, social e cultural”.

Neste sentido, o associativismo tem papel fundamental nas sociedades democráticas (TOCQUEVILLE, 2005). Conforme Lüchmann (2011), essa é a razão para a tendência acadêmica de se estudar as associações vinculadas aos movimentos sociais. Segundo a autora, ambos desempenham atividades de representação da população na qual se inserem, defendem os interesses dos seus associados. Mas também é preciso ponderar que associativismo e movimentos sociais também possuem suas especificidades conceituais: “Embora também sejam, ou possam ser, associações, os movimentos sociais têm sido conceituados como articulação ou redes estabelecidas por grupos, coletivos e indivíduos que compartilham identidades e lutam por alguma causa” (LÜCHMANN, 2011, p. 141),

No caso do Associativismo Canábico, o ativismo é peça-chave tanto para a regulamentação e legalização da maconha, quanto para a reversão do estigma que se criou em torno da planta e seus usuários. As Associações Canábicas têm por objetivo facilitar o percurso burocrático entre a “doença e o tratamento/cura” por vias legais (ações judiciais), assumindo, assim, o papel de proteção social negligenciado pelo Estado (QUADROS; SILVA, 2022). Sendo assim o paciente e seus familiares que buscam o tratamento com extratos, substratos e derivados da planta, encontram nessas instituições o cuidado, a informação e o acesso facilitado ao remédio (COSTA, 2022).

Buscando se manter vivo diante do contexto proibicionista, o associativismo canábico no Brasil é um dos braços do movimento em prol da legalização da maconha responsável por proporcionar o acolhimento de pacientes e a facilitação de tratamentos alternativos com derivados da cannabis (pela distribuição ou venda de produtos ou pelo apoio médico e jurídico). Além disso, promove conscientização por meio da divulgação do conhecimento sobre a planta (por meio de cursos, *lives* e compartilhamento de informações) e, conseqüentemente,

ressignificação dos possíveis usos da maconha em meio à sociedade brasileira (DINIZ; SOUZA, 2020).

Dissociar o surgimento das associações em prol da cannabis terapêutica e medicinal no Brasil do movimento de ativismo pela legalização da maconha é impossível. Apesar de os interesses e causas de cada movimento possivelmente serem distintos, é a partir da união e parceria entre os atores envolvidos na formação de redes, além da midiatização do assunto, que transformações na regulamentação da planta foram alcançadas (CARVALHO, BRITO, GANDRA, 2017; RODRIGUES, MOURÃO, LOPES, 2021).

Entretanto, a planta permanece proibida no Brasil, de modo que as vias legais de acesso a seus derivados são a importação, mediante autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e a distribuição de óleos proporcionada pelas associações, que muitas vezes precisam praticar a desobediência civil ao cultivar a cannabis para suprir a necessidade dos associados, visto que apenas a Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (Abrace), dentre as mais de 40 associações brasileiras, possui autorização para o cultivo para fins de produção e distribuição do óleo terapêutico.

Em 2017, aproximadamente dois anos após as primeiras autorizações da Anvisa para importação de óleos, a Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD) publicou um manifesto<sup>67</sup> dos pacientes e familiares de pacientes que fazem uso terapêutico da cannabis de cinco grandes associações, no qual afirmam que diante do cenário proibicionista, onde a regulação abarca apenas a importação de óleos ricos em CBD, praticamente todos os pacientes que necessitam do uso terapêutico da maconha não podem ter acesso aos extratos importados devido ao alto custo e à burocracia para importação. Assim, parte desses pacientes precisa viver à margem da legalidade, correndo riscos que vão desde a segurança pessoal até risco de toxicidade por não terem oportunidade de serem atendidos por profissionais de saúde, já que muitos se recusam a prescrever devido ao sistema de proibição ou à falta de regulamentação do cultivo de cannabis no Brasil.

Deste modo, as associações que defendem o uso terapêutico acessível universalmente, com cultivo e procedimento caseiro, por ser a saúde um direito fundamental assegurado na Constituição Federal. Neste capítulo, busca-se aprofundar o estudo do associativismo canábico. Para além das conquistas alcançadas, apresenta-se aqui o motivo pelo qual o número de associações segue crescente e o motivo pelo qual a desobediência civil ainda é a principal alternativa de acesso ao tratamento para a maioria dos pacientes de uso terapêutico da cannabis.

---

<sup>67</sup> Disponível em: <https://pbpd.org.br/publicacao/manifesto-sobre-as-condicoes-dos-pacientes-que-fazem-uso-terapeutico-da-cannabis/>. Acesso em: 09 mar. 2022.

## 2.1 A vida não pode esperar: sofrimento e a luta antiproibicionista

No *teaser* promocional do documentário *Ilegal: A vida não espera* (2014) se ouve um trecho do relato de Katiele Fischer no qual ela fala que, como mãe, decidiu importar o Canabidiol (CBD) mesmo sabendo ser ilegal, pois foi movida pelo desespero de ver a filha convulsionar. Certamente esse sentimento de aflição diante do sofrimento próprio, de um filho ou ente querido, é o que levou boa parte das pessoas que buscaram o tratamento com a cannabis a optar por tal alternativa. Pela dificuldade de acesso ao recurso terapêutico, viu-se a necessidade da criação de comunidades e, posteriormente, de associações, diante da necessidade mútua dos envolvidos nesse grupo de pessoas. Esses são espaços (físicos ou virtuais) onde as pessoas podem trocar experiências e vivências, além de encontrar apoio, aconselhamento e conforto.

Em teoria, Helman (1994, p. 74) afirma que “para o indivíduo doente, a origem desses tratamentos importa menos do que sua eficácia em aliviar o sofrimento”, apesar de nas sociedades ocidentais modernas urbanizadas coexistir um pluralismo de métodos médico-terapêuticos que visam oferecer ao paciente sua maneira particular de explicar, diagnosticar e tratar as doenças. Quando os pacientes e familiares dão entrevistas e depoimentos na mídia, vemos a insistência deste discurso de alívio do sofrimento. Essas pessoas relatam que a cannabis não garante a cura para os casos clínicos, mas tem oferecido esperança de uma melhor qualidade de vida. O mesmo discurso surge entre as entrevistadas desta pesquisa.

Na maior parte das sociedades, aponta Helman (1994), o sofrimento, o desconforto físico ou o abalo emocional são fatores que motivam as pessoas a se “auto ajudar” ou buscar ajuda de outros, seja médico, amigo, parente, vizinho, líder religioso, curandeiro ou pessoa tida como “sábua”. No caso de um grupo que se encontra diante da mesma causa do sofrimento, em uma ala hospitalar por exemplo, o autor descreve que se formam “comunidades temporárias de sofrimento”<sup>68</sup> de pacientes unidos por seus próprios estados de saúde e pela troca de experiências.

Em relação às pessoas que fazem uso da cannabis para fins terapêuticos ou medicinais, Policarpo (2019) buscou refletir sobre o movimento ativista canábico na perspectiva da importância das drogas, em especial a maconha, para o alívio da dor e do sofrimento. Para isso,

---

<sup>68</sup> O termo é inspirado nas “comunidades de sofrimento”, em outras traduções “comunidades de aflição”, propostas por Victor Turner, na obra *The drums of affliction. A study of religious processes among the Ndembu of Zambia* (1968).

o autor baseou-se principalmente na análise documental comparativa entre o regulamento *Compassionate Use Act* de São Francisco, nos Estados Unidos, o regulamento do Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Resolução 2.113/2014, concluindo que no Brasil o acesso é muito restrito, não atendendo a todas as demandas da sociedade, visto que tal resolução restringe a prescrição ao “uso compassivo” somente ao canabidiol, por médicos especialistas em neurologia e a Anvisa apenas regulamenta a produção de medicamentos, sendo que o cultivo para fins medicinais ou científicos segue proibido no país.

Em 2022, foi publicada uma versão atualizada que revogava a resolução anterior. A Resolução CFM nº 2.324/22<sup>69</sup> foi considerada pelo movimento canábico um retrocesso, visto que limitava tanto a medicação (somente é permitida a prescrição de canabidiol puro para crianças e adolescentes que sofrem de epilepsias refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa). Além disso, a resolução traz uma série de vetos para os médicos, que incluem: a prescrição da Cannabis in natura para uso medicinal, bem como quaisquer outros derivados que não o canabidiol; prescrever o canabidiol para indicação terapêutica diversa da prevista nesta Resolução, salvo em estudos clínicos autorizados pelo Sistema CEP/CONEP; e ministrar palestras e cursos sobre uso do canabidiol e/ou produtos derivados de Cannabis fora do ambiente científico, bem como fazer divulgação publicitária.

Observa-se assim a contrariedade que se instaura na relação entre direito de acesso de pacientes e o tratamento com cannabis no Brasil. Se por um lado os marcos legais<sup>70</sup> que regulam judicialmente as substâncias psicoativas e psicotrópicas no Brasil tenham descriminalizado a cannabis, as políticas públicas internas permanecem impondo a eles uma série de barreiras. Segundo Barros e Santos (2021), vive-se um contexto de parcial repressão/descriminalização, no qual se tensionam os interesses projetados na proibição da cannabis no Brasil, envolvendo grupos interessados no controle social ou em lucrar com esta economia encarecida pela proibição, pessoas jurídicas e físicas agora ingressam nesta disputa de interesses sobre esta planta. Mesmo assim, persiste a resistência do movimento, inclusive de usuários recreativos que, conforme os autores, não deixaram de consumir cannabis, que também exploraram as brechas jurídicas para legitimar o uso medicinal.

Percebemos nesta pesquisa, tanto por meio de leitura de outros estudos quanto pelas entrevistas, que a terapia com a cannabis não é apenas medicinal, mas holística em todo o seu

---

<sup>69</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cfm-n-2.324-de-11-de-outubro-de-2022-435843700>. Acesso em 05 nov. 2022.

<sup>70</sup> A Lei nº 5.726 de 1971, a Lei nº 6.368 de 1976 e a Lei no 13.343 de 2006 (Lei de Drogas). Ver Capítulo 1.

entendimento. O usuário busca o bem-estar e qualidade de vida pessoal, por essa razão, na cultura canábica há defensores de um uso terapêutico, religioso ou mesmo recreativo. De acordo com Firmino e Queiroz (2009), a maconha tem sido vista como um recurso que proporciona ao indivíduo um modo de obtenção de prazer. Os autores explicam que a maconha seria, numa vertente freudiana, um refúgio, um paliativo e um prestador de um bom serviço no que diz respeito à procura da felicidade. É o caso de pessoas adultas que não necessariamente sofrem de algum caso de epilepsia, autismo, Parkinson, Alzheimer, dor crônica ou qualquer outro mal que tem sido tratado medicinalmente com a cannabis, mesmo assim possuem o sofrimento causado por preocupações, conflitos pessoais ou mazelas do dia a dia. Esse sofrimento em contraposição com a noção de felicidade ou prazer também pode ser aliviado terapêuticamente pela cannabis.

Posto isso, mesmo a Constituição Federal de 1988 garantindo o direito à saúde, assim como Katiele Fischer, tanto pacientes e familiares de pacientes, quanto as pessoas que desejam fazer o uso adulto da maconha, se veem obrigados a agir na ilegalidade, pois o acesso à planta de cannabis ou qualquer de seus derivados era proibido no Brasil. Após o ano de 2015, ficou instaurada a regulamentação para importação, produção e comercialização de medicamentos à base da cannabis, entretanto, como o cultivo permanece criminalizado, a maioria dos pacientes ainda precisa buscar formas alternativas, muitas vezes ilegais, de acesso, como o autocultivo ou mesmo procurando a planta em pontos de venda de drogas ilegais. Posto isso, vem o questionamento: o que leva as pessoas a colocarem sua segurança e direito à liberdade em risco na busca por acesso a uma planta proibida?

O movimento pró-legalização da maconha no Brasil teve início nos fins da década de 1970, tendo despertado a atenção primeiramente da imprensa alternativa, de modo que os primeiros grupos politicamente organizados em torno desta causa começaram a surgir no Rio de Janeiro e em São Paulo. De acordo com Silvestrin (2011), nesse período surgiram uma série de reivindicações dos movimentos sociais reprimidos durante o governo militar na pré-Constituinte, entretanto, ao contrário do ocorrido com as demandas do movimento negro, de mulheres ou de comunidades tradicionais, a legalização da cannabis não foi incluída no texto constitucional.

Assim, nos primeiros 30 anos, o movimento pró-legalização buscou se estabelecer neste contexto proibicionista com ações e manifestações esporádicas. Somente na primeira década dos anos 2000, a militância começou a se estruturar aliando a luta política à criação e exploração de um mercado para o que denominam “cultura cannabis”. É no mesmo período que tais militantes, em associação a organizações as mais diversas, estabeleceram pela primeira vez

um calendário de manifestações e eventos pró maconha no Brasil inteiro, de modo que a Marcha, mesmo organizada localmente, possuía o impacto de debater a causa do movimento nacional. Nesse momento, a internet e as novas tecnologias de comunicação e informação tiveram papel substancial para articular nacionalmente os indivíduos e organizações em redes pró-legalização da maconha (SILVESTRIN, 2011).

Assim, a bibliografia sobre o tema data que a primeira Marcha da Maconha realizada no Brasil aconteceu no ano de 2002, na cidade do Rio de Janeiro, como manifestação em prol da liberação da cannabis para uso recreativo e medicinal. Entretanto, a defesa do uso medicinal foi reforçada cerca de uma década depois, quando o movimento de mães pelo acesso democrático ao tratamento medicamentoso se uniu ao Movimento Marcha da Maconha causando impacto decisivo na transformação da opinião pública (CARVALHO, BRITO; GANDRA, 2017). Isso porque as imagens das mães lutando para garantir o tratamento de seus filhos gerou empatia na sociedade, mesmo assim, não se pode descartar a importância dos meios de comunicação como mediadores no processo de ressignificação da planta e seus usos terapêuticos. A união dessas mães, em parceria com cultivadores e ativistas, permitiu o surgimento de associações, que organizadas na sociedade civil.

Elisaldo Luiz de Araújo Carlini (1930-2020), no posto de professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Diretor do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), organizou uma série de simpósios de cannabis medicinal<sup>71</sup>. O IV Simpósio Internacional da Cannabis Medicinal (IV SICaAM)<sup>72</sup>, ocorrido em 2014, teve como inovação a proposta de incluir no debate em posição de destaque (como palestrante e não simplesmente entre o público ouvinte) pacientes e familiares de pacientes que faziam uso da cannabis medicinal para tratamento de diversos casos clínicos, como epilepsia, esclerose múltipla, fibromialgia, dor neuropática, câncer, HIV e dor crônica. Essa iniciativa foi de suma importância para que se despertasse entre os presentes a percepção de que, diante de uma inércia por parte do governo, era necessário que a comunidade interessada se organizasse como sociedade civil para lutar pelos seus direitos de acesso à saúde e qualidade de vida. Para além desses convidados, também estiveram presentes pesquisadores e representantes de órgãos dos poderes Executivo e Legislativo.

---

<sup>71</sup> Simpósio Tetrahydrocannabinol como Medicamento? (1995); Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em Medicina (2005); Simpósio Internacional: Por uma Agência Brasileira da Cannabis Medicinal (2010);o IV Simpósio Internacional da Cannabis Medicinal (IV SICaAM - 2014).

<sup>72</sup> Os vídeos de toda a programação do evento podem ser acessados na *playlist* do canal do *YouTube* do projeto MaconhaBras, disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PL0EWj1xyL2wwczyDnE08kYaj2TOYc1t0a>. Acesso em: 13 jan. 2022.

Conclui-se que o principal resultado do IV SICaAM (2014) tenha sido a reunião de pessoas que tiveram a iniciativa de criar as associações em prol da cannabis, visto que estiveram presentes Juliana Paolinelli (cofundadora da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal - Ama+me), Margarete Santos (atual coordenadora e uma das fundadoras da Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis – APEPI) e Katiele Fischer, que apesar de não estar diretamente ligada a nenhuma associação, se tornou um símbolo do ativismo em prol da maconha medicinal por meio do já citado documentário *Ilegal, a vida não espera* (2014) e diversas reportagens veiculadas pela Rede Globo (RODRIGUES; LOPES; MOURÃO, 2021).

De fato, após o quarto simpósio, por meio de pressão popular de pacientes, familiares, pesquisadores e ativistas, algumas mudanças foram alcançadas, como a autorização da Anvisa para importação de produtos à base da cannabis, a criação de associações de acolhimento e apoio a pacientes, a introdução de cursos sobre usos medicinais e terapêuticos em instituições de ensino e até mesmo um crescente movimento em prol do cultivo individual e associativo da planta para fins terapêuticos como forma de desobediência civil pacífica e organizada.

Com essas mudanças, surgem também novas demandas e necessidades. Quando a Anvisa flexibiliza o acesso aos produtos à base da maconha por meio da importação, por exemplo, cria-se o questionamento “acesso para quem”, visto que mesmo com a facilitação do processo de solicitação da autorização que ocorreu por volta de 2015, o alto custo do medicamento permanecia muito aquém no poder de compra dos pacientes que necessitam deste tratamento. Uma possibilidade seria a produção pela indústria farmacêutica nacional, mas diante da exigência de importação da matéria-prima, já que o cultivo da maconha ainda era proibido no Brasil, o valor de produção do medicamento a ser vendido nas farmácias permaneceria fora de alcance para a maior parte dos brasileiros.

Tornou-se um medicamento elitizado, mesmo podendo ser produzido de forma artesanal. Diante disso, cada vez mais as associações praticavam o cultivo e produção de óleos por conta própria, como forma de desobediência civil, além de auxiliar aqueles pacientes que desejavam fazer a importação. Na falta de disciplinas sobre os usos terapêuticos e efeitos da maconha no organismo humano nos cursos de saúde, as associações em parcerias Universidades e Instituições de Ensino se tornaram referência em formação de médicos prescritores, cultivadores e produtores de fitoterápicos a base da planta. Isso contribuiu para modificar toda a lógica de acesso à planta. Também ressignificou, pelo menos em partes, a forma como a sociedade enxergava a maconha. De droga ilícita, aos poucos as pessoas começaram a conhecer o potencial terapêutico da planta. Nas palavras do professor Carlini, o IV SICaAM foi um sucesso. Após o quarto simpósio, ocorreram mais dois, em 2017 e em 2019.



A fim de analisar como a mediação de veículos midiáticos, em especial de programas de televisão, contribuíram para a ressignificação da maconha no Brasil, Rodrigues, Lopes e Mourão (2021) identificaram que entre 2014 e 2018 houve mudança significativa na abordagem do tema, principalmente no que tange à seleção lexical e às fontes entrevistadas nos programas *Encontro com Fátima Bernardes* e *Bem Estar* (Rede Globo) e *Hoje em Dia* (Rede Record). Nessa pesquisa, observou-se que em 2014, antes da Anvisa autorizar a importação do canabidiol, havia grande apelo para famílias de pacientes, principalmente mães de crianças com epilepsia, que destacavam a importância do tratamento para melhoria da qualidade de vida, atingindo o emocional dos telespectadores que acabavam se identificando com a luta daquelas famílias. Num segundo momento, o discurso passa para o âmbito científico, visto que com a liberação da Anvisa, a preocupação da sociedade se desloca para os efeitos dos canabinóides no organismo, de forma as famílias são substituídas por médicos e neurocientistas (RODRIGUES; LOPES; MOURÃO, 2021).

Neste ponto, vemos o início da disputa expertise leiga *versus* conhecimento científico que viria a tomar conta dos debates sobre a legalização da maconha e seus derivados em audiências públicas na Anvisa, Senado e Câmara dos Deputados. Independente da origem do conhecimento, esse tópico vem debater como a ressignificação da maconha, muitas vezes mediada pelos meios de comunicação, televisão e internet. Para além dos meios de comunicação, a luta dos ativistas pelo acesso à cannabis no Brasil tem, aos poucos, conseguido avançar, por meio de pressão da sociedade civil, representada hoje não só por aqueles que fazem uso da planta.

A rede de ativismo canábico e antiproibicionista no Brasil tem atuado por meio de diferentes estratégias, tais como Marchas da Maconha, Associações de Pacientes, Coletivos Antiproibicionistas, Grupos e Laboratórios de Pesquisa, Coletivos de Redução de Danos, entre outros. O *Cannabis Monitor*<sup>73</sup> listou essas atividades no Brasil e no site estão disponíveis os contatos (principalmente sites e redes sociais digitais como *Facebook* e *Instagram*) dos eventos e grupos de ativismo. Assim, esse monitor identificou que são organizadas Marchas da Maconha em 20 estados, além do Distrito Federal (não foram identificadas marchas no Acre, Amapá, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins), somadas às mais de 40 associações de pacientes de cannabis medicinal e 18 coletivos e redes de ativismo canábico e antiproibicionista.

---

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.cannabismonitor.com.br/ativismo/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Associações<sup>74</sup> canábicas surgiram reunindo inicialmente pacientes e seus familiares, depois pesquisadores, profissionais de saúde e comunicação, com o intuito de unir pessoas em busca da facilitação do acesso às substâncias medicinais à base da Cannabis, assim como compartilhamento de informações sobre os efeitos, os benefícios, como fazer a importação, acesso a médicos prescritores, etc. Desta forma, o processo de construção de competências e o fortalecimento do ativismo nesta área se deu conjuntamente e produziu resultados, tais como a RDC<sup>75</sup> 17/2015, RDC 335/2020 e a autorização de cultivo cedida à Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (Abrace)<sup>76</sup>.

Sobre o ativismo promovido pelas associações canábicas, Surjus *et al.* (2020)<sup>77</sup> realizam uma autoanálise do movimento, publicando como uma guia para o associativismo. Segundo as autoras, ocorre via uma ou mais das seguintes linhas de atuação: (1) facilitação do acesso ao óleo (cultivo, produção, venda, fornecimento e/ou apoio logístico), (2) acolhimento (projetos sociais e atendimento médico e/ou multiprofissional), (3) Pesquisa (parceria com universidades), (4) formação (cursos e eventos) e; (5) Informação e comunicação. Sobre essa última linha de atuação, as autoras exemplificam simplesmente como “venda de canecas, camisetas etc.” (SURJUS *et al.*, 2020, p. 93).

A partir da observação direta do *Instagram* das associações, assim como do diálogo com os representantes dessas organizações e com os associados e seguidores nas redes sociais para esta pesquisa, identificamos que as estratégias de ativismo por meio da comunicação e informação vão além da promoção das associações através da venda de canecas e camisetas. Estratégias de divulgação de conhecimento, tanto dos discursos científico e médico, quanto do judiciário, tem permitido que mais pessoas conheçam e compreendam o trabalho das associações assim como os benefícios terapêuticos da planta da cannabis. As associações canábicas brasileiras possuem a uma missão baseada, de acordo com Surjus *et al.* (2020) nos princípios descritos no quadro a seguir:

---

<sup>74</sup> Segundo Art. 53 da Lei 10.406-02, que institui o Código Civil, “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”.

<sup>75</sup> RDC é a sigla para Resolução de Diretoria Colegiada.

<sup>76</sup> Até 2019, esta era a única associação que tem autorização definitiva da justiça brasileira para cultivar plantas ricas em CBD e THC para fins medicinais, possuindo um laboratório próprio e profissionais farmacêuticos e químicos responsáveis pela produção de produtos à base dessas substâncias (ABRACE, 2018).

<sup>77</sup> Ressalta-se que trata-se de um autoestudo sobre o associativismo canábico.

Princípios	Finalidade/alcance	Operacionalização
Democratização/ Universalização do Acesso / garantir direitos (cultivo domiciliar e associativo).	Implementação de políticas públicas / fornecimento pelo SUS.	Construção de política para crianças com deficiência.
	Produção de baixo custo.	Elaboração de produtos.
	Fins científicos.	Parceria universidades/ Apoiar estudos.
	Fins medicinais/terapêuticos.	Desenvolver pesquisas, estudos, estabelecer parâmetros e planos de cultivo.
	Mudança legislativa da política de drogas.	Representar o paciente e sua família.
	Regulamentação.	Consultas gratuitas.
	Controle de qualidade.	Celebrar convênios.
Agregar qualidade de vida saúde natural / Modelo antroposófico.	Promoção de saúde integral.	Modelo CSA e Economia Solidária.
	Resgate da relação ancestral. Cultivo agroflorestal.	Cultivo agroflorestal.
	Produção de fitoterápico.	Modalidade de cultivo colaborativo.
Combate ao estigma	Sociedade mais humana e igualitária.	Fomentar a criação de novas associações.
		Apoio e acolhimento aos pacientes / formação de coletivo / vivência comunitária.
		Difusão de informação / estimular diálogo, debate e solidariedade
		Realizar formação – público geral, médicos, jurídico.
		Interferir junto a órgãos competentes.

Quadro 3 - Missão das Associações Canábicas no Brasil

Fonte: Surjus et al. (2020, p. 92)

Diante da atual legislação que proíbe o cultivo da planta no Brasil, três organizações possuem autorização na justiça na esfera civil dos estados do Rio de Janeiro e Paraíba para realizar o cultivo associativo para fins medicinais e científicos do país. Elas são a Abrace (PB), a Apepi (RJ), a Canapse. Já a Cultive (SP) é pioneira ao alcançar a autorização na esfera criminal, o que significa que os membros dessa associação não podem ser presos pela realização do cultivo e da produção de medicamento e nem por fornecer mudas a seus associados

portadores de ordem judicial para tal finalidade<sup>78</sup>. Além disso, várias associações defendem e praticam o cultivo doméstico e associativo como forma de “desobediência civil organizada”. Para fortalecer o ativismo frente à omissão do poder público, em agosto de 2019, 14 dessas associações se uniram para criar uma federação que represente os interesses dos pacientes no âmbito político e jurídico nacional.

Em 2021, a fim de reunir de forma organizada as instituições voltadas ao uso terapêutico da cannabis, foi fundada a Federação das Associações de Cannabis Terapêutica (FACT). A FACT tem por objetivo a busca por uma regulamentação justa e inclusiva da cannabis, atuando “no campo da seguridade social, especialmente saúde e assistência social, em favor da coletividade e, em especial, dos hipossuficientes, em parceria com o Poder Público ou com a iniciativa privada na satisfação de direitos fundamentais sociais” (FACT, 2021)<sup>79</sup>. Até a data de escrita desta tese, eram 39 associações pertencentes à FACT. Além das associações, a FACT ainda recebe o apoio das instituições Rede Reforma, Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD), OSC Legal Instituto e Sociedade Brasileira de Estudos da Cannabis Sativa (SBEC).

## **2.2 Associativismo, ativismo e democracia: mães, mulheres e familiares pelo acesso ao tratamento**

A liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, é um direito previsto pela Constituição Federal de 1988. A definição de exata de associativismo é algo complexo de se conceitualizar, devido a divergências na literatura e posicionamentos teóricos dos autores (LÜCHMANN, 2011). No entanto, há na literatura um consenso de que o associativismo possui importância atestada para a manutenção da democracia (LÜCHMANN, 2014; TOCQUEVILLE, 2005; KERSTENETZKY, 2003; WARREN, 2001).

Historicamente, o associativismo surge no Brasil entre os séculos XIX e XX, como experiências mutualistas e filantrópicas, de caráter leigo, ou seja, tratava-se de “estratégias construídas no seio da própria sociedade civil com vistas à sua sobrevivência, através de iniciativas que revelavam a busca por amparo e proteção social através da ajuda mútua” (VISCARDI, 2008). Segundo Gohn (2008), alguns autores acreditam que os termos movimentos sociais e associativismo devem ser reservados para tempos passados, pois não se

---

<sup>78</sup> Disponível em: <https://cultive.org.br/cultive-e-reforma-conseguem-o-primeiro-habeas-corpus-coletivo-do-pais-para-cultivo-de-cannabis-para-fins-terapeuticos/>. Acesso em 28 out. 2022.

<sup>79</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/factbrasil/>. Acesso em 24 abr. 2021.

aplicam na atualidade, no entanto a autora acredita que, no Brasil, nem associativismo nem movimentos sociais “morreram”. Pelo contrário, eles se reinventaram para se adequar aos novos contextos sociais, segundo a atual conjuntura econômica e política, de forma que “as duas formas existem na atualidade e, muitas vezes, se entrecruzam nos movimentos e nas organizações cívicas de ativistas, mobilizados em função de projetos sociais pontuais” (GOHN, 2008, p. 450).

Em outra obra, Gohn (2013) faz três apontamentos a respeito de ações de movimentos sociais e associativismo no Brasil contemporâneo:

Disto tudo, concluímos: primeiramente o crescimento dessas ações no Brasil. Em segundo lugar, a crescente profissionalização dos educadores sociais que atuam na área dos projetos sociais, com predominância de mulheres, com alto grau de escolaridade, alterando o tipo de sociabilidade desenvolvida anteriormente nas associações, pois estes educadores, usualmente, são pessoas que trabalham na comunidade via uma ONG ou associação, mas residem fora sendo a maioria pertencente a outra classe ou camada social. Em terceiro lugar, os projetos sociais não tematizam diretamente os problemas socioeconômicos, atuando mais no campo da cultura. Saberes locais tradicionais, expressos na música, dança, artesanato etc. são recriados e transformam-se em força social para mobilizar e organizar as comunidades, assim como para resgatar direitos culturais adormecidos. A diversidade cultural aparece de forma transversal, nos tipos de projetos, nas linguagens utilizadas e nos territórios onde atuam (GOHN, 2013, s.p.).

No caso específico das associações canábicas no Brasil, é clara a relevância dessas organizações democratizar o acesso ao tratamento com a cannabis. Costa (2022) afirma que as associações canábicas desempenham forte influência para o avanço da pauta sobre os acessos ao uso terapêutico da maconha, cada uma a sua maneira. Deste modo, certifica-se que as associações se tornaram peça-chave para os pacientes no apoio ao tratamento, ao passo que emergiram no vazio de instabilidade legal em relação à planta e diante da desorganização e lentidão do poder público em chegar a um consenso sobre os usos da cannabis (COSTA, 2022).

Diante de uma inércia do Estado em relação à proteção social, segundo Quadros e Silva (2022), as famílias de pacientes assumiram o protagonismo ao se unir para formar associações. Mesmo assim, os autores apontam que ainda assim “há um conformismo estatal diante do movimento das associações, já que elas estão suprindo a demanda negada, e resolvendo tudo por meio do associativismo, entende-se como ‘questão superada’, não necessitando mais da interferência estatal”.

Nesta pesquisa, observou-se que a demanda pelo acesso democratizado ao medicamento é a principal motivação para as pessoas se associarem à essas organizações. No entanto, a busca pela oferta do óleo de cannabis não é o único motivo, visto que não são todas as associações que disponibilizam esse produto a seus associados. A assistência médica, jurídica ou mesmo agrônômica para o autocultivo e consultorias para produção caseira do óleo, além dos processos de formação e capacitação, são relevantes e contribuem para a mobilização dos grupos em torno de uma organização que os represente.

### **2.2.1 O movimento de mulheres no ativismo canábico**

Um ponto que não pode deixar de ser destacado neste estudo é a participação das mulheres no movimento, seja a frente das associações, seja como associados ou ativistas independentes. As três associações estudadas possuíam em 2020 (ano da coleta de dados) mulheres no Conselho Diretor: temos Juliana Paolinelli à frente da Ama+me, Margarete Brito da Apepi e Keka Ritchie da ACuCa. Além disso, a maioria das entrevistadas também são mulheres. Por mais que a escolha das entrevistadas tenha se dado por indicação por parte das associações, essa indicação se deu pelo pedido da pesquisadora que enviasse o contato de representantes, assim como daqueles associados mais atuantes dentro das associações.

Deste modo, se num primeiro momento, não era objetivo desta tese discutir questões de gênero, percebemos que a participação feminina é uma característica marcante no movimento em prol da cannabis medicinal e terapêutica. Se retomarmos o caso de Anny Fischer, Oliveira, M. (2016) nos aponta que a luta pela legalização da importação do canabidiol no Brasil se iniciou com uma rede de mulheres que se tornaram ativistas, mas que antes de tudo, era uma rede de mães que se uniu pela aflição de buscar um tratamento para seus filhos. Nesse momento inicial, temos três mães: Katiele Fischer, Margarete Brito e Penny Howard. Esta última, segundo Oliveira, M. (2016), é mãe de Harper, portadora da síndrome CDKL5 e havia começado a tratar sua filha com canabidiol em 2014. Porém, Penny mora em Dallas, Texas, nos Estados Unidos.

Foi a partir da publicação dos resultados num grupo de *Facebook* para pacientes portadores da doença que família Howard virou referência para o uso e dosagens e mães brasileiras, incluído Margarete Brito, souberam dos efeitos do CBD. Deste modo, pode-se considerar que essa mídia social foi para o movimento tanto um ponto de partida, quanto um porto de encontro. Margarete Brito é mãe de Sofia, que também é portadora da síndrome CDKL5, assim como Anny Fischer, e foi Margarete quem contou do canabidiol a Katiele Fischer, mãe de Anny (OLIVEIRA, M., 2016). Tudo isso aconteceu, num momento em que

apenas existiam grupos informais pacientes e familiares que trocavam experiências e importavam o canabidiol de forma ilegal. Neste ponto, as primeiras associações apenas começavam a ser idealizadas. Após a luta de Katiele Fischer e sua família ser documentada e apresentada na mídia, essa mãe se tornou a primeira brasileira a conseguir utilizar maconha medicinal de forma legal no Brasil, ocupando uma posição de protagonista e interlocutora da luta pela importação.

No contexto de 2020, o Portal Sechat na semana do Dia Internacional da Mulher (8 de março), uma série de três matérias com depoimentos de mulheres que estão à frente do ativismo canábico no Brasil. Segundo o portal, é notória a participação ativa da mulher no ramo da maconha em diversas partes do mundo e, apesar de ainda não existirem métricas no país sobre a presença da mulher no setor canábico (como ativista, médica, pesquisadora, advogada ou empresária), a indústria da Cannabis norte-americana concentra a maior porcentagem de mulheres executivas em comparação a outras indústrias, de acordo com a comunidade digital *Cannabis Feminist* (SECHAT, 2020)<sup>80</sup>. A série trouxe depoimentos nos dias 5, 6 e 7 de março, conforme o quadro a seguir:

Data	Título da matéria	Homenageadas
05/03/2020	Dia da Mulher: símbolos de luta, mulheres à frente de associações pro Cannabis contam suas histórias <sup>81</sup>	Sheila Geriz (Presidenta da Liga Canábica)
		Margareth Brito – Coordenadora da Apepi
		Cidinha Carvalho – Presidente da Cultive
		Juliana Paolinelli – Cofundadora da AMA+ME
06/03/2020	Dia da Mulher: empresárias poderosas contam como é atuar na área da Cannabis <sup>82</sup>	Viviane Sedola – CEO & Founder da Dr. Cannabis
		Camila Teixeira – CEO & Founder da Indev
		Vanessa de Araújo Martins – Coordenadora Nacional do Clube de Cannabusiness
		Cristiana Prestes Taddeo – CEO da Hempcare
07/03/2020	Dia da Mulher: médicas e advogadas contam suas percepções do setor canábico <sup>83</sup>	Caroline Heinz – Vice-presidenta da HempMeds
		Dra. Carolina Nocetti – Médica consultora especializada em Cannabis
		Dra. Paula Dall’Stella – Médica
		Marcela Goldschmidt – Advogada da Rede Reforma
		Ana Izabel Carvana de Hollanda – Advogada

Quadro 4 - Série de matérias do Portal SEChat para o Dia Internacional da Mulher.

Fonte: Elaboração própria com base no Portal SEChat.

<sup>80</sup> Disponível em: <https://sechat.com.br/dia-da-mulher-simbolos-de-luta-mulheres-a-frente-de-associacoes-pro-cannabis-contam-suas-historias/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Disponível em: <https://sechat.com.br/dia-da-mulher-empresarias-poderosas-contam-como-e-atuar-na-area-da-cannabis/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

<sup>83</sup> Disponível em: <https://sechat.com.br/dia-da-mulher-medicas-e-advogadas-contam-suas-percepcoes-do-setor-canabico/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

A série de matérias preparada pelo Portal SEChat seguiu uma estrutura fixa, trazendo uma introdução sobre o tema, seguida de depoimentos das mulheres citadas no Quadro 8. Esses depoimentos são importantes para nos contextualizar sobre o papel dessas mulheres na causa canábica, principalmente quando se trata daquelas que estão à frente das associações, pois elas sempre falam sobre a emoção que vivem em sua família e a compaixão que sentem por outras famílias que vivem o sofrimento semelhante, e por essa razão, se juntam à causa, conforme afirma Cidinha Carvalho ao Portal SEChat:

A mulher tem se destacado quando o assunto é Cannabis porque estamos exercendo um papel fundamental na luta por uma regulamentação. Como mães, nos impulsionamos pela dor e pelo amor, levando a informação para os médicos, para todos os tipos de profissionais. Falamos sem pudor. A Cannabis, antes de ser um negócio lucrativos, é vida que todos devem ter o direito de acesso (SECHAT, 2020).

A colocação de Cidinha Carvalho neste depoimento vem demonstrar como a expertise leiga das mães surgiu dentro de uma comunidade de sofrimento, quando movidas “pela dor e pelo amor” levaram a informação sobre a Cannabis medicinal aos médicos e demais profissionais. Sobre o movimento medicinal, Margareth Brito explica o motivo pelo qual as mulheres ocupam essa posição de destaque:

É interessante notar que o movimento medicinal chegou no Brasil em 2014 através das histórias de crianças que precisavam obter remédios à base de maconha, contexto no qual eu me insiro. Esse movimento, de busca pelo acesso, é composto majoritariamente por mulheres, porque somos, na maioria absoluta do tempo, as cuidadoras na maioria dos grupos virtuais de crianças com epilepsia e autismo da associação que eu coordeno, a Apepi, onde mais de 95% são mães (SECHAT, 2020).

Quando a coordenadora da Apepi afirma que nos grupos virtuais, mais de 95% das participantes são mães, é possível imaginar o quão significativo é a participação feminina na causa, mesmo não havendo estudos que contabilizem essa participação no geral. As mães de crianças com epilepsia e autismo, como afirma Margareth assumem na luta o papel de cuidadoras e, quando aparecem em reportagens ou cobertura midiática das Marchas da Maconha na ala das mães que lutam pela qualidade de vida de seus filhos e da família, estão apresentando à sociedade uma imagem que emociona, pelo cuidado e força da maternidade. Porém, esse simbolismo do cuidado nem sempre é positivo quando se trata de conhecimento. No caso de Sheila Geriz, presidenta da Liga Canábica, ser mulher e mãe a fez ser desvalorizada frente a uma sociedade machista:



Acho muito positivo e simbólico o papel da mulher nesse setor. Nesta sociedade fundada na cultura machista, à mulher ainda é frequentemente atribuído o ‘cuidar’, e a Cannabis entra nessa configuração como instrumento de cuidado. Porém, também de emancipar e autovalorizar este feminino, que passa a se reconhecer capaz de promover mudanças sociais importantes.

Apesar da forte presença feminina no ambiente canábico, ainda percebo em muitos espaços uma postura de apropriação do conhecimento acumulado pelas mulheres, sobretudo por mães e cuidadoras dos pacientes usuários de Cannabis, seguida da desvalorização do papel dessas mulheres nas tomadas de decisões, sobretudo quanto às proposições regulatórias e de políticas públicas.

Me lembro de uma situação em que experimentei num ambiente majoritariamente masculino em que me diziam: ‘Mãezinha, pode deixar que resolveremos isso para a senhora’. Ora, não queremos que decidam ou façam por nós, queremos decidir e fazer junto (SECHAT, 2020).

Na fala de Sheila, é reforçada a noção de que a expertise leiga das mães é reconhecida e apropriada pelo campo acadêmico-científico, entretanto, quando se trata de ter voz na tomada de decisão em proposições regulatórias e políticas públicas, essas mesmas mulheres tendem a ser silenciadas e é que é preciso demonstrar a força feminina, quando as ativistas se emancipam e se autovalorizam como aquelas que mais dominam o conhecimento e a experiência no assunto da cannabis terapêutica. Para além das mães, também há um grupo de mulheres na luta pelo medicinal que não recebe tanta visibilidade. É o caso das ativistas que são pacientes medicinais de cannabis, como a cofundadora da Ama+me, Juliana Paolinelli:

Entrei na luta e ativismo pela democratização do acesso ao tratamento canábico por causa da minha própria dor. Permaneci por perceber quanta gente poderia ajudar a encontrar alívio para diversos tipos de condições, físicas e psicológicas. Então, em dezembro de 2014 foi fundada a Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal – AMA+ME.

Acredito na imensa força e na capacidade das mulheres para nortear o trabalho com a Cannabis, atuando tanto no meio político de ativismo e mobilização social, quanto no atendimento direto aos pacientes que necessitam da erva para conseguirem uma existência sustentável e funcional, com qualidade de vida. Tudo passa por extrema sensibilidade e habilidade em conduzir situações junto a pessoas em estado de vulnerabilidade e sofrimento biopsicossocial (SECHAT, 2020).

Juliana também é mãe, mas entrou no ativismo, como afirma no trecho supracitado, em busca de tratamento para ela própria. Nesse caso, ela descreve que há na mulher a habilidade e sensibilidade para agir frente a situações de vulnerabilidade e sofrimento tanto dos pacientes quanto de seus familiares, por essa razão, possuem a força necessária para atuar tanto no ativismo e mobilização social quanto no atendimento daqueles que necessitam do tratamento.

Essas quatro mulheres foram escolhidas pelo para representar o feminino nas associações, mas nesta pesquisa já identificamos que há mais uma mulher à frente de

associações, a Keka Ritchie da ACuCa. Assim, busquei pesquisar no site das principais associações, listadas no Quadro 4, que possuíam mulheres em cargos de liderança. Algumas associações não possuíam sites, outras não apresentavam essa informação.

<b>Associação</b>	<b>Lideranças</b>	<b>Cargo na associação</b>
Associação Brasileira de Cannabis Medicinal – ABRACAM	Charlotte Ruh	Presidente
Associação Brasileira para a Cannabis – ABRACannabis	Luísa Domingos	Coordenadora
Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança – Abrace	Endy Lacet	Diretor administrativo
Associação Cultural Canábica de São Paulo – ACuCa	Keka Ritchie	Presidente
Associação Goiana de Apoio e Pesquisa à Cannabis Medicinal – AGAPE	Marcela Rodrigues	Psicóloga
Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal – AMA+ME	Juliana Paolinelli	Cofundadora
associação Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis – APEPI	Margareth Brito	Coordenadora
Associação de Cannabis e Saúde – CULTIVE	Cidinha Carvalho	Presidente
Associação Terapêutica Cannabis Medicinal Flor da Vida – FLOR DA VIDA	Mirelle Patrícia Carvalho Toledo	Conselho Fiscal
	Raquel Maria dos Santos Silva	Conselho Fiscal
Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal – LIGA CANÁBICA	Sheila Geriz	Presidente
Associação Brasileira de Cannabis Medicinal – SANTA CANNABIS	Rachel Schramm	Vice-presidente

*Quadro 5 - Lideranças femininas nas principais associações canábicas brasileiras em 2020.*

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do quadro acima, foi possível identificar que das 21 principais associações canábicas brasileiras, pelo menos 12 possuem mulheres no cargo de liderança. É um número significativo, mas se trata apenas de um breve exemplo da participação feminina no associativismo canábico, uma vez que não há estudos quantitativos a esse respeito.

Esse fenômeno de silenciamento do associativismo feminino, segundo Martins (2016), não é uma novidade no Brasil. De acordo com a autora, desde o início do século XX que mulheres da elite e também de setores populares começaram a intervir na esfera pública por meio de ações de assistência social, inicialmente com motivação religiosa de caridade cristã, mas pouco se conhece sobre o assunto.

Somente durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), com a consolidação de associações e instituições privadas, tanto de caridade, quanto filantrópicas, que as mulheres começaram a sair dos limites da vida privada para efetivamente envolver com assuntos como orçamentos, subvenções, arrecadação de fundos, prestação de serviços de assistência, estatutos, regimentos e também a negociação com pessoas de seu círculo de

relações para conseguir apoio para as atividades de benemerência. Novamente, não há muitas informações sobre o assunto (MARTINS, 2016).

Por fim a autora cita práticas associativas que ocorreram em momento anterior, ainda no século XIX, como “associações devocionais, o apoio e a participação na campanha abolicionista, o incentivo à educação feminina, o apoio às jovens trabalhadoras e também as associações que defendiam o direito ao sufrágio feminino e a pauta social e política do feminismo” (MARTINS, 2016, p. 2). Martins (2016) conclui que o que causou e ainda causa silenciamento da participação feminina nas associações é o conservadorismo e o estereótipo de que a mulher deve se resguardar à maternidade e não se posicionar politicamente.

Essa visão conservadora que permanece nos dias atuais reflete, inclusive, no perfil de associação na qual as mulheres tendem a participar mais, que se vinculam mais a grupos locais, assistenciais e religiosos se comparados com sindicatos ou associações profissionais (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012).

Quando abordamos o neotivismo canábico nesta tese, trata-se principalmente do movimento de mães e familiares que embarcaram na causa em busca de qualidade de vida para a família por meio do tratamento com substratos da maconha. Em geral, essas mães estão sempre participando de eventos e lutando pela democratização do acesso, como afirma a Entrevistada 10:

Eu me considero [uma ativista], porque muita gente que não conhecia passou a conhecer depois que a gente começou a divulgar o uso. Então assim, eu não sou nenhuma blogueira, tenho poucos seguidores inclusive, mas as pessoas do meu meio começaram a conhecer e a entender o uso da cannabis vendo os meus posts, vendo a gente numa audiência pública, ou vendo a gente fazendo uma medicação, ou falando dos benefícios da cannabis, quais os usos. Então de uma forma pequena, eu me considero sim uma ativista da cannabis, até uma “mãe canábica” que a gente aqui em casa usa por conta do filho. (ENTREVISTADA 10, Associada da Ama+me)

Assim como a entrevistada 10, há várias outras “mães canábicas” no movimento que lutam de forma semelhante. Existem, inclusive, vários grupos de mães que se uniram para lutar pelo acesso ao tratamento para seus filhos que não são necessariamente ligados às associações, como o Coletivo Mães Independentes, por exemplo. No *Facebook*, elas se definem como “Coletivo de mães que lutam para uma justa legalização da maconha e por uma política de drogas favorável a uma sociedade mais justa em igualdade e equidade”<sup>84</sup>. Esse grupo é composto por cinco mães periféricas de baixa renda, as quais alcançaram, através da Rede

---

<sup>84</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/Maesindependente>. Acesso em 15 jun. 2022.

Jurídica pela Reforma da Política de Drogas, o direito ao cultivo de maconha orgânica legalmente para tratar seus filhos de síndromes raras e outras patologias.

O grupo de Recife (PE) ficou conhecido como “Mãeconheiras”, cuja história foi narrada no documentário homônimo de 2020<sup>85</sup> que aborda a necessidade de se debater o uso e a proibição da Cannabis no Brasil. O audiovisual produzido pelo projeto Documentando<sup>86</sup> acompanha a luta de seis mulheres e mães em Pernambuco (Kátia, Ceça, Riso, Elaine, Patrícia e Ir. Rose) para garantir a qualidade de vida pelo uso terapêutico do óleo da maconha por suas filhas e filhos, que possuem diversas doenças raras.

Outra iniciativa de mulheres no movimento canábico, esse citado pela entrevistada 15, ativista e seguidora da ACuCa, foi o Girls in Green<sup>87</sup>. O projeto nasceu em 2015 como uma conta no *Instagram*, cujo objetivo era obter informações independentes sobre cultivo da cannabis e extrações por meio de uma rede de pessoas interessadas no tema. Com a expansão do projeto, o lema é “transformar a partir da educação”, com o propósito é disseminar conteúdo de qualidade, focado em estratégias de redução de danos baseado na própria relação das garotas membros da equipe (Alice Reis, Thais Montin e Lorraina Lourenço) com a cannabis e estudos científicos, trabalhando com projetos de mídia, comunicação voltada a empresas canábicas e produtos para viabilizar a produção e distribuição de conteúdo educativo gratuito. Uma das parcerias foi com a empresa Bem Bolado, citada no tópico anterior. Dessa parceria, foi lançada uma piteira descartável e reciclável. Hoje estão fora de estoque no site Bem Bolado<sup>88</sup>, mas essa versão trazia um pequeno manual de redução de danos.

---

<sup>85</sup> Documentário pode ser acessado em:

<https://www.facebook.com/documentando/videos/m%C3%A3econheiras-document%C3%A1rio-2020/567606587487816/>. Acesso em 15 jun. 2022.

<sup>86</sup> Sobre o projeto DOCUMENTANDO: A oficina introduz os participantes no universo da realização documental em vídeo, proporcionando o início da construção de um repertório teórico/prático a cada estudante. São abordadas questões técnicas e estruturais que compõem a narrativa documental, visando a percepção de algumas das inúmeras possibilidades para o desenvolvimento de um projeto. Ao final de cada oficina é produzido um documentário e as aulas são ministradas pelo cineasta Marlom Meirelles. Esta ação é desenvolvida pela Eixo Audiovisual, através do patrocínio do Funcultura - Governo de Pernambuco. Para a realização deste documentário, firmamos parceria com a Marcha da Maconha e o THCine.

<sup>87</sup> Disponível em: <https://girlsingreen.net/>. Acesso em 15 jun. 2022.

<sup>88</sup> Disponível em: <https://bemboladobrasil.com.br/produto/piteira-girls-in-green-verge/>. Acesso em 15 jun. 2022.



Figura 1 - Redução de Danos em parceria entre a Bem Bolado e o Girls in Green.  
Fonte: Bem Bolado

Vale destacar que, por tratar de temas adultos, como o consumo de drogas ilícitas, tanto o site do *Bem Bolado*, quanto o *Girls in Green* possuem uma proteção de segurança para crianças. Para acessar, o leitor deve confirmar um termo de que possui mais de 18 anos. O mesmo não ocorre nos sites das associações, por exemplo, que buscam defender o uso terapêutico da cannabis.

### 2.3 “Simplesmente porque funciona”: a resposta do associativismo pela cannabis terapêutica ao proibicionismo

Uma das *hashtags* utilizadas no *Instagram* da Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi) deixa claro o porquê de se tratar com a planta: “simplesmente porque funciona”. As associações possuem milhares de relatos de pessoas que alcançaram melhora na sua qualidade de vida a partir do momento que iniciaram o uso terapêutico da planta. Além disso, já ficou cientificamente comprovado que a cannabis possui eficácia no tratamento de diversas doenças.

O que se observa acompanhando o movimento é que essa é a bandeira que motiva as associações a permanecerem na luta: a maconha funciona! Os ativistas sempre reforçam que não importa se vão haver julgamentos negativos, se a planta e seus usuários são estigmatizados

(pela sociedade, governantes e até mesmo por médicos e cientistas) ou se os eles próprios colocam suas vidas e liberdade em risco. Os defensores da cannabis sabem que os benefícios são reais, por isso, seguem na luta pelo direito de acesso, pela regulamentação e pela legalização. Não é somente para benefício próprio, mas pelo bem comum de todos os pacientes e demais pessoas que necessitam ou desejam usufruir da planta.

A missão dessas associações pode ser sintetizada em três frentes: (1) a Democratização e Universalização do acesso, (2) a agregação da qualidade de vida e promoção de saúde natural e (3) o combate ao estigma (SURJUS *et al.*, 2020). Certamente uma associação pode transitar por essas missões, se dedicando mais a uma do que a outra, a depender de seus interesses internos. Por exemplo, nem todas possuem a autorização para o cultivo da planta. Mas algumas operações estão presentes em praticamente todas as associações, como a celebração de convênios, a parceria com universidades e apoio a pesquisas, a construção de políticas públicas, o fomento à criação de novas associações, o apoio e acolhimento a pacientes, a difusão de informações e o estímulo ao diálogo, ao debate e à solidariedade, além da realização cursos de formação (para o público geral, médicos e advogados) e a interferência junto a órgãos competentes.

Dentre todas as operacionalizações citadas por Surjus *et al.* (2020), observando a atuação das associações fundadoras da FACT, foi possível identificar cinco características que estão presentes em todas elas: divulgação de informações, acolhimento, apoio médico e jurídico, produção e/ou distribuição de produtos e oferecimento de cursos e oficinas. Discutimos cada um desses pontos a seguir.

### ***2.3.1 Divulgação de informações: combatendo o estigma com o conhecimento***

Etimologicamente, a palavra estigma remonta à ideia de marca ou cicatriz no corpo. Assim, dizer que a maconha e o maconheiro foram estigmatizados é o mesmo que dizer que foram socialmente marcados. Goffman (1963) foi o autor responsável por conceituar o estigma como uma construção social que representa uma marca atribuindo ao seu portador um status desvalorizado em relação aos outros membros da sociedade. Segundo Ronzani, Noto e Silveira (2014) as consequências de um estigma são a desconfiança, os estereótipos negativos, os preconceitos e a discriminação. Quando o estigma recai sobre uma pessoa, ainda ocasiona perda da autoestima, restrição das interações sociais.

É inquestionável que o senso comum sobre a maconha coloca a planta e seus usuários em uma posição estigmatizante, de forma que muitas pessoas se mostram receosas para tratar do assunto ou pouco receptivas para receber novas informações sobre o tema. Isso acontece pois, ao longo de muitos anos, propagou-se a construção social da maconha como droga ilícita, associada a vício, dependência, tráfico, criminalidade e violência. O consumidor, por sua vez, é chamado de “maconheiro”, pejorativamente remetendo ao estereótipo de vagabundo, bandido, hippie, que vive “doidão”, o “sequelado”, preguiçoso e imprevidente (SANTOS, 2018; MACRAE, 2016).

O problema se agrava quando esse discurso preconceituoso é reforçado e perpetuado por “formadores de opinião” tais como jornalistas ou líderes políticos e religiosos. Conforme MacRae e Simões (2016), a maioria das pessoas fazem um uso não-problemático da cannabis, mas existe pouca literatura especializada retratando o tema sob essa ótica. Segundo os autores, o uso da maconha tende a ser retratado como “uma moda alienígena, adotada por jovens desavisados e como uma prática perigosa levando à escalada para drogas mais perigosas, como a cocaína aspirada e o crack” (MACRAE; SIMÕES, 2016, p. 261).

Há ainda um ponto mais delicado: o racismo impregnado no estigma da maconha e do maconheiro. Como aponta Souza (2015), houve um racismo científico por parte do médico sergipano, José Rodrigues da Costa Dória, em levar e apresentar em um congresso internacional, sediado nos Estados Unidos em dezembro de 1915, o trabalho que se tornou a principal referência do proibicionismo da maconha no Brasil: “Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício”. Seu discurso eugenista se tornou referência, sendo que vários outros textos científicos da bibliografia produzida entre as décadas de 1930 e 1940 (período de maior produção científica sobre a maconha na primeira metade do século XX) reproduziam a relação maconha-pobres (pretos e pardos – Norte/Nordeste) correlata às noções de “degeneração”, “loucura” e “tirania” da substância química.

Conforme Carneiro (2019), o que de fato levou à proibição da maconha foi a representação social que prevalece até hoje na cultura brasileira. De acordo com Lunardon (2015), às políticas proibicionistas brasileiras estabelecem uma criminalização social, na qual a população mais atingida é a juventude negra de comunidades pobres. Segundo o autor, a própria lei de drogas (Lei 11.343/2006) em seu artigo 28 reforça o estereótipo que criminaliza essa população, visto que “fatores como a região da abordagem, a maneira de se vestir, a cor da pele, as características de classe social, o tipo de linguagem, todos são levantados no julgamento da autoridade em definir a pessoa como usuária ou traficante” (LUNARDON, 2015, p. 16).

Nesse contexto, não é difícil perceber como é complicada a tarefa dos ativistas ao tentar reverter o estigma. A resposta dos ativistas e das associações começou então pela conscientização da sociedade sobre o tema. Não é à toa que o Movimento Marcha da Maconha (MMM) sofreu, e ainda sofre, tanto preconceito. Uma informação que merece destaque é que, mesmo com todo o estigma e controvérsias que assolam o MMM. O que demonstra a legitimidade da causa, assim como reforça que suas ações não ferem nenhum preceito fundamental constitucional, como algumas pessoas que defendem o proibicionismo costumam alegar.

Pensando em reverter o estigma, voltado principalmente para o caso de usuários de drogas, Ronzani, Noto e Silveira (2014) descrevem que é preciso identificar primeiramente se esse estigma é social ou internalizado. A partir desse então é possível traçar estratégias de abordagem. Assim, para o estigma social, as possíveis abordagens são: (1) Fazer um protesto, ou seja, fomentar a mobilização social sobre aspectos relacionados ao uso de drogas, entre eles, o uso de linguagem pejorativa através da qual a mídia exerce um papel de divulgação de imagens negativas em relação aos usuários de drogas, (2) Promover o contato com usuários de substâncias pode ajudar a diminuir opiniões negativas a respeito deles, a partir da troca de experiências, bem como da possibilidade de testar algumas crenças errôneas; e (3) Educação: inclui apresentações, discussões, simulações e filmes que visam alterar atitudes e comportamentos em um nível comunitário, levando à diminuição da discriminação, o que geralmente é o primeiro passo e pode ser combinado com outras estratégias.

Conhecendo a história do movimento de cultura canábica no Brasil, assim como a ação das associações canábicas, claramente se identifica a atuação por essas três abordagens. Esses coletivos sempre incentivam o debate e a reflexão sobre como a mídia hegemônica retrata o tema, seja em reuniões internas, seja nas mídias alternativas e redes sociais. Sempre é produzido e compartilhado muito conteúdo em busca de explicar, comprovar e exemplificar (com dados científicos e com a experiência das pessoas) os usos terapêuticos ou mesmo os usos não-problemáticos da cannabis, nas palavras de MacRae e Simões (2016).

Sobre o contato, as associações foram criadas justamente com esse propósito: promover o contato de pessoas que utilizam a maconha para os mais diversos fins e tratamentos, a fim de que, por meio do diálogo e troca de informações, seja possível vencer preconceitos e criar uma imagem mais humanizada da planta e de seus consumidores. Além disso, a estratégia educativa, por meio da mediação de veículos de comunicação, corrobora para ampliar as fronteiras dos grupos interessados. Basta observar a magnitude que o caso da família Fischer ganhou na mídia televisiva brasileira após a divulgação do documentário *Ilegal: a vida não*



*espera*, de 2014. Outras famílias tiveram suas histórias de vida narradas nesse vídeo, mas foi o protagonismo de Anny Fischer e seus familiares que emocionou Fátima Bernardes e todos os seus telespectadores nas manhãs na Rede Globo.

A abordagem educativa também engloba a divulgação da ciência, que de acordo com Albagli (1996) possui o caráter triplo educacional, cívico e de mobilização social. Educacional, pois permite ampliar o conhecimento e compreensão do “público leigo” sobre dado fenômeno já estudado cientificamente; Cívico, pois colabora para o desenvolvimento de pensamento crítico sobre os impactos do desenvolvimento científico e tecnológico sobre a sociedade, ampliação da consciência do cidadão a respeito de questões sociais, econômicas e ambientais associadas; e Mobilização popular, pois amplia a possibilidade, assim como a qualidade de participação da sociedade na formulação de políticas públicas e na escolha de opções tecnológicas. A autora enfatiza que “Dependendo da ênfase em cada um desses aspectos e objetivos, variam também os públicos-alvo dessas atividades, sejam estudantes, populações letradas e iletradas, agentes formuladores de políticas públicas e até os próprios cientistas e tecnólogos”.

Pela definição do papel da divulgação científica no contexto de educação informal dada por Albagli nos permite identificar o motivo pelo qual as associações e coletivos em prol da cannabis adotam essa estratégia como forma de captação de pessoas, não só de novos membros e/ou associados, mas do público geral. Assim, a divulgação da ciência, por meio de cartilhas e materiais divulgativos impressos ou digitais, promovida pelo movimento canábico tem contribuído que para o conhecimento sobre os usos e benefícios da planta seja mais uma via de reversão do estigma, assim como promoção das ações das associações e do movimento canábico.

Ronzani, Noto e Silveira (2014) também tratam das estratégias de redução ao estigma internalizado. São as abordagens de grupos de suporte e autonomia. Os grupos de suporte visam a construção de identidade, autoestima, habilidades de enfrentamento e integração social, já a estratégia de promoção da autonomia permite que os indivíduos se tornem ativos no processo de lidar com o problema. Também é possível observar essas duas abordagens estratégicas sendo praticadas nas associações e no movimento canábico. Principalmente quando se trata de pessoas que buscam o tratamento com a cannabis, pois estas chegam à associação buscando informações e auxílio.

### **2.3.2 Acolhimento: “eu sei como você se sente, já estive no seu lugar!”**

O acolhimento é a “porta de entrada” para as associações canábicas. Seu papel é de suma importância pois é o primeiro contato que as pessoas têm com as associações. Além disso, na maior parte dos casos, os pacientes ou familiares de pacientes chegam ao acolhimento com o emocional muito abalado, pois estão buscando um tratamento que, por mais que seja comprovado que traz melhorias à saúde e qualidade de vida, provém de uma planta proibida e estigmatizada no Brasil. Por isso, é preciso que a equipe responsável pelo acolhimento “tenha sensibilidade para entender e conduzir a aproximação entre o novo associado e a associação, a fim de conquistar a confiança e remover os obstáculos de aproximação” (ZANATTO, 2020, p. 41).

A relevância da equipe de acolhimento nas associações também é reforçada em Policarpo (2020, p. 51), quando o autor afirma que “basta conversar com alguém que está sendo atendido por alguma associação para se notar o papel social que essas organizações da sociedade civil desempenham”. Como descreve o autor,

a maioria das pessoas que chega às associações, seja paciente, médico, advogado ou pesquisador, não tem familiaridade com o universo canábico. Por conta do recente renascimento da maconha como remédio, a principal motivação, pelo menos nos encontros iniciais, é o interesse pelos usos terapêuticos da maconha. Porém, ao se depararem com as dificuldades em acessar o óleo de maconha, as pessoas começam a se dar conta das questões sociais envolvendo a criminalização da planta e as bandeiras defendidas pelos ativistas e militantes, percebendo o preconceito e a desinformação em torno da planta (POLICARPO, 2020, p. 51-52).

Ao levantar essa questão sobre a falta de conhecimento das pessoas que buscam as associações num primeiro momento e, posteriormente, após lidarem com as dificuldades de se ter acesso ao tratamento no Brasil, o autor demonstra a dificuldade de quem está de fora do movimento em compreender a urgência da demanda por políticas públicas nesse assunto. Por essa razão os ativistas insistem em reforçar em suas ações a ideia de “não espere precisar para apoiar”, pois a pessoa só compreende a necessidade a partir do momento que apoia e se envolve na causa.

Deste modo, Policarpo (2020) explica que os primeiros encontros de acolhimento proporcionados pelas associações servem para levar as pessoas a refletir sobre os estigmas da cannabis e redescobrir a maconha como uma planta medicinal de uso milenar. A começar pela perspectiva botânica da planta e não pela perspectiva legal da “droga”. Segundo o autor, o estranhamento inicial tende a ser substituído pelo deslumbramento que leva o associado a olhar

para a maconha pelo que ela é: uma planta. Por fim, o “deslocamento para a visão botânica sobre a maconha gera identificação, uma vez que é comum as pessoas terem experiência de cultivo, com outras espécies de plantas em casa” (POLICARPO, 2020, p. 52).

A noção de acolhimento, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), contempla tanto uma dimensão espacial, que se traduz em recepção administrativa e ambiente confortável, quanto a ação de triagem administrativa e repasse de encaminhamentos para serviços especializados. Quando entramos em contato com as associações solicitando a participação na pesquisa, foi justamente a equipe de acolhimento que nos respondeu. Eles fazem todo o serviço de triagem das mensagens e solicitações que chegam às associações presencialmente ou via telefone, e-mail ou redes sociais (*WhatsApp, Facebook, Instagram*, entre outras). Foi possível observar que essas pessoas são preparadas para o atendimento, pois possuem conhecimento sobre a associação, sobre a cannabis e, em boa parte dos casos, são pacientes, usuários ou familiares de pacientes que decidiram colaborar desta forma. Elas demonstram sensibilidade ao acolher, pois vivenciam as mesmas angústias daqueles que estão sendo atendidos.

No caso da pesquisa, a pessoa da equipe de acolhimento de cada associação que nos atendeu nos encaminhou para aquele quem poderia falar em nome da organização. Porém, se fosse de um paciente, familiar ou pessoa interessada em se associar, o responsável pelo acolhimento iria primeiramente analisar a veracidade do contato, mediante a investigação do perfil do solicitante, e, após identificar que se trata de um caso real, a associação inicia o processo de envolver aquele indivíduo em suas atividades, compartilhando informações, convidando-o a participar de suas atividades pedagógicas e cursos de cultivo, ou mesmo indicando associações similares e profissionais de saúde mais próximos da residência do pretendente (ZANATTO, 2020).

A grande vantagem que se observa tanto na criação de novas associações e diversas localidades, quanto na relação em rede na qual essas associações atuam é a possibilidade da pessoa poder escolher a organização que melhor lhe atender, seja por questão de proximidade, seja pelos serviços prestados. Fato que foi possível verificar durante as entrevistas com os associados<sup>89</sup> desta pesquisa. Com a formação da Federação das Associações de Cannabis Terapêutica (FACT), que uniu numa única rede mais de trinta associações brasileiras, o sujeito que busca informação sobre o tema ganhou mais um ponto de referência, pois ao buscar a federação nas redes sociais, principalmente no *Instagram*, já possível identificar a associação mais próxima e entrar em contato direto com ela.

---

<sup>89</sup> Ver Capítulo 3.

Além disso, a própria FACT possui um Núcleo Operacional de Acolhimento, preparado não para receber demandas por associações individuais, mas coletivas. Segundo o estatuto de criação dessa federação, fica descrito que esse núcleo fica “responsável pelo procedimento de acolhida e orientação das entidades interessadas em ingressar no coletivo, após o que emitirá indicativo de filiação das novatas a ser ratificado em Assembleia Geral” (FACT, 2020, p. 111). Todas essas formas de acolhimento demonstram a organização e atuação das associações hierárquica e horizontalmente, visto que é preciso se adequar aos “bons modelos” de acolhida de associados para poder integrar a federação como associação efetiva.

Sem a intenção de esgotar a discussão, mas finalizando este ponto, colocamos ainda a observação de Policarpo (2002) que destaca o fato de que as associações canábicas representam uma importante plataforma de apoio aos pacientes e seus familiares atualmente no país. Isso porque essas organizações são responsáveis por desempenhar a articulação das demandas pelo acesso legal à maconha, proporcionando o contato entre pacientes, médicos e advogados, ao mesmo tempo em que são referência para o acolhimento e fonte de informação segura para as pessoas. O apoio médico e jurídico é melhor abordado a seguir.

### ***2.3.3 Apoio médico e jurídico: quando profissionais resolvem se envolver e ajudar***

Intimamente ligado ao acolhimento, está a ação de apoio. Segundo o Estatuto Social da Associação Liga Canábica<sup>90</sup>, por exemplo, uma das competências do acolhimento é “Prestar apoio aos/às associados(as), esclarecendo, orientando, assessorando, providenciando ou encaminhando para outros setores que possam atendê-los em suas demandas assistenciais, administrativas, jurídicas, entre outras que se fizerem necessárias;”. Só é possível entender a importância do apoio médico e jurídico que as associações oferecem, se você conhecer a realidade da dificuldade de acesso a esses atendimentos no Brasil. Durante o momento de entrevistas para essa tese, os associados relataram como pode ser longo e árduo o processo de se conseguir os documentos exigidos pela Anvisa para autorização de importação do óleo. Além disso, se não for com auxílio de um advogado especializado em casos de tratamento com a cannabis, é possível que o *habeas corpus* para o autocultivo se torne um sonho inatingível. Aí entra a participação das associações em indicar para os associados e demais interessados

---

<sup>90</sup> Disponível em: <https://ligacanabica.org.br/associacao/estatuto>. Acesso em 21 mar. 2022.

médicos e advogados parceiros, que podem contribuir e acelerar o processo burocrático a quem necessita.

Apesar desse apoio ser unanimidade entre as associações, cada uma possui autonomia na forma de oferecê-lo a seus associados. A Associação para pesquisa e desenvolvimento da Cannabis Medicinal no Brasil (Cannab), por exemplo, oferece apoio ao tratamento com canabinóides por meio de uma parceria com a Fundação de Neurologia e Neurocirurgia (Instituto do Cérebro), disponibilizando atendimento médico gratuito e acompanhamento de seus associados, seja auxiliando no agendamento das consultas, seja no encaminhamento de seus associados para o início do tratamento com canabinóides. Em novembro de 2019, a Cannab organizou o 1º Mutirão de Atendimento, no qual se reuniram na sede da Fundação de Neurologia mais de 20 profissionais, a fim de atender e tirar dúvidas dos associados<sup>91</sup>.

Apesar de a maioria das associações possuir em seu corpo de membros colaboradores pelo menos um médico neurologista que ajude neste ponto do acolhimento, é comum encontrar no próprio site das associações uma lista de médicos prescritores, como é o caso da Associação Goiana de Apoio e Pesquisa à Cannabis Medicinal (Agape)<sup>92</sup>, Apepi, Ama+me, Abrace, entre outras. Isso proporciona autonomia às pessoas que podem buscar o atendimento médico, mesmo em momentos de saturação das associações, quando essas organizações não estão abertas para a inscrição de novos associados.

Em relação ao apoio jurídico, ele é muito importante para, conforme a Abrace, “garantir que seu direito ao acesso à Cannabis seja respeitado e garantido por lei”<sup>93</sup>. Em via de regra, assim como existem os médicos prescritores parceiros das associações, também existem advogados parceiros das associações que atuam tanto no auxílio para o processo de autorização para importação, pedido de habeas corpus preventivo para o autocultivo da planta, quanto para tirar dúvidas dos associados sobre questões jurídicas e judiciais que acercam o uso medicinal ou terapêutico da planta.

Além disso, não se pode esquecer a atuação da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas (Rede REFORMA). Essa rede é um coletivo de juristas unidos pelo objetivo comum de construir uma nova realidade a partir da política de drogas, a partir da defesa de uma política antiproibicionista. A Rede Reforma é composta por 26 advogados e um acadêmico de Direito, que estão presentes em nove estados brasileiros: Bahia, Piauí, Ceará, Pernambuco, Minas

---

<sup>91</sup> Disponível em: <https://cannab.com.br/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

<sup>92</sup> Disponível em: <https://agapemedicinal.org/lista-medicos.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

<sup>93</sup> Disponível em: <https://abracesperanca.org.br/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina<sup>94</sup>. Essa rede atua na Defesa dos Direitos Civis, participando e promovendo Debates e Seminários, dando apoio para Associações e auxiliando as pessoas no processo de aquisição de Salvo Conduto para Cultivo. (POLICARPO; VERÍSSIMO; FIGUEIREDO, 2017).

Em relação ao apoio jurídico, uma associação que merece destaque é a Cultive de São Paulo. Essa associação conquistou em 5 de fevereiro de 2021 uma decisão inédita no âmbito da Justiça criminal: um Habeas Corpus (HC) coletivo da Associação que contemplou 21 de seus associados. Tal decisão sentencia que a Cultive tem permissão para realizar todos os processos necessários para garantir acesso ao remédio à base de cannabis aos integrantes contemplados e nomeados no HC. Na prática, isso significa que a polícia (civil ou militar) não pode realizar a prisão em flagrante dos associados contemplados e dos responsáveis da Cultive. Essa ação judicial é baseada na lei 11.343 de 2006, a qual prevê que a União pode autorizar o plantio “exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo determinados e mediante fiscalização”.

Essa é a importância de se ter profissionais do direito especializados em casos como este envolvidos na causa canábica. Pois a mesma lei que proíbe, abre a brecha para que se estabeleça ações judiciais como a conquistada pela Cultive. Entretanto, a luta hoje é para que todos que necessitam tenham acesso, e não somente aqueles que conseguem ter o habeas corpus alcançado no judiciário. Até porque, como já foi explicitado anteriormente, há preconceito até mesmo no texto da lei, que lista pré-requisitos para identificar o indivíduo como usuário ou traficante. Sendo assim, as pessoas negras e pobres acabam enfrentando muito mais dificuldade neste processo para alcançar tal direito e cobertura judicial.

Diante de todas as dificuldades, as associações ainda auxiliam por meio da produção e distribuição de produtos fabricados com base em substâncias extraídas da maconha. A valores mais acessíveis<sup>95</sup>, de modo a suprir a necessidade de parte daqueles pacientes que não conseguem importar ou realizar o autocultivo, pelos mais diversos motivos. Em setembro de 2021, segundo dados Relatório Cannabis Medicinal 2021 (KAYA MIND, 2021<sup>96</sup>) aproximadamente 450 pessoas haviam alcançado a permissão para cultivar cannabis para uso

---

<sup>94</sup> Disponível em: <https://redereforma.org/>. Acesso em 25 mar. 2022.

<sup>95</sup> Nas entrevistas, foi relatado que há associações que distribuem o óleo gratuitamente, outras vendem aos associados a um valor que, em julho de 2020, variavam entre R\$100 a R\$350 o frasco de 20ml. É difícil afirmar quanto tempo esse frasco dura, pois isso depende da dosagem específica de cada tratamento. Esse valor é mais acessível se comparado ao valor do medicamento vendido nas farmácias, que fica em torno de 2 mil reais.

<sup>96</sup> Disponível em: <https://kayamind.com/cannabis-para-fins-medicinais-relatorio/>. Acesso em 25 mar. 2022.

terapêutico e pessoal, permitindo dignidade e saúde para uma série de pacientes e suas famílias no Brasil.

#### ***2.3.4 Produção e distribuição de produtos: e se a desobediência civil for o único caminho?***

Com a autorização da prescrição de canabidiol para crianças e adolescentes com epilepsia refratária ao tratamento convencional do Conselho Federal de Medicina em 2014 e a permissão da importação de óleos e extratos à base de derivados da cannabis pela Anvisa mediante receita especial em 2015, gerou-se uma demanda muito grande por acesso a esses produtos. Os custos altíssimos dos produtos e do valor de importação e a impossibilita a maioria dos pacientes a obter o tratamento com a cannabis. Assim, a produção de óleos pelas associações tem democratizado o acesso ao extrato da planta e seu potencial terapêutico. Por meio de uma produção artesanal, o óleo é oferecido em seu espectro completo, considerado mais eficaz e seguro do que os compostos isolados.

Ambas as decisões contribuíram para se impulsionar a regulamentação do uso medicinal da cannabis no Brasil por parte da Anvisa, por meio das Resoluções Colegiadas já mencionadas<sup>97</sup>, as quais foram responsáveis pela reclassificação do CBD (que passou a ser uma substância controlada) e pela definição de critérios e procedimentos para a importação, mediante prescrição médica e em caráter de excepcionalidade, de produto à base de CBD em associação com outros canabinóides. Segundo Figueiredo e Otero (2016), outra importante iniciativa que contribuiu para o acesso a esse tratamento que se deu na instância do Ministério Público Federal foi a Ação Civil Pública que excluiu o THC da lista de substâncias proscritas, permitindo, assim, o uso, posse, plantio, cultura, colheita, exploração, manipulação, fabricação, distribuição, comercialização, importação, exportação e prescrição da cannabis e seus substratos canabinóides, exclusivamente para fins médicos e científicos, bem como permitir a importação de quaisquer produtos ou medicamentos à base da planta, inclusive de suas sementes, se destinadas ao cultivo para uso medicinal.

Por outro lado, esses mesmos autores apontam para o fato de que tais mudanças surtem efeito apenas para a pequena parcela dos pacientes que possuem maior poder aquisitivo, sendo

---

<sup>97</sup> Vide capítulo 1.

inegável que a autorização da produção de medicamentos similares no país diminuiria drasticamente o custo da produção e conseqüentemente de repasse ao consumidor final, ou seja, o paciente (FIGUEIREDO; OTERO, 2016). De igual maneira, também haveria redução na população carcerária e no tráfico com a descriminalização e legalização do mercado da cannabis. Mas enquanto isso não acontece na totalidade do território brasileiro, a maioria das associações brasileiras seguem na resistência praticando o cultivo coletivo como forma de desobediência civil.

Praticar a desobediência civil, para Funes (2019), é realizar conscientemente um ato ilegal, público, não violento, mas de natureza política, cujo objetivo culmina em provocar uma mudança na legislação ou na política governamental. Ela parte do direito de resistência em defesa da Constituição, como instrumento ativo de participação do cidadão no exercício do poder e, portanto, instrumento da democracia (GARCIA, 2003). Assim, quando as associações ou pessoas físicas chegam ao ponto de praticar a desobediência civil em cultivar e manipular a maconha, assumindo os riscos de lidar com uma planta ilegal, não se trata de insubordinação, mas sim de razões morais e conflitos de valores que as controvérsias que circundam a planta estabelecem no Brasil.

A maioria das associações contribui na distribuição do óleo artesanal, algumas ainda distribuem sementes. Mas há outras vias de uso da cannabis medicinal, podendo ser oral, por inalação, pelo fumo ou mesmo por aplicação de pomadas no local da dor. Em relação à extração do óleo, Cintra (2019) descreve que existem basicamente dois métodos a serem utilizados: a extração por meio gelo-seco e a extração por meio alcoólico. Assim, com o óleo produzido nessas organizações, o paciente associado consegue ter o acesso ao produto com valores bem mais acessíveis se comparado ao medicamento farmacêutico autorizado pela Anvisa ou às vias de importação.

### ***2.3.5 Cursos e Oficinas: formando ativistas especializados***

O último ponto do ativismo do associativismo canábico aqui destacado é a criação de cursos e oficinas que têm sido uma tendência observada na maioria das associações. Essa é uma frente de suma importância pois mostra a grande virada que se deu na segunda metade da década de 2010. Se nos primeiros anos era observada a luta de famílias e pacientes individuais que exerciam e praticavam ações de expertise leiga na busca pelo conhecimento que justificasse o tratamento com a cannabis, neste segundo momento, após a criação das associações e algumas



mudanças que caminham para a regulamentação da cannabis medicinal no Brasil, surge a necessidade formação de médicos, advogados ou mesmo ativistas especializados no assunto. Neste caso, há uma reconfiguração da expertise leiga: de produção ativa de conhecimentos por leigos, para uma organização de cursos de formação, oferecidos principalmente por associações, que formam médicos, pacientes, ativistas. Assim, associações e instituições de ensino e pesquisa (como universidades e institutos de pesquisa) se unem para promover a criação de cursos de capacitação para profissionais e para o público geral.

Essa frente foi diretamente impactada pela Pandemia de Covid-19. No momento em que as associações e coletivos estavam mais empenhadas em organizar cursos e seminários para informação e formação dos ativistas, profissionais e pacientes, chega a exigência de isolamento social. A *hashtag* “fica em casa” se espalhou nas redes motivando as pessoas a tomarem os devidos cuidados para com a saúde. Foi um momento de fechar provisoriamente as portas e se reinventar. Vimos crescer o número de *lives* canábicas, a própria marcha da maconha aconteceu de forma virtual. O ano de 2020 foi atípico na história da humanidade como um todo e isso refletiu no trabalho das associações.

Em 2020 também foi um ano em que vimos acontecer a “seca da maconha”, conforme Prado (2021). A autora, que fez um estudo a partir de etnografia virtual e da análise de jornais, identificou que desde o final de 2019, uma série de fatores culminou na escassez da planta no mercado. Foram citados, por exemplo, as entressafras do cultivo, o aumento nas apreensões e a erradicação dos plantios executados pelos órgãos de segurança pública. Com isso, há relatos de queda na qualidade, aumento no preço e dificuldade para obter a maconha. Além disso, em algumas regiões, a planta vem sendo substituída por outras substâncias mais nocivas à saúde.

Como forma de evitar a escassez, alguns consumidores optaram por fazer estoques, outros buscaram o mercado ilegal, outros ainda aproveitaram o momento para iniciar um cultivo e produção caseira do óleo. Aqui novamente se vê a importância dos cursos promovidos pelas associações, que possuíam cultivadores, os chamados *growers*, que davam cursos sobre técnicas de cultivo. Iniciam-se as *lives* sobre o tema. Com o aumento do número de pessoas interessadas em “produzir seu próprio remédio”, também cresceu a procura por pedidos de habeas corpus para cultivo. Novos cursos e *lives* de formação para advogados e pacientes interessados em aprender mais como funciona o procedimento.

O movimento ganhou forças a ponto da BBC News Brasil<sup>98</sup> afirmar que o Brasil vivia em meados do ano de 2020 uma “legalização silenciosa da maconha”. Isso quer dizer que, em

---

<sup>98</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53589585>. Acesso em: 29 mar. 2022.

meio ao proibicionismo, as associações de pacientes estavam cultivando e produzindo medicamentos para seus milhares de associados, com ou sem autorização da justiça para isso. As decisões da Justiça, somadas a um maior número de prescrições médicas e à diminuição da burocracia para importação de remédios teriam criado essa “legalização silenciosa”, cujo resultado foi o florescimento do mercado da cannabis.

Para concluir, é preciso lembrar que as associações canábicas apoiam a autonomia de seus associados, assim como defendem o autocultivo, oferecendo formação para que as pessoas possam ter o acesso democratizado em todas as vias. Mas também é preciso lembrar que existe a outra face da moeda nesse processo. Se num momento inicial havia pouca informação disponível sobre os usos medicinais da cannabis e as primeiras famílias de pacientes precisaram desempenhar a expertise leiga para obter conhecimento e legitimar o acesso ao tratamento, hoje os pacientes e familiares de paciente seguem buscando informação, e a cada dia cresce o número de pessoas interessadas.

A diferença é que há muito mais informação sobre o tema, se comparado com o início da década passada. Neste caso, ainda existe a expertise leiga, mas também se observa que ela se transformou em direção a processos associativos de curadoria, acolhimento, oferecimento de cursos, politização e defesa de pautas.

#### **2.4 Associação Cultural Cannábica de São Paulo - ACuCa**

A Associação Cultural Cannábica de São Paulo (ACuCa) não está focada na cannabis medicinal, mas na cultura canábica como um todo. Segundo a ACuCa, “Cultura Cannábica é um termo bastante amplo, que abrange todo conhecimento sobre os diferentes usos e utilidades da planta, assim como toda produção humana na arte, ciência e economia que são influenciadas de alguma forma pela cannabis”<sup>99</sup>. Sendo assim, a associação defende a legalização da cannabis como sendo o melhor caminho tanto para o usuário, quanto para a sociedade. Assim, as ações da ACuCa envolvem a promoção de debates e atividades diversas, que visam a integração com a comunidade canábica, simpatizantes e leigos, a fim de influenciar as políticas públicas e representar os interesses daqueles que defendem a legalização da maconha.

Se a Ama+me é reconhecida como a primeira associação de cannabis medicinal, a ACuCa é a primeira associação de caráter cultural. A associação nasceu em 2012 e se

---

<sup>99</sup> Disponível em: <https://www.acucasp.org.br/quem-somos>. Acesso em: 26 ago. 2020.

formalizou em 2017<sup>100</sup>, segundo a Representante da ACuCa, quando obteve o CNPJ. O modelo associativo de enfoque cultural, segundo Zanatto (2020), se divide em quatro frentes nas quais associação cultural cannábica pode operar no trabalho de formação em grande diversidade de temas da cultura canábica, investindo nos futuros quadros do antiproibicionismo.

As frentes elencadas pelo autor são: (1) se pauta na organização burocrática da associação, embasada por um estatuto e por uma comissão diretiva; (2) se pauta na produção de pesquisa e difusão de informações que favoreçam o florescimento do modelo a partir da publicação de material impresso e digital. (3) se concentra na produção cultural, com a realização de eventos, debates, mostras cinematográficas, cursos de jardinagem, manifestações musicais e cênicas, geração de recursos para o ativismo, etc., ou seja, atividades que visem formar ativistas e ampliar a difusão de cultura canábica; e (4) formação de uma assessoria jurídica, que visa prestar serviços e informações aos usuários, preventivamente ou ao serem pegos em flagrante (ZANATTO, 2020).

Segundo o *Estatuto da Associação Cultural Cannábica de São Paulo* (2017), a associação se denomina como “associação civil, sem fins lucrativos e/ou econômicos, de direito privado com autonomia administrativa e financeira, apartidária, de atuação sociocultural, educacional, científica e político legal” (ACUCA, 2017, p. 1). A entrevistada 12 explicou que desde 2012 já acontecia a ação organizada e a rede de acolhimento e fortalecimento da causa para que pessoas adultas (maiores de 18 anos) tivessem direito de escolha, sendo que o principal objetivo da associação seria “Tornar as pessoas multiplicadoras e autônomas”. No estatuto, as finalidades da associação estão descritas como:

Art. 3º - A associação tem por finalidade (s):

- a) Pesquisar e informar seus membros e a sociedade sobre todos os assuntos relacionados com as plantas do gênero *Cannabis*, do ponto de vista cultural (científico, educacional, cultural, industrial, ambiental, religioso, espiritual, médico, recreativo e legal) que possam ser de interesse para aqueles. Em acordo ao direito fundamental e preceito constitucional de liberdade de expressão, assegurados do direito à informação, o debate, a ponderação de princípios e o confronto de ideias.
- b) O acompanhamento e denúncia, se for o caso, das atividades que qualquer das entidades governamentais ou privadas realizem em desrespeito aos direitos humanos dos cidadãos, em especial de usuários de *Cannabis*.
- c) Evitar o perigo para a saúde dos usuários de *Cannabis* inerentes ao mercado ilegal, mediante atividades destinadas à redução de danos e riscos associados ao seu uso.
- d) O desenvolvimento entre os seus associados do espírito de cooperação e solidariedade. (ACUCA, 2017, p. 1).

---

<sup>100</sup> Ata da Assembleia de Fundação da ACuCa assinada em 21 de abril de 2017. Disponível em: [https://e4c0fa82-1581-4bc0-8e9d-16c45243fd70.filesusr.com/ugd/56bd15\\_90719a346f2c4c1d92a7257cd1b94db1.pdf](https://e4c0fa82-1581-4bc0-8e9d-16c45243fd70.filesusr.com/ugd/56bd15_90719a346f2c4c1d92a7257cd1b94db1.pdf). Acesso em 26 ago. 2020.

A partir das finalidades descritas, a ACuCa tem por objetivo a conscientização da sociedade em relação à cultura canábica a fim de vencer o preconceito. Apesar do uso terapêutico ser um dos temas em debate na associação, esta não se propõe a distribuir óleo de cannabis como as outras duas. Inclusive, o texto do Parágrafo Único afirma que “Parágrafo único. Em nenhum caso constitui objeto e finalidade desta associação a apologia, a promoção, o favorecimento e a facilitação do consumo ilegal de *Cannabis sativa*, ou qualquer droga ilícita” (ACUCA, 2017, p. 1), deixando claro que, apesar da associação defender o direito de uso da Cannabis por pessoas adultas para os mais diversos fins, em nenhum momento a organização disponibiliza a planta ou seus derivados para os “associades”<sup>101</sup>.

Em relação ao trabalho da associação com os associades, a entrevistada 12 expõe que mesmo a ACuCa não fornecendo o óleo, ela se encarrega de encaminhar os interessados para onde ele é fornecido. Além disso, os associades têm acesso a conhecimentos fechados, como grupos do *WhatsApp*, encontros fechados, onde se troca informação sobre uso, parceria com marcas que oferecem serviços e os associades têm descontos. O foco é o apoio na rede, fortalecimento de pessoas que têm esse interesse do protesto, do ativismo e grupo organizado com objetivos.

Em relação ao funcionamento da equipe da ACuCa, a entrevistada 12 destacou que a associação se organiza por meio da autogestão, onde todos os associades têm igual direito a voto e a tomada de decisão se dá de forma horizontal. Assim, a associação se divide em “ramas”, como se fosse uma planta de cannabis, apresentadas como círculos de associação lúdica. Assim, existe uma rama apical, composta pela Diretoria Estatutária eleita em 21 de abril de 2019 (Presidente, Tesoureiro e Secretária) e Diretores de Ramas (eventos, comunicação, gestão de associades, medicinal, jurídica, e de parcerias), respeitando a lei (Executiva e Conselho Fiscal).

Completando a fala da entrevistada 12, é possível encontrar no Estatuto a descrição dos órgãos de administração que compõem a associação como sendo a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal. A assembleia geral é realizada por meio de edital de convocação, na qual qualquer membro contribuinte e efetivo tem direito a voto. A Diretoria, ou Rama Apical, como já citado, é composta por presidente, tesoureiro e secretário, reúne-se pelo menos uma vez ao mês, com o intuito de elaborar o programa de atividades e relatório anual a ser apresentados aos associades, conveniar ou contratar instituições públicas e privadas para

---

<sup>101</sup> A associação prefere manter o gênero neutro.

atividades de interesse comum, contratar e demitir funcionários e convocar as assembleias gerais (ACUCA, 2017).

## 2.5 Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal - Ama+me

A Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+me) foi criada em 2014, se tornando a primeira associação de apoio a pacientes de cannabis no Brasil. Segundo informações na aba “Quem Somos” do site da associação, a organização se auto define como “[...] uma iniciativa de pacientes, familiares e colaboradores diversos que tem como princípios fundamentais promover, garantir, consolidar e expandir os direitos dos pacientes de cannabis medicinal”<sup>102</sup>. Nessa mesma página, a Ama+me afirma que o desconhecimento e o preconceito são empecilhos para que os pacientes obtenham qualidade de vida a partir do tratamento com a cannabis medicinal. Nesse caso, a associação se propõe a “ser fonte segura de informações para a sociedade quanto às possibilidades terapêuticas da cannabis”<sup>103</sup>.

De fato, percebe-se a preocupação da associação em cumprir este propósito, visto que o site apresenta textos sobre a cannabis medicinal relacionada a diferentes ramos da medicina (metabologia, imunologia, neurologia, oncologia e psiquiatria), sobre cultivo, sobre apoio jurídico e direitos (direitos ligados a planos de saúde, direito das pessoas com deficiência e defensoria pública), além de oferecer notícias sobre o tema e uma lista de médicos prescritores no Brasil. Prova de que o site da Ama+me é considerado uma fonte confiável são os artigos científicos que utilizaram o texto *História da Cannabis Medicinal*<sup>104</sup> como referência bibliográfica, como Silva e Marques (2018), Diniz e Souza (2020), Gabardo e Cabral (2020) e Brucki *et al.* (2021).

Para além do objetivo de atuar como fonte de informação sobre a cannabis medicinal, a associação busca contribuir para a regulamentação da planta para fins medicinais no Brasil, de modo a tornar possível a produção desses medicamentos no país com adequado controle de qualidade e baixo custo<sup>105</sup>. Essa é uma informação importante para a compreensão do posicionamento da Ama+me dentro do ativismo canábico, pois ao afirmar que busca a regulamentação, essa organização assume a postura de lutar pela criação de um regulamento, ou seja, um conjunto das medidas legais ou regulamentares que regem a produção, cultivo, prescrição e comercialização de cannabis e seus derivados no Brasil. A nível do discurso, há

---

<sup>102</sup> Disponível em: <https://amame.org.br/quem-somos/>. Acesso em 20 jan. 2022.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Disponível em: <https://amame.org.br/historia-da-cannabis-medicinal/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

<sup>105</sup> Disponível em: <https://amame.org.br/quem-somos/>. Acesso em 20 jan. 2022.

uma linha tênue que separa regulamentar de legalizar. Enquanto a primeira busca criar medidas que regulam o acesso, a segunda torna a planta um produto legal no país. Claro que, como afirmam Silva e Deus (2005), com a legalização, a regulamentação é uma ação inevitável, mas no caso do posicionamento da Ama+me, interpretamos que os interesses de regulamentação sejam somente para fins medicinais.

A Representante 1, cofundadora e então coordenadora da associação, conta que a motivação à criação aconteceu durante o IV Simpósio Internacional de Cannabis Medicinal, organizado por Elisaldo Carlini. Segundo a entrevistada, ele quis levar depoimentos dos pacientes que tratavam com a cannabis. O evento reuniu nomes que hoje são conhecidos no ativismo, como Juliana Paolinelli, Katiele Fischer e Margarete Brito. Essas pessoas perceberam que precisavam se organizar como sociedade e decidiram criar uma associação. Segundo a entrevistada, “ama-me” era para ser (A)ssociação de (MA)conha (ME)dicinal, e o verbo amar seria no imperativo. Ela explica que

Esse sinal de “+” foi o pessoal da 18 comunicação que criou, ficou bacana, mas não funcionou direito para falar, porque as pessoas leem ama “mais” me. Esse nome foi votado na assembleia de fundação, ganhando outros nomes propostos. Um era “AbraCannabis” e outros eu não lembro. AbraCannabis virou uma associação depois (REPRESENTANTE 1).

Neste trecho, fica claro que a escolha oficial foi feita em conjunto de forma democrática. Outro aspecto importante na fala da entrevistada é demonstrar que para a contratação de uma empresa de comunicação especializada em criar uma “imagem” para a associação é preciso que essa empresa conheça não só os valores da sua cliente, mas também preveja alguns aspectos futuros, afinal, ao incluir um sinal de positivo no nome da associação, certamente poderia gerar leituras diversas. Isso foi uma estratégia estética que gerou problemas de comunicação para a associação até os dias atuais. A entrevistada comentou também que, com o tempo, alguns membros saíram da associação, dando origem a novas associações, como explica no trecho a seguir:

Com o tempo, em 2015, a gente se separou e aí surgiram várias outras associações no Brasil, a Apepi do Rio de Janeiro, com a Margarete, a Liga Canábica da Paraíba da Sheila Geriz e Julio Américo Pinto, a Cultive da Cidinha [Carvalho], a AbraCannabis também do Rio de Janeiro e daí pra frente começou a pipocar mais associações pelo país. Hoje somos aproximadamente umas 30 associações de cannabis com fins medicinais no Brasil (REPRESENTANTE 1).

A partir da fala dessa entrevistada, é possível perceber que a associação deu origem a outras associações em outras localidades brasileiras, que trabalham juntas e se apoiam,

conforme instrui os princípios do associativismo<sup>106</sup>. Tanto é que hoje existe uma Federação que as une, a FACT. Outra questão é que mesmo com a separação, a associação seguiu existindo e atuando de forma independente das demais.

A Ama+me trabalha de forma voluntária, colaborativa e em rede. Apresenta-se como “uma iniciativa de pacientes, familiares e colaboradores diversos que tem como princípios fundamentais promover, garantir, consolidar e expandir os direitos dos pacientes de cannabis medicinal”<sup>107</sup>. A associação busca acompanhar os resultados obtidos por pacientes de diversos casos clínicos e patologias que optaram pelo tratamento com a cannabis, além de atuar como uma fonte segura de informações para a sociedade quanto às possibilidades terapêuticas da cannabis. Assim, segundo o Estatuto Social da Associação, seu principal objetivo está descrito no Art. 3 da seguinte forma:

Artigo 3º – A AMA-ME tem como objetivo geral promover, garantir, consolidar e expandir a inclusão social e o respeito aos direitos humanos dos pacientes de Cannabis Sativa L. medicinal, nas suas diversas expressões, criando uma cultura de acolhimento, autonomia, superação dos preconceitos e discriminações, convivência saudável e aceitação incondicional desses pacientes, por parte de todas as pessoas e segmentos que constituem o tecido social, lançando mão de todas as ferramentas e mecanismos assistenciais, jurídicos, políticos, técnico-científicos, administrativos, econômicos e de qualquer outra ordem para atingir este fim. (AMA+ME, 2015)<sup>108</sup>.

Através do objetivo geral da associação, é possível afirmar que a organização preza principalmente pelo apoio ao associado por meio do acolhimento e auxílio na busca por autonomia do paciente de Cannabis Sativa L. medicinal e na superação de preconceitos e discriminações. Os demais usos da planta, como o social, religioso ou recreativo não aparecem neste estatuto, o que demonstra que a associação não pretende se vincular à essa vertente do movimento canábico. Em complemento a esse objetivo primário, o estatuto também descreve os objetivos específicos da atuação desta organização na sociedade:

Artigo 4º- A AMA-ME tem como objetivos específicos:

I – **Promover a educação e a disseminação de conhecimentos quanto ao uso medicinal da Cannabis Sativa L. e a consequente conscientização acerca dos benefícios e possibilidades terapêuticas decorrentes da sua utilização**, na forma de extratos, sintéticos, óleos e/ou in natura, além de outras formas que venham e ser incorporadas, de modo a garantir o surgimento de uma cultura favorável a esta modalidade terapêutica no Brasil;

<sup>106</sup> Meinem (2014) descreve esses princípios: 1º Princípio: adesão voluntária e livre; 2º Princípio: gestão democrática pelos sócios; 3º Princípio: participação econômica dos sócios; 4º Princípio: autonomia e independência; 5º Princípio: educação, formação e informação; 6º Princípio: cooperação entre associações/cooperativas e 7º Princípio: interesse pela comunidade.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Disponível em: <https://amame.org.br/estatuto-social-da-amame/>. Acesso em: 07 nov. 2020.

**II – Contribuir para a expansão e consolidação do conhecimento científico acerca do uso medicinal da Cannabis Sativa L., estudando novas possibilidades terapêuticas,** investigando formas seguras de utilização, aprimorando e potencializando sua eficácia na redução ou extinção de sintomas, bem como na cura de patologias, como também aprofundando os estudos e pesquisas acerca da farmacocinética, farmacodinâmica, efeitos colaterais, reações adversas, interações com outras substâncias, visando potencializar os benefícios e minimizar os prejuízos que possam advir de sua utilização;

III – Atuar, por conta própria ou em parceria, junto aos poderes públicos, nas três esferas, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas e da legislação concernentes ao uso medicinal da Cannabis Sativa L., de modo a garantir a democratização do acesso da população às diversas formas de utilização desse vegetal, bem como a extinção dos entraves legais que impedem ou dificultam esse acesso;

IV – Cooperar para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes de Cannabis Sativa L. medicinal, buscando atender às suas demandas assistenciais, jurídicas, políticas, técnico-científicas, administrativas, econômicas e de qualquer outra ordem, promovendo, facilitando e/ou criando alternativas de acesso aos fitoterápicos e fármacos oriundos das plantas desse gênero, desde que previstas na legislação vigente. (AMA+ME, 2015 – Grifos nossos).

A partir dos objetivos específicos, é possível identificar com mais clareza quais são as pautas da associação. Os trechos em destaque demonstram que há uma preocupação em popularizar o conhecimento sobre o uso medicinal da Cannabis Sativa L. e contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre o tema. Deste modo, é possível compreender o motivo pelo qual o site da Ama+me é composto principalmente por informações técnicas sobre saúde e tratamentos com a cannabis. Por outro lado, também fica claro que a associação está defendendo unicamente o uso medicinal e científico da Cannabis Sativa L. Essa preferência é reforçada no Parágrafo único:

**Parágrafo único – A AMA-ME não poderá, em hipótese alguma, induzir, instigar e/ou promover o uso de drogas psicoativas, cabendo-lhe apenas informar e educar para garantir o acesso seguro de seus associados à Cannabis Sativa L. para fins exclusivamente medicinais e/ou científicos,** estando sua atuação enquadrada no âmbito das políticas e práticas de saúde pública e redução de danos, bem como inseridas no que preconiza o disposto no artigo 1º, incisos II e III; artigo 3º, inciso IV; artigo 4º, inciso II; artigos 5º, 6º, 196º, 197º, 199º e 200º da Constituição da República Federativa do Brasil. (AMA+ME, 2015 – Grifo nosso).

Em relação à equipe de membros da associação, o Estatuto Social descreve no art. 20 que o Conselho Diretor é composto por Presidente, Secretário e Tesoureiro. A Representante da Ama+me explicou que a associação conta com um advogado que cuida do campo jurídico, um médico Leandro Ramires, um responsável técnico pelo cultivo e produção do óleo e uma coordenadora geral. Como a equipe é pequena, a entrevistada afirmou que tudo se concentrava



na coordenadora, tanto para alimentar as redes sociais, quanto para dar palestra, para acolher as pessoas. Assim, uma colaboradora que estava sendo preparada para cuidar das redes sociais.

A Representante 1 também explicou que no momento da entrevista não havia vagas para novos associados, pois a Ama+me tem o compromisso de garantir o óleo para o tratamento daqueles que já são acompanhados pela associação. Para se tornar um associado, existem alguns pré-requisitos, que são: (1) residir no Brasil; (2) ser maior de 18 anos ou, se for menor, ser representado(a) pelo(a) responsável legal; e (3) ser portador de doença passível de tratamento complementar com cannabis medicinal.

Como benefícios e direitos, a Ama+me promete aos associados: acesso a atendimento psicológico, receber os óleos via Sedex, se tornar integrante no cálculo do planejamento e destinatário final dos produtos de cannabis medicinal, conforme requisições no “Projeto de Cultivo Medicinal AMA+ME”, ser convidado a participar de grupos de WhatsApp e interagir em *lives* com associados, ter a oportunidade de participar em estudos clínicos observacionais, em parcerias com pesquisadores de universidades brasileiras e internacionais. Sempre que necessitar terá suporte nos trâmites burocráticos junto a Anvisa e contará com orientação jurídica, quando necessário, sem custo para os associados, terá Direito à voto nas Assembleias Gerais, seja nas ordinárias ou nas extraordinárias, conforme previstas em nosso Estatuto Social<sup>109</sup>.

Em 2020, a associação atendia mais de 700 associados, sendo que cerca de 450 fazem uso do óleo medicinal de cannabis produzido pela Ama+me. A entrevistada explicou que a Ama+me possui uma ação judicial pelo cultivo coletivo associativo, mas enquanto a decisão judicial havia sido contemplada. A associação possui sede principal em Belo Horizonte (MG) mas também possui uma segunda sede em Florianópolis (SC), sendo que a coordenadora cuida remotamente dos associados de Santa Catarina. Em relação ao cultivo pessoal e coletivo, a associação demonstra uma posição favorável a ambos e afirma que “após a descriminalização, a AMA+ME acredita ser capaz de administrar o cultivo coletivo, processamento e distribuição dos fitoterápicos e fármacos a base de cannabis para seus associados no Brasil”<sup>110</sup>.

Diante das informações obtidas neste tópico, verificou-se que a imagem que a associação deseja passar é a de uma associação com foco exclusivamente medicinal. Em momento algum, identificou-se trações de alusão a outros potenciais da planta, seja para consumo pessoal (uso adulto, social, recreativo, religioso etc.), seja para uso industrial (produção de fibras). Se reforça o apoio e a busca pela descriminalização e regulamentação da

---

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> Disponível em: <https://amame.org.br/cultivo/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

Cannabis Sativa L. para fins medicinais e de pesquisa que contribua para a inovação em tratamentos com a planta, mesmo que essas pesquisas envolvem técnicas de cultivo, o fim é sempre o uso terapêutico. Outra característica marcante desta associação é a tentativa de se colocar como fonte de informação segura. Deste modo, as informações divulgadas pela associação, seja no site, seja nas mídias sociais, são sempre verificadas pela equipe de colaboradores, conforme afirma a Representante.

## **2.6 Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis – Apepi**

A ideia da criação da Associação de Apoio à Pesquisa e à Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi) surgiu quando um grupo de mães de crianças e jovens com epilepsia refratária aos tratamentos convencionais, que se reunia periodicamente no Rio de Janeiro desde 2013, tomou conhecimento de que a cannabis oferecia um alívio para o sofrimento de seus filhos. “Diante da proibição do uso de maconha para fins medicinais no Brasil, ficou claro às mães, médicos e advogados que participavam das reuniões, que seria necessária a criação de uma Associação para lutar pelo acesso a esta via terapêutica”<sup>111</sup>.

Como inicialmente o principal foco dessas famílias era o tratamento de casos de Epilepsia, originalmente, a associação tinha o intuito de atender e auxiliar em casos semelhantes. Assim surgiu a “Associação de Pais de Pessoas com Epilepsia Refratária - APEPI”<sup>112</sup>. Com o crescimento da associação, e diante da demanda de pacientes de outros casos clínicos pelo tratamento com a maconha medicinal, a Apepi abraçou outras causas, sendo registrada como a Associação de Apoio à Pesquisa e à Pacientes de Cannabis Medicinal. Mesmo assim, ainda é possível observar o forte apreço que a associação tem pelo ativismo em prol das necessidades de pessoas que sofrem de epilepsia. A associação se formalizou em 2016. (APEPI, 2019).

APEPI começou sua atuação política no ano de 2014. Inicialmente tratava-se de uma Associação para pacientes afetados com epilepsias, tendo surgido dos encontros de acolhimentos que algumas mães faziam no Hospital Estado do Cérebro (RJ). Como boa parte das mães e familiares que se encontravam naquelas ocasiões começaram a testar os remédios da maconha, rapidamente a Associação se tornou um coletivo ativista em prol da regulamentação de medicamentos à base da planta para diversas doenças e o acesso democrático à saúde – deixando de ser uma Associação de pacientes com epilepsias. Margarete Brito e Marcos Lins são duas das figuras que tocaram o Associação desde o início. Muito por conta da filha do casal. Esta, por sua vez, é afetada por uma condição genética rara, o CDKL5, causador de epilepsia refratária.

---

<sup>111</sup> Disponível em: <https://apepi.org/quem-somos/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

<sup>112</sup> Idem.

Até hoje em dia, a Associação é marcada pela relação direta com essa família (NELVO, 2020, p. 372).

Segundo o Estatuto Social da Apepi (2016)<sup>113</sup>, a associação se denomina como associação civil de fins não econômicos, sendo que sua fonte de recursos consiste em: contribuições dos associados, rendas eventuais, doações e legados as rendas por serviços prestados, às subvenções e auxílio do poder público. Essa renda se destina integralmente a finalidades sociais, que constituirão o patrimônio social e, em caso de dissolução da organização, o patrimônio se destinará a uma entidade congênere devidamente registrada nos órgãos competentes, ou entidade pública a ser proposta em assembleia. Sobre os objetivos, estes são descritos da seguinte forma:

Art. 2 – Constituem finalidades da associação: **promover, garantir, consolidar e expandir a inclusão social e o respeito aos direitos humanos dos pacientes de cannabis medicinal**, através de pesquisa para que seja facilitado o acesso ao remédio, através de parcerias com instituições públicas ou privadas, que deverá realizar atendimento social sem discriminação de etnia, classe social, gênero, orientação sexual, religiosa ou política, inclusive a portadores de deficiências. (APEPI, 2016, p. 1).

Por se tratar de um estatuto bem enxuto (possui apenas três páginas), não foram descritos objetivos específicos. Mesmo assim, do artigo supracitado, é possível observar que a principal finalidade da associação em muito se assemelha com o objetivo geral da Ama+me, no que diz respeito a “promover, garantir, consolidar e expandir a inclusão social e o respeito aos direitos humanos dos pacientes de cannabis medicinal”. Além disso, a associação descreve que esse objetivo será atingido por meio de pesquisa e parceria com instituições públicas e privadas. Não se fala aqui diretamente em divulgação do conhecimento, entretanto, é possível verificar que isso tem sido praticado quando visitamos o site e as redes sociais.

No site da associação, é possível encontrar o objetivo principal sendo descrito como “a mobilização da sociedade em prol da regulamentação do uso medicinal da maconha para garantir a todo brasileiro o direito à informação e acesso ao tratamento com a cannabis”, sendo que a associação defende uma regulação que abrange quatro aspectos de produção: individual (autocultivo), associativa, por empresas e para a pesquisa (APEPI, 2019). Segundo Lopes (2019), essa associação busca atingir esse objetivo por meio da luta pela regulamentação do uso medicinal, apoio à pesquisa clínica do uso medicinal da planta, divulgação de conhecimento e apoio na obtenção de informações e acesso para os pacientes e seus familiares.

---

<sup>113</sup> O estatuto não está disponível no site da associação. Foi enviada uma cópia digitalizada do original diretamente à pesquisadora pela representante entrevistada desta associação.

A Entrevistada 7 (representante da Apepi) relatou durante a entrevista que é feito o trabalho de conscientização da sociedade a respeito da cannabis por meio do diálogo. As associações costumam trabalhar de duas formas, por meio do acolhimento de pessoas interessadas que às procuram e pelas ações públicas, quando a associação vai até as pessoas. Livretos e cartilhas costumam ser úteis para esse primeiro contato, pois, como a entrevistada coloca, a linguagem é bem didática, facilitando o entendimento do público independente de seu nível de formação ou conhecimento sobre o tema. Para demonstrar como é feita essa divulgação do conhecimento, apresentamos as páginas 2 e 3 do livreto na figura 1.



Figura 1 - Livreto educacional sobre uso da cannabis para fins medicinais produzido pela Apepi

Fonte: Site da Apepi<sup>114</sup>

Em julho de 2020 a equipe<sup>115</sup> era formada por diversos profissionais que se uniram para apoiar a causa. No site da associação é possível encontrar a equipe de trabalho principal da Apepi, formada pela advogada Margarete Santos de Brito (Coordenadora Executiva), o designer Marcos Lins Langenbach (Coordenador Geral), o designer por formação e "jardineiro de coração e ativista em tempo integral" Raphael Meduza (Cultivador e Professor), a produtora cultural Luiza Baratz Reed (Produção e Mídias) e a graduanda de história Carol Freitas (Acolhimento e Apoio). No Estatuto (2016), está descrito que a associação se organiza em Assembleia Geral (constituída por todos os associados regularmente registrados e em pleno gozo de seus direitos) e Conselho Diretor, composto por Presidente e Secretário.

A Apepi tem lutado por uma nova legislação, que permita maior acesso, mais pesquisa e maior liberdade individual e, assim como a Ama+me, pratica e incentiva o ativismo por meio da desobediência civil pacífica. Em 15 de julho de 2020, a associação conseguiu a liminar para cultivo associativo e possui um projeto de chegar a 10 mil plantas. Essa liminar, entretanto, era

<sup>114</sup> Disponível em: <https://apepi.org/livreto/>. Acesso em 27 ago. 2020.

<sup>115</sup> Segundo a Entrevistada 1 (Representante da Apepi), além dessa equipe fixa, há também colaboradores, por exemplo as pessoas que dão aulas nos cursos cultivo ou os médicos que dão aula para os outros médicos.

de caráter provisório e, ao final de 2020, uma decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) suspendeu a liminar de cultivo da Apepi.

No entanto, em 2022, a associação alcançou uma sentença confirmando o direito de “plantar, manipular, transportar, pesquisar e fornecer extrato de cannabis aos Associados”, com isso, se tornou possível a contratação de 40 colaboradores nas duas sedes, o acolhimento de mais 3 mil associados e realização do III Seminário Internacional de Cannabis Medicinal: um olhar para o futuro, no Museu de Arte Moderna, no Rio<sup>116</sup>.

## **2.7 O associativismo e ativismo canábico: como as associações atuam na sociedade**

Para concluir este capítulo, questiona-se justamente como as associações canábicas atuam de forma prática na sociedade brasileira. Segundo Zanatto (2020), estas entidades possuem diversas funções, como trabalhar pela ampliação do direito ao cultivo pessoal e coletivo; buscar a ampliação do acesso à informações e insumos oriundos da cannabis; além de desenvolver ações voltadas para a regulamentação do cultivo individual e associado, que ampliem o direito de cada paciente ser orientado “a cultivar e extrair seu próprio medicamento buscando uma resposta terapêutica satisfatória, testando variedades, garantindo que a liberdade de escolha seja respeitada com igualdade de acesso” (ZANATTO, 2020, p.33). O autor completa ainda que, em geral, as associações reconhecem que as fronteiras entre o terapêutico e o uso adulto estão atreladas à lógica de mercado.

Ao fazer um levantamento sobre a atuação e o ativismo das associações brasileiras, Surjus *et al.* (2020) elaboraram um quadro com as cinco linhas de atuação mais comuns a essas organizações. A partir do quadro das autoras, é possível observar como as três associações estudadas nessa pesquisa se colocam na sociedade. Assim, adaptamos o quadro teórico de Surjus *et al.* (2020) acrescentando “sim” para as atividades praticadas pela associação ou “não” para as não praticadas. O resultado se apresenta a seguir:

---

<sup>116</sup> Disponível em: <https://www.apepi.org/a-appepi/quem-somos/>. Acesso em 16 set. 2022.

LINHAS DE ATUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES						
ATIVISMO	O que faz?	De que forma?	ACuCa - SP	Ama+me - MG	Apepi - RJ	
	Facilita o acesso ao óleo	cultivo	não	não	sim	sim
		Produção	não	não	sim	sim
		Venda	não	não	sim	sim
		Fornecimento	não	não	sim	sim
		Apoio Logístico	não	não	sim	sim
	Acolhimento	Projetos Sociais	sim	sim	sim	sim
		Atendimento Médico	não	não	sim	sim
		Atendimento multiprofissional	sim	sim	sim	sim
	Pesquisa	Parceria com universidades	sim	sim	sim	sim
Formação	Cursos e eventos	sim	sim	sim	sim	
Informação e comunicação	Venda de produtos como canecas, camisetas, etc.	sim	sim	não	sim	
	Divulgação de conhecimento nas mídias (impressa e digital)**	sim	sim	sim	sim	

Quadro 6 – Linhas de atuação ativistas das associações estudadas.

\*\* Acrescentado pela autora à lista de linhas de atuação do ativismo canábico associativista.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando o quadro, é preciso destacar que as autoras não deram ênfase a uma das principais atividades que se observa tanto nos estatutos das associações quanto na prática cotidiana, que é a divulgação de conhecimento dentro do tópico de Informação e Comunicação. Desconheço a razão para essa linha ter ficado de fora da versão original do quadro de Surjus *et al.* (2020), mas acrescentamos aqui por se tratar de uma das principais vias de combate ao estigma e ao preconceito contra a cannabis e seus consumidores, medicinais ou não.

Posto isso, esse quadro é muito importante para sintetizar o perfil dessas associações. Por meio dele, fica claro, por exemplo, que a ACuCa não fornece o óleo da planta nem qualquer derivado dela. Aí surge a questão: os associados da ACuCa fazem uso da planta de que maneira? Apesar de a associação em si não distribuir, os associados possuem fontes de fornecimento que podem ser pelas vias legais (as mesmas já citadas, quando se trata de uso terapêutico) ou pela desobediência civil (autocultivo, por exemplo), mas também há relatos de pessoas que utilizam o fumo da planta e que, por fazerem o uso adulto, precisam buscar no mercado ilegal, comprando de “traficantes”, por exemplo<sup>117</sup>. Há também acesso ilegal a óleos da planta; tudo indica que é o mais comum.

<sup>117</sup> Ver capítulo 3 desta tese.

Tanto a Apepi quanto a Ama+me distribuem o óleo que produzem internamente por meio de desobediência civil. Ambas possuem uma equipe de profissionais preparados para garantir o rigor e a qualidade do óleo distribuído aos associados, claro que em escala distinta, visto que a Apepi possui um projeto de plantar 10 mil pés de maconha, a fim de atingir muito mais pessoas. As associações sempre frisam pela qualidade da planta, pelo cultivo orgânico e natural e pela pureza de seus produtos feitos nos laboratórios das associações. Isso dá mais segurança ao consumidor se comparado com o produto adquirido na clandestinidade, que muitas vezes vem acompanhado de impurezas que podem causar danos à saúde. Em relação ao apoio logístico, é interessante destacar que, por mais que a ACuCa não o faça oficialmente, há relatos de associados que se ajudam entre si nesse ponto. Tudo isso será melhor abordado no capítulo seguinte.

Outro aspecto que a ACuCa não possui é o atendimento médico. Não é que a associação nunca faça atendimento, mas sim que a rama de medicinais estava desativada no momento da entrevista. Como a ACuCa é uma associação onde a maioria dos colaboradores são jovens voluntários de diversas áreas de conhecimento, cuja equipe se renova com frequência (quase semestralmente), se não houver algum médico interno, não é possível dar esse tipo de atendimento. Entretanto, o setor de acolhimento está preparado para lidar com o caso de algum associado necessitar do uso medicinal, neste caso ele é encaminhado para outra associação que possa atender nesse setor.

Tanto ACuCa quanto Apepi utilizam a estratégia de divulgar a imagem da associação e a causa pela legalização por meio da venda de objetos como camisetas, canecas, entre outros. A renda levantada também ajuda a associação a se manter viva, já que se tratam de organizações sem fins lucrativos, é preciso uma fonte de renda para manutenção interna. A Ama+me, por sua vez, não promove a venda desse tipo de produtos. O discurso dessa associação está muito mais atrelado ao apoio médico e jurídico. Por ser uma equipe menor de colaboradores, essa tem sido a principal frente adotada de ativismo pela associação.

Comparando as três associações, é possível destacar que duas são a favor da regulamentação da cannabis (Ama+me e Apepi), enquanto uma defende a legalização (ACuCa). Além disso, a forma como elas se relacionam com o óleo medicinal também é distinta, pois enquanto a Apepi obteve a autorização na justiça para o cultivo associativo e produção do óleo, a Ama+me segue com a produção por meio da desobediência civil pacífica e organizada. A ACuCa, por sua vez, não trabalha com a produção do óleo, apenas encaminha os interessados para meios de adquirir.

O ponto que une as três associações é a defesa dos direitos humanos e a conscientização dos associados e da sociedade a respeito dos usos da Cannabis. Todas se propõem a realizar um ativismo baseado em ações de cunho educacional nesse viés. Além disso, apoiam a pesquisa como forma de contribuir para o fortalecimento do conhecimento científico sobre o tema e o fazem por meio de parcerias com instituições públicas e privadas.

Para compreender como cada associação reconhece e pratica o ativismo, perguntamos diretamente sobre isso para as representantes, e a resposta que obtivemos das três demonstra que a luta dessas associações vai além da causa cannabis terapêutica, abraçando a luta de cada associado. A representante da Apepi, por exemplo, respondeu da seguinte forma:

Para mim o ativismo tem diversas perspectivas. Lá na associação, na Apepi, a gente preza muito para que cada um consiga colocar do seu jeitinho o seu ativismo e a sua luta e o seu amor, para além da questão da cannabis medicinal, mas também para a questão da epilepsia, para a questão de enxergar isso por outra perspectiva, outros associados também estão sempre tendo a questão da luta antirracista e antiproibicionista. É algo muito abrangente, sabe? E cada um que entra na associação e que colabora com a gente de alguma forma, vai levar aquilo de uma determinada forma para o seu grupo e para os seus coletivos, sabe? (REPRESENTANTE APEPI).

O pluralismo de ativismos presente na associação, como demonstra a fala da entrevistada, vem para refletir tanto os valores da associação, quanto às experiências e vivências dos associados. É muito rico ver a representante falar que cada pessoa que chega à associação colabora de alguma forma, pois demonstra que os associados não são tratados como meros clientes, mas são fonte de conhecimento e informação. Da mesma forma que expressam suas lutas, necessidades e carências dentro da associação, sendo atendidos por esta dentro das limitações da organização, os associados também levam da Apepi conhecimento e informação para outros espaços de suas vidas. O que contribui para a ressignificação da cannabis frente à sociedade.

A representante da ACuCa reafirmou que o formato da associação cultural não se prende ao tema usos medicinais ou terapêuticos, por essa razão, as frentes de ativismo podem ser mais abrangentes, se comparado às demais associações estudadas:

A ACuCa é uma associação que quando foi fundada não se focou exatamente no uso terapêutico, né? Então as pessoas que fazem só o uso poderiam ingressar, sem precisar ser paciente, e participar das atividades. Então a ACuCa surgiu muito nesse lance de vários ativistas conversando entre si, querendo distribuir informação, em 2012. Um grupo de amigos que eram ativistas da cannabis. E aí, uns anos depois, conseguiram ser reconhecidos e obter o CNPJ. Então sempre seguiu esse lance de fazer as pessoas se encontrarem, fazer um espaço seguro para as pessoas se encontrarem. O que é mais legal na ACuCa, que também não acontece faz tempo, até mesmo antes da pandemia tinha parado de acontecer um pouco, são os encontros



presenciais. Que é o que as pessoas mais gostavam, né? Que às vezes você trabalha com uma coisa completamente aleatória, com pessoas conservadoras, e você não tem aonde ir ou com quem conversar sobre isso. E isso faz parte da sua vida, por isso esses espaços da ACuCa eram tão importantes (REPRESENTANTE ACUCA).

O que a entrevistada quis dizer é que dentro da ACuCa, os associados podiam não só ter acesso à informação e trocar conhecimentos, como também participar e vivenciar a cultura canábica em grupo. Em outras palavras, as pessoas podiam conversar sobre o tema, assistiam filmes e documentários, ouviam músicas, conheciam técnicas de cultivo, e formas de redução de danos para o uso da planta, ao mesmo tempo que faziam suas “rodas de fumo”, apreciando “prazeres” do uso adulto e consciente da planta. A entrevistada completou falando sobre a importância da comunicação para o ativismo canábico na ACuCa:

Na comunicação, a ideia que eu trouxe pra ACuCa foi sempre trazer informação para as pessoas, porque para mim a informação é uma arma muito poderosa para a gente alavancar a regulamentação. Quanto mais maconheiros e maconheiras forem informados sobre o que elas estão consumindo, sobre a história daquilo, mais forte fica o nosso discurso. Então o que eu fiz na comunicação foi bem voltado para isso. Tanto é que eu fiz muitos estudos tutoriais nos *Stories*, todos aqueles tutoriais que tem nos destaques do *Instagram*, é a minha mãozinha ali fazendo. Então para mim tutorial, ensinar as pessoas, trazer informação, capacitá-las e dar autonomia, sempre foi o foco da comunicação. [...] Eu acho que esse é o caminho e é o que eu trago para todas as associações com quem eu trabalho (REPRESENTANTE DA ACUCA).

O ativismo por meio da comunicação e das redes sociais se tornou muito importante, principalmente no contexto da pandemia de Covid-19, quando o isolamento social fez com que as associações precisassem rever suas frentes de trabalho. Diante da impossibilidade de encontros e cursos presenciais, a internet e as mídias sociais foram fortes aliadas para manter o contato das associações com os associados, assim como a sociedade em geral. Como será apresentado no último capítulo desta tese, o ativismo por meio das redes sociais abriu espaço para um movimento de *lives*, assim como fortalece novas tendências de desobediência civil para o autocultivo, por exemplo.

No caso do ativismo promovido pelas associações estudadas, observa-se que a divulgação do conhecimento sempre foi a base para o associativismo, desde os simpósios de Elisaldo Carlini, motivando a criação de associações civis, até os dias de hoje, que as mais de 30 associações canábicas buscam promover a ressignificação dos usos da planta, a fim de alcançar uma regulamentação que torne acessível o tratamento de tantos pacientes que

necessitam da planta, assim como seja feita uma reparação sócio-histórica para aqueles que fazem uso da planta em seus mais diversos fins não sejam mais marginalizados.

A fim de compreender melhor como os atendimentos e serviços prestados pelas associações são recebidos pelos seus associados, realizamos entrevistas com algumas pessoas vinculadas às associações parceiras. Com isso, foi possível identificar diferentes vias de ativismo, assim como os distintos perfis de pacientes, familiares e apoiadores da cannabis atendidos nessas organizações. Essas informações aparecem no capítulo seguinte.

### CAPÍTULO 3 – VOZES DO MOVIMENTO: ENTREVISTAS COM ASSOCIADOS E ATIVISTAS

A divulgação do documentário *Illegal: a vida não espera* (2014) fez com que Katiele Fischer se tornasse uma das principais referências no movimento ativista pela cannabis medicinal, mas sua experiência de vida não é única. Várias outras famílias e pacientes, mesmo aqueles que não são completamente a favor do tratamento com a cannabis, diante do sentimento de desespero e aflição, buscam essa medicação por já terem tentado outros tratamentos indicados sem obter resultados. Inclusive, o próprio documentário conta a história de outros quatro pacientes e suas famílias.

Apesar de existirem outros documentários e filmes que retratam o tema maconha medicinal, conforme apontam Azize e Silva (2015), a história das cinco famílias narrada em *Illegal* tem como principais personagens mulheres e crianças que sofrem de males que podem ser tratados ou atenuados pelo uso medicinal da maconha (seja em sua versão que isola o canabidiol, seja em sua versão CBD + THC) na época proibido no Brasil, já que a lei prevê sanções para seu o plantio, consumo, transporte, compra e venda, salvo casos específicos que só foram regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nos anos seguintes, a partir de 2015.

Assim, apesar da família Fischer ter recebido o protagonismo da mídia, as demais famílias também permanecem na luta, à frente de associações, por exemplo. Uma das histórias abordadas no documentário é de Sofia, portadora da síndrome CDKL5, um distúrbio raro que acarreta danos intelectuais graves, compromete a fala e causa crises epiléticas, que podem surgir na primeira semana de vida. Seus pais, o designer Marcos Lins Langenbach, e a advogada Margarete Santos de Brito são fundadores da Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi), uma das organizações participantes desta pesquisa. Juliana Paolinelli é outra paciente cuja história foi contada em *Illegal* (2014), ela foi co-fundadora da Associação Brasileira de Cannabis Medicinal (Ama-me), hoje desligada da associação, Juliana faz parte da Federação de Associações da Cannabis Terapêutica (FACT).

Para compreender como atua e se organiza o movimento em prol da cannabis, mais do que revisar a bibliografia, tanto no viés acadêmico, literário e midiático, é preciso ouvir o que as pessoas envolvidas têm a dizer. Somente assim se torna possível adentrar, mesmo que parcialmente, na comunidade canábica a qual eles próprios denominam “bolha canábica” nas entrevistas e nas redes sociais. Apesar de questionamentos que surgiram no decorrer do processo de pesquisa, é necessário manter essa expressão por dois motivos. Primeiramente por

ter sido um conceito que emergiu durante as entrevistas partindo das próprias entrevistadas, o que demonstra que eles se sentem imersos nessa bolha, exemplo disso são os eventos e manifestações sempre organizados e frequentados pelo mesmo grupo de pessoas.

O segundo motivo é o fato de que o número de pessoas que necessitam de tratamento ou apenas apoiam o movimento ainda é restrito, apesar do processo de midiaticização da cannabis medicinal ocorrido nos últimos anos, que tornou os usos terapêuticos da planta reconhecidos e de conhecimento de grande parte da população brasileira. Entretanto, o processo de facilitação do acesso por meio de políticas públicas fica sempre em segundo plano entre as prioridades do Governo brasileiro. Prova disso são os avanços pouco significativos alcançados nos últimos anos, demonstrando que os órgãos responsáveis consideram essa causa pertencente a uma minoria e, por essa razão, acabam sendo adiadas sessão após sessão nos órgãos competentes.

Deste modo, este capítulo tem o objetivo de identificar como o ativismo canábico pode se fundamentar em conhecimentos de base científica ou adquiridos pela vivência dos associados.

### **3.1 Conversando com aqueles que vivem a luta e o ativismo: Sobre as entrevistas**

O momento de entrevistas foi muito rico para esta pesquisa, pois foi quando pudemos ter contato direto (mesmo que remotamente) com as associações e seus associados. Isso nos permitiu conhecer várias pessoas e suas histórias de vida, que servem tanto como exemplos quanto como inspiração. Tivemos a participação de pacientes e familiares de pacientes que fazem uso medicinal, mas também tivemos a oportunidade de conhecer pessoas que fazem o uso adulto, sem fins terapêuticos, o que permitiu explorar diferentes pontos de vista sobre o tema. Além disso, foram entrevistadas participantes de diferentes idades, classes sociais, níveis de escolaridade, profissões, orientação sexual, religiões e localidades. A pesquisa não teve a pretensão de traçar quantitativa ou estatisticamente um perfil sociodemográfico dos associados, mas essa diversidade permite que haja maior amplitude de respostas e interpretações.

Faz-se necessário definir que, dentro do movimento, há uma discussão a respeito das nomenclaturas para definir os diversos usos da cannabis. O “uso medicinal”, por exemplo, se limita ao uso por pacientes com acompanhamento médico, enquanto o “uso terapêutico” abrange todo o uso que visa melhoria na qualidade de vida. De mesmo modo, o “uso recreativo” seria somente daqueles que buscam o prazer na cannabis, enquanto o “uso adulto” abrange todas as finalidades (recreativo, religioso, terapêutico, social etc.), desde que feito por pessoas maiores de idade e com responsabilidade. O termo se contrapõe ao uso medicinal infantil, para tratamento de crianças com epilepsia refratária, autismo entre outros.

A entrevista é uma técnica de coleta de dados utilizada para a captação de dados subjetivos (BONI; QUARESMA, 2005). Trata-se de um método fundamental quando se busca mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados (DUARTE, 2004). Ainda é possível afirmar que, por se tratar de uma recolha de dados flexível, a entrevista pode fazer uso de vários canais multissensoriais para análise (verbal, não-verbal, falado e ouvido), assim como o conhecimento das percepções das pessoas e a forma como um determinado evento pode afetar os seus pensamentos e sentimentos (MANGAS; FREIRE; SANTOS, 2018).

Existem diversas formas de entrevistas, dentre as quais as mais utilizadas são: entrevista projetiva, entrevista com grupos focais, história de vida, entrevista estruturada, aberta e semiestruturada (BONI; QUARESMA, 2005). As entrevistas nesta pesquisa seguiram um formato de entrevista semiestruturada, ou seja, possuíam um roteiro base para todas as entrevistadas, no entanto a pesquisadora tinha a liberdade de aprofundar a discussão de determinados temas, caso percebesse que o entrevistado teria informações importantes para contribuir em alguns assuntos.

Com o número crescente de associações e dado o tempo de duração dessa pesquisa, foi preciso selecionar as associações para as entrevistas<sup>118</sup>. Assim, entramos em contato com cinco dessas associações, buscando perfis distintos. Obtive resposta positiva de três: Ama+me, Apepi e ACuCa, com as quais foram realizadas, entre julho e agosto de 2020, 16 entrevistas, sendo três com representantes de cada uma das associações e as outras 13 com associados ou seguidores nas redes sociais.

A grande vantagem na utilização da entrevista semiestruturada, de acordo com Mangas, Freire e Santos (2018), consiste justamente na possibilidade de se introdução de novas perguntas, no guião estabelecido, aprofundando conceitos e obtendo mais informação, o que permite enriquecer os resultados da avaliação. Deste modo, foram estruturados dois roteiros, um para os associados e outro para os representantes (Quadro 7). O tempo de duração das entrevistas variou entre 25 e 90 minutos, dependendo completamente do quanto o entrevistado desejava falar.

---

<sup>118</sup> Vide Capítulo 2.

	<b>Participante</b>	<b>Profissão</b>	<b>Relação com a cannabis</b>	<b>Local</b>
<b>Apepi</b>	Entrevistada 1 (Representante)	Estudante de História	Uso medicinal (epilepsia refratária)	Rio das Ostras - RJ
	Entrevistada 2 (Associada)	Pesquisadora	Uso medicinal (estresse pós-traumático)	Rio de Janeiro - RJ
	Entrevistada 3 (Associada)	Eng. De Produção	Uso medicinal (esclerodermia localizada)	Rio de Janeiro - RJ
	Entrevistado 4 (Associado)	Produtor musical	Pai de paciente (filho autista)	Rio de Janeiro - RJ
	Entrevistada 5 (Associada)	Assistente Social	Familiar de paciente (autismo)	Niterói - RJ
	Entrevistada 6 (Associada)	Estudante de Farmácia	Mãe de Paciente (filha com epilepsia refratária)	Campinas - SP
<b>Ama+me</b>	Entrevistada 7 (Representante)	Coordenação de associação de pacientes	Uso medicinal (ptose da coluna vertebral e síndrome da cauda equina)	Belo Horizonte -MG
	Entrevistada 8 (Associada)	Pedagoga e Mãe de Santo	Uso medicinal (fibromialgia e dores severas)	Lagoa Santa - MG
	Entrevistado 9 (Associado)	Estudante de Veterinária	Uso medicinal (Ansiedade e depressão)	Lages - SC
	Entrevistada 10 (Associada)	Assistente Social	Mãe de Paciente (filho com síndrome de Sotos e epilepsia)	Brasília - DF
	Entrevistada 11 (Associada)	Mãe de paciente	Mãe de Paciente (filha com autismo severo)	São José - SC
<b>ACuCa</b>	Entrevistada 12 (Representante)	Produtora	Paciente medicinal (agorafobia) e uso adulto	São Paulo - SP
	Entrevistado 13 (Ativista)	Aposentado	Paciente (esclerose múltipla)	São Paulo - SP
	Entrevistado 14 (Associado)	Eng. Florestal Paisagista	Uso adulto terapêutico	São Paulo - SP
	Entrevistada 15 (Ativista)	Internacionalista e empreendedora	Uso adulto terapêutico	São Paulo - SP
	Entrevistada 16 (Associada)	Educadora Informal	Uso adulto terapêutico	São Paulo - SP

*Quadro 7 - Participantes entrevistadas da pesquisa*

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre o quadro, é possível destacar que, apesar de as associações terem me indicado perfis diferenciados para as entrevistas, algumas características demonstram que há um padrão: em sua maioria são mulheres com formação em nível superior. Pensando na representatividade feminina no movimento, já era algo previsto nas etapas iniciais da pesquisa, visto que tanto nos textos científicos (OLIVEIRA, 2016; 2017, PEREIRA, 2016), quanto nas coberturas midiáticas, o movimento de mães de pacientes em busca de acesso ao medicamento a base de cannabis tem sido amplamente difundido.

Por outro lado, com as entrevistas, foi possível identificar que, além dos familiares de pacientes, há um grande número de pessoas adultas que lutam para uso terapêutico próprio. Essa parcela do movimento, apesar de não receber o mesmo destaque nas notícias, se faz tão importante quanto a crianças e seus familiares, pois é composta por ativistas jovens, que se fazem presentes nas plataformas de redes sociais e se dedicam a produzir conteúdo contra

hegemônico, a fim de divulgar os benefícios do uso da cannabis e militar pela causa antiproibicionista.

Em relação à formação, dentre as entrevistadas, somente as entrevistadas 11 e 16 não possuíam Ensino Superior, demonstrando o que a Entrevistada 16 chamou de “Elitização do Ativismo Canábico”. Isso porque, assim como o movimento canábico nasceu dentro do movimento estudantil, por muito tempo os debates sobre os usos terapêuticos da planta também ficaram restritos ao campo acadêmico, sendo que nas demais esferas da sociedade e na mídia somente circulava-se o discurso que vincula a maconha a aspectos negativos, tais como vício, tráfico de drogas e criminalidade. Vale destacar que, mesmo nos espaços das universidades e instituições de ensino, esse tema ainda é visto como um “tabu”.

Sabemos que a dificuldade de acesso à planta e seus derivados é um fator que restringe o movimento, visto que mesmo com o apoio das associações, ainda assim os custos do tratamento com a cannabis são elevados e se encontram inacessíveis para grande parte da população brasileira. Como essa pesquisa é de base qualitativa, a amostra de entrevistadas pode não refletir estatisticamente o perfil da totalidade dos envolvidos no movimento, mas demonstra que somente aqueles que possuem uma determinada condição econômica conseguem manter o tratamento. Aqueles que não detêm o poder financeiro para adquirir a medicação (seja importada, seja pelas associações) se tornam excluídos, como foi o caso da Entrevistada 16, que perdeu a mãe, que faleceu por conta das complicações da esclerose múltipla, enquanto lutava pelo acesso ao tratamento. Hoje, ela continua na luta, sempre dando seu testemunho, para que outras pessoas possam ter o acesso que ela não conseguiu para a sua mãe.

Devido ao fato de as entrevistas terem ocorrido remotamente, obtivemos alguns desafios a serem superados:

- (1) Problemas com a conexão: as falhas na conectividade da internet ocorreram diversas vezes, tanto na conexão da pesquisadora, quanto na das entrevistadas. Isso dificultava a comunicação, principalmente quando se tinha um intervalo maior até a retomada da entrevista, pois muitas vezes o entrevistado perdia a linha de pensamento;
- (2) Problemas com a gravação: foi solicitado a todas as entrevistadas a autorização para gravação das entrevistas, por meio da leitura do Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TCLE). Entretanto, com as quedas da conexão, algumas partes foram perdidas na gravação, o que causou prejuízo no momento de transcrição das falas das entrevistadas;
- (3) A interferência das crianças: Ao entrevistar pais de pacientes, por diversas vezes acontecia a interferência das crianças de diversas formas. Quando acontecia de forma breve,

como as interrupções causadas por mera curiosidade das crianças ou pela vontade de aparecer, havia pouca distração. Por outro lado, aconteceu de uma criança dar crise momentos antes da entrevista, tendo esta que ser remarcada, e quando fizemos a entrevista no dia seguinte, a mãe demonstrava preocupação (completamente justificada e compreensível), tendo respondido tudo com muita objetividade, de forma que era claro que ela desejava finalizar o mais rápido possível.

Apesar dos desafios citados, foi possível obter muita informação sobre a relação entre os pacientes, familiares e ativistas com as associações, dentro do círculo de pessoas envolvidas na luta canábica, assim como em relação à sociedade como um todo, tendo que vencer principalmente o preconceito que assola o estigma da maconha e de seus usuários. Sendo assim, o tópico seguinte tem o objetivo de retratar como essas pessoas se comportam dentro e fora dos grupos da cannabis terapêutica.

### **3.2 A “bolha canábica”: Comunidades de aflição e o neoativismo da cannabis terapêutica**

O sentimento de desespero e aflição diante do sofrimento próprio, de um filho ou ente querido, é o que levou boa parte das pessoas que buscarem a cannabis como alternativa terapêutica. Uma das *hashtags*<sup>119</sup> utilizadas no *Instagram* da Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi) deixa claro o porquê de se tratar com a planta: simplesmente porque funciona. Pela dificuldade de acesso ao tratamento, a criação de comunidades e, posteriormente, das associações se deu pela necessidade mútua dos envolvidos nesse grupo de pessoas. Esses são espaços (físicos ou virtuais) onde as pessoas podem trocar experiências e vivências, além de encontrar apoio, aconselhamento e conforto.

Quando um tema, como a cannabis é controverso, é mais confortável tratado dentro do círculo de pessoas próximas que compartilham as esperanças e as angústias na busca de um medicamento que amenize suas patologias e melhore a qualidade de vida da família. Entretanto, para legitimar o movimento frente à sociedade, os ativistas do uso medicinal e terapêutico da cannabis têm buscado conscientizar a população a respeito dos benefícios da planta à saúde e ao organismo baseando seus argumentos tanto em estudos científicos e clínicos, quanto na experiência de usuários e pacientes.

---

<sup>119</sup> A *hashtag* é outra característica da CMC e significa o uso de uma palavra-chave antecedida pela cerquilha (#) a qual os usuários ou instituições, geralmente, utilizam para identificar o tema do conteúdo que estão compartilhando e, dessa forma, facilitar outros usuários em suas buscas por assuntos. (OLIVEIRA *et al.*, 2019)



Durante as entrevistas, percebe-se que a cannabis representa para as entrevistadas muito mais do que um medicamento, ocupa um lugar de destaque, estimulando a esperança e a autoestima. Ouvi das entrevistadas que nas suas vidas a cannabis é qualidade de vida; um propósito de vida; minha saúde mental e física; meu respiro; um remédio milagroso; representa progresso, evolução minha, conhecimento meu das ervas, todos os meus remédios; meu futuro; sem ela não dá para ficar. São todas respostas que apontam para o aspecto positivo da cannabis, mas são oriundas do que eles próprios consideram a “bolha” formada pelos defensores da planta. Essa “bolha” seria composta por pacientes ou familiares de pacientes, ativistas, pesquisadores e consumidores que fazem o uso adulto da planta.

Todos conheceram os benefícios da cannabis em determinado momento e hoje lutam pelo acesso mais democrático e por uma legislação mais permissiva. Apesar de todas as entrevistadas afirmarem que praticam o ativismo canábico em algum momento de suas vidas, eles reconhecem a existência dessa bolha, sendo que o termo salta por diversas vezes em publicações nas redes sociais, reforçando a ideia e nos levando a crer que essas pessoas realmente se sentem em um círculo fechado, ou uma rede de membros muito restrita se comparada a sociedade como um todo.

O conceito de bolha social pode ocorrer tanto num ambiente virtual quanto fora dele, mas o surgimento dos diversos aplicativos eletrônicos e outras plataformas de redes sociais virtuais o popularizou e o tornou cada vez mais próximo ao senso comum e ao vocabulário cotidiano das pessoas. Segundo Ribeiro (2020), são os pesquisadores da comunicação e das ciências da computação que mais têm buscado explicar o fenômeno bolhas sociais virtuais, utilizando termos como “bolha online” ou “câmara de ecos”, que refletem uma mesma ideia: “uma seleção intencional, filtrada, uma triagem planejada a fim de que classificações e hierarquias obedeçam a critérios exclusivos e pessoais, porque não dizer excludentes, em nome da proteção de pessoas”. (RIBEIRO, 2020, p. 14).

A bolha, portanto, cria para quem está dentro dela uma linha tênue entre a proteção e a segmentação. A primeira vez que o termo apareceu nas entrevistas, foi por meio da Entrevistada 2, associada da Apepi, que afirmou compartilhar informações sobre a cannabis nos seus perfis do *Facebook* e do *Instagram*, mas estes são privados, pois ela não se sente à vontade para “viver fora da bolha nesse momento”. No caso da entrevistada 2, fica claro essa busca quando ela afirma que pratica o ativismo canábico nas redes sociais, divulgando sempre informações sobre novas pesquisas científicas acerca de tratamentos à base de cannabis. Ela considera de suma importância seu ativismo por compartilhar com sua rede um conhecimento que pode contribuir para melhorar a qualidade de vida de várias pessoas. No entanto, ao tornar

seus perfis nas redes sociais virtuais contas privadas, faz com que esses conteúdos compartilhados por ela só fiquem disponíveis para pessoas previamente autorizadas pela Entrevistada 2. Com isso, ela se protege e se resguarda de possíveis críticas, comentários agressivos ou discurso de ódio oriundo de proibicionistas.

Em teoria, essa noção de bolha nas redes sociais é o resultado de quando se mantém somente “laços fortes”, como diria Zygmunt Bauman (2001), em sua rede. O fenômeno “perpetuação da bolha” se dá quando os usuários que possuem uma mesma ideologia (política, econômica, social ou religiosa) só tenham contato com pessoas que possuem a mesma visão de mundo, o que impede o confronto e o debate racional entre posicionamentos dissonantes (LANIER, 2018). Como se a nossa escolha de contatos já não fosse um limitante, as redes sociais ainda apresentam os “filtros de bolha”, ou seja, algoritmos que, baseados em características de páginas, publicações, pessoas que curtimos ou seguimos, ou até as buscas que fazemos, já nos condicionam a permanecer na bolha, ao receber mais informações semelhantes aos nossos temas de interesse (PARISER, 2012; LANIER, 2018).

Apesar dos pontos negativos da bolha apresentados pelos autores acima, pelo menos no que se trata dos defensores da cannabis nas redes sociais, essa bolha tem sido muito útil no que tange ao compartilhamento e a construção do conhecimento sobre a planta e seus diversos usos, sejam eles terapêuticos ou não. Como afirma a entrevistada 5, quanto mais o interessado busca estudar e se informar em fontes específicas sobre o tema, mais a visão dele muda, pois está buscando as fontes especializadas no tema de interesse. Ainda assim, os interessados são aqueles que pertencem à bolha.

Algumas entrevistadas reforçaram a visão negativa que a sociedade como um todo apresenta sobre a maconha. De acordo com o Entrevistado 12 (Associado da Associação Cultural Cannábica de São Paulo – ACuCa), há uma crença geral que demoniza a maconha por motivos sociais, políticos e industriais. Seguindo essa linha de raciocínio, por falta de conhecimento, as pessoas “[...] atribuem os efeitos das outras drogas à maconha [...] Então ‘maconheiro’ virou sinônimo de todas as drogas” (Entrevistada 11, associada da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal – Ama+me). Além disso, segundo a Entrevistada 10 (Associada da Ama+me), “Tem um preconceito até racial, e de classe mesmo. Quando é uma pessoa branca usando maconha é uma pessoa branca usando maconha. Se for preto e pobre é um bandido”. As falas dessas entrevistadas demonstram como o preconceito é reforçado por vários fatores, principalmente questões histórico-raciais, mas que poderiam ser revistas pelo acesso ao conhecimento.

Considerando a certeza de que “fora da bolha” as opiniões sobre a maconha carregam uma carga negativa, preconceituosa e estigmatizante, o papel dos movimentos ativistas é fazer essas informações circularem tanto dentro como fora da bolha, para que o maior número de pessoas tome consciência da causa e possam se tornar adeptos na luta, o que exige um diálogo sério e respeitoso, baseado em argumentos de fundamento científico, jurídico ou social e experiências de vida.

É preciso entender que a bolha canábica se forma mais pela busca e troca de informação segura e confiável entre pessoas que vivem uma situação semelhante de sofrimento causado pela falta resultado promissor em tratamentos convencionais para suas próprias enfermidades do que pela vontade de estar entre pessoas que possuem uma mesma opinião sobre um tema qualquer. Neste caso, para compreender o motivo pelo qual se forma essa bolha, é preciso voltar ao início do movimento de neoativismo<sup>120</sup>, quando as primeiras famílias que descobriram a possibilidade de tratar crianças com casos de epilepsia refratária com um produto derivado da maconha.

No início dos anos de 2010, havia pouca informação disponível de forma que as mães de crianças com casos graves de epilepsia e síndromes raras que descobriram que podiam tratar seus filhos e amenizar as crises com o óleo de cannabis tinham que obter conhecimento por meio da troca de experiências em grupos fechados e secretos<sup>121</sup> do *Facebook*. Afinal, por se tratar de uma substância proibida no Brasil, qualquer forma de acesso e uso da planta era considerada criminosa. Com as mudanças na classificação e regulamentação da planta por volta de 2015, o cenário começa a se transformar, as mães que até então eram a principal referência em conhecimento sobre os usos terapêuticos da planta, graças a expertise adquirida no tratamento de seus filhos e na troca de experiência com outras mães, deu espaço para o discurso médico-científico que buscava explicar as origens dos benefícios da planta a saúde (RODRIGUES; LOPES; MOURAO, 2020). Com isso, as famílias se uniram a ativistas, profissionais da saúde, do direito e cultivadores para criar associações, a fim de ajudar outras pessoas a ter acesso ao tratamento de forma mais acessível.

Como é possível observar, tudo partiu de um movimento dentro de grupos, possivelmente fechados, em uma rede social digital, o *Facebook*. Além disso, havia a

---

<sup>120</sup> Vide Capítulo 1.

<sup>121</sup> O *Facebook* possui três tipos de grupos, grupos públicos, de conteúdo aberto, no qual todos podem ver os posts; grupos fechados, que qualquer usuário pode encontrar o grupo e pedir para participar ou ser adicionado por um dos membros; e grupos secretos, que são exclusivos e “ocultos”, muitas vezes utilizados para conversar sobre temas polêmicos e sensíveis e, nos casos mais extremos, pode ser usado por criminosos, usuários que produzem conteúdo abusivos ou mesmo ilegais. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2016/05/grupo-secreto-ou-fechado-saiba-como-comunidades-funcionam-no-facebook.ghtml>. Acesso em 28 out. 2022.

necessidade de se guardar um segredo, afinal o ato de importar produto a base de maconha era ilegal. Ou seja, a bolha canábica vai além de todas as definições de bolha, pois não se trata de uma segmentação das informações por mera segregação de opiniões ou mesmo pela ação de um algoritmo. É pela necessidade de se obter qualidade de vida. Assim, vão além do que o senso comum ou as pesquisas em comunicação e ciências da computação consideram como bolhas sociais, mas se aproximam daquilo que Helman (1994) denominaria como comunidade de aflição<sup>122</sup>.

Para além do uso médico da cannabis, há também na cultura canábica defensores de um uso terapêutico, religioso ou mesmo recreativo. É o caso de pessoas adultas que não necessariamente sofrem de algum caso de epilepsia, autismo, Parkinson, Alzheimer, dor crônica ou qualquer outro mal que tem sido tratado medicinalmente com a cannabis, mesmo assim possuem o sofrimento causado por preocupações, conflitos pessoais ou mazelas do dia a dia. Esse sofrimento em contraposição com a noção de felicidade ou prazer também pode ser aliviado terapêuticamente pela cannabis. De acordo com Firmino e Queiroz (2009), a maconha tem sido vista como um recurso que proporciona ao indivíduo um modo de obtenção de prazer. Os autores explicam que a maconha seria, numa vertente freudiana, um refúgio, um paliativo e um prestador de um bom serviço no que diz respeito à procura da felicidade.

Por outro lado, conforme aponta Zuardi (2006), para aqueles fazem inalação por meio do fumo, a concentração relativa dos canabinóides depende da parte da planta que está sendo fumada (flores, folhas ou galhos), do solo onde essa planta foi cultivada, entre outras variáveis, de modo que “os efeitos da maconha obtida na rua são muito pouco previsíveis, e ela não deve ser usada com finalidade terapêutica”.

Diante do atual contexto em que os medicamentos liberados pela Anvisa para a importação ou venda nas farmácias possuem um valor elevado, a maior parte dos pacientes não possui condições financeiras para bancar com o tratamento. Esse fator gera uma outra forma de sofrimento, que atinge o emocional. Frente às aflições da busca pelo tratamento, do custo elevado e da não assistência por parte do Estado, esses grupos de pacientes, familiares, ativistas e demais apoiadores que podiam ser num primeiro momento considerados como comunidades de sofrimento informais, se viram na necessidade de se organizar em associações civis.

Segundo a Entrevistada 1 (Representante da Apepi), os valores e crenças dentro e fora da bolha deveriam ser a liberdade, o direito à saúde, uma possibilidade de vida, de qualidade de vida e a luta contra o conservadorismo e contra o racismo. Entretanto, conforme observa a

---

<sup>122</sup> Ver capítulo 2.

Entrevistada 2 (Associada da Apepi), dentro da bolha não há espaço para crítica, politicagem nem ideologias, somente para evidências. Ela completa que fora da bolha “o preconceito é absurdo, muito estigmatizante”. Esse preconceito é embasado em anos da massificação de um discurso negativista e racista que associa a maconha à criminalidade, violência e tráfico de drogas. No entanto, o testemunho e exemplo de vida das pessoas que fazem uso da planta pode transformar a forma como os sujeitos ao seu redor enxergam a planta, como demonstra o testemunho da Entrevistada 8:

No início eu não falei, porque eu achava que não devia falar. Eu ouço muito minha intuição. Eu achava que não devia falar. E quando chegou um momento, acho que uns oito ou nove meses depois, todo mundo falava assim comigo: oh mãe, a senhora mudou, a senhora está andando mais rápido, mas em pé. A senhora tá fazendo o quê? Aí eu falei que estava fazendo uns exercícios. E na Umbanda tem muita dança né? E de repente eu comecei a dançar e aquilo foi um espanto para todo mundo. Aí eu falei: olha eu vou dar um para casa para vocês. Vocês vão desenvolver o seguinte tema: “O que é preconceito?”. Na outra semana eles falaram, todo mundo falou. Aí eu falei, pois é, eu vou falar uma coisa com vocês que eu não falei até hoje, mas tem uns oito meses que eu faço isso que é o canabidiol. Ai uns ficaram me olhando e eu falei, pronto. O terreiro vai espalhar na cidade inteira né, porque Lagoa Santa é pequenininha. E para a surpresa minha, uma pessoa levantou e falou minha filha toma, outro levantou e falou meu irmão também. Aí muita gente ficou sem saber e eu falei: vocês vão estudar e trazer para mim um trabalho sobre a cannabis, o que a cannabis pode fazer, o que o canabidiol pode fazer. Claro que não foi nada científico, mas todo mundo olhou. E com isso, ninguém falou nunca mais nada. Só as vezes quando está dando a hora e eu falo assim, tenho que tomar meu canabidiol. Aí um filho de santo “está naquele lugar”, “tá. Vai lá e pega ele para mim”. Aí eu tomo. Não vou tomar na frente da assistência porque eu acho que isso é um desrespeito para eles, mas eu tomo, entrego pra ele e ele leva. (Entrevistada 8, Associada da Ama+me).

Às vezes, mesmo entre as pessoas que acompanham familiares evidentemente melhorando a qualidade de vida após um paciente iniciar o tratamento com a cannabis, ainda pode haver divisões, como explica o Entrevistado 4 (Associado da Apepi): “hoje o meu sogro e minha sogra enxergam realmente como uma via de tratamento e benefício e minha mãe ainda vê como uma coisa marginalizada. Que um cara fuma um cigarro de maconha e vai cometer um assalto a banco. São dois extremos mesmo”. Sobre essa divisão, a Entrevistada 6 (Associada da Apepi) afirma que

Na verdade, quem está dentro da bolha tem um problema que contornou com a cannabis. Então não são valores e crenças. É que a pessoa que está dentro da bolha é a pessoa que conhece, que precisa, que usa e que trata. A pessoa que está fora dessa bolha não tem noção porque está fora desse contexto. (ENTREVISTADA 6, Associada da Apepi).

Outra colocação que chamou a atenção foi a respeito da separação entre sociedade e conhecimento destacada pela Entrevistada 5 (Associada da Apepi), como fator que gera a segmentação da bolha. Segundo a entrevistada, o debate da cannabis terapêutica já tem quebrado paradigmas e se naturalizando dentro das universidades, ganhando espaço em palestras e eventos. Mas ela fica pensando nas mãos que moram na periferia e como elas poderiam ter acesso a essas informações. A entrevistada afirma que “seria uma desconstrução muito grande para chegar até certas pessoas para poder abordar esses assuntos”. Sobre isso, a Entrevistada 7 (Representante da Ama+me) lembra que o objetivo das associações e ativistas é justamente “informar à população e à sociedade civil em geral os benefícios que essa planta traz pra tanta gente, pro alívio de tantas doenças”. Embora reconheçam a relevância de ampliar o acesso que as associações têm exercido no Brasil, é preciso deixar claro que os custos do tratamento ainda estão fora do alcance das classes mais baixas da sociedade. Por isso, a luta para que os medicamentos sejam oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Um último detalhe levantado pelo Entrevistado 9 (associado da Ama+me) e pela Entrevistada 15 (seguidora da ACuCa), é que às vezes a bolha reforça a segmentação dentro da própria bolha. O Entrevistado 9, por exemplo, cita o fato de que quando se trata do uso adulto sem fins terapêuticos, a preocupação com a qualidade da substância é menor se comparado com aqueles que buscam os usos medicinais. Já a Entrevistada 15, afirma que não concorda com os ativistas que defendem a cannabis somente apresentando os benefícios. Segundo ela, é preciso abordar todos os lados, apresentando também os riscos que a planta pode oferecer:

A pior resposta do mundo é a que eu vou te dar. É uma bosta, mas é verdade. Eu acho que dentro da bolha, dentro do meio, ela é vista como uma salvação de todos os deuses, ninguém quer falar que tem problema, ninguém quer falar que não pode fumar antes dos 21 anos, ninguém quer falar que prensado é uma bosta, ninguém quer falar que às vezes dá mais epilepsia na criança, e são verdades comprovadas. Diminui apetite sexual, dificulta o sono, é viciante sim. E fora é como se só existissem esses problemas. Então eu acho que a sociedade não conversa com a bolha ainda muito por culpa da bolha. Por causa da sociedade também. Muitas pessoas da sociedade até estariam dispostas a mudar. Mas como a galera já chega com dois pés no peito e é isso e é isso, e é bom para tudo, não tem muito mesmo o que fazer. Eu já não concordo com esse ativismo assim, sabe? Eu, dentro do meio, sou considerada quase vendida para a indústria farmacêutica. Porque eu acho que remédio é uma coisa que tem que ter controle mesmo. (ENTREVISTADA 15, seguidora da ACuCa).

Após a exposição desses posicionamentos, é possível observar que as entrevistadas reconhecem a existência da bolha e, como ativistas, acreditam na necessidade de se transpor essa barreira e levar a informação para a sociedade. Entretanto, afirmam que o preconceito

precisa ser vencido com diálogo e seriedade. A entrevistada 15 lembra que, mesmo dentro do movimento existem dois grupos de pessoas, um que defende a intervenção da indústria farmacêutica e outro mais naturalista. Ela critica principalmente os perigos do posicionamento dos naturalistas radicais que defendem a posição de que “se é natural, não faz mal”, pois estes acabam ocultando informações para forjar os benefícios da maconha. Para finalizar, a representante da Ama+me explicou a importância de as associações serem fonte de informação para a população:

Olha, realmente tem os dois lados, e a gente busca nessa bolha que você citou de quem tem o conhecimento dos usos possíveis da cannabis, que eu chamo de potencial terapêutico da cannabis, e as pessoas que não tem esse conhecimento. Então a gente tem o objetivo de informar a população, a sociedade civil em geral os benefícios que essa planta traz para tanta gente, pro alívio de tantas doenças. [...]. Então a gente precisa mostrar para as pessoas, para a sociedade, pro Estado, pra todo mundo, que é uma planta benéfica e extremamente funcional no tratamento de várias doenças. Então as informações têm que ser claras, objetivas, e as pessoas que apreciam o assunto, como você está fazendo agora, vão procurar informações mais detalhadas. Isso é fundamental para desmistificar a maconha como uma droga perigosíssima que é colocada assim hoje. (Entrevistada 7, representante da Ama+me)

Deste modo, utilizar ou não o termo “bolha” não é simplesmente uma escolha que o movimento fez. Ao longo da história do movimento, foi necessário que as pessoas se organizassem em grupos fechados para se proteger ao mesmo tempo que buscavam se informar sobre um tratamento que era proibido. Com a liberação dos usos terapêuticos mediante autorizações da Anvisa, esses grupos de pessoas tiveram maior liberdade, mesmo assim, permanece a necessidade de se interagir dentro da “bolha” por esse e um lugar onde se encontram concentradas as informações, o acolhimento, o apoio mútuo e o intercâmbio de vivências e experiências tão importante para manter vivo o movimento. As associações são de suma importância nesse processo, pois se tornam o ponto de referência para aqueles que buscam se informar e se tratar, como será descrito no tópico seguinte.

### **3.3 Juntos somos mais fortes: as associações na ressignificação da maconha**

Não se pode negar o importante papel da mídia no processo de ressignificação da maconha nos últimos anos. É fato que uma mudança a nível do discurso, que tira a cannabis de um lugar de marginalidade, criminalidade e violência, e abre as portas para um discurso com base em saúde e ciência tem um certo peso na forma como a sociedade enxerga a planta. Entretanto, quando um paciente descobre a possibilidade de se tratar com uma planta, que ele

não pode plantar e nem sequer comprar no Brasil, o Estado permanece omissa na maioria dos casos e a grande parte dos médicos não está disposta ou mesmo preparada para receitar o tratamento, surge aquela grande questão: “a quem recorrer agora?”. Aí se inicia o trabalho com as associações.

No Brasil, existem mais de 40 associações em prol da cannabis e uma grande federação, a Federação das Associações de Cannabis Terapêutica (FACT). Com toda a diversidade de pessoas envolvidas, essas associações foram criadas para ajudar e contribuir para que mais pessoas tenham acesso ao tratamento e à informação de qualidade sobre a cannabis. Por isso o trabalho de acolhimento é tão importante. Segundo a Entrevistada 1, Representante da Apepi, a sua vivência como paciente medicinal foi o que contribuiu para prepará-la para atuar nesse setor da associação:

E tudo surgiu também por conta da minha relação como paciente, né? E aí eu fui conhecendo, fui desbravando, e acabei, com a profissionalização da associação, acabei me juntando à equipe. Lá eu tenho um trabalho que fica até um pouco difícil de definir, porque eu sou responsável pelo acolhimento das pessoas. Então se chega alguém, o médico prescreveu para ela “toma isso aqui”. E a pessoa chega lá e fala “ah, eu estou precisando comprar CBD”. Aí eu fico assim: “não, vamos com calma, eu vou te explicar”, aí eu tenho todo um acompanhamento para explicar para a pessoa o que é aquilo. A gente tem livretinhos, explicar como que vai funcionar, dar dicas de como guardar, o que é melhor, para não quebrar o vidro. Um acompanhamento que o médico às vezes acaba não tendo tempo ou às vezes esquece de dar esse acompanhamento e eu vou fazendo. O acolhimento é algo constante, que conforme a pessoa vai conhecendo ela vai tendo mais dúvidas. E agora eu sou responsável pela marcação de atendimento médico. Então se a pessoa precisar, ou quiser, se consultar com algum dos médicos da associação, elas me procuram, e também do atendimento psicológico (ENTREVISTADA 1, Representante da Apepi).

A partir da fala da representante da Apepi, observa-se que a pessoa que atua no setor de acolhimento recebe um preparo que a coloca numa posição de fonte de informação e multiplicadora de conhecimentos sobre a planta, a fim de receber bem os possíveis associados e sanar todas as suas dúvidas que podem não ter sido explicadas pelos médicos que receitaram o tratamento. Em contrapartida, a entrevistada 3, associada da Apepi, descreve a sua chegada à associação como “um dos encontros mais bonitos que eu tive”, e explica que se sentiu desta forma pela seguinte razão:

Porque a gente tem seriedade, então eu passei por médicos, na Apepi eu passei por grupos médicos, apoio jurídico, de entendimento, eles explicam tudo. Como tem uma cartilha explicando o que é CBD e o que é THC. Como que esse remédio atua no nosso corpo. Eles sempre enfatizam a importância de andar junto com a medicina. A medicina natural não exclui a medicina científica, de academia, né? Digamos assim. E eles dão todo esse suporte das



quantidades, sobre as quantidades que a gente está ingerindo, eu faço uso hoje do óleo da Apepi, que se fabrica na Apepi. Um óleo de extrema qualidade. Hoje, a Anvisa no Brasil já liberou para comprar na farmácia a um preço muito abusivo, a um preço elitizado, porque você pagar de 2 mil a 3 mil reais numa medicação 300 mg não faz efeito nenhum pra quem tem patologias sérias e até de patologias não tão graves assim, não muda nada na vida dessas pessoas nem pra mim, na vida de quem faz tratamento, sabe?

Para completar a entrevistada 10 (associada da Ama+me) também apresentou um depoimento que demonstra essa necessidade de se valorizar o trabalho que vem sendo realizado pelas associações, visto que

Então [o medicamento] é uma coisa que nem gente rica consegue utilizar de tão caro que é. Então deveria ter uma associação em cada estado, mas hoje só tem a ABRACE que tem a autorização para produzir o óleo, então hoje a bandeira que a gente levanta é pelo cultivo associativo mesmo, de dar força e de dar voz para associação, para que ela possa ajudar a muitas famílias que não têm condições de comprar, nem importado, muito menos da farmácia, e que acaba com uma mãe dependendo do que “vende na esquina”, comprando o “prensado” para fazer o óleo, ou você compra o óleo que você não sabe o que vem dentro, quem produziu, com o que produziu, que tipo de material foi utilizado na extração. Então isso é importante de registrar: que a passos de formiguinha, as associações estão tomando fôlego, tomando força, mas ainda há muita coisa para se conquistar (ENTREVISTADA 10, Associada da Ama+me).

A expressão utilizada pela entrevistada, assim como a bolha, também aparece em postagens nas redes sociais digitais. Comparar o trabalho das associações a um ativismo “a passos de formiguinhas” é uma forma de demonstrar que as mudanças conquistadas, por mais que pareçam pequenas, são resultado de muita luta dos ativistas, que precisaram se unir pela causa e correr atrás dos seus direitos, fazendo um acompanhamento constante de todos os debates e assembleias do Governo ou da Anvisa, por exemplo. A entrevistada 7, representante da Ama+me, deixa isso claro quando diz que “Esse acompanhamento é feito muito de perto, mesmo porque o Estado executa o trabalho só a partir do nosso empurrão, da nossa provocação. Nada disso veio do Estado porque o Estado viu que gostaria de ter regulamentado. Tudo aconteceu por pressão da sociedade civil organizada”.

A ACuCa tem por diferencial o fato de não se tratar de uma associação em defesa do uso medicinal especificamente, mas atua na frente ativista da cultura canábica como um todo. Em relação à importância de se atuar como sociedade civil organizada, a entrevistada 12, associada e representante da ACuCa afirma que

O principal para mim da ACuCa é que esse principal é muito difícil de você pôr em palavras ou medir, porque ele é um apoio que você passa a ter, porque você passa a fazer parte de uma rede mesmo. É um fortalecimento. [...]

Então a ACuCa atua justamente nesse papel, de ser um grupo organizado e com objetivo. Você consegue estabelecer objetivos antes de estar no local, antes de fazer um protesto, antes de ter um encontro. Então é meio difícil explicar, mas é essa rede de fortalecimento de pessoas que têm esse interesse. Para mim esse é o principal benefício para um associado da ACuCa (ENTREVISTADA 12, associada e representante da ACuCa).

A entrevistada 12 também explica que seu interesse ao buscar a ACuCa se deu a partir de uma necessidade de conhecimento. Segundo a entrevistada, ela chegou a ingressar numa faculdade de Biologia em busca de conhecimentos sobre a planta da maconha, entretanto, as aulas não abordavam a maconha, nem os sistemas que interagem com ela (Sistema Endocanabinóide). “Eu vi a necessidade de procurar uma rede de pessoas interessadas num mesmo assunto e fortalecer a minha força, acho. Fortalecer enquanto ativista. Encontrar pessoas que pudessem formar uma rede junto comigo, que pudessem divulgar informação junto comigo” (ENTREVISTADA 12, associada e representante da ACuCa).

A partir desses depoimentos é possível confirmar que a importância das associações na ressignificação está principalmente na forma como essas fazem o ativismo, seja mediante a luta por mudanças legislativas e políticas públicas, seja por meio do acolhimento de pacientes e familiares que precisam de suporte neste momento delicado e repleto de dúvidas, seja por meio da informação, capaz de desmistificar o senso comum e transformar o preconceito e conhecimento.

Para finalizar, é preciso enfatizar que a mudança ocorre a “passos de formiguinhas” porque diferentemente do que diria a clássica teoria da Agulha Hipodérmica, apesar de o tema sobre os benefícios da cannabis ter sido retratado em um número considerável de notícias, reportagens, entrevistas e demais formatos da mídia e da comunicação de massa, a mensagem midiática enviada a um público de massa não afeta da mesma maneira todos os indivíduos.

Cada pessoa tem sua mentalidade transformada individualmente de acordo com seus próprios interesses e cosmovisão. Assim, enquanto alguns descobriram na maconha uma oportunidade de alcançar qualidade de vida, outros passaram por essa informação sem dar atenção. Haverá ainda aqueles que permanecerão com a visão proibicionista. Mesmo assim, conforme a representante da Ama+me, entrevistada 7, o saldo desse ativismo tem resultados positivos:

Eu recebo muita resposta positiva, sabe, de pessoas que tinham pavor de falar em maconha e acompanham o trabalho que a gente faz, acompanham a mídia e as redes sociais e se tornam apoiadores e divulgadores da causa. Multiplicadores. Porque quando a gente tem um conhecimento, não adianta a gente ficar com esse conhecimento para a gente. O que a gente precisa fazer é justamente a difusão desse conhecimento. Para que as pessoas que estão doentes, que precisam da cannabis, elas tenham fonte para procurar o que é a

cannabis e como que a cannabis funciona, em qual doença, quais as doses, quais os canabinóides usados, como faz para importar ou para adquirir no Brasil, na farmácia, e quem receita e o que o CFM pensa disso e a União, entendeu? Então são vários lugares e fatores envolvidos aí, e sem sombra de dúvidas as redes sociais são os melhores meios de difusão de conhecimento. (ENTREVISTADA 7, Representante da Ama+me).

Assim, o trabalho das associações em criar multiplicadores se dá por diversos meios: cursos, oficinas, seminários, congressos, mas talvez a principal fonte ainda sejam as redes sociais digitais, que atuam como um convite a adentrar neste universo, como será apresentado no tópico seguinte.

### **3.4 Conhecimentos e aprendizados sobre a cannabis: as fontes de informação**

Durante as entrevistas, todas as entrevistadas relataram que descobriram os potenciais terapêuticos que a cannabis poderia oferecer para o tratamento de suas patologias pela mediação da internet e redes sociais com pesquisas próprias, no caso daqueles que descobriram essa possibilidade por si mesmos, ou por intermédio de algum amigo, familiar ou conhecido. Há também quem diga que descobriu porque acompanhou a cobertura midiática dos casos das mães com filhos com epilepsia. As 16 entrevistas realizadas com representantes das associações, associados ou seguidores nas redes sociais demonstram como a mediação dessas plataformas e de publicações em sites e blogs contribuem para a divulgação do conhecimento sobre a cannabis no Brasil na década de 2010.

Na década anterior, o acesso à informação sobre os usos terapêuticos da cannabis na mídia, inclusive por meio da internet, era muito restrito ou praticamente inexistente. O Entrevistado 13 (seguidor da ACuCa) foi diagnosticado como portador de esclerose múltipla em 1999, sendo que aos 26 anos, os médicos lhe deram mais cinco anos de vida útil. Ele conta que começou a pesquisar sobre a doença e só encontrava coisas sobre a cannabis medicinal, mas percebeu que essas informações sobre a maconha não eram abertas ao público. Na época, o entrevistado trabalhava como designer e conta que começou a pesquisar sobre o tratamento com a cannabis assim que obteve o diagnóstico, ainda em 1999. Segundo ele, o acesso ao conhecimento era muito mais difícil naquele período. Desde então, se dedica a compartilhar seus conhecimentos para que outras pessoas possam ter acesso.

Outra entrevistada que falou do período anterior à divulgação do caso das mães de pacientes com epilepsia foi a Entrevistada 7, representante da Ama+me. Ela conta que descobriu que a cannabis fumada poderia aliviar sua patologia (ptose da coluna vertebral e síndrome da cauda equina) em 2005, depois de uma segunda cirurgia que deu errado, quando

seu irmão disse que a maconha poderia ser uma alternativa: “aí eu fui pesquisar e pesquisei muito sobre cannabis e dor e etc. só que na época não tinha muito sobre isso. Na verdade, não tinha nada sobre isso. Era coisa que não se falava, sabe?” (Entrevistada 7, representante da Ama+me). A pressão do ativismo que levou às mudanças na regulamentação que liberaram a importação e o uso medicinal da cannabis e seus substratos mediante regras da Anvisa também foi responsável por uma colocar a maconha como pauta de pesquisas científicas, em todas as áreas da ciência. Assim, quem busca se informar sobre o tema nos anos que sucedem essas mudanças, têm muito mais informação disponível do que se comparado a períodos anteriores. A entrevistada 11, mãe de paciente e associada da Ama+me, descreve que aprendeu sobre os efeitos anti-inflamatórios e anticonvulsivos da cannabis por meio de estudos científicos que encontrou na internet.

A gente vê tanta coisa na verdade. Eu vi testes por veterinários e estudos que falam que o efeito de ação da cannabis, ela bloqueia o receptor de dor, onde a pessoa acha que não está sentindo dor e aí está livre da dor, porque ele não está sentindo mais a dor. O medicamento paracetamol, por exemplo, ele diz para o seu cérebro que você não está com dor, ele simplesmente bloqueou a dor. Na cannabis, ela faz a mesma coisa, porém tem ação anti-inflamatória. Ele bloqueia a dor, mas também trata a dor, porque é um anti-inflamatório. Isso eu vi em estudos pela internet, científicos. E também efeitos anticonvulsivos em animais e pessoas, estudos veterinários também. Até tem um estudo interessante de história da cannabis que estudiosos dizem que o óleo que Jesus ungiu as pessoas tinha o óleo da cannabis. Talvez por isso o efeito de cura desse óleo ajudava, porque tinha ação anti-inflamatória e em ação com outros óleos (ENTREVISTADA 11, Associada da Ama+me).

Em relação a esses estudos, também é preciso sempre verificar a fonte das informações. A entrevistada não especificou onde buscava essas informações, se eram em revistas e periódicos científicos ou viu em notícias de divulgação científica que traziam no título termos como “Estudos” ou “Pesquisas”. Segundo Burkett (1999), o grande problema que coloca cientistas e jornalistas em conflito quando se trata da divulgação científica consiste justamente no sensacionalismo de títulos que apresentam soluções milagrosas para os problemas da humanidade. Como a notícia precisa apresentar a inovação científica em um espaço muito mais curto que os textos científicos (sejam Teses, Dissertações, Relatórios ou artigos científicos), muitas vezes a simplificação pode induzir ao erro.

Um exemplo de confusão e indução ao erro causado por informações divulgadas na mídia online brasileira diz respeito à descoberta científica que revelou um composto químico originário do veneno da vespa brasileira *Polybia paulista* poderia auxiliar no tratamento do câncer. Para que isso acontecesse, era necessário um longo processo de isolamento do composto a ser inserido como via alternativa no tratamento. Entretanto, a forma como a mídia divulgou a

notícia fez parecer que a simples picada do inseto teria a capacidade de curar o câncer (PEREIRA, 2017). Em relação a cannabis, foi possível observar um caso semelhante ocorrido durante a pandemia do Covid-19, como explica a Entrevistada 7:

Quando começou a pandemia, a história do Covid, já foi logo saindo uma matéria no *Cannabis & Saúde*, um site que começou há pouco tempo a gerar conteúdo, dando a entender que cannabis cura Covid. Então isso foi uma discussão interna das associações [...] Aí voltando lá no *Cannabis & Saúde* que eles colocaram isso, é que eles colocaram lá no grupo, eu vi e falei “pelo amor de Deus, como vocês tem coragem de postar coisa completamente sem fonte?” Beirando a *fake news*, né? Porque na verdade até existe um estudo que mostra os benefícios da cannabis em relação ao Covid-19, mas é porque protege o sistema imune etc., entendeu? Não tem a ver especificamente com o Covid-19. Esse é um exemplo de coisa que eu não publico. (ENTREVISTADA 7, representante da Ama+me).

Segundo a Entrevistada 1 (Representante da Apepi), essas associações têm sido fundamentais na divulgação do conhecimento e também na construção de expertise leiga, pois elas oferecem um acompanhamento constante e aconselhamento personalizado que, muitas vezes, os médicos. As Entrevistadas 1 e 7 trabalham acolhendo pacientes e respondendo dúvidas nas áreas públicas ou privadas das redes sociais.

Os grupos de pacientes, muitas vezes privados, criados no *Facebook* e *WhatsApp* têm atuado como ferramenta de mediação para troca de informações, entretanto, por mais que os entrevistadas afirmam estar sempre acompanhando esses grupos e tendo suas dúvidas respondidas por outros pacientes, por membros das associações ou até por médicos, a Entrevistada 1 ainda faz um alerta para um dos perigos que eles podem oferecer que em nada corresponde à troca de experiências entre pacientes, mas com a construção de narrativas de vitória e fracasso sobre as experiências de vida dos pacientes, uma vez que cada organismo responde de uma forma distinta ao tratamento com a cannabis, assim como qualquer medicamento. Ela descreve sua experiência da seguinte forma:

O que eu tenho visto muito, há um tempo já, desde que eu entrei nisso em 2017, 2018, é a construção de grupos de ajuda no *WhatsApp*, não só em relação à cannabis. Mas, por exemplo, grupos de mães e pais que têm filhos com epilepsia ou então grupos com filhos com autismo. [...] Mas eu tenho muito receio, principalmente com esses grupos assim que o pessoal sai encaminhando, principalmente no *Facebook*, porque quando eu estava descobrindo a minha patologia tinha muito grupo assim: unidos da epilepsia, e tudo mais. São esses grupos onde a pessoa que tem e que continua tendo crise, é vista como coitadinha e a pessoa que parou de ter crise é vista como “o vitorioso”. Nesses grupos eu acho que você tem que ter um certo cuidado. (ENTREVISTADA 1, representante da Apepi).

Considerando o depoimento da representante da Apepi, é possível compreender que as redes sociais digitais podem ser tomadas como grupos de apoio e trocas de informação, mas, como em diversas outras situações da vida, não devem ser tomadas como única verdade. Como cada pessoa responde de forma distinta ao tratamento, não se pode confiar somente na experiência das outras pessoas, é preciso o acompanhamento médico constante e o ajuste adequado das doses para melhor resultado de cada organismo. Em relação à informação sobre a cannabis em si e seus efeitos no organismo, os perfis nas redes sociais podem trazer informações pontuais e básicas, mas para quem deseja conhecer mais sobre o tema, faz-se necessário uma busca mais aprofundada, em artigos científicos ou cursos, por exemplo.

Nesta pesquisa há dois casos de conhecimento e aprendizado desenvolvido pelos associados que puderam ser ilustrados com fotos enviadas por eles. O primeiro caso é do entrevistado 4 (associado da Apepi), produtor musical e pai de um adolescente diagnosticado com autismo e epilepsia, que foi tratado com o óleo de cannabis da Apepi. Apesar de atualmente ainda não estar praticando os conhecimentos adquiridos sobre cultivo e extração do óleo, o entrevistado afirma que vem tentando dar entrada no *Habeas corpus* para que futuramente possa cultivar as cepas certas exatamente para o que seu filho precisa, tem pesquisado e buscado formação para saber as quantidades exatas. “Não é simplesmente fazer o óleo. Eu tenho que saber exatamente a dosagem, a porcentagem. Então isso tudo é saber desde a genética que eu estou cultivando até a prova certa de extração”, afirma.

Seu filho também apresenta intolerância a todo tipo de lactato animal, por isso consome apenas leite de arroz. Este distúrbio digestivo do filho levou a família a adquirir uma máquina de extrair leite do arroz (Figura 3), que posteriormente descobriram ser útil na extração do óleo de cannabis.



Figura 2 - Máquina de extrair leite de soja ou arroz que pode ser usada também na extração de óleo da cannabis.

Fonte: Enviada por entrevistado.

O entrevistado explicou que sua esposa conseguiu comprar a máquina em uma viagem para Portugal, mas só descobriram seu possível uso na produção de óleo quando estava estudando métodos de se especializar e conseguir a cobertura jurídica para produzir o óleo por conta própria:

Então numa viagem, num congresso que minha esposa fez em Portugal, eu acho, ela achou a máquina de fazer o leite. Fazer leite, fazer óleo. Quer dizer, hoje eu sei que ela serve para fazer o óleo, mas quando eu comprei era só para fazer leite. E essa máquina ficou guardada uns cinco anos [...]. Aí nas minhas pesquisas de extração, sobre como fazer e tal, eu lembrei que a máquina servia, porque é o mesmo processo da *Magic Butter* que todo mundo usa assim, então eu falei: pô, a máquina eu já tenho, agora eu preciso me capacitar pra poder eu saber o que eu estou fazendo. Não é só fazer de qualquer forma. E eu estou coberto nas vias legais. Porque é muito complicado você ter que pagar mil, quase mil e quinhentos reais em frascos de quase 60ml sendo que [o nome do filho] precisa de seis. (ENTREVISTADO 4, associado da Apepi).

Assim como o Entrevistado 4 se dedicou a pesquisar formas de tratar seu filho com a cannabis, outras entrevistadas também buscaram se informar para adequar seu próprio tratamento. Um caso de expertise leiga que foge à área de saúde, mas se relaciona com as técnicas de cultivo da planta. O Entrevistado 9 (associado da Ama+me), estudante de veterinária, tem seu próprio cultivo há aproximadamente um ano. Segundo ele, não chegou a frequentar nenhum curso de cultivo com *growers*, foi “Tudo empírico... Perguntando para o pessoal nas *lives* no *YouTube*, no *Instagram*, a galera que faz as *lives*”. O entrevistado também citou que utiliza como base o livro *Cannabis medicinal, introdução ao cultivo indoor*, de Raimundo Irineu Serra, e costuma acompanhar o *grower* e autor de livros sobre cultivo de cannabis indoor e externo americano Jorge Cervantes, no *YouTube*.

Durante a entrevista, contou que faz uso do óleo adquirido na Ama+me, mas sente prazer em cultivar e acompanhar a planta em todas as suas fases. Em sua casa, possui uma estufa de 40x40 cm, equipada com uma lâmpada de 90 watts normal e um ventilador ligado (Figura 4). Ele mostra com orgulho o resultado de sua dedicação: “Olha só, esse é o meu espacinho. Não sei se dá para ver aí, tem duas plantinhas no espaço pequeno. Mas essa mocinha que que te mostrei agora, ela é um clone. Eu aprendi a fazer a técnica de clone e acabei fazendo vários clones de uma mesma planta”.



Figura 3 - Cultivo caseiro de cannabis em pequena estufa improvisada..  
Fonte: Enviada por entrevistado.

A partir desses depoimentos é possível perceber que o trabalho das associações em informar e formar seus associados depende muito do interesse que esses têm em buscar conhecimentos. Há associados que buscam simplesmente o acesso ao óleo e as informações mais relacionadas a seus próprios tratamentos, outros buscam se capacitar para alcançar autonomia ou mesmo se profissionalizar no ramo da cannabis medicinal. As redes sociais são de suma importância como rede de apoio e troca de conhecimentos e informações, entretanto, aqueles que buscam informações específicas, precisam sempre buscar outras fontes de conhecimento.

### **3.5 Desobediência civil pelo direito de plantar seu próprio remédio**

O discurso sobre a desobediência civil tem se tornado cada vez mais evidente entre os simpatizantes da cannabis terapêutica. Entretanto, dentro do movimento ativista canábico, as formas de desobediência civil estão presentes há muito mais tempo. De acordo com Lanças (2018), várias ações antiproibicionistas da Marcha da Maconha no Brasil poderiam se enquadrar nesta categoria: fumar a maconha durante a marcha como ato de protesto, carregar faixas e distribuir panfletos e folders sobre a cannabis também são consideradas atitudes ilegais por fazer apologia às drogas, até mesmo até mesmo a realização da Marcha da Maconha, quando não autorizada pela Justiça, pode ser uma forma de desobediência civil, segundo o autor.

A desobediência civil é, segundo Funes e Funes (2019, 405), um “ato de consciência ilegal, público e não violento, mas de natureza política, geralmente realizado com o objetivo de provocar uma mudança na legislação ou na política governamental”. Para esses autores, a atitude vai além de insubordinação à legislação, mas pode ser provocada por uma sobrevivência natural inerente ao ser humano. Portanto, tal atitude deve ser vista como um ato inovador e não destruidor (GARCIA, 2003).



O discurso mais recente sobre a desobediência civil no ativismo canábico está relacionado ao movimento pelo cultivo individual ou associativo. Segundo a Apepi (2019), a inspiração para o incentivo ao cultivo ilegal como forma de desobediência civil se baseia nas escolas de Gandhi e sua não-violência e Martin Luther King, respectivamente ativistas pela independência da Índia da Inglaterra e sua luta pelos direitos civis dos afro-americanos. De acordo com o advogado da associação, Ladislau Porto, a causa da desobediência se baseia no “estado de necessidade”, quando a busca ao direito à vida dos pacientes de cannabis supera a garantia constitucional, por isso a Apepi luta pelo acesso justo à cannabis medicinal.

Durante as entrevistas, as opiniões sobre a desobediência civil variam entre aqueles que são a favor do autocultivo e aqueles que defendem o cultivo associativo. Entretanto, nenhuma das entrevistadas se posicionou de forma contrária à forma de protesto à legislação de drogas brasileira atual. Os representantes das três associações afirmam que praticamente todas as associações canábicas não somente defendem o ato, como o incentivam, por meio de cursos de cultivo, oficinas de preparação do óleo e, em casos mais isolados, até distribuição de sementes. Nos trechos a seguir, as representantes da Apepi e da Ama+me descrevem como o tema vem sendo abordado pelas respectivas associações.

E na última *live* teve um debate bem legal sobre o autocultivo e (pausa), na penúltima foi sobre o cultivo nas associações e na última foi sobre o autocultivo. E a opinião da associação é bem parecida com a minha, sabe? Que se a pessoa pode plantar, tem essa força, vai levar para a frente e mora num lugar seguro, cara, que plante. É maravilhoso. É muito legal a gente ver. A gente tem um grupo de WhatsApp específico para as pessoas que são cultivadoras, para elas trocarem dúvidas com o nosso cultivador, mandarem foto, ver qual é a praga e tudo mais. Então, a opinião da associação é que tem que se doar e quem puder plantar, que plante. Mas assim manter também que é difícil, nem todo mundo vai conseguir e tudo bem, porque realmente é difícil. (ENTREVISTADA 1, Representante Apepi)

Sobre o que a gente faz, o fato social é que somos desobedientes civis. É uma desobediência civil organizada e pacífica com o objetivo de trazer qualidade de vida para as pessoas. Então a gente faz em benefício próprio, em benefício do outro e ensina o outro também a fazer por si. Então é fundamental as pessoas terem acesso ao conhecimento, tentarem fazer seu próprio cultivo. A gente é a favor do autocultivo, o cultivo coletivo associativo, e para indústria a gente não precisa lutar, eles sabem muito bem como fazer isso. Então o nosso foco é mesmo o cultivo coletivo associativo e o autocultivo. (Entrevistada 7, representante da Ama+me).

Em relação aos posicionamentos das entrevistadas a respeito do autocultivo e da desobediência civil realizada pelas associações, é possível identificar dois grupos: os que defendem o autocultivo e os que defendem o cultivo associativo. Em relação ao primeiro grupo,

esse se subdivide entre aqueles que são a favor do autocultivo como direito universal e alternativa mais segura, pois a pessoa poderá ter conhecimento do que está consumindo, e uma segunda parcela que se coloca a favor, desde que com algumas ressalvas. Em relação à vertente mais generalista, segue as falas das entrevistadas:

As famílias de baixa renda, como é a nossa, vão continuar sem ter acesso. Então eu sou a favor da desobediência civil e do autocultivo (Entrevistada 5, associada da Apepi)

Minha opinião é que [o autocultivo] é a melhor alternativa para a família, pois sabe exatamente o que está usando. Não tem nada de veneno nem agrotóxico. (Entrevistada 9, associada da Ama+me)

Facilitaria a vida de todo mundo que a medicina estaria na sua casa. Não tem nem comparação a medicação processada e usar o óleo que você fez ou uma associação ou um amigo que é puro e que a qualidade dele é uma vida melhor. (Entrevistado 10, associado da Ama+me)

Direito essencial. É um direito universal e a proibição não tem nenhum argumento científico válido. Exclui muita gente que precisa e não pode pagar. Defendemos também o associativismo para pessoas que não podem plantar. (Entrevistada 12, associada da ACuCa)

Seria mais um passo. Seria perfeito para o momento que temos hoje no Brasil. Autorizar legalmente para todos que precisam (Entrevistado 13, associado da ACuCa)

O melhor método de regulamentação seria o autocultivo, porque assim qualquer pessoa poderia plantar, qualquer pessoa poderia consumir, seja para fumar ou para consumir o óleo. (Entrevistado 14, seguidor da ACuCa)

Eu acho que é um direito básico da população. Tem uma brecha na lei inclusive que diz que se o Estado não te prover algo que faz parte da sua saúde básica, a sociedade pode se unir e se organizar para produzir aquilo que o Estado não fornece (Entrevistada 15, seguidora da ACuCa)

É reparativo. É muito importante que a gente crie uma nova forma de relação, um novo paradigma de drogas que não seja atravessado pelo capitalismo e o autocultivo propicia isso (Entrevistada 16, associada da ACuCa).

Sobre esse primeiro grupo, é interessante observar como que o perfil da associação se relaciona diretamente com o posicionamento do associado ou seguidor. A ACuCa é a favor da legalização da cannabis, não possui plantio associativo e estimula o autocultivo, consequentemente, as entrevistadas desta associação todos se colocaram a favor do autocultivo como melhor forma de legalização da planta e vendo a atitude como um direito básico do consumidor da cannabis. Sobre as entrevistadas das demais associações, estas relatam ser a alternativa para a família de baixa renda, que não possui acesso por outros meios, ou se baseiam na garantia de uma produção orgânica, sem aditivos químicos no cultivo ou produção do óleo, o que garantiria um produto mais saudável. Sobre a segunda vertente dos apoiadores do autocultivo, as principais ressalvas são em relação aos cuidados com a planta e orientação que deve ser feita pelas associações para que as pessoas possam cultivar e extrair o óleo com segurança, conforme os trechos a seguir.

Que se a pessoa pode plantar, tem essa força, vai levar para a frente e mora num lugar seguro, cara, que plante (Entrevistada 1, representante da Apepi). Sobre o autocultivo é muito, muito importante de conversar com a família sobre o autocultivo, de entrar com o pedido judicial, de procurar apoio jurídico, que a Apepi também ajuda nesse sentido, de se resguardar, sabe, possíveis percalços. É importante sempre ter a receita médica, sabe? A lei brasileira não deixa claro o quanto é tráfico o quanto que não é. Mas é importante a gente mostrar diante da sociedade que a gente é paciente. (Entrevistada 3, Associada da Apepi)

Eu sou super a favor do autocultivo desde quando você busque de todas as formas legais, seja via *habeas corpus*, ou via ministério público, ou então encarar de frente mesmo e cometer a desobediência social como uma galera aí fala. (Entrevistado 4, Associado da Apepi)

Então eu acho fundamental que as pessoas façam, mas com a orientação de um profissional ou de uma associação. (Entrevistado 6, Associada da Apepi).

Nesta segunda parcela dos associados que são a favor do autocultivo, novamente é possível notar a relação entre o perfil da associação e o posicionamento dos associados. São todos associados da Apepi, quem está à frente da associação hoje é a advogada Margarete Brito. Ela está sempre participando de debates, demonstrando que o plantio caseiro da cannabis como forma de desobediência civil tem sido uma alternativa, mas a associação também oferece apoio jurídico e enfatiza muito a importância de se resguardar por meio do *habeas corpus*. Por consequência, é exatamente o discurso dos associados, ou seja, eles são a favor do autocultivo, desde que com segurança e responsabilidade.

Somente a Entrevistada 7 (Representante da Ama+me) se colocou a favor de ambos os modelos: “A gente [a Ama+me] é a favor do autocultivo, o cultivo coletivo associativo, e pra indústria a gente não precisa lutar, eles sabem muito bem como fazer isso”. A fala da representante é interessante pois também se reflete no posicionamento dos associados que se colocam divididos entre os que são a favor do autocultivo (Entrevistadas 9 e 10, supracitados), e os que se posicionam preferencialmente pelo cultivo associativo:

Prefiro pegar o óleo já extraído que eu sei que é seguro do que tentar fazer um óleo que eu não sei se vai ter a mesma segurança de higiene. Então eu ainda sou da velha guarda da cannabis. Eu prefiro que seja de pessoas competentes. E não estrangeiros, nunca estrangeiros, que isso fique muito claro. (Entrevistada 8, associada da Ama+me)

Eu acho que na associação é melhor, para o controle até da quantidade de CBD e THC. Para a gente é difícil, né? Até questão de planta, não é a mesma planta. (Entrevistada 11, associada da Ama+me).

Então tem uma associação que tem uma estrutura e aí eles tendo tudo direitinho eles podem fazer a mensuração, quanto tem de CBD, quanto tem de THC, pra você poder saber exatamente o que é que você tá tomando. (Entrevistada 2, associada da Apepi).

Dentre essas entrevistadas, é possível destacar que a preferência pelo cultivo associativo está ligada à confiança de que a associação irá oferecer um produto que possui um

controle de qualidade e segurança, que o associado pode não conseguir garantir produzindo artesanalmente em sua casa. Outro ponto que foi observado consiste na duplicidade do discurso “você sabe exatamente o que está consumindo”, utilizado para embasar dois posicionamentos muito diferentes pelas entrevistadas 2 e 9. Enquanto a entrevistada 2 defende o rigor da produção do óleo pela associação que pode ser observado pelo associado e que dificilmente seria alcançado de forma artesanal, a entrevistada 9 usa o mesmo discurso para defender que a produção caseira e artesanal garante ao paciente o controle do produto consumido.

Em relação aos associados e seguidores, é interessante verificar que há muita seriedade ao tratar do tema. Não é somente uma questão de cultivo, eles defendem a capacitação e a busca por conhecimento. Alguns colocam que defendem o cultivo associativo, por garantir rigor na produção do óleo. Em relação à entrevistada 16, quando ela fala que é reparativo, ela traz toda a carga de preconceito racial e social que sofrem os moradores negros da periferia, que como ela, possuem uma relação de tradição com o fumo da maconha, mas foram e ainda são fortemente repreendidos pela polícia.

O principal ponto que as entrevistadas pediram que fosse ressaltado nesta pesquisa foi a questão do preconceito. Não se trata somente do preconceito contra a planta, mas também o preconceito com quem a consome, com quem a cultiva, com quem a vende. Esse preconceito é explicado pela Entrevistada 10:

E tem toda uma questão por trás, a questão do preconceito, não só preconceito da maconha mesmo, mas um preconceito racial, um preconceito de classe mesmo. A gente vê que quando é uma pessoa branca utilizando maconha, é uma pessoa branca utilizando maconha. Quando é um preto pobre, é um bandido. Tem toda uma questão histórica por trás disso tudo, e a gente que faz uso, seja uso medicinal, seja uso adulto, a gente vê como uma outra forma a maconha. (ENTREVISTADA 10, Associada da Ama+me).

Como enfatiza a entrevistada 10, quando se trata de uma pessoa negra e de classe baixa, em geral nem se questiona se ela está fazendo uso adulto ou medicinal, ela já é tachada como criminosa. A entrevistada 3, associada da Apepi, explica que mesmo que a pessoa periférica esteja fazendo um uso não medicinal, fumar a maconha é terapêutico para ela, pois esse pode ser seu único momento de lazer e descanso:

Então muitas vezes os jovens fazem uso da maconha porque às vezes é o único momento que eles têm de reflexão e que podem relaxar perante a milícia que mata as crianças dentro de sua própria casa. E daí um ser humano vai espancado por um cigarro de maconha. Um ser humano chega do trabalho, acende seu cigarro de maconha e é espancado. Então além dele ter trabalhado de alguma forma 16 horas por dia, dando todo seu dinheiro para impostos, para tudo, trabalhando de forma escravizada para o Estado, ainda apanha

depois que chega em casa por causa de um cigarro de maconha. (Entrevistada 3, Associada da Apepi).

Demonstra a empatia o depoimento que a entrevistada 3 dá sobre a relação de pessoas negras e periféricas com a maconha, mesmo ela não sendo uma moradora dessa região. No rol de entrevistadas dessa pesquisa, apenas uma entrevistada era representante desse grupo de ativistas de moradores das periferias. Trata-se da entrevistada 16, que é educadora informal e “usuária em vários sentidos” da cannabis, como ela própria definiu. Sua participação serve para exemplificar como é diferente o tratamento que pessoas recebem quando praticam o ativismo antiproibicionista, principalmente em suas comunidades:

A verdade é que a marcha da maconha coloca 100 mil pessoas nas ruas de São Paulo. Só que quando a gente volta para nossa casa de trem, no final da linha 7, tem um policial sacana para poder “tirar uma enquadra”. Então significa que os pesos não são iguais. Só que quando nos organizamos, conseguimos ocupar o mesmo lugar. Nós conseguimos ocupar Santo André, nós conseguimos ocupar o mesmo lugar onde a gente toma “uma enquadra” e a gente fala assim: Vai ter resistência sim. Não vamos nos calar. Vai ter redução de danos. Vai ter uma nova história. Nós vamos viver. [...]. Em 2019, pela primeira vez, teve uma Marcha da Maconha em Francisco Morato. A gente estava na frente da estação e nesse dia que nós íamos fazer nossa primeira Marcha da Maconha, os policiais desceram com fuzil. Minha filha perguntou assim: “por que a arma do policial era do meu tamanho? ”. Na época a [nome da filha] tinha seis anos. Então a verdade é que a gente foi reprimido não só pela polícia, mas também pelo fato de que nós fomos e ocupamos um espaço que não nos era permitido. Existe uma dificuldade de é que nos foi tirada tanta identidade que nós perdemos a identificação e a empatia. Nesse sentido, o reconhecimento como mulher negra é tão importante, porque cria esse significado que eu já tinha citado antes e a possibilidade de uma nova história realmente, mas esse é um dos casos que eu fui reprimida por ser uma ativista e estar ali com uma faixa estendida na frente da estação (ENTREVISTADA 16, associada da ACuCa).

Com esse propósito de resistência e de se criar uma nova história, a Entrevistada disso também fazer parte de outros coletivos, dentre os quais citou o Coletivo DAR, que, assim como o movimento canábico, nasceu no antiproibicionismo para abraçar outros ideais de transformação social: “[...] ao lado do movimento feminista, LGBTQIA+, da luta antimanicomial, ambiental, por mobilidade, livre expressão e manifestação do pensamento e de tantos outros que estão resistindo e buscando um mundo melhor”<sup>123</sup>.

Analisando as *lives*, vimos que também existe uma iniciativa parecida no Rio de Janeiro, que é a Marcha das Favelas pela legalização das drogas. Segundo Lima (2021), esse movimento ocorre anualmente desde 2018 na cidade do Rio de Janeiro. Os autores afirmam que “por ser

<sup>123</sup> Disponível em: <http://coletivodar.org/quem-somos/>. Acesso em 16 jun.2022.

idealizado e realizado por periferias pobres, assume vital importância na sensibilização da parcela da população que é atingida de maneira mais direta pelas consequências danosas da ‘guerra às drogas’” (LIMA, 2021, p. 68). Assim, diante de depoimentos como o da Entrevistada 16 e da afirmação de Lima (2021), observa-se a urgência da necessidade de se trabalhar mais políticas públicas que atendam a parcela da população que vive na periferia, a fim de diminuir a violência causada pelo proibicionismo. Mas não se trata só de políticas públicas, diante da fala da Entrevistada 16, nos questionamos se as associações dão conta das demandas dessas pessoas, visto que a entrevistada perdeu a mãe à espera do acesso ao medicamento à base de maconha, morando em um lugar onde a segurança pública a impede de cultivar seu remédio, com opressão mais incisiva que em outras localidades onde vivem moradores brancos de classe média, por exemplo.

### **3.6 O ativismo digital frente ao isolamento social: Movimento *Lives* Canábicas**

Para muitas das entrevistadas, as redes sociais são a porta de entrada para a pesquisa e busca de conhecimento sobre o tema cannabis medicinal. Por meio das informações divulgadas nos perfis do *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* ou canal no *YouTube*, os seguidores têm acesso às informações do conhecimento médico-científico apresentadas de forma simplificada e resumida, com a opção de ser direcionados para outras fontes onde podem buscar informações complementares e se aprofundar no tema, seja o site da associação ou plataforma de notícias, seja algum texto científico ou legislativo na íntegra.

Antes de realizar as entrevistas, a pesquisadora realizou uma leitura geral as postagens nos perfis das associações, na qual foi possível identificar traços de divulgação da ciência em diversos posts, principalmente aqueles que apresentam resultados de estudos científicos sobre tratamentos de patologias, características da planta, funcionamento do Sistema Endocanabinóide e técnicas de cultivo, por exemplo. Mesmo assim, duas dentre os 13 associadas e ativistas entrevistadas responderam que nunca viram conteúdo de cunho científico sendo divulgado nos perfis das associações. Uma entrevistada não soube responder, os demais afirmam que sim, mas alguns fizeram ressalvas, como o Entrevistado 4 (Associado da Apepi) e a Entrevistada 8 (Associada da Ama+me) que disseram verificar se a fonte do conteúdo postado é confiável. Já a Entrevistada 3 afirma que acha as informações científicas das redes sociais “muito básicas”:

Você recebe poucas informações, então eu acho que é vago para você entender o que o canabidiol faz no corpo, o CBD, né? O que que é o CBD o que que é o THC, requer estudo. Requer estudo de se informar, de saber que o CBD tem

ação mais medicinal, o THC tem ação mais relaxante, relaxante muscular ou em relação a dores, dores crônicas, então eu acho que se você não estiver inserido em grupos ainda é vago (ENTREVISTADA 3, Associada da Apepi).

Por ser uma pergunta subjetiva, todas as respostas são válidas e refletem a visão das entrevistadas. No entanto, a questão que pode não ser levada em consideração pelas entrevistadas é que o formato das redes sociais, principalmente do *Instagram*, tende mais para a informação visual do que para o textual. Deste modo, a divulgação do conhecimento precisa se adequar a esse modelo, de forma que as informações nessas plataformas são sempre informar uma “curiosidade” e captar o leitor interessado a buscar mais conhecimento nas fontes corretas, muitas vezes indicadas na descrição do post ou na “bio” do perfil<sup>124</sup>.

Sobre aquelas que responderam que não, ambas as entrevistadas afirmam que produzem esse tipo de conteúdo nas suas próprias redes, justamente por não verem isso sendo divulgado, como afirma a Entrevistada 2 (Associada da Apepi): “Na verdade, a única vez que isso aconteceu foi no meu próprio *Instagram*. Justamente porque eu buscava esse tipo de conhecimento e não achava. Aí eu criei”. Já a Entrevistada 15 (ativista e seguidora da ACuCa) afirma que “Eu aprendi muito na internet, mas não nas redes sociais. Eu aprendi nos blogs mesmo, aprendi lendo na internet e principalmente em outras línguas, porque como eu falo o inglês e o espanhol isso me deu uma base boa”.

Quando foi perguntado se as informações sobre a cannabis divulgadas eram confiáveis, dez entrevistadas responderam que são confiáveis e os demais não responderam. Dentre os que apresentaram uma resposta afirmativa, remete essa confiança aos profissionais que estão por trás da produção do conteúdo, sendo que quando desconfiam de alguma informação, buscam se informar pesquisando em outras fontes, ou buscando a opinião de médicos de confiança. Para a entrevistada 15,

No caso eu sou uma produtora de conteúdo, eu trabalho com isso, tenho que ser muito responsável. Então a gente só tem referências de sites que tem alguma curadoria [...]. Agora é quase uma questão de bom senso, você joga no Google e só tem um site falando, então não tem validação. Pra mim a validação é ou pela fonte, ou se você acha alguma coisa meio *shade*<sup>125</sup>, digamos assim, procura no Google!. (Entrevistada 15, seguidora da ACuCa).

<sup>124</sup> Como o *Instagram* não costuma disponibilizar *links* nas descrições dos posts, é muito comum se ler ao final a expressão “link na bio”, que remete ao espaço biografia que fica bem no topo do perfil. Alguns perfis utilizam ferramentas que agrupam diversos links, como o *Linktree*, por exemplo, que consiste numa plataforma de *social-linking*.

<sup>125</sup> “Shade” significa falar de coisas que desabonam uma pessoa, maldizer, desprestigiar, infamar, destratar e coisas do tipo. Disponível em: <https://inglesnoteclado.com.br/2016/03/giria-shade-o-que-significa-throw-shade-em-ingles.html>. Acesso em 03 nov. 2022.

Diante do trecho apresentado, percebe-se que a confiança dos associados é maior quando a produção do conteúdo divulgado pelas associações é de autoria de cientistas e médicos. De fato, existem profissionais da medicina e do direito envolvidos nas associações, entretanto, na grande maioria das vezes não são esses profissionais os responsáveis pelo trabalho de seleção e curadoria da informação divulgada, ou mesmo pela produção dos posts. Existe uma pessoa ou grupo de pessoas responsável pela comunicação (muitas das vezes até as mesmas que atuam no acolhimento, respondendo as mensagens nas redes sociais). Essas pessoas podem ser graduadas em cursos de Comunicação Social, Design ou cursos semelhantes, ou no mínimo receberam um treinamento para isso e sabem como produzir e corresponder com o público por meio dessas plataformas.

Isso leva a reflexão sobre o quanto há de expertise leiga nas redes sociais e sites das associações, visto que todo o conteúdo divulgado tem embasamento em pesquisas e estudos científicos e pareceres médicos. O que se observa é que há divulgação da ciência no conteúdo produzido pelas associações, entretanto, a expertise leiga se desenvolve principalmente nos grupos fechados do *Facebook* e do *WhatsApp*, aos quais a pesquisadora não teve acesso, mas houve testemunho das entrevistadas. Também se identifica traços dessa expertise nos comentários dos posts, quando alguém solicita ajuda e outro seguidor ou a própria associação responde, mas na maioria dos casos, a resposta acontece por mensagens privadas. Além disso, apesar de haver a confiança nas informações divulgadas pelos perfis das associações, para muitos a atitude de confirmar se há veracidade no que está sendo dito demonstra uma preocupação em buscar sempre a informação correta para não colocar a sua saúde ou a de seus familiares em risco.

Porque a gente encontra de tudo, como eu falei e às vezes eu vejo muitos pais e mães no desespero da busca pelo medicamento, pelo tratamento, eles vão buscar em tudo quanto é lugar e acabam se dando super mal, porque pegam informações que são passadas como verdadeiras e não são. Então eu acho que a internet é super válida, desde que a gente busque realmente informações de forma correta, nos lugares corretos. (Entrevistado 4, associado da Apepi).

Sobre buscar informações nos locais adequados, foi perguntado aos associados se eles já tiveram suas dúvidas respondidas nas redes sociais digitais. As entrevistadas 3, 5 e 6 (associadas da Apepi) responderam que nunca precisaram. Já a Entrevistada 2 (Associada da Apepi), as Entrevistadas 9, 10 e 11 (Associados da Ama+me) e o Entrevistado 13 (Seguidor da ACuCa) responderam que sim, que foram respondidos principalmente pelo *WhatsApp*, em grupos ou de forma individual, tanto por membros das associações, quanto por médicos do



grupo ou pessoas que buscaram ajudar com base na experiência própria. O Entrevistado 13 explicou que como sua patologia é uma doença rara (Esclerose Múltipla), é preciso buscar informação nos grupos de pessoas que sofrem da mesma doença ou com seus médicos de confiança.

Fazendo um levantamento geral das impressões das entrevistadas sobre as informações sobre a cannabis nas redes sociais digitais, é possível afirmar que todos confiam no ativismo que vem sendo realizado por essas associações em prol da cannabis. Eles confirmam a importância de se divulgar o conhecimento sobre os efeitos terapêuticos da planta nas redes sociais digitais como forma de vencer o preconceito e reverter as crenças negativas que a sociedade tem sobre a maconha.

O recente movimento que se observa nas redes sociais digitais durante o ano de 2020 é o grande número de *lives* que foram organizadas, seja de eventos culturais por parte de artistas, seja por profissionais que divulgam seus conhecimentos nos mais diversos ramos (desde artesãos a cientistas). Com o impedimento de aglomeração pública, as associações canábicas também reinventaram seu ativismo para este novo modelo. Cursos, debates, palestras e até a Marcha da Maconha aconteceram nesse ano por meio de *lives*.

Em relação a esse movimento de *lives*, a representante da Ama+me, entrevistada 7, admitiu que a associação está “engatinhando” neste aspecto, mas isso se deve ao momento em que a equipe está focada em fortalecer os setores de atendimento aos pacientes e de fornecimento de óleo. Mesmo assim, ela considera o momento muito fecundo para a produção de conhecimentos sobre a cannabis, uma vez que o movimento canábico tem gerado bastante conteúdo:

Por exemplo, agora nesse período de quarentena, começou uma onda de *lives*, tá ligada nisso, tem *live* de tudo que você pode imaginar, e o pessoal do movimento canábico gerou e tem gerado bastante conteúdo. A Liga Cannábica da Paraíba, por exemplo, eles estão toda quarta-feira, às 8h, tem *live*, e eles estão fazendo de diversos temas, fazendo com muita gente interessante, muita gente do meio, e tem dado uma audiência interessante e relevante[...]. Outra associação que tem um conteúdo muito interessante nas redes, em termos de *live*, por exemplo, é a Apepi. A Apepi também gera bastante desses conteúdos. Deixa eu ver quem mais, teve um fórum Delta9, fórum que era a terceira vez ou quarto<sup>126</sup>, já. E dessa vez foi pelas redes sociais, foram aulas no YouTube e no Instagram, e foi muito legal. Então tem um conteúdo digital bem bacana. (Entrevistada 7, representante da Ama+me)

A representante da Apepi, por sua vez, afirma que a associação tem utilizado a estratégia de *lives* nas redes sociais para manter a conexão com as pessoas durante a pandemia,

---

<sup>126</sup> Foi o V Fórum Delta9, conforme o quadro 7, presente neste capítulo.

mas não aprofundou no tema. Alguns associados também se referiram às *lives* como forma de obter conhecimento. O Entrevistado 9 (Associado da Ama+me) afirma que acompanha as *lives* para aprender mais sobre técnicas de cultivo *indoor*, enquanto a entrevistada 6 (Associada da Apepi), disse acompanhar o máximo de conteúdo possível, citando várias iniciativas que vêm sendo divulgadas nas redes sociais digitais tanto da sua associação quanto de outros grupos do movimento canábico:

A SBEC (Sociedade Brasileira de Estudos sobre a Cannabis) também tem muito disso agora, tem um projeto, todo sábado tem o MMJ, que é o Mães e Mulheres Jardineiras, é um projeto que todo sábado tem uma madrinha, a gente chama de madrinhas aquelas que já tem alguma experiência, nesse sábado a gente teve profissionais, promotor públicos, profissionais de *grow*, e tudo isso. Então toda a informação que você precisa, tanto no contexto de informação acadêmica, como palestras, treinamentos, você acha em todas as redes, no *Facebook*, no *Instagram*, no *YouTube*, em todas as redes você acha com muita facilidade. Hoje mesmo teve *live*, chove *live*, todo dia tem *lives* de alguma coisa sobre cannabis. Cannabis e fibromialgia, cannabis no tratamento de câncer, tem o curso do Padre Ticão. Já ouviu falar? (Entrevistada 6, Associada da Apepi).

Assim, apesar de durante este período de pandemia ter sido necessário o cancelamento de vários eventos presenciais, pode-se observar que as redes sociais digitais ampliaram o potencial como espaço para a divulgação de conhecimento que atinge um grande número de pessoas que poderiam não ter a oportunidade de acompanhar os debates presenciais sobre o tema. Infelizmente, muitas dessas *lives* que ocorreram no *Instagram* ao longo desses três meses estudados não se encontram mais disponíveis, pois foram transmitidas ao vivo e não ficaram gravadas. Outras ainda estão disponíveis nos perfis das associações para quem quiser acessar. Vale ressaltar que a maioria dessas *lives* tratavam de temas como saúde e ciência.

Sendo assim, a produção de conteúdo online sobre a cannabis durante os meses de isolamento foi, talvez, a mais diversa e complexa da década. Somente entre os meses de março e julho de 2020, foram promovidas e divulgadas pelas três associações analisadas um total de 24 *lives*, sendo 14 promovidas pelas associações estudadas (Apepi promoveu 12 *lives*, ACuCa, duas, e as demais foram promovidas ou outras associações ou coletivos). Os membros das associações participaram como palestrantes convidados em 14 *lives* (Apepi participou de 11 e a ACuCa e a Ama+me de duas cada uma). No quadro a seguir, veja um resumo das *lives* de ativismo canábico no período estudado.

DATA	TEMA DA LIVE	NOME DO PALESTRANTE / FILIAÇÃO	PROMOÇÃO
27/mar	Remédios à base de cannabis na crise com Covid-19	Margarete Brito (Apepi)	Apepi
08/abr	Cultivo associativo da Apepi e a Desobediência Civil Declarada	Margarete Brito (Apepi) e Ladislau Porto (Apepi)	Apepi
13/abr	Marcha das favelas e ACuCa	Felipe Gomes (Reforma) e Tali Coelho (ACuCa)	ACuCa e Marcha das Favelas
15/abr	Tudo que você precisa saber sobre óleos artesanais	Margarete Brito (Apepi) e Fabrício Pamplo (Farmacologista e neurocientista)	Apepi
20/abr	Marcha da maconha RJ 2020: Em defesa da democracia, por todos os corpos livres e vivos.	Emílio Figueiredo (Rede Reforma) e Suelen Melo (Favela Cineclub)	Marcha da maconha RJ
20/abr	Feliz 420: online fest	Vários	ACuCa e Ganja Coletiva
22/abr	Pandemia, uso de substâncias, limites do terapêutico e social	Viviane Mosé (poetisa, filósofa e psicanalista)	Apepi
30/abr	Marcha da maconha: reflexos que vemos da luta de classes no ativismo canábico	Emílio Figueiredo (Rede Reforma), Margarete Brito (Apepi) e Ingrid Farias (Rede nacional de feministas antiproibicionistas)	Apepi
02/mai	Marcha da maconha Global	Vários	Marcha da maconha RJ
06/mai	Papo Especial com Olívia Byington	Olívia Byington	Apepi
06/mai	Cannabis e câncer: cuidados paliativos e efeitos antitumorais	Sheila Geriz (Liga Canábica) Leandro Ramires (Ama+me)	Liga canábica
14/mai	Família canábica: experiências sobre o acesso e tratamento	Rita Carvana (Associada Apepi) e Martha Alencar	Apepi
20/mai	Maconha, guerra às drogas e redução de danos	Cotozera (Quebrando Tabu) e Keka Ritchie (ACuCa)	Quebrando Tabu
21/mai	Desafios do cultivo individual e associativo	Raphael Meduza (Apepi) e Margarete Brito (Apepi)	Apepi
03/jun	Cannabis e Autismo	Leandro Ramires (Ama+me)	Delta9
04/jun	O que é e como funciona o sistema Endocanabinoide	Luli Reed (Apepi) e Janafina Barbosa (Médica)	Apepi
04/jun	Cannabis na sociedade	Margarete Brito (Apepi)	V Fórum Delta9
04/jun	Cannabis o futuro da agronomia	Sérgio Rocha	V Fórum Delta9
04/jun	Fitocanabinoides e a excitabilidade celular	Cláudio Queiroz	V Fórum Delta9
04/jun	Tratamento em doenças neurodegenerativas	Victor Saab	V Fórum Delta9
11/jun	Cannabis e associações: organização, perspectivas e políticas	Marcos Lins (Apepi) e Cassiano Teixeira (Abrace)	Apepi
18/jun	Maconha Doc: experiências sobre legalização, uso adulto e medicinal	Lucas Maciel (MTV e YouTuber) e Margarete Brito (Apepi)	Apepi
20/jun	DEMOCRAseeds	Vários	Bem Bolado
24/jun	Cannabis medicinal no Chile: A Experiência da Fundação Daya	Ana María Gazmuri (Fundação Daya) e Andrew Reed (Antropólogo)	Apepi

Quadro 8 - Lista de lives promovidas ou divulgadas nas redes sociais das associações estudadas entre março e junho de 2020

Fonte: Dados da Pesquisa.

Sobre o quadro, pode-se observar que os temas das *lives* abordaram assuntos que visavam, de acordo com as associações, “atender as principais dúvidas do público, como o uso medicinal e as doenças que podem ser tratadas e a luta pelo acesso por diversos meios, seja por

importação, pelas associações ou autocultivo”. As marchas, seminários e congressos também se adaptaram a esse modelo, trazendo os debates e palestras para as redes sociais digitais. Sobre o perfil dos palestrantes convidados, é possível apontar que a maioria possui formação a nível de Ensino Superior (em medicina, direito, agronomia, psicologia, ciências sociais, entre outros). Isso demonstra que, apesar de nem todos terem formação na área de saúde, há uma preferência implícita por palestrantes que tenham formação acadêmica e possam trazer uma visão ou uma explicação “cientificamente comprovada” ou embasadas em dados de pesquisas e estudos empíricos.

As informações do quadro também demonstram que a associação que mais explorou este recurso foi a Apepi, isso porque assim que ficou instituída a campanha “Fique em Casa” durante a pandemia, a associação criou o “Papo Apepi”, uma série de *lives* que acontece às quartas-feiras às 20h no *Instagram* da associação. O nome mais recorrente nas *lives* é o da Coordenadora Executiva da Apepi, Margarete Brito, citado seis vezes, sendo três delas como palestrante e as outras três vezes como mediadora. Outros nomes associados à Apepi também são citados uma única vez cada, como Ladislau Porto, Rita Carvana, Luli Reed (Luiza B. Reed) e Marcos Lins. Da ACuCa, aparecem como palestrantes Tali Coelho (Rama de Comunicação) e Keka Ritchie (Presidenta) e da Ama+me tem-se o médico Leandro Ramires como convidado em duas *lives*.

Vale destacar que as *lives* abrem espaço para que diferentes coletivos, grupos, canais ou mesmo ativistas individuais do movimento interajam em um mesmo vídeo, remotamente. Assim, para entender essas ligações, torna-se válido compreender melhor o ativismo promovido pelas parcerias de ativismo e divulgação do conhecimento das associações estudadas nesta pesquisa. Até porque a Liga Canábica trata-se de outra associação com objetivos semelhantes aos das participantes da pesquisa, mas há parcerias com organizações que vão desde as mais gerais até as mais específicas. Veja o quadro a seguir.

<b>Movimento/organização</b>	<b>descrição</b>
Marcha da Maconha RJ	Marcha em defesa da legalização da maconha sediada na cidade do Rio de Janeiro desde 2002.
Marcha das Favelas (RJ)	Coletivo formado por moradores de favelas que discute a legalização das drogas.
Favela CineClub (RJ)	O projeto organizado no Morro da Providência de exibição de filmes com o objetivo de estimular a ressignificação do povo preto e pobre das Favelas e periferias do mundo todo.
Liga Canábica	Associação sem fins lucrativos, que reúne pacientes e familiares, profissionais

	de diversas áreas, estudantes, pesquisadores, ativistas, políticos e demais cidadãos e cidadãs, que acreditam no potencial terapêutico da <i>cannabis</i> .
Ganja Coletiva (SP)	Coletivo político que propõe, com base na sociocracia e na horizontalidade, uma política baseada no amor em oposição ao ódio e ao proibicionismo.
Fórum Delta9	Consolidado como um dos maiores fóruns brasileiros voltados para a temática da Cannabis, seu surgimento foi em razão da necessidade de não só pautar um debate de alto nível científico, mas também de oferece respostas práticas para um público composto por pacientes, pesquisadores e empreendedores que buscam um mercado em abertura e rico em possibilidades.
Quebrando Tabu	Empresa de mídia e notícias.
Rede Reforma	Coletivo de juristas com o objetivo de construir uma nova realidade a partir da política de drogas
Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)	Organização política feminista, antirracista, supra partidária e anticapitalista, criada para atuar em rede na luta pelos direitos humanos e pelo fortalecimento políticos das mulheres e pessoas trans.
Bem Bolado	Empresa baseada na premissa de apoiar as “raízes brasileiras”, transformando ideias inovadoras e funcionais em realidade.

*Quadro 9 - Movimentos canábicos parceiros das associações nas lives*  
Fonte: dados da pesquisa.

Tanto o quadro 8 quanto o quadro 9 apresentam apenas um recorte do ativismo, limitado principalmente pela seleção dos perfis e do período de análise. Mesmo assim, refletem parte da diversidade de atores envolvidos na causa. Isso porque deve-se levar em conta a complexidade de funcionalidades que a planta cannabis oferece e, por essa razão, tem atraído cada vez mais o interesse de diferentes esferas da sociedade, por seus usos e benefícios na saúde humana e de animais, pelo uso industrial de suas fibras, pelo uso adulto, pelo uso religioso, e pela ciência que busca se aprimorar sobre a planta.

Deste modo, vemos que o neoativismo que trouxe o discurso medicinal ao movimento canábico nos primeiros anos da década de 2010, tem se transformado a cada dia em um multiativismo, se podemos assim dizer, pois a causa da maconha tem ganhado adeptos em diferentes esferas e grupos sociais, perpassado muitos movimentos e ativismos. Além disso, dentro do ativismo pelos usos terapêuticos, nasce a necessidade de se promover um ativismo de conscientização sobre os casos clínicos e as doenças raras, o que abre cada vez mais o leque de causas que o movimento canábico tem abraçado nos últimos anos. Conforme a entrevistada 1, representante da Apepi, “Na verdade, são vários ativismos dentro do movimento”.

Essa colocação foi de suma importância, pois levou a olhar com outros olhos o corpus documental que tínhamos em mãos. Em primeiro lugar, todo o referencial teórico demonstrava que o movimento proibicionista que colocou a maconha numa posição de substância ilegal tinha

bases racistas e preconceituosas. Em segundo lugar, foi apontado que nessa nova fase do ativismo canábico as mulheres têm ocupado uma posição de protagonismo. Além disso, a dificuldade de acesso ao tratamento com a cannabis leva a necessidade de se praticar a desobediência civil por meio das práticas de autocultivo e cultivo associativo. Por fim, o que não tem repercutido tanto em outras pesquisas é que o ativismo pela cannabis terapêutica e medicinal não luta somente pela conscientização sobre a planta e seus benefícios, juntamente com a legalização e regulamentação, como já é difundido. Ele abraça a causa de cada paciente, o que torna a luta cada vez mais diversa e complexa.

Chegando ao final deste capítulo, é preciso retomar a ideia de que ao dialogar com as entrevistadas, foi possível identificar que cada pessoa vive o ativismo e a sua relação com a planta de uma forma especial. Deste modo, seria diminuir a luta dessas pessoas o ato de tentar definir o ativismo canábico como uma única forma de ativismo. Conforme a Entrevistada 1, representante da Apepi, é preciso valorizar cada causa desse ativismo:

Para mim o ativismo se divide em diversas perspectivas e lá na Associação, na Apepi, a gente preza muito para que cada um consiga colocar do seu jeitinho o seu ativismo e a sua luta e o seu amor, para além da questão da cannabis medicinal, mas também, por exemplo eu, para a questão da epilepsia para enxergar isso como algo com outra perspectiva. Outros associados que estão sempre na luta antirracista, gente antiproibicionista... então é algo muito abrangente. E cada um que entra na associação e colabora com a gente de alguma forma, vai levar aquilo de uma determinada forma para o seu grupo e para os seus coletivos (ENTREVISTADA 1, representante da Apepi).

Apesar de as entrevistas terem abrangido um número limitado de 16 pessoas, tivemos depoimentos de diversos casos clínicos (epilepsia, estresse pós-traumático, esclerodermia localizada, autismo, ptose da coluna vertebral e síndrome da cauda equina, fibromialgia, Ansiedade e depressão, agorafobia e esclerose múltipla). Também apareceram entrevistadas que faziam uso adulto da cannabis, sem finalidade medicinal. A seu modo, cada pessoa apresentou sua história e sua busca por qualidade de vida.

O ativismo está não só na presença nas Marchas da Maconha e nas Audiências públicas pela regulamentação ou legalização da maconha. Está principalmente no exemplo de vida dessas pessoas, que motivam e inspiram outras pessoas que podem ou não viver em situação semelhante. O conhecimento científico é de suma importância para comprovar com estudos clínicos os benefícios que a planta pode proporcionar ao organismo, mas, como se observa na mídia e nas redes sociais, os testemunhos e exemplos de vida das pessoas falam mais alto ao passo que geram empatia durante o processo de ressignificação da maconha.

Por fim, as associações têm sido relevantes nesta luta pela conscientização, pois elas são fonte de referência para a sociedade civil, para profissionais da medicina e também para órgãos estatais. Estão sempre presentes, pressionando o governo para transformar o contexto atual e democratizar o acesso à planta para aqueles que precisam ou desejam fazer uso dela. Além disso, são sempre atuantes nas redes sociais, a fim de informar e acolher aqueles que buscam tratamento e informação sobre a planta. Por isso, no capítulo seguinte, analisamos como é feito o ativismo das associações estudadas (ACuCa, Ama+me e Apepi) no *Instagram*, principal veículo de comunicação dessas organizações com a sociedade em geral.

## CAPÍTULO 4 – ASSOCIAÇÕES CANÁBICAS NO INSTAGRAM: ATIVISMO E CONHECIMENTO MEDIADOS PELAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

O ano de 2020 ficou marcado na história por ser o ano em que vimos nossas vidas sendo transpostas para o virtual. A pandemia da Covid-19 nos obrigou a reinventar formas de interação social, inclusive no que tange o ativismo canábico. Eventos presenciais previstos nos calendários das associações foram cancelados, uma série de *lives* passam a ser divulgadas, com os mais diversos temas ligados à cannabis. A Marcha da Maconha que há anos ocupava as ruas e avenidas, agora ocupava as galerias das mídias sociais. O ativismo se transformou, mas a luta dos ativistas e das associações persiste.

Para as entrevistadas desta pesquisa, as redes sociais são a porta de entrada para o ativismo e a busca de conhecimento sobre usos medicinais e terapêuticos da cannabis. Por meio dos conteúdos divulgados nos perfis do *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* ou canal no *YouTube*, os seguidores têm acesso às informações resumidas e com linguagem acessível, com possibilidade de serem direcionados para outras fontes, nas quais podem obter conhecimentos complementares e aprofundar no tema, seja o site da associação ou plataforma de notícias, seja algum texto científico ou legislativo na íntegra.

O surgimento das comunidades e redes sociais *on-line*, de acordo com Lemos e Lévy (2010), seria um dos maiores acontecimentos dos últimos anos, isso porque permite que se crie uma nova forma de fazer sociedade. Esses autores afirmam que as comunidades virtuais tiveram origem cerca de 20 anos antes da criação da *Web*, sendo constituintes do atual ciberespaço e conceito-chave para o que eles chamam de ciberdemocracia. Deste modo, como aponta Maia (2011, p. 73-4) “não há dúvidas de que as associações voluntárias e os movimentos sociais têm se beneficiado da estrutura de comunicação digital para usos diversos”.

Sobre esse ativismo digital, Denis de Moraes (2001) lembra que o fato de a internet permitir a comunicação em tempo real torna as intervenções dos movimentos sociais mais dinamizadas e a baixos custos, além disso, facilita a incorporação de novos usuários, que são produtores e emissores de conteúdos em potencial. Os usos da internet, segundo Malini e Antoun (2013, p. 152), desde o final da década de 1990 permitiram que a atuação social, mobilização e engajamento se tornassem valores da rede, contrapondo a uma noção anterior de “felicidade eterna da *web* comercial, que contaminava a economia e a política”. Essa transformação uma característica das novas lutas ativistas sofreram a influência das ciências sociais e políticas, hoje têm a informação como um catalisador para o afeto das populações, sendo que a comunicação em rede exerce papel fundamental para a movimentação das lutas



que acabam ecoando para além da internet, ocupando espaços públicos, como as ruas e as praças.

É preciso também relatar que a internet mudou muito nos últimos anos, ao mesmo passo que o ativismo digital. Os ativistas digitais de hoje se adaptaram às tecnologias do *smartphone*, do 4G e do *wifi*, adaptações que trouxeram como desafios a necessidade de adequar para acompanhar a velocidade de evolução no multiverso digital e atender às demandas decorrentes das relações jurídicas, políticas e culturais (VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2016). As mídias digitais podem oferecer ao ativismo vantagens (diminuição do custo de se comunicar, a velocidade que a informação viaja, a eliminação da distância física, a horizontalidade da comunicação e a cultura da convergência) e desvantagens (empobrecimento e simplificação do, o uso das *Fake News* como estratégia de reafirmação de ideologias e a perda de privacidade no ciberespaço), sendo que superar essas visões distintas ainda é um desafios para estudiosos do ativismo (CAVALCANTI; JARDELINO; NASCIMENTO, 2020).

Outra discussão recente que tem aparecidos nos estudos sobre ativismo digitais consiste na interferência dos algoritmos das mídias sociais que “captam e processam as preferências, os hábitos, os valores e formas de pensar dos usuários, capacitando-as a filtrar e direcionar o fluxo de postagens e de propagandas entre os usuários” (RESENDE; BRANCALEONE, 2019, p. 56). A atuação desses algoritmos pode beneficiar os ativistas (a divulgação, filtragem e circulação de postagens possibilita a aglutinação para o usuário receptor dos conteúdos que melhor coincidem com suas opiniões políticas) ou criar bolhas, fechando circuitos ideológicos que não favorecem o debate, o intercâmbio de ideias ou a expansão de propostas políticas para além do campo que essas já encontrem receptividade (RESENDE; BRANCALEONE, 2019).

No caso do ativismo das associações selecionadas para compor a pesquisa e voltadas para o uso medicinal da cannabis, os integrantes buscam reivindicar direitos e pautar suas práticas na cidadania, por meio de ações mobilizadas “para modificar procedimentos médicos e científicos, estimular a produção de medicamentos e, inclusive, formular legislação” (PEREIRA, 2015, p. 16). No entanto, no mesmo período em que as associações começavam a se estruturar, procurando na internet um espaço de livre expressão de seus conteúdos, a internet uma transformação, passando da utopia de uma comunidade livre para o controle de grandes grupos corporativos, que por meio de algoritmos de controle invisibilizam ou mesmo excluem conteúdos que não estão de acordo com seus “Termos de Uso” (SCHOLTZ, 2016).

As redes sociais e plataformas digitais ocuparam, nesta pesquisa, o lugar de objeto e ferramenta de estudo, visto que, tanto a coleta de dados nos perfis do *Instagram*<sup>127</sup>, quanto as entrevistas com associados e representantes das associações, foram realizados de forma remota, dependendo exclusivamente da mediação das tecnologias de comunicação e informação (TIC) e, principalmente, da disponibilidade do sinal de internet. O isolamento social exigido pela pandemia do Covid-19 criou a oportunidade de imersão completa no ativismo digital feito pelas associações, acompanhando os desafios dessas organizações de se lutar pela causa apenas pelos espaços virtuais, sem ocupação de praças, ruas ou espaços públicos físicos.

Para este estudo, foram acompanhados os perfis nas redes sociais de três associações canábicas brasileiras durante o primeiro semestre de 2020: Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+me), Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis (Apepi) e Associação Cultural Cannábica de São Paulo (ACuCa). Por meio da observação das publicações nos perfis dessas organizações entre os meses de janeiro e julho de 2020, foi possível identificar aspectos iniciais que instigaram perguntas para as entrevistas, que ocorreram via plataformas digitais<sup>128</sup> entre junho e julho do mesmo ano.

Feitas as ponderações sobre as associações participantes e sua relação com a sociedade tanto no ambiente virtual quanto da forma presencial, este capítulo tem o objetivo analisar o ativismo digital promovido pelas três associações participantes desta pesquisa, a fim de identificar tanto as estratégias de comunicação utilizadas para alcançar o público, quanto a resposta que os seguidores dão às associações por meio das diferentes formas de engajamento que o *Instagram* possibilita (curtidas e comentários).

O capítulo se estrutura em quatro seções. A primeira apresenta as características principais dos perfis dessas associações no *Instagram*, trazendo informações primárias como número de seguidores, total de postagens, entre outros. Em sequência, busca-se delimitar contexto de produção do conteúdo divulgado pelos perfis das associações no *Instagram*, por meio de uma discussão a respeito do processo de seleção e curadoria das informações a serem divulgadas ao público. Na terceira seção, é realizada a análise de conteúdo dos posts publicados no *Instagram*, priorizando aqueles que citam diretamente os temas de interesse desta pesquisa, ou seja, os ativismos e os conhecimentos. Por fim, traz-se uma reflexão a respeito de como o ativismo canábico e a divulgação do conhecimento sobre a maconha vêm sendo praticados por

---

<sup>127</sup> O *Instagram* foi criado por Kevin Systrom e Mike Krieger em 6 de outubro de 2010, a partir da simplificação do *Burbn*, como um aplicativo móvel para celulares *smartphones*, disponível gratuitamente (ARAGÃO et al., 2016). O aplicativo tem o objetivo de partilhar fotografias e vídeos. Ele não permite a criação de conteúdo somente de texto, o que cria uma forte orientação para o visual (ROLDÃO, 2017).

<sup>128</sup> As entrevistas se deram por chamadas de vídeo nas plataformas *Zoom*, *Google Meet* e pelo aplicativo *WhastApp*.

essas associações com a mediação desse aplicativo de rede social digital, a fim de promover a luta em prol do acesso à planta e transformação do contexto canábico atual.

#### **4.1 Ativismo e divulgação da ciência sobre a cannabis no *Instagram* das associações**

O ser humano é um ser sociável, por isso pode-se dizer que as redes sociais existem desde o princípio da humanidade, quando os indivíduos se reuniam em comunidades em busca de um objetivo em comum: partilhar pensamentos, ideias e informações. Posteriormente, as pessoas passaram a se encontrar para comentar e compartilhar o que havia lido no jornal ou ouvido no noticiário. A chegada das novas tecnologias de comunicação e informação não eliminaram a necessidade contato entre as pessoas, entretanto foram responsáveis por um aumento significativo na quantidade de informação compartilhada assim como as plataformas e dispositivos onde elas são replicadas (SILVA; TESSAROLO, 2016).

Nas palavras de Raquel Recuero (2009, p. 25), “Rede social é gente, é interação, é troca social. É um grupo de pessoas, compreendido através de uma metáfora de estrutura, a estrutura de rede”. Com isso, a autora reforça a noção de rede social ligada ao relacionamento humano e, por essa razão, não deve ser confundida com o site ou plataforma de rede social. Nesta estrutura, cada nó representa um indivíduo e os laços são as conexões criadas entre eles, compondo grupos que se ampliam, complexificam e modificam à medida em que se interage com uma nova pessoa (RECUERO, 2009).

Atualmente o termo "rede social" se tornou tão recorrente na vida cotidiana que é tido sinônimo de tecnologia da informação e comunicação, tendo sido apropriado por diversos atores sociais. Assim, os sites de mídia social, como *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, *Wikipédia* e *blogs* podem ser considerados sistemas populares de distribuição de notícias e outros conteúdos de interesse pessoal, que vêm sendo utilizados como plataforma online para o compartilhamento de opiniões, percepções, experiência e perspectivas, em mensagens que utilizam texto, imagens, áudio e vídeo (VERMELHO *et al.*, 2014).

Nas mídias sociais, qualquer usuário pode atuar como criador de conteúdo, de modo que a sobrecarga de informação causa desordem e desinformação. Neste contexto emerge a necessidade do “curador de conteúdo”<sup>129</sup>, ou seja, o profissional responsável por selecionar,

---

<sup>129</sup> O termo “curadoria” tem origem na área do Direito e, etimologicamente, remete ao ato de curar, zelar, vigiar por algo, sendo que com o tempo, passou a ser relacionado às artes, tendo espaço em museus e seus acervos. Já no contexto atual pode ser definido como a ação humana de realizar atividades de seleção, organização e apresentação de algo, outra definição possível é a atividade de mediação de um especialista que executa conexões entre grupos, públicos, pessoas com propostas, objetos e exposições ordenados (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012).

organizar e distribuir notícias, posts, pins e até *tweets* para um determinado público (GORDON, 2014). Em se tratando de curadoria de conteúdo pela web, Gordon (2014) afirma que os novos “curadores” se encontram em redes sociais e comunidades online especificamente voltadas a identificar o que é interessante e atrativo para o grupo, gerindo a informação. Ele atua na produção de conteúdo, segundo Corrêa e Bertocchi (2012) em duas dimensões de ação: aquela da “re-mediação”, que agrega o valor pessoal ao conteúdo trabalhado; e a de design de relações, que propõe a disseminação do material “re-mediado”. As autoras destacam ainda a importância do profissional de comunicação neste cenário, sendo aquele mais capacitado para estabelecer uma relação entre o algoritmo das redes sociais digitais e envolvimento do comunicador, evidenciando assim a ação do comunicador na construção coletiva do conhecimento e na formação de opinião na sociedade.

Em nossa pesquisa, assumimos o desafio de analisar o uso do aplicativo *Instagram* pelas associações em prol da cannabis com essa mesma finalidade. De acordo com Oliveira *et al.* (2019), os usuários do *Instagram* apresentam um comportamento participativo que extrapola a simples visualização de imagens, se envolvendo por meio de curtidas e comentários, e valorizam sentimentos. Seus sentimentos podem ser expressados pelo uso de *Emojis*<sup>130</sup>, pequenas imagens que buscam representar um comportamento não verbal na comunicação face a face. Como afirmam as autoras, nas mídias sociais existe um algoritmo que desenvolve dispositivos para calcular e modular como apresentará o conteúdo, assim quanto mais curtidas e comentários, mais usuários têm acesso àquele conteúdo. Além disso, os usuários do aplicativo também podem pesquisar um determinado conteúdo temático a partir do uso de *hashtags* (#), ou seja, palavras-chave que auxiliam a localização de posts durante a pesquisa de assuntos relacionados ao tema-chave (ROLDÃO, 2017).

As mídias sociais possuem características e, conseqüentemente, públicos distintos. Assim, para as associações exercerem o ativismo mediado por essas plataformas, faz-se necessário adequar o conteúdo à linguagem utilizada nesses meios. Neste caso, para compreender como as associações se posicionam por meio de postagens dentro das regras e recursos do *Instagram*, é preciso identificar o perfil dessas organizações, assim como características específicas de cada rede.

Em 2014, o *Instagram* proporcionava uma taxa de 4,21% de engajamento dos consumidores com as marcas, sendo considerada a mídia social que mais incentiva essa interação dos seguidores, sendo 58 vezes mais que no *Facebook* e 120 vezes mais que no *Twitter*

---

<sup>130</sup> O termo cunhado pela japonesa Shigetaka Kurita, é a junção de 'E' imagem e 'moji' personagem (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

(ARAGÃO et al., 2016). De acordo com Bentes (2019), o engajamento da atenção dos usuários nas mídias digitais está diretamente atrelado à arquitetura técnica das plataformas e dos sistemas de recomendação algorítmico, responsáveis por produzir, coletar, armazenar e analisar dados. Assim, para manter a atenção dos usuários enganchados e engajados nessas plataformas, são utilizadas uma série de técnicas como *data mining*, *profiling*, *machine learning*, que combinadas aos saberes das ciências psicológicas e comportamentais, aperfeiçoam a precisão preditiva dos algoritmos (BENTES, 2019).

A diretriz do *Instagram*, segundo a plataforma, leva em consideração tanto o interesse público, quanto o risco de dano, observando sempre os padrões internacionais relativos a direitos humanos. Com isso, as regras para uso da mídia social contemplam: compartilhamento de fotos ou vídeos apropriados para um público variado e que respeitem os direitos autorais; promoção de interações sinceras e significativas, respeitando os demais membros da comunidade; publicação de eventos de divulgação com cautela, zelo por um ambiente solidário que não glorifique automutilação e o cumprimento da lei. Sobre este último, lê-se a seguinte descrição:

O Instagram não é um lugar para apoiar nem exaltar terrorismo, crime organizado ou grupos organizados de propagação de ódio. Também não é permitido oferecer serviços sexuais, comprar ou vender armas de fogo, álcool e produtos de tabaco entre indivíduos particulares, bem como comprar ou vender drogas não medicinais ou farmacêuticas. Além disso, removemos conteúdos que tenham por finalidade doar, presentear, requisitar, trocar ou coordenar a troca de drogas não medicinais, bem como conteúdos que admitam o uso pessoal (exceto no contexto de reabilitação) ou coordenem ou promovam o uso de drogas não medicinais<sup>131</sup>.

Além disso, algumas categorias de perfil são permitidas na plataforma, pois não violam as “Diretrizes da Comunidade”. No entanto, elas podem não estar qualificadas para recomendação, sendo que as quatro primeiras são passíveis de remoção, caso sejam denunciadas. Nas regras do *Instagram*, são classificados como conteúdos sensíveis todo conteúdo que impede a capacidade de “promover uma comunidade segura”, dentre os quais são citados: (1) Conteúdo que retrata violência, como pessoas brigando; (2) Conteúdo que pode ser sexualmente explícito ou sugestivo, como fotos de pessoas com roupas transparentes; (3) Conteúdo que promove o uso de certos produtos regulamentados, como tabaco ou produtos de *vaping*, produtos e serviços para adultos ou medicamentos; (4) Conteúdo que promove ou descreve procedimentos cosméticos; (5) Conteúdo que tenta vender produtos ou serviços com

---

<sup>131</sup> Disponível em: [https://help.instagram.com/477434105621119/?helpref=faq\\_content](https://help.instagram.com/477434105621119/?helpref=faq_content). Acesso em 22 set. 2022.

base em declarações de saúde, como a promoção de um suplemento para ajudar uma pessoa a perder peso<sup>132</sup>.

Tais diretrizes e regras de recomendação exercem impactos profundos no modo de engajar e de visibilizar a luta, visto que o termo “maconha” (que mesmo na divulgação de fins terapêuticos, pode ser interpretada como “droga não medicinal ou farmacêutica”) costuma provocar um processo de invisibilização das postagens, de modo que os ativistas da cannabis precisam recorrer a maneiras alternativas, evitando o uso do termo, para conseguirem visibilidade e evitarem a censura por parte da plataforma.

No dia 27 de setembro de 2022, antes de finalizar a análise dos conteúdos dos posts do perfil da Apepi, a pesquisadora tentou acessar os links dos posts coletados previamente e obteve como resposta a mensagem “Esta página não está disponível. O link em que você clicou pode não estar funcionando, ou a página pode ter sido removida”. No site da associação, encontra-se a seguinte explicação: “Nossa conta foi suspensa por não seguir as Diretrizes da Comunidade, de acordo com mensagem enviada pela plataforma. Repudiamos essa decisão e enquanto não retomamos nosso perfil, siga nossa conta reserva @apepi\_reserva. Equipe Apepi”<sup>133</sup>

Postas as considerações acerca das diretrizes do *Instagram*, essa plataforma permite meios de interação dos seguidores com o administrador da conta de forma privada (Direct Messenger, um espaço de mensagens privadas entre usuários), e pública (comentário). Pensando na comunicação entre as associações e seus seguidores, mediada pelas mídias sociais como um processo comunicativo, há pelo menos dois interlocutores: a associação, que emite a mensagem (publicações no *Instagram*) aos seus seguidores, que a recebem e se prepara para uma resposta. Com inspiração em Oliveira (2013), identificamos quatro tipos de seguidores: (1) Seguidor observador, que nunca interage, apenas acompanha; (2) Seguidor consumidor, que comenta as publicações apenas apoiando. (3) Seguidor multiplicador, que “marca”<sup>134</sup> outros seguidores para que mais pessoas vejam a postagem; e (4) Seguidor cocriador, que traz nos comentários uma informação nova, visando contribuir para a construção do saber sobre a cannabis terapêutica. Como na comunicação dialógica se espera uma resposta, nas redes observa-se três formas de *feedback*, que chamamos de engajamento: curtidas, comentários e compartilhamentos.

---

<sup>132</sup> Disponível em: [https://help.instagram.com/251027992727268?helpref=faq\\_content](https://help.instagram.com/251027992727268?helpref=faq_content). Acesso em 23 set. 2022.

<sup>133</sup> Disponível em: <https://www.apepi.org/>. Acesso em 27 set. 2022.

<sup>134</sup> A ferramenta de marcação possibilita que um usuário mencione outro, para que esse segundo visualize determinado conteúdo. A ferramenta está disponível tanto no *Facebook* quanto no *Instagram*.

Assim, a fim de atingir o objetivo de “analisar como diferentes perfis de associações em prol da cannabis compartilham informações sobre os usos terapêuticos e medicinais da *Cannabis spp.* por meio do *Instagram* a fim de identificar como o ativismo canábico pode se fundamentar em conhecimentos de base científica ou adquiridos pela vivência dos associados”, faz-se necessário compreender como essas associações se definem, se comportam e se comunicam por meio dessas redes. Como sequência metodológica para esta análise, buscou-se primeiramente contabilizar as postagens que foram feitas em cada perfil de associação, para comparar a quantidade de conteúdo que vinha sendo divulgado a cada mês, entre janeiro e junho de 2020. Em seguida, contabilizamos os três tipos de publicação (foto, vídeo ou galeria<sup>135</sup>). Essa coleta e contabilização foi feita de forma semiautomática, com o auxílio da ferramenta *InstagReader*<sup>136</sup>

Destaca-se que após a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)<sup>137</sup>, ferramentas de coleta de dados baseadas em *Application Programming Interfaces* (APIs), foram inclusive o próprio *InstagReader*, os dados dos perfis, mesmo que abertos ou comerciais, não podem mais ser acessados ou coletados por terceiros. Isso justifica porque a coleta para esta pesquisa, realizada em 19 de setembro de 2020, quando as funcionalidades do *InstagReader* ainda eram executáveis, não pode ser atualizada com dados mais recentes. Vale ressaltar também que é possível uma alteração na quantificação dos dados aqui apresentados devido ao funcionamento orgânico do *Instagram*, no qual o engajamento é constante.

O próximo passo foi fazer uma análise de conteúdo utilizando a ferramenta *Iramuteq*, a fim de gerar nuvens de palavras que identificassem as expressões mais utilizadas por cada associação e, conseqüentemente, verificar os assuntos e temas mais abordados. Em seguida, filtrou-se aquelas postagens que de alguma forma traziam informações sobre ativismo e conhecimento. Somente entre postagens selecionadas no passo anterior, foi feita a análise de conteúdo e do *feedback* dos seguidores nos comentários das publicações, com auxílio da

---

<sup>135</sup> A galeria é um conjunto de fotos ou vídeos que são publicadas numa mesma postagem.

<sup>136</sup> O *InstagReader* é uma ferramenta desenvolvida pela Machinefriendly que permite coletar dados de um perfil comercial no *Instagram*, mesmo sem ter acesso a ela, e armazenar a informação em uma planilha no Google Drive. Até 2020, era possível coletar, categorizar e cruzar manualmente as informações do perfil (Id do usuário, Bio do perfil, Link que está na bio no momento da coleta, Avatar do perfil até aquele momento, Identificar se a conta é verificada ou não, Total de posts que o perfil publicou e Número de seguidos e seguidores) ou do post (Quantidade de curtidas e comentários de um post, Número de posts com fotos, vídeos e coleções, Quais os filtros usados por um perfil, Quais postagens foram impulsionadas, Ver quais hashtags foram postadas pelo perfil, Visualizar quais as imagens que foram postadas pelo perfil, Coletar tudo isso em posts antigos).

<sup>137</sup> Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm). Acesso em 31 maio 2022.

ferramenta gratuita geradora de grafos *Gephi*. No próximo tópico, analisamos os perfis no *Instagram* das três associações participantes da pesquisa.

#### 4.2 Perfis das associações canábicas no *Instagram*

As informações iniciais obtidas em um perfil do *Instagram* são: a foto utilizada, o nome de usuário, total de publicações, número de seguidores, número de usuários que aquele perfil está seguindo e uma breve descrição do perfil. A coleta *Scanning* dos perfis, realizada com o auxílio da ferramenta *InstagReader*, permitiu levantar essas informações, dentre as quais destacamos as principais no Quadro 9.

Associação	Perfil	Total de Posts em setembro de 2020	Seguidores em setembro de 2020	Total de Posts em julho de 2022	Seguidores em julho de 2022
<b>Ama+me</b>	@amamebrasil	351	7,2 mil	384	10,1 mil
<b>Apepi</b>	@familiaapepi	627	24,5 mil	993	48,7 mil
<b>ACuCa</b>	@acucasp	586	27,3 mil	632	25,8 mil

Quadro 10 - Informações dos perfis das associações canábicas no *Instagram*  
 Fonte: Dados da pesquisa (Data da coleta: 19 set. 2020 e 12 jul. 2022).

A partir do quadro acima, é possível identificar primeiramente que as associações possuem uma projeção considerável no *Instagram*, considerando-se que a parcela da população brasileira que se envolve com o debate de acesso a maconha ainda envolve um grupo seletivo de interessados. Há uma variação na quantidade de seguidores e de publicações, o que deve ser levado em conta ao longo dessa análise, pois sempre que for retratar uma quantidade, abordamos o número bruto em relação aos três perfis, e também a sua proporção em relação aos números específicos (publicações e seguidores) de cada associação. Isso é importante para que seja feita uma análise que considera características gerais e específicas do ativismo promovido pelas associações participantes.

Sabendo que o engajamento de seguidores é constante, buscou-se atualizar esses números e verificou-se que, em julho de 2022, as três associações apresentavam um número maior de publicações, demonstrando que a produção de conteúdo se manteve mesmo durante os meses de Pandemia da Covid-19, quando as associações precisaram estar com as portas fechadas, realizando atendimento remoto. Em relação ao número de seguidores, é possível observar que houve um crescimento tanto na Apepi (98,7%), quanto na Ama+me (40,2%),



enquanto a ACuCa sofreu uma queda de 1,6 mil seguidores, o que representa 5,49% dos seguidores em julho de 2020.

Diante deste fenômeno, a pesquisadora retornou em setembro de 2022 o contato com as duas entrevistadas associados da ACuCa para obter informações sobre o que ocorreu internamente na associação que pode ter refletido na queda de seguidores. Vale destacar que ambas as entrevistadas já não estão vinculados à associação. A Entrevistada 12 explicou que 2020 foi um ano de eleição para a troca da diretoria. Segundo ela,

“as pessoas que ficaram à frente da associação devido a diversas divergências, com as pessoas que ocupavam a diretoria anteriormente, todas as pessoas que queriam ocupar a diretoria na nova gestão desistiram da eleição, e a ACuCa começou a ser tocada pelas pessoas que já estavam fazendo essa gestão. A associação ficou sendo tocada por pessoas que não tinham tanto interesse em fazer a associação florescer de fato. Tanto que diminuiu o número de seguidores, a gente perdeu uma grande influência digital que a associação tinha quando eu cuidava das redes, e os benefícios dos associados foram deixados de lado. Então parou de fazer sentido você pagar para ser um associado na ACuCa. Ficou muito parado e as pessoas começaram a seguir outros projetos” (ENTREVISTADA 12).

O Entrevistado 14, por sua vez, explicou que no ano de 2021, a ACuCa passou por um momento de “hibernação” desde que a nova diretoria assumiu. Ele descreve que uma série de fatores interferiu nesse processo:

A pandemia, a saída da nossa sede, falta dos nossos encontros presenciais, que era (na minha opinião) nosso maior produto, acabou afetando bastante a associação. Mesmo tendo diversos encontros online, palestras, roda de conversas e campanhas solidárias para ajudar pessoas com necessidade, a nova diretoria não conseguiu manter diversas atividades, como redes sociais, por exemplo (ENTREVISTADO 14).

Diante das colocações das entrevistadas ex-associados, é possível compreender que essa série de fatores internos ao funcionamento da associação acabaram por refletir diretamente na queda do número de seguidores, que por divergências, desmotivação ou busca por novos projetos, acabaram deixando de seguir o perfil.

Logo abaixo das informações iniciais, encontra-se um recurso que permite identificar os temas que cada associação está priorizando no momento da comunicação com seu público. São os *Highlights*, também chamados em português de Destaques. Possuem uma localização privilegiada (abaixo da biografia e acima do *feed*<sup>138</sup>) direcionando os seguidores para os assuntos considerados de maior relevância naquele perfil (MLABS, 2019). Estes são como os *stories* (publicações que desaparecem após 24h), porém, os Destaques permanecem até que o

---

<sup>138</sup> A palavra “*feed*” vem do inglês e significa “alimentar”. O *feed* do *Instagram* reúne todas as publicações do perfil, apresentando um resumo do conteúdo produzido.

administrador do perfil decida removê-los. Deste modo, podem ser considerados uma coleção de *stories* que ficam disponíveis para que seguidores novos e antigos possam acessar no momento em que desejarem. No Quadro a seguir, listamos os Destaques que aparecem nos perfis das associações no *Instagram*, a fim de identificar quais são os temas considerados mais importantes para cada uma.

	Destaques	Conteúdo do destaque	Quant. de Stories
Ama+me	Epilepsia	Traz informações sobre o potencial terapêutico da cannabis em pessoas com epilepsia ou epilepsia refratária.	7
	Glaucoma	Traz informações sobre o potencial terapêutico da cannabis em pessoas com glaucoma.	3
	Ansiedade	Traz informações sobre o potencial terapêutico no tratamento de casos de ansiedade.	6
	Sobre encerramento de ciclos	Mensagem de agradecimento e comunicado da saída de Juliana Paoletti dos cargos de vice-presidente e coordenadora geral da Ama+me	8
	Importação	Passo a passo para solicitação de autorização de importação de derivados da cannabis	12
	Quem somos	Descrição dos objetivos e ações que a Ama+me vêm realizando.	8
	Simpósio	Informações sobre o 1º Simpósio Ama+me de Cannabis Medicinal	1
	RDC 335/2020	Aumenta em um ano o prazo de validade da autorização de importação.	2
	Cursos	Cursos oferecidos pela associação	3
	Audiências	Divulgação de audiências públicas sobre a cannabis no Brasil	10
	CRM	Conselho Regional de Medicina	1
Apepi	Mídia	Clipping de notícias sobre a cannabis terapêutica em diversas mídias	43
	PL399	Informações sobre o Projeto de Lei 399-2015 que segue de apoio à pesquisa e tratamento com cannabis no Brasil.	8
	Família	Fotos de membros e associados em comemoração do #purpleday	30
	Lives	Divulgação das lives promovidas pela Apepi	11
	Eventos	Divulgação de diversos eventos promovidos pela Apepi	20
	Presente!	Fotos dos membros e associados da Apepi "marcando presença" na Marcha da Maconha virtual de 2020.	7
	Cultivo	Informações sobre técnicas de cultivo e cuidados com a planta da cannabis.	31
	Filmes	Dicas de filmes: #QuarentenaCannabica	13

	Loja	Divulgação de camisetas vendidas pela Apepi	2
	Cursos	Divulgação de cursos promovidos pela Apepi	1
	Amigues	Fotos de visitantes na associação	1
	Seminário	Divulgação do II Seminário Internacional de Cannabis Medicinal (junho de 2019)	15
	Repense 2.0	Divulgação do evento “Repense 2.0” que buscava uma nova regulamentação da cannabis medicinal.	20
	Livros	Dicas de livros sobre a cannabis e políticas de drogas no Brasil.	17
ACuCa	40Tena	Dicas de como aproveitar a quarentena para se informar sobre a cannabis	36
	PL 0399/15	Informações sobre o Projeto de Lei 399-2015 que segue de apoio à pesquisa e tratamento com cannabis no Brasil.	6
	Playlist	Redireciona para a playlist da ACuCa no Spotify	1
	Splroof	Tutorial de como montar um Splroof	11
	Germinação	Dicas de germinação da cannabis	14
	Azeite	Tutorial de extração e produção de azeite de ganja	22

Quadro 11 - Lista dos "Destaques" nos perfis do Instagram das Associações ACuCa, Ama+me e Apepi.  
Fonte: Dados da pesquisa. (Coletados em nov. 2020).

A partir do Quadro 11, é possível identificar como a associação busca se apresentar para os usuários, de acordo com os temas que julga relevantes. A Ama+me, por ser uma associação com uma equipe menor e mais centrada no apoio jurídico e medicinal, se concentra em trazer informações sobre estas temáticas, destinando espaço especial para as enfermidades (Epilepsia, Glaucoma e Ansiedade), informações médicas (Conselho Regional de Medicina), informações legais de importação e acesso à planta e seus derivados (Importação, RDC 335/2020 e Audiências), cursos e a descrição da associação (Quem somos). Um destaque vai para o *story* “Sobre encerramento de ciclos”, no qual Juliana Paolinelli se despede do cargo de vice-presidente e coordenadora geral da associação.

Em relação à Apepi, esta é a associação com maior número de destaques, totalizando em 15. Essa associação buscou montar sua imagem em cima da ideia de que é uma grande família, a “família Apepi”. Para isso, são apresentados destaques com fotos de associados, membros da associação e visitantes (Família, Presente!, Amigues). Outro aspecto em que a associação tem investido é na promoção de eventos e cursos (*lives*, Eventos, Cultivo, Cursos, Seminário e Repense 2.0), demonstrando a preocupação em informar os seguidores, associados e demais interessados no tema. Talvez pela mesma razão, tenha um destaque destinado a divulgar o que é veiculado na mídia sobre a cannabis, realizando um trabalho de clipagem do

tema, para que os seguidores possam se informar sobre como a mídia tem debatido o assunto. A associação também promove o lado cultural, dando dicas de Filmes e Livros que abordam o tema da cannabis ou alguma das enfermidades que podem ser tratadas com a planta. Por fim, tem-se um destaque destinado a comunicação promocional, a Loja, onde é possível encontrar as camisetas vendidas pela Apepi. Sobre a questão legislativa, somente é tratada no destaque PL 399/2015.

No perfil da ACuCa há apenas seis destaques, sendo que a associação buscou destinar esse espaço principalmente a dar instruções e fazer tutoriais (*Splroof*<sup>139</sup>, Germinação e Azeite). O Projeto de Lei 399/2015 também recebeu espaço entre os destaques e, assim como a Apepi, a ACuCa, sendo uma associação voltada à cultura canábica, também adequou as postagens ao momento de pandemia do Covid-19 dando dicas de como se informar sobre a planta durante a quarentena (40Tena) e compartilhando uma *playlist* no *Spotify*.

Como se pode observar, as três associações trouxeram nos destaques informações que visam contribuir para a ampliação do conhecimento de seus seguidores sobre a cannabis, seus usos e formas de acesso a ela. Por outro lado, cada uma delas o fez sob uma perspectiva: a Ama+me priorizou informações sobre medicina e acesso por vias legais; a Apepi priorizou a informação por meio da promoção de cursos e eventos, além da divulgação imagem de família com seus membros e associados; e a ACuCa buscou trazer a cultura canábica por meio de músicas, livros e tutoriais.

Em relação às postagens do *feed* do *Instagram*, de onde coletamos nosso *corpus*, observamos que a associação com maior número de postagens também é a Apepi, com um total de 153 postagens entre janeiro e junho de 2020. A Ama+me e a ACuCa fizeram 55 e 43 postagens respectivamente, no mesmo período. Em relação à frequência dos posts durante o recorte temporal pesquisado, a Apepi também se destaca em relação ao número de postagens por mês, em relação às demais, conforme o gráfico a seguir (figura 6).

---

<sup>139</sup> Um *splroof* é um objeto cilíndrico que filtra a fumaça da cannabis por meio de um conjunto de materiais perfurados.

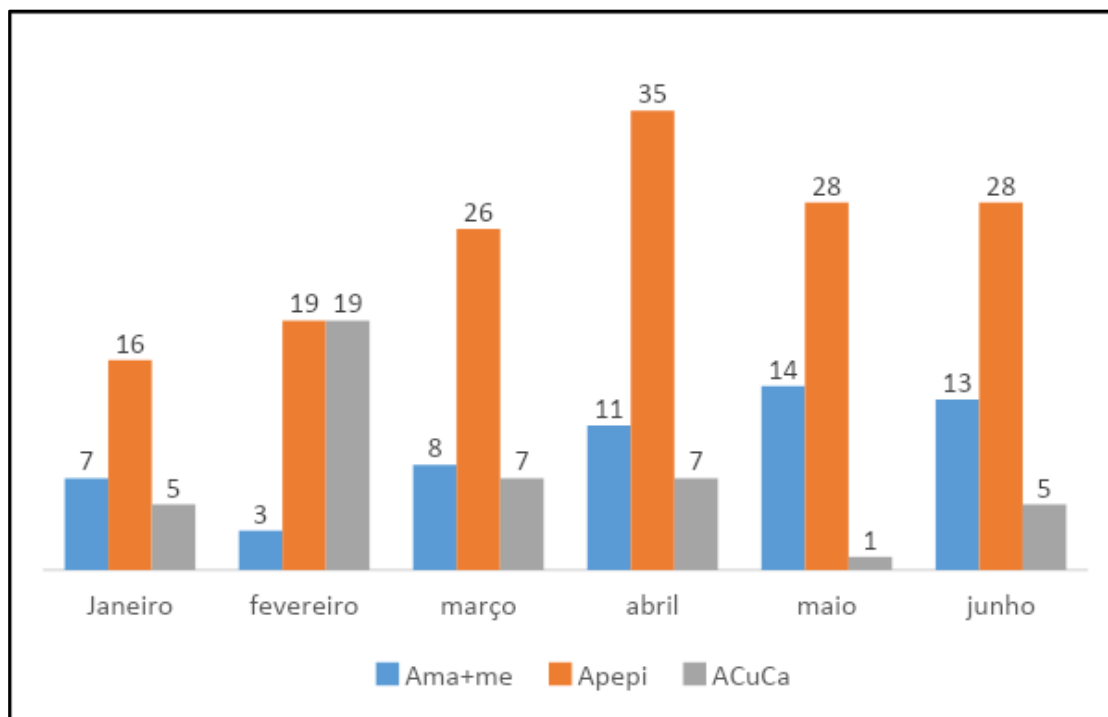


Figura 4 - Frequência de postagens por associação entre janeiro e julho de 2020.  
Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da observação de como as publicações foram distribuídas ao longo dos seis meses de análise, é possível observar que os meses com maior número de posts não coincidem para as três associações, ocorrendo em fevereiro, abril e maio, para a ACuCa, Apepi e Ama+me, respectivamente. Para compreender esses picos de publicações, é preciso voltar aos perfis para identificar o contexto que se passavam esses meses para cada Associação.

Em fevereiro de 2020, a ACuCa passava por um momento de reformulação de sua imagem visual, bem como a reafirmação de seus valores. Neste caso, somente entre os dias 2 e 3 de fevereiro foram publicados 12 posts, dentre os quais quatro eram referentes ao concurso para escolher a nova logo da associação, e outros nove posts que definiam valores, “DNA”, essência, tom de voz, persona e atitude referentes a ACuCa.

A Apepi teve seu pico em abril de 2020. Sabendo que em março daquele ano ocorreu a exigência de isolamento e *lockdown* como medidas de prevenção contra a disseminação da Covid-19, a associação buscou redefinir suas estratégias, se reestruturando de forma online. Assim, foram publicados seis posts da #DicaApepi, com dicas de filmes, livros e documentários, e outros seis da #PapoApepi, com *lives*. Esse mês também foi marcado por publicações convidando para a Marcha da Maconha Online (três posts) que aconteceu em 2 de maio de 2020.

O pico de publicações da Ama+me se deu em maio devido a uma homenagem preparada pela associação para o dia das mães. Foi a série cinco de posts publicada no dia 10 de maio, intitulada “De mãe para mãe”, que contou com depoimentos e testemunhos de mães associadas. Também inclui neste mês duas *lives* com o médico da Associação, Leandro Ramirez.

O fato de cada associação ter tido o pico de publicações em uma data específica diz muito, mesmo que indiretamente, sobre o perfil de ativismo que cada uma busca estabelecer. Pode-se interpretar, a partir dos temas mais compartilhados assim como dos dados obtidos nas entrevistas do capítulo 3, que a Apepi foi a associação que mais utilizou os recursos da rede social digital, se adaptando rapidamente ao novo contexto de isolamento e trabalho remoto. Essa estratégia foi de suma importância para manter a relação Associação-Associados forte, já que o atendimento presencial não era permitido, a solução encontrada foi investir em comunicação e parcerias virtuais para continuar promovendo o ativismo por meio da divulgação do conhecimento sobre a cannabis e seus usos terapêuticos.

A ACuCa manteve suas publicações de forma praticamente linear variando entre 5 e 7 publicações mensais, com exceção do mês de maio. O pico marca um momento de reestruturação, no qual a associação viu a oportunidade de reforçar com o público suas especificidades, já que é a única associação de cultura canábica no Brasil, trazendo uma proposta diferente das demais. Essa é uma estratégia importante para se reafirmar, visto que apesar de ser a mais antiga, o crescente o número de associações canábicas desde de 2014 pressionava para a ACuCa se estruturasse com uma imagem mais profissional, a fim de demonstrar que apesar de ser uma associação formada principalmente por jovens ativistas, o ativismo promovido luta com responsabilidade pela legalização da maconha em todas suas vias de acesso.

Por fim, o ativismo da Ama+me refletia diretamente a personalidade de ativismo da sua então vice-presidente e coordenadora geral, Juliana Paolinelli. Basta pesquisar sua história para perceber que a figura de mãe e paciente medicinal é o que motivou as outras mães a se associarem à Ama+me. Quando se fala em ativismo na Ama+me, se trata de um ativismo puramente medicinal, tendo sempre a informação sobre as doenças e seus tratamentos em primeiro lugar. Sendo assim, era esperado que a vivência das mães associadas fosse o tema mais importante do ponto de vista da associação e, porque não, homenageando no mês do dia das mães. Talvez por essa razão a sua saída da associação tenha sido marcante o suficiente para ser destacada no formato *Highlight*.

As publicações do *Instagram* podem ser classificadas como fotos, vídeos e galerias (de fotos, vídeos ou ambos). Para identificar como as associações utilizam o aplicativo como mediação com o público de seguidores, buscou-se quantificar cada tipo de publicação para as três associações e o resultado aparece na figura a seguir:

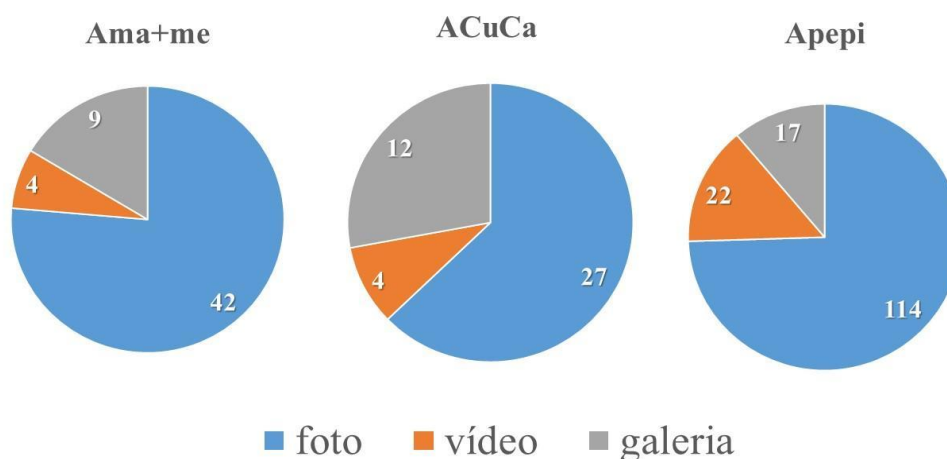


Figura 5 - Relação de tipos de posts (Foto, Vídeo e Galeria) por associação.  
Fonte: Dados da pesquisa

Como demonstram os gráficos da Figura 7, em todas as associações predomina o tipo de post “foto”, ocupando 76% (47) das publicações da Ama+me, 75% (114) da Apepi e 63% (27) da ACuCa. Em relação aos vídeos e galerias, somente a Apepi apresentou mais galerias do que vídeos, tendo 14%(22) de vídeos e 11% (17) de galerias. Já no caso das demais associações, o número de galerias supera a quantidade de vídeos, tendo a ACuCa 28% (12) de vídeos e 9%(4) de galerias, e a Ama+me 16%(9) de vídeos e 7%(4) de galerias.

A predominância de publicações no *Instagram* ilustradas com fotos pode ser explicada por uma questão de praticidade, visto que é mais rápida a busca ou edição de uma única imagem do que a produção de um vídeo ou uma coleção de imagens. A galeria foi utilizada pelas associações para divulgar uma série de fotos, seja de eventos, seja de produtos promocionais (canecas, camisetas, livros, etc.). Já no caso da Apepi, a predominância dos vídeos em relação às galerias se deve ao fato de que a associação investiu em *lives* durante a quarentena, além disso, há vídeos da série #maconhasessions sobre a história da cannabis feitos pela Carol Freitas (membro da associação) e também vídeos com a Margarete Brito Falando sobre atualizações na associação e participando em audiências públicas.

Outro método de se identificar características, assim como traçar o perfil das associações é por meio da seleção lexical utilizada por cada uma delas ao produzir a descrição das publicações. Neste caso, com o auxílio do *software Iramuteq*, foi possível levantar os

principais termos usados na descrição das publicações de cada um dos três perfis do *Instagram*. Essa ferramenta gera nuvens de palavras, nas quais a dimensão da nuvem e o tamanho da fonte estão diretamente relacionados respectivamente ao volume de texto do *corpus* e a incidência do termo. Para essa parte da análise, considerou-se somente os termos e expressões pertencentes às classes gramaticais substantivo, adjetivo e termo não identificado (dentre os quais entram siglas, por exemplo).

A primeira nuvem (Figura 8) corresponde às descrições dos posts da Ama+me. Para gerar essa imagem, foram analisados 54 posts publicados no *Instagram* entre os dias 1º de janeiro e 30 de junho de 2020. Nessa nuvem, os termos que mais se destacam são: cannabis, tratamento, paciente, produto, saúde e ano. A partir dessas palavras, é possível confirmar o que a associação já apontava em seu estatuto social, ou seja, que seu maior objetivo é informar a sociedade a respeito dos usos medicinais e terapêuticos que a cannabis pode oferecer às pessoas.

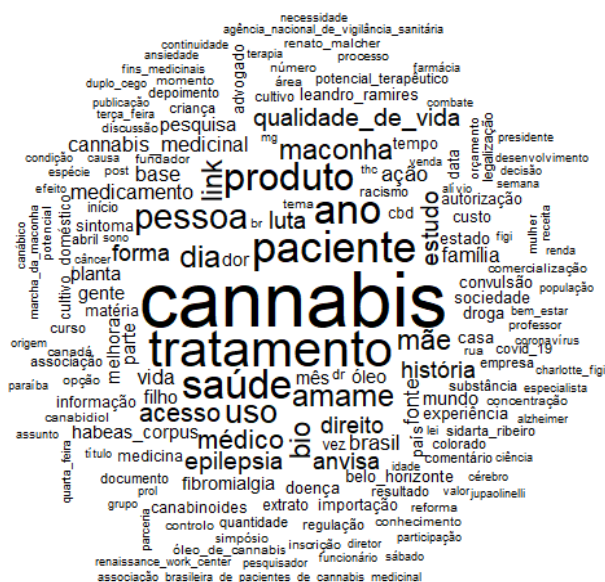


Figura 6 - Nuvem de palavras dos posts do Instagram da Ama+me.

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda sobre a nuvem da Ama+me é válido destacar que a palavra maconha aparece com uma fonte relativamente menor que a palavra cannabis, o que demonstra a preferência da associação pela nomenclatura científica, mas não descarta a utilização do nome popular, até mesmo para que haja clara compreensão do público em relação à planta que está sendo utilizada para fins terapêuticos. Aparecem num segundo plano termos como acesso, direito, médico, epilepsia, história, estudo, luta, ação, além da própria Ama+me. Essas são palavras que remontam à forma de ativismo adotada pela associação, que é o acolhimento e acompanhamento médico e jurídico dos pacientes.





Outros termos que aparecem mais destacados são cannabis, planta, dia, link e bio. Esses dois últimos se justificam pelo fato de que grande parte do conteúdo divulgado no *Instagram* da associação consiste em compartilhamento de notícias da grande mídia, divulgação de filmes e documentários, inscrição para cursos oferecidos pela Apepi ou outras associações, entre outros que recebem ao final da publicação a expressão “link na bio”, que significa que caso o seguidor deseje acessar o conteúdo, deve buscar o link na descrição do perfil. Há aplicativos e ferramentas utilizadas para reunir links, no caso da associação é utilizado o *Linktree*<sup>140</sup>. Os demais termos remontam ao principal objetivo da associação que é garantir o acesso à planta, seja por meio da compra do óleo produzido pela associação, importado ou mesmo pelo autocultivo e produção caseira.

A última nuvem (figura 10) é formada a partir da incidência de termos presentes dos posts da ACuCa. Assim com a associação anterior, nesta o nome da associação ocupa lugar de maior destaque entre as palavras utilizadas. Curiosamente, apesar de se tratar de uma associação que defende a cultura canábica em sua amplitude, um detalhe que não pode deixar de ser destacado é o termo maconha ainda aparece bem menor do que a nomenclatura cannabis, o que demonstra que, mesmo numa associação de cultura canábica, existe uma preocupação em se evitar fazer alusão ao nome popular da planta, que pode estar carregado de estigmas.

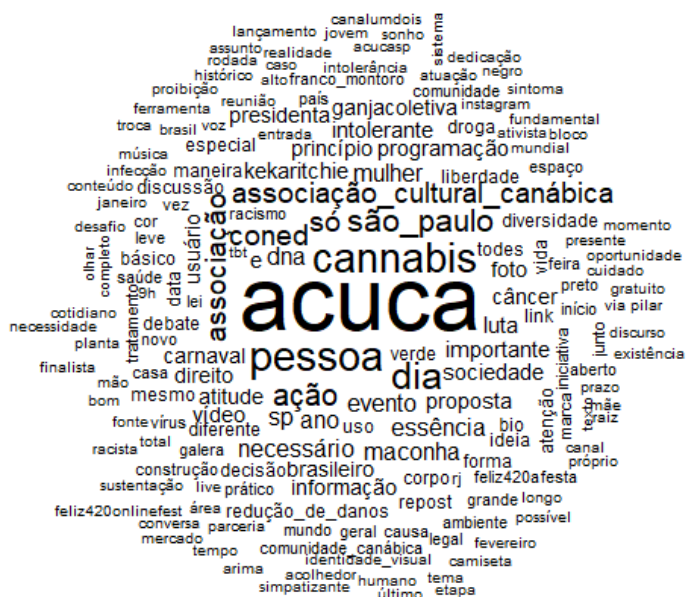


Figura 8 - Nuvem de palavras dos posts do Instagram da ACuCa.  
Fonte: Dados da pesquisa.

<sup>140</sup> Linktree da Apepi disponível em: <https://linktr.ee/familiaapepi>. Acesso em 13 jul. 2020.

Os termos que aparecem no segundo plano são pessoa, São Paulo, Coned<sup>141</sup>, ação, dia. Isolados, esses termos não dizem muito, mas quando busca-se o contexto do qual foram extraídos, é possível interpretar a forma como a associação dialoga com seus associados, por meio de uma linguagem juvenil e informal. Quando a ACuCa usa “pessoa” ela se refere aos indivíduos acolhidos pela organização, assim como aqueles que se interessam pelo tema. Neste caso, trata-se do sujeito interlocutor. Os termos São Paulo e Coned demarcam o território em que a associação se localiza. A palavra “ação” corresponde diretamente às formas de ativismo promovidas e, por fim, o termo “dia” demarca datas que compactuam com os ativismos que a ACuCa defende, como Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, Dia Mundial da Maconha, Dia Mundial do Combate ao Câncer, dentre outros.

Diante da análise de conteúdo proporcionada pelas nuvens de palavras, assim como pela leitura dos posts das três associações, foi possível verificar que nos perfis do *Instagram* dessas organizações existem três grandes categorias: Mobilização Interna, Ativismo e Criando Pontes. Mobilizar pode significar tanto movimentar quanto pôr em ação ou incitar a participação. Neste caso, a categoria de Mobilização Interna engloba as atividades realizadas internamente pelas associações, de forma a propor ações que visem o diálogo, a participação e a capacitação dos associados ou seguidores nas plataformas de redes sociais. A segunda categoria se nomeia Ativismo e abarca as atividades e ações praticadas pelas associações fora de sua sede, em outras instituições ou em espaços públicos ou governamentais. Aqui se classificam as práticas de ocupação como as Marchas da Maconha, a participação em Audiências Públicas e a presença em notícias midiáticas.

Por fim, percebeu-se que o ativismo canábico também conversa com outros ativismos. Segundo Benford e Snow (2000), existe uma tendência dos novos movimentos sociais de alinhar identidades pessoais e coletivas, o que gera o alargamento das identidades pessoais em contexto de movimentos sociais. No caso do ativismo canábico, é possível observar esse alinhamento da identidade do movimento em prol da maconha que se alinha a outras causas, como o antiproibicionismo, antirracismo, o feminismo, o movimento LGBTQIA+, ou as causas de conscientização sobre doenças e casos clínicos tratáveis com a planta, seus derivados ou substratos. Assim, criou-se a última categoria, denominada Criando pontes, ou seja, pontes

---

<sup>141</sup> Em 1986, o governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 89 da Lei n. 9.717, de 30 de janeiro de 1967, considerando a necessidade do Estado de São Paulo integrar-se ao Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes. Franco Montoro, então, assina o decreto 25.367 e dá início ao CONED - Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas.

entre o movimento canábico e esses e outros movimentos sociais. Essas três categorias também foram ramificadas em subcategorias, conforme o quadro a seguir:

	<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>
Ativismo	Mobilização Interna	Informação
		Capacitação
		Acolhimento e Apoio
		Depoimentos
		Produtos promocionais
		Produtos canábicos
	Ativismo	Políticas Públicas
		Mídia
		Eventos Externos
		Parcerias
Criando pontes (variáveis para cada associação)		

*Quadro 12 - Categorias e subcategorias do ativismo canábico nos perfis do Instagram das associações*  
Fonte: Dados da pesquisa

Na categoria de Mobilização Interna, estão incluídas todas as postagens do *Instagram* referentes às ações que a associação pratica internamente para com seus associados. Ela contém as subcategorias: (1) Informação, contempla a divulgação de notícias, notas oficiais, pesquisas científicas e todo o conteúdo relacionado à cannabis que a associação deseja comunicar aos seus seguidores; (2) Capacitação, são os meios de formação que a associação oferece aos seus associados e demais interessados (aqui estão cursos, workshops, oficinas, seminários e as *lives*, que no momento de pandemia serviram como um meio de formação à distância, mesmo sem certificação); (3) Acolhimento e Apoio, inclui publicações que exemplificam essa linha de ação ativista, no entanto, é preciso destacar que aparecem em pequenas proporções, visto que essas ações acontecem geralmente em conversas privadas para não expor os associados; (4) Depoimentos é a subcategoria que agrupa as publicações com testemunhos e narrativas de experiências dos associados; (5) Produtos promocionais são camisetas, canecas e demais produtos vendidos pelas associações para se promover e angariar fundos e (6) Produtos canábicos são os posts que divulgam os produtos e substratos da cannabis distribuídos/vendidos pelas associações.

A segunda categoria, Ativismo, agrupa as publicações referentes às ações que a associação pratica fora de sua sede. As subcategorias são (1) Políticas Públicas, incluem a divulgação de participação da associação em Audiências Públicas e reuniões de órgãos governamentais e legislativos com o intuito de lutar pela mudança na legislação atual e criação

de Políticas Públicas que garantam o direito de acesso e uso da planta e seus derivados; (2) Mídia são os posts compartilhados em que a Associação é citada em notícias da mídia em geral; (3) Eventos Externos são as publicações referentes a eventos não organizados pela associação, mas que de forma direta ou indireta a associação se fez presente e (4) Parcerias são as postagens que a associação cita outros ativistas, associações, coletivos ou mesmo empresas que são parceiras no ativismo canábico.

A última categoria, como o nome já diz, contempla os Criando pontes, ou seja, causas que perpassam o ativismo canábico em algum momento, mas são complementares a ele. No recorte desta pesquisa, foram identificadas algumas mais amplas como movimentos antirracismo e LGBTQIA+ ou mais específicas de doenças como Alzheimer, Fibromialgia, Epilepsia, Câncer, etc. Não se criou subcategoria para essa categoria, devido ao fato de as possibilidades variarem de associação para associação. Os posts dos três perfis das associações no *Instagram* foram classificados nas categorias e subcategorias descritas e os resultados da categorização se apresentam nos gráficos a seguir (Figura 11).

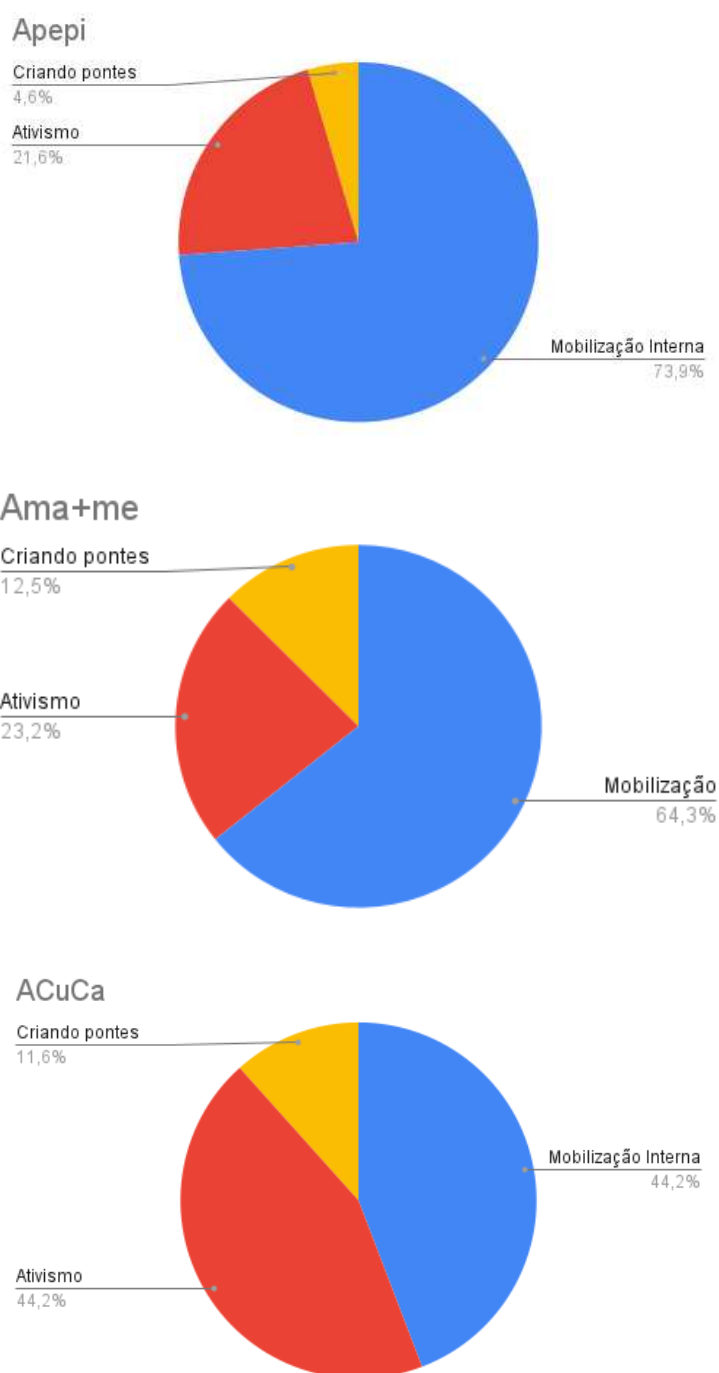


Figura 9 - Gráficos das percentagens de cada categoria por associação.  
Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise dos gráficos, é possível perceber que as publicações de Mobilização Interna são maioria na Ama+me (64,3%) e na Apepi (73,9%). Já a ACuCa apresenta um equilíbrio entre as categorias de Mobilização Interna e Ativismo, tendo 44,2% das publicações em cada uma. Para melhor compreender o conteúdo de cada perfil, cada categoria foi analisada separadamente nos tópicos seguintes.

#### 4.2.1 Mobilização Interna das associações nas publicações do Instagram

As associações canábicas surgiram com o propósito de suprir as necessidades da sociedade de informação e acesso ao medicamento e ao tratamento com a cannabis. Por isso, o Mobilização Interna de atendimento e apoio aos pacientes e demais interessados no tema é significativo no contexto atual. Partindo do pressuposto que o associativismo trabalha para a democratização, Informação, Capacitação, Acolhimento e Apoio, Depoimentos, Produtos promocionais e Produtos canábicos não são simplesmente subcategorias de análise, mas ferramentas essenciais para a manutenção do ativismo canábico.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>ACuCa</b>	<b>Ama+me</b>	<b>Apepi</b>
Mobilização Interna	Informação	15	28	59
	Capacitação	2	3	43
	Acolhimento e Apoio	1	0	2
	Depoimentos	0	5	6
	Produtos promocionais	1	0	2
	Produtos canábicos	0	0	1

Quadro 13 - Mobilização Interna e suas subcategorias

Fonte: dados da pesquisa

Pela análise do quadro a cima, apesar de ele refletir um recorte temporal de seis meses de publicações (janeiro a julho de 2020), é possível identificar características priorizadas por cada associação em seu perfil do *Instagram*. Informação é prioridade nos três perfis, justificável pelo fato desta plataforma ser um meio de comunicação com o público de seus seguidores. Por outro lado, verifica-se que algumas subcategorias não são utilizadas como estratégias em um perfil ou outro. Por exemplo, somente a Apepi apresenta publicações divulgando produtos canábicos, apesar de a Ama+me também atuar na distribuição de óleos. Por outro lado, a Ama+me é a única a não divulgar produtos promocionais (camisetas).

A subcategoria de Informação talvez seja a mais complexa, visto que engloba os diversos conteúdos e temáticas que cada associação julga importantes para o conhecimento de seus seguidores. Para melhor definir o perfil dessas associações, assim como identificar o conteúdo compartilhado por elas, classificou-se a informação compartilhada nos seguintes grupos: (1) Informações institucionais, ou seja, comunicação organizacional da associação para seu público; (2), Divulgação do conhecimento e da ciência, englobando notícias sobre os resultados de pesquisas e estudos com a cannabis, além de iniciativas de se compartilhar o conhecimento sobre a planta e seus usos em uma linguagem simplificada e adequada ao

entendimento do público geral; (3) Notícias sobre o universo canábico, que engloba outras temáticas como avanços legislativos ou sobre o acesso ao medicamento; (4) Outras informações relevantes, que agrupam curiosidades, técnicas de redução de danos, Dicas de documentários, filmes e livros, ou mesmo informações sobre sintomas e cuidados com a Covid-19, que apesar de não ter relação direta com a cannabis, essas informações foram difundidas nas redes. Esse agrupamento é demonstrado no quadro a seguir.

Associação	Informação Institucional	Divulgação do Conhecimento/da Ciência	Notícias sobre o universo canábico	Outras informações relevantes	Total de posts de informação
<b>ACuCa</b>	13	0	0	2	<b>15</b>
<b>Ama+me</b>	6	8	10	4	<b>28</b>
<b>Apepi</b>	14	10	20	15	<b>59</b>

Quadro 14 - Tipos de informação presentes nas publicações no Instagram das associações participantes.

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir das informações do quadro, identifica-se que as três associações buscam informar seus seguidores a respeito do tema por distintas estratégias. A ACuCa se pauta mais na comunicação organizacional, abordando temas internos à associação, por outro lado, é a única a tratar da Redução de Danos da maconha fumada. Já a Ama+me e a Apepi realizam um trabalho de curadoria midiática, ao compartilhar notícias e outras fontes, tanto com tema de divulgação científica, quanto de temas diversos. Vale ressaltar que a Apepi, além de curadoria, investiu ainda na produção série de vídeos sobre a história da cannabis, a fim de ampliar o conhecimento de seus seguidores sobre o tema. Posto isso, é compreensível que seja a categoria que recebe o maior número de posts nas três organizações estudadas, sendo 31,82% na ACuCa, 50,91% na Ama+me e 40,91% na Apepi.

A ACuCa, primeiramente, postou 14 publicações de Informação, com conteúdo sobre três temas: cuidados com a saúde (2), informações institucionais (8) e resultados do concurso para a nova logo da associação (4). Em relação ao primeiro grupo, a associação teve uma publicação sobre redução de danos no carnaval, em 11 de fevereiro, e uma sobre formas de prevenção à Covid-19, em 14 de março de 2020. Ambas as postagens apresentam uma lista de dicas que incluem recomendações gerais e informações específicas para o uso adulto da maconha. Vale destacar que o post mais curtido e mais comentado da categoria Mobilização Interna na ACuCa foi a postagem sobre redução de riscos para usuários de maconha, do dia 14 de março (Figura 12). A publicação foi um carrossel com quatro posts. Obteve um total de 1460 curtidas e 32 comentários.





Figura 10 - post mais comentado de Mobilização Interna no perfil do Instagram da ACuCa.

Fonte: Instagram da ACuCa

A Redução de Danos é um assunto presente somente no perfil da ACuCa, visto que as demais são voltadas ao uso medicinal. Esse tipo de informação é relevante para cumprir o objetivo da associação de “Evitar o perigo para a saúde dos usuários de Cannabis inerentes ao mercado ilegal, mediante atividades destinadas à redução de danos e riscos associados ao seu uso”. Demonstrando, assim, que a associação defende que mesmo o uso recreativo deve ser feito com responsabilidade.

As demais informações compartilhadas pela associação eram voltadas para tornar público valores e posicionamentos da associação. Como a ACuCa sempre opta pela linguagem lúdica que descreve a organização em comparação com uma planta, essa estratégia é utilizada também nesse grupo de oito publicações, que têm como títulos “Nosso Crescer: Atitude da Associação Cultural Canábica de São Paulo” (3), “Nossa sustentação: DNA e Essência da

Associação Cultural Canábica de São Paulo” (3) e “Nossas Raízes: os valores da Associação Cultural Canábica de São Paulo”. Todos os posts foram publicados no mesmo dia, em 03 de fevereiro de 2020. Em fevereiro de 2020, a ACuCa passava por uma reformulação de sua imagem, tanto é que se fez um concurso para a nova logo, cuja divulgação do resultado (finalistas e logo vencedora) completam as publicações da subcategoria Informação.

Uma característica dessas publicações da ACuCa é priorizar a produção de conteúdo autoral, mesmo que em parceria com outros ativistas. Por exemplo, o texto sobre os cuidados que os usuários de maconha devem ter na prevenção da Covid-19 é de autoria de um seguidor, que contribuiu nesse post, assim como a lista de dicas de redução de danos no carnaval foi escrita em parceria com um outro perfil ativista.

Na segunda associação participante, a Ama+me, a Informação é a categoria dominante ocupando mais de 50% do conteúdo dos posts analisados. Em sua comunicação, a organização optou por abordar notícias de divulgação da ciência (estudos e pesquisas publicadas ou em andamento), dicas de conteúdo canábico (documentário “Mãeconheiras” e série de *lives* da *Folha*), questões legislativas e jurídicas (projetos de lei, *habeas corpus* e ações judiciais alcançadas) e acesso ao medicamento. Além disso, também aparecem questões institucionais do funcionamento da associação e notas oficiais. As formas de acesso ao medicamento também são temas recorrentes, presente em quatro publicações, sendo uma delas a mais comentada, na qual a associação questiona para quem o tratamento está sendo acessível, diante do valor que o medicamento chegou às farmácias (Figura 13).

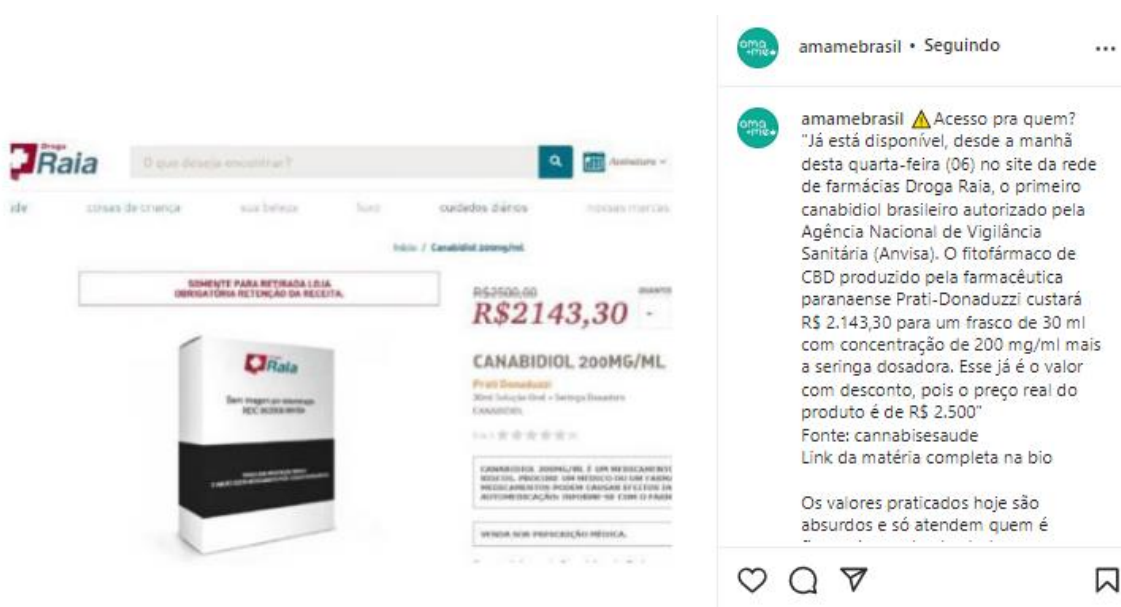


Figura 11 - Post mais comentado de Mobilização Interna no perfil do Instagram da ACuCa.  
Fonte: Instagram da Ama+me

Essa publicação teve 36 comentários, que incluem desde comemoração pela vitória de se liberar a venda de um medicamento derivado da cannabis nas farmácias até questionamentos sobre a composição do fármaco ter o canabidiol isolado ou em combinação com outros canabinóides. No entanto, a grande maioria dos comentários são de indignação e críticas ao custo inacessível para a maioria da população brasileira. Essa mesma notícia foi compartilhada no perfil da Apepi, sendo também a publicação mais comentada no corpus da associação. Foi um total de 152 comentários<sup>142</sup>.

A Informação na Apepi inclui publicações de recados, notas e avisos oficiais da instituição, notícias de divulgação científica, notícias sobre o acesso a medicamentos derivados da cannabis, questões legislativas referentes a avanços rumo a legalização/regulamentação, notícias de curiosidades relacionadas à maconha e também notícias relacionando a cannabis à Covid-19 (alguns estudos experimentais). Alguns conteúdos foram elaborados principalmente para suprir as necessidades e interesses dos associados e seguidores durante a pandemia, como é o caso da série de vídeos “História da Maconha”, produzida pela associada e colaboradora Carol Freitas, e a série de dicas de filmes, curtas e documentários.

As dicas de audiovisuais se iniciaram a partir do dia 25 de março e formam um conjunto de obras que contribuem para o debate da cannabis medicinal, direta ou indiretamente (nesse último caso, quando o tema abordado não é a cannabis em si, mas alguns transtornos que ela pode tratar). Os exemplos que apareceram no período foram: *Ilegal*, a vida não espera, *Bullying*, O cientista, Estado de Proibição, Cortina de Fumaça, O barato de Grace, A hora e a vez, Tropicália, *Cuerdas*, Reclassificação OMS, *Weed the people*, Mãecoheiras e Maconha.doc. Foram publicadas entre duas e três dicas por semana.

Ao analisar a subcategoria Informação nos perfis dessas associações, percebe-se que ela define a comunicação que a associação deseja ter com seus seguidores, principalmente no que tange a curadoria de assuntos levantados, o que reflete diretamente na interpretação da imagem e do perfil de cada associação.

Essa é uma categoria que se abre em duas frentes: as mensagens institucionais e o compartilhamento de notícias. Enquanto as mensagens institucionais vêm em pequena proporção apenas avisar os seguidores sobre o funcionamento da associação, a curadoria de notícias demonstra os assuntos que cada instituição julga relevante para compartilhar com seus seguidores. Na ACuCa, o principal tema é a redução de danos, na Ama+me a divulgação

---

<sup>142</sup> Não foi possível colocar a imagem do post devido ao fato da conta da Apepi ter sido removida pela plataforma.

científica e na Apepi, destacam-se as dicas de filmes, mas também os posts de “recados” que buscam despertar o engajamento, como o exemplo a seguir (figura 14).

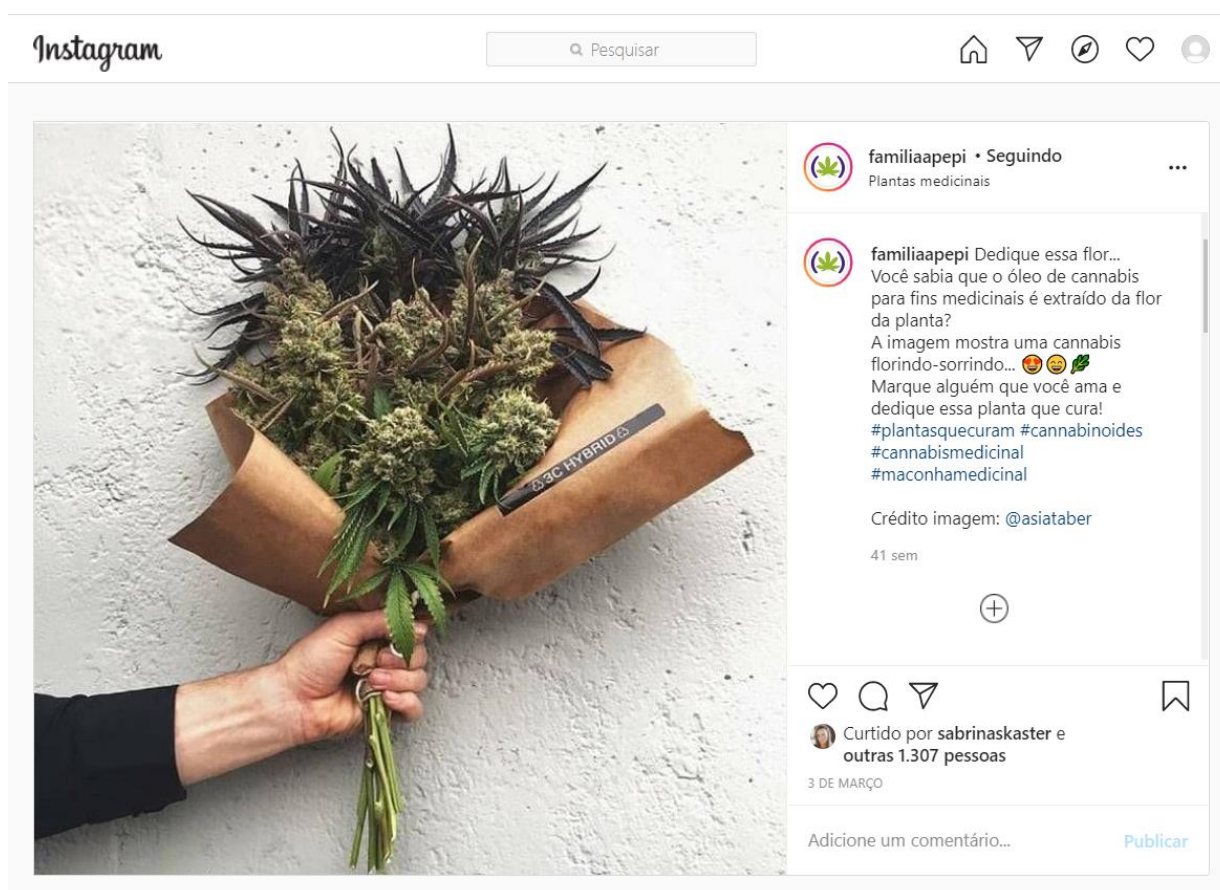


Figura 12 - Post de Informação da Apepi, publicado em 03 de março de 2020.  
Fonte: Instagram Apepi (@familiaapepi)

Essa estratégia da Apepi, de pedir para os seguidores marcarem “para quem você daria esse buquê” rendeu como resultados 1312 curtidas e 88 comentários, ocupando a posição de oitavo post mais curtido e sexto mais comentado no *corpus* analisado. Essa estratégia é interessante pois utiliza a técnica de se direcionar diretamente ao seguidor, demonstrando que sua participação e envolvimento é importante para a associação.

A segunda subcategoria se trata da Capacitação. Essa subcategoria engloba todos os eventos e estratégias que visam a formação dos seguidores, assim como promover a autonomia desses (de oficinas e cursos a eventos científicos). No contexto de isolamento causado pela pandemia da Covid-19, também são incluídos aqui as *lives*, que vieram não só para informar, mas para suprir a falta de eventos presenciais, realizando uma formação informal dos seguidores sobre os temas relacionados à cannabis.

Essa subcategoria aparece em aproximadamente 5% das publicações da Ama+me e da ACuCa. Na Ama+me, foram publicados três posts referentes a um evento que a associação iria realizar, o “I Simpósio Ama+me Cannabis Medicinal: Direito, Saúde e Ciência”, que estava

previsto para acontecer no dia 24 de maio, em Belo Horizonte (MG). No entanto, o evento precisou ser cancelado, devido à pandemia. Sendo assim, as publicações referentes a ele aconteceram nos dias 12 de fevereiro e 11 e 12 de março, todas antes da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar o estado de pandemia (em 11 de março de 2020). Como não houve outras postagens de capacitação até o final de junho, infere-se que a associação se dedicou a outras estratégias de ativismo, deixando a capacitação para um futuro mais propício.

Na ACuCa, encontram-se duas publicações de capacitação. A primeira é um TBT<sup>143</sup>, com fotos da Imersão de Planejamento de 2016 (publicada em 6 de fevereiro). A imersão na ACuCa é um evento previsto no estatuto social, que visa capacitar seus associados sobre assuntos internos da associação e também referentes a cultura canábica. Já a outra se trata de uma *live* com o ativista Felipe Gomes, fazendo uma apresentação sobre o Movimento Marcha das Favelas, em 11 de abril de 2020.

Assim como a Ama+me, a Apepi tinha projetos de capacitação presenciais previstos em seu calendário de atividades antes da interferência do coronavírus: (1) Curso de Prescrição de Cannabis Medicinal, voltado para médicos; e (2) Curso de cultivo, para o público em geral. Ambos os cursos acontecem periodicamente, abrindo novas turmas de tempos em tempos. Foram anunciados durante os meses de janeiro a março em sete publicações, mas foram cancelados, como as demais atividades presenciais.

Diferentemente das demais associações, a Apepi aproveitou o período de pandemia para renovar suas estratégias de capacitação, investindo na produção de *lives* e numa forma híbrida de formação e poesia, que foi o conjunto de publicações sob a #sigaasemente. Assim, Entre março e julho de 2020, a associação realizou 13 *lives* e compartilhou oito posts do #sigaasemente (Figura 15).

---

<sup>143</sup> Sigla que, em inglês, significa *Throwback Thursday*, ou “quinta-feira do retorno”, utilizada quando a pessoa deseja recompartilhar uma lembrança.





Figura 13 - Exemplo de post de Capacitação #sigasemente, publicado em 11 de maio de 2020.  
Fonte: Instagram da Apepi

Feitas essas análises, destaca-se ainda que a capacitação é a subcategoria que ocupa o segundo lugar em número de publicações da Apepi, cerca de 38% do total de posts analisados. Isso demonstra que essa associação foi a única das três que manteve seu propósito de formação dos associados e seguidores, mesmo frente as imposições de isolamento e distanciamento exigidos para enfrentamento da pandemia.

A subcategoria de Acolhimento e Apoio aparece somente nos perfis da ACuCa e da Apepi. Infere-se que existem motivos plausíveis para que a principal via do ativismo presencial seja praticamente invisibilizada nas redes sociais e presume-se que se deve ao fato de que o acolhimento e apoio devem ser praticados com sigilo, respeitando os associados e suas necessidades. Assim, quando a subcategoria é utilizada no perfil público da organização, a estratégia deve ser bem justificada. No caso da ACuCa, a publicação de apoio se refere a uma ação social organizada pela associação para arrecadar mantimentos, roupas e demais objetos de primeira necessidade para auxiliar uma associada (Diva Sativa), moradora da região periférica de São Paulo, que havia perdido tudo no período de chuvas (Figura 16)



Figura 14 - Exemplo de Acolhimento e apoio, publicado pela ACuCa em 9 de janeiro de 2020.  
Fonte: Instagram da ACuCa

Essa é uma situação em que foi preciso mobilizar o maior número possível de pessoas para ajudar a associada a se reerguer após uma fatalidade. Neste caso, foi é compreensível que a associação exponha a situação para a qual a associada necessita de apoio e acolhimento. Outro exemplo, desta vez da Apepi, é a publicação em agradecimento à equipe da associação que atua nessa frente, publicada em 19 de março de 2020, que tinha como descrição “Agradecer a quem cuida de nós. #avidanaoespera”. Nessa mesma associação, também foi compartilhado o acolhimento que aconteceu com a visita do cantor e compositor Moraes Moreira a sede da associação. Neste caso, trata-se de uma figura pública recebida pela associação. Além disso, não foi exposto na publicação nenhuma informação sigilosa sobre o artista.

A subcategoria de Depoimento é importante por dois motivos. Em primeiro lugar, ela dá voz aos associados, que contam suas experiências e testemunhos. Em segundo lugar, ela gera motivação e esperança para outros seguidores que vivenciam situações semelhantes, pois reforçam os benefícios que a planta e seus derivados oferecem a saúde e qualidade de vida de seus usuários. A estratégia aparece nos perfis da Ama+me e da Apepi.

A estratégia foi utilizada na Ama+me para demarcar uma data comemorativa: o dia das mães. Assim, no dia 10 de maio de 2020, foi publicada uma série de cinco posts, uma abertura seguida de quatro depoimentos de mães associadas (Figura 17).



Figura 15 – Montagem feita pela pesquisadora com os posts de Depoimentos do dia das mães publicados pela Ama+me em 10 de maio de 2020.

Fonte: Instagram da Ama+me

Os depoimentos foram utilizados nessa data comemorativa para falar sobre maternidade e a relação com a cannabis para fins medicinais. Foram publicados posts com a fala dessas associadas em carrossel, sendo a última foto, a imagem com a foto da mãe com seus filhos, com exceção da mãe número 2, que é mãe de santo e considera todos os que frequentam seu terreiro como filhos. Maria aparece sozinha. Nesses depoimentos, transcritos a baixo<sup>144</sup>, as mães compartilham sua experiência:

**Depoimento 1:** Todas as pessoas se conscientizam que a legalização e o cultivo nacional irá salvar muitas vidas! Eu diria a todas as mães que ainda têm medo de utilizar este medicamento no tratamento dos seus filhos devido ao preconceito para não julgarem antes de testar. É muito pior dopar seus filhos com verdadeiras drogas, que além da criança deixar de existir e vegetar destrói todo seu organismo. O óleo de Cannabis “é natural com muitos benefícios e ainda sim seus efeitos duram de 4 a 6 horas, sendo eliminado, enquanto um anti-psicótico se apresentar efeito colateral pode levar até 15 dias para se desintoxicar<sup>145</sup>.

**Depoimento 2:** Com o tratamento a minha vida mudou, a minha lida com meus filhos de santo, ela melhorou muito. No início, eu não falei nada com ninguém não. Eu tenho 67 anos e tinha o preconceito, então, depois de um ano e meio utilizando, todo mundo começou a notar a diferença. Então um dia eu chamei meus filhos de santo e pedi para que eles estudassem o que era preconceito e que trouxessem em nosso próximo encontro. Eles trouxeram. E eu lhes disse: num terreiro de Umbanda nós temos a transparência e a verdade como base. Vocês estão notando minha mudança... eu estou tomando canabidiol. O silêncio se fez no terreiro e eu pensei: a pedra está lançada, vamos ver as vibrações. E para a minha grande surpresa, umas duas ou três

<sup>144</sup> Ressalta-se que os nomes das mães e crianças presentes nos depoimentos foram omitidos.

<sup>145</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAAfaJHFOni/>. Acesso em: 03 nov. 2022.



mães usavam canabidiol com seus filhos para epilepsia, então elas se sentiram encorajadas e deram seus depoimentos. Para aquelas mães que têm fibromialgia, mães que têm um filho autista ou um filho que dá 10, 20, 30 crises convulsivas por dia, eu lhes digo: Acabem com seu preconceito. E para quem tem seus pais idosos com Alzheimer também. Leiam sobre o canabidiol com a mente aberta<sup>146</sup>.

**Depoimento 3:** Dentro de um quadro de dores neuropática crônicas entre outras disfuncionalidades, na lida diária com as meninas, a cannabis realmente é um alívio maravilhoso. Quando contei para a [nome da filha mais velha] que eu usava maconha ela tinha 11 anos. Expliquei que era uma planta chamada cannabis e que me trazia muito alívio nas dores. Ela foi super acolhedora e compreensiva. [nome da filha mais nova] cresceu no movimento pró cannabis medicinal. Desde muito pequena me ajudava com o cultivo das minhas plantinhas, com um nome carinhoso para cada uma<sup>147</sup>.

**Depoimento 4:** Meu filho adquiriu a autonomia de poder ficar sozinho, sem redomas, voltar a frequentar academia, andar de bicicleta, nadar. O preconceito é cultural, precisa ser desconstruído... é preciso ousar, a cannabis é natural, usar na dose certa é resultado imediato. Eu acredito, indico. Quem AMA cuida. Não deixe de possibilitar qualidade de vida para seu filho por causa do PRECONCEITO!!!<sup>148</sup>

Observando os depoimentos, verifica-se que as vezes o filho era paciente no tratamento canábico, as vezes a própria mãe. Um ponto em comum apontado nos depoimentos 1, 2 e 4 é a necessidade de se vencer o preconceito pela informação e o incentivo para se realizar uma experiência com o medicamento antes de julgar sua eficácia. No caso do depoimento 3, vê-se o esforço da mãe em explicar o seu tratamento para suas filhas. Depoimentos como esses são importantes para motivar outros pacientes e familiares, que veem no outro um exemplo de superação de dificuldades e obtenção de qualidade de vida que podem ser alcançados através da planta da cannabis.

Na Apepi, os seis posts de depoimentos foram narrados na descrição dos posts, ilustrados com fotos dos associados ou imagens ilustrativas (Figura 18), e aparecem diluídos nos meses de março (1), abril (1), maio (2) e junho (2). Essas publicações não tinham um único foco, abordado a experiência dos associados em diferentes situações: tratamento de Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), cuidados com um filho especial, Transtorno do Espectro Autista (TEA), tratamento medicinal, crise da cannabis (aqui uma mãe argumenta o sumiço dos medicamentos canábicos durante a pandemia, devido à dificuldade de importação) e até uma associada que compartilhou a foto com seu cachorro, mascote do ativismo canábico.

<sup>146</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAAvfMXBW3N/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

<sup>147</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CABByRaBJIt/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

<sup>148</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CABOICoBKcr/>. Acesso em: 03 nov. 2022.



Figura 16 - Exemplos de depoimento no perfil da Apepi, publicados em 06 de maio, 29 de maio e 19 de junho de 2020, respectivamente.

Fonte: Instagram da Apepi.

A figura 18 demonstra que a subcategoria de Depoimentos no perfil da Apepi não só tratou de temas diversos como também utiliza estratégias diferenciadas. No exemplo, vê-se uma charge produzida por uma associada, um vídeo de um pai com seu filho e uma foto de uma mãe com sua filha. Cada imagem passa uma emoção e uma mensagem única, a charge vem em tom de protesto e questionamento (depoimento 5), o vídeo transpassa a alegria (depoimento 6) e a foto transmite amor e aconchego (depoimento 7). Essas características casam perfeitamente com os seus respectivos depoimentos transcritos a seguir:

**Depoimento 5:** ♥ Imagem [nome de usuário da autora da arte]  
 Texto da [nome de usuário da mãe] ♥  
 "Um sorriso de um filho  
 Sua primeira palavra  
 Seu primeiro olhar  
 Tudo isso inspira maternidade  
 Maternidade atípica  
 Não é diferente  
 Podemos sentir essas fases um pouco mais tarde  
 Ou mais cedo  
 Mas é o milagre da vida  
 Que nos inspira  
 A nos dar o melhor a cada dia  
 Só que isso não depende de mim  
 Nem de você  
 Depende da sensibilidade dos nossos governantes  
 Produção do nosso país  
 Ter um remédio proibido  
 Não é fácil  
 Não é barato  
 Mas é necessário!  
 Desejamos dias melhores!" #SimplesmentePorqueFunciona #avidanaoespera  
 #desobedienciavil #acesso #cannabis #cannabismicinal #maconha

#direitos #autocultivolegal #autocultivo #acessodemocratico #legalizabrasil #legalize #cultivo #direitoshumanos<sup>149</sup>

**Depoimento 6:** Estamos transbordando de emoção! Hoje nosso associado [nome do pai], compartilhou conosco esses vídeos e depoimento tão especiais que fazem toda luta valer a pena! 🙌💖

"Me chamo [nome do pai], sou pai do [nome do filho], um adolescente de 17 anos, que completará 18 anos agora em junho! Hoje, recebi meu primeiro abraço, além dele indicar o que quer comer e ouvir. E sei, que será um passo de cada vez!

O [nome do filho] tem TEA, atraso neuromotor muito severo, não verbal, usa fraldas, intolerante a todo tipo de proteína animal e foi andar com quase oito anos de idade, depois de ouvir muitos neurologistas dizerem que isso não iria acontecer. Até os 7 meses de vida era uma criança com desenvolvimento normal, e após esse período comecei a perceber um olhar meio perdido nele. Completou um ano sem estar andando e os médicos desacreditavam em nós. Depois de um ano e meio, vimos um atraso muito severo com um pré-diagnóstico do espectro autista, detecção de crises epiléticas, assim iniciou o uso de um alopático.

[nome do filho] ainda toma esse alopático, mas depois do óleo de cannabis, ele tem estado mais esperto, ativo e participativo e sem crises nervosas e de automutilação, as mesmas pararam após a tomada do óleo.

Para mim é um orgulho dividir minha experiência com vocês, um beijo verde enorme no coração de vocês!". 🙌💖🙌💖🙌💖🙌💖 [nome do pai], gratidão por compartilhar!❤️😊

#gratidao #avidanaoespera #naoespereprecisarparaapoiar #cannabinoideos #ApepiPresente #apepi #cannabismedicinal #maconha #TEA<sup>150</sup>

**Depoimento 7:** Dizem que nos “abraços dados de verdade”, é preciso fechar os olhos.

Quando fechamos os olhos nos conectamos com nosso interior, com o sensível, com nosso espírito. Nos colocamos em nosso escuro e por lá constatamos o mais simples da vida: a pura existência.

O escuro pode até assustar, mas, quando nós entregamos, é onde nos acolhemos. Em si perduramos por quanto tempo for necessário para nos escutar, acalentar ou simplesmente amar.

A continuidade de nossas vidas que nossos filhos carregam, simbolizam a incondicionalidade da perpetuação do amor. Amar os filhos independente de qualquer situação é a forma mais clara de amar. Quando se dedica a um filho, se dedica a si mesmo.

E ser mãe de um filho especial nos coloca em um estado puro do que chamam de “amor incondicional” por que diferentemente do que se chama de “normalidade” o especial, é especial mesmo.

Especial porque em tudo soa diferente, há obstáculos difíceis de serem vencidos, métricas, razões, sentidos quase intransponíveis. Quase. Quase mesmo.

É neste “quase” que habitam os seres de luz que tocam essa empreitada. É nesse “quase” que literalmente entendemos o amor.

A cada gesto novo, cada evolução aparentemente simples, o pequeno sorriso, é motivo de festa e abundancia.

<sup>149</sup> Disponível em: [instagram.com/p/B\\_3Et8mhKAa/](https://www.instagram.com/p/B_3Et8mhKAa/). Acesso em 03 nov. 2022.

<sup>150</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAyIq94j3gl/>. Acesso em 03 nov. 2022.

Se você leitor, fechar os olhos após olhar essa foto, sentirá o afago. Faço o teste, vale a pena.

Independente do que a camisa representa, camisas só servem para proteger do frio. Mas, para se proteger do frio, é preciso vestir.

E há uma cumplicidade em vestir essa camisa e esse afago: ambas coexistem; são fundamentais na manutenção da vida e bem estar de algumas pessoas.

Sejam mães, pais e filhos especiais.

O amor impera em tudo.

[nome da mãe] é mãe da [nome da filha], uma super parceira da Apepi que está conosco na luta desde o início de tudo.

Essa foto é apenas o registro do dia-dia de afeto, carinho e coragem por ela, e por tantas outras, na busca pelo acesso pleno à cannabis medicinal. #avidanaoespera #apepi<sup>151</sup>

A primeira observação se comparados aos depoimentos da Ama+me é que os textos da Apepi são mais longos, isso se deve ao formato escolhido, uma vez que a primeira associação trouxe os depoimentos nas imagens (provavelmente editados para ficarem mais curtos e objetivos) enquanto a Apepi publica os textos na íntegra na descrição dos posts. Além disso, ressalta-se que os formatos dos testemunhos também são diversos, incluindo desde linguagem poética escrita em versos (depoimento 5), emotiva e motivacional (depoimento 7) ou mesmo no formato autobiográfico de narração de vida (depoimento 6).

Os posts de produtos promocionais costumam abarcar venda de camisetas, bonés, canecas e outros itens a fim de angariar fundos para a associação ou para algum evento específico. No caso dos posts analisados, essa subcategoria aparece somente três vezes, dois posts na Apepi (04 e 18 de fevereiro de 2020) e um na ACuCa (Figura 18), todas divulgando a venda de camisetas.

---

<sup>151</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBnsaJTseCr/>. Acesso em: 03 nov. 2022.



Figura 17 - Exemplo de post de produtos promocionais, publicado pela ACuCa em 7 de janeiro de 2020.  
Fonte: Instagram da ACuCa

No caso da ACuCa, o propósito da venda de camisetas era para levantar recursos iniciais necessários para a criação de uma loja própria. Assim, uma edição limitada de camisetas foi produzida sob demanda, recebendo pedidos até o dia 24 de janeiro. A Apepi, por sua vez, já tem uma loja estruturada, inclusive faz vendas virtuais<sup>152</sup>, sendo a renda da venda dos produtos revertida para a própria associação. Segundo o site da associação, essas camisetas não são um simples produto, pois contribuem para a promoção de qualidade de vida, desmistificação da cannabis, mudanças socioambientais e transformação do mundo<sup>153</sup>.

Em relação a subcategoria de produtos canábicos, essa é a subcategoria mais delicada dentro do ativismo promovido. Isso porque a venda de produtos não medicinais ou fármacos é contra as Diretrizes da Comunidade do *Instagram*. Neste caso, apesar de duas das associações analisadas (Apepi e Ama+me) trabalharem com a distribuição de óleos, isso precisa ser silenciado na plataforma, para evitar censuras. A única publicação relativa ao tema é um vídeo no qual o coordenador de cultivo da associação dá dicas sobre o cultivo para a produção de óleos artesanais (Figura 19), não abordando a venda do produto pela associação.

<sup>152</sup> Disponível em: <https://loja.apepi.org/>. Acesso em 28 set. 2022.

<sup>153</sup> Idem.

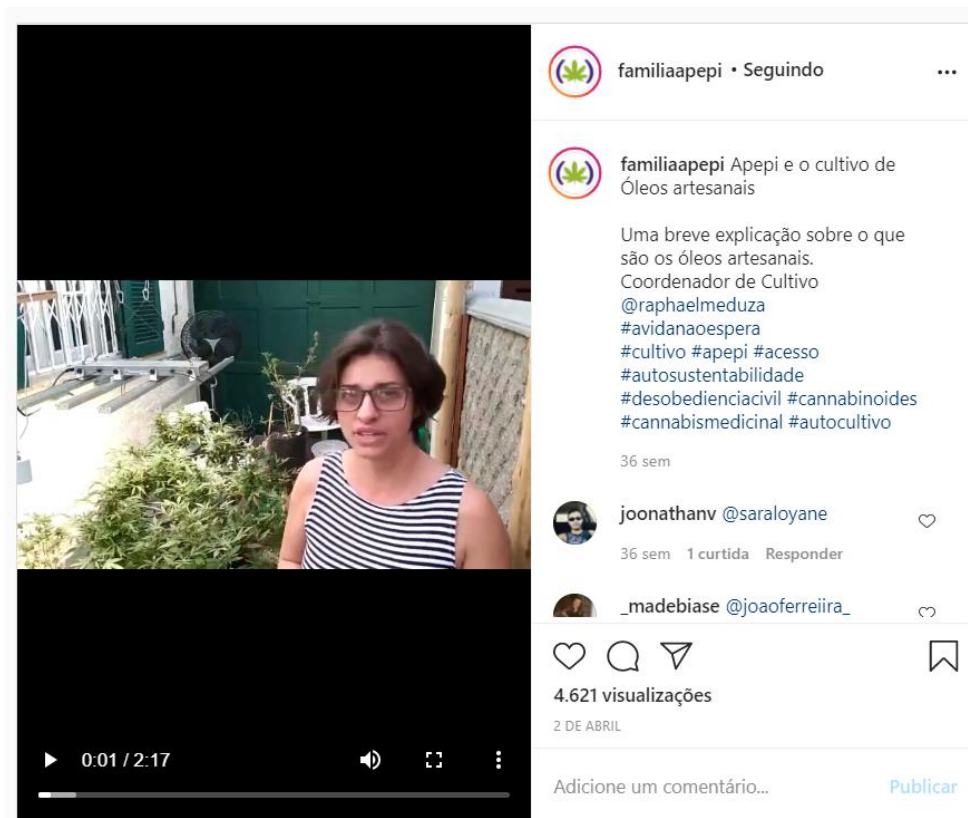


Figura 18 - Exemplo de Produtos Canábicos, publicado no perfil da Apepi em 2 de fevereiro de 2020.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Finalizando a análise dos posts da categoria de Mobilização Interna, verificou-se que as associações utilizam o perfil do *Instagram* para divulgar suas atividades internas, mas também compartilhar informações e conteúdo que possibilitam que os seguidores ampliem seus conhecimentos sobre a cannabis, de forma a fortalecer o ativismo, que se pauta nos usos da cannabis de forma consciente e responsável. No subtópico seguinte, aborda-se os posts da categoria de Ativismo.

#### ***4.2.2 Ativismo das associações nas publicações do Instagram***

A categoria de Ativismo inclui as subcategorias de Políticas Públicas, Mídia, Eventos Externos e Parcerias. Nessa categoria são analisados os posts que fazem menção a participação da associação em eventos e ações ocorridas no âmbito externo à organização, em outras instituições ou espaços (físicos, virtuais ou mesmo na mídia). Em relação as parcerias, aqui estão contempladas as menções que o perfil da associação faz a outros ativistas, coletivos, associações, empresas ou movimentos sociais que atuam no ativismo canábico, mas não possuem vínculo direto com a associação. Postas essas informações iniciais. No Quadro 14, é apresentada a contabilização dos posts em cada uma das subcategorias do Ativismo.



Categoria	Subcategoria	ACuCa	Ama+me	Apepi
Ativismo	Políticas Públicas	2	1	2
	Mídia	3	3	9
	Eventos Externos	10	5	16
	Parcerias	4	3	6

Quadro 15 - Ativismo e suas subcategorias

Fonte: dados da pesquisa

Em relação ao Ativismo, é possível perceber que a maioria das publicações dessa categoria nas três associações pertence a subcategoria de Eventos Externos, sendo 22,73% das publicações da ACuCa, 9,09% da Ama+me e 10,39% da Apepi. Além disso, diferentemente da categoria de Mobilização Interna, nesta categoria, há presença de todas as subcategorias nas três associações estudadas.

A primeira categoria trata-se de Políticas Públicas. Como já retratado nos capítulos teóricos dessa tese, as associações canábicas são fator primordial para o avanço do debate e da criação de políticas públicas que visem a democratização do acesso à planta e ao tratamento com seus derivados e substratos. Isso se deve a constante participação de representantes dessas organizações em audiências públicas e reuniões de órgãos governamentais.

No recorte desta pesquisa, foi possível identificar que na ACuCa a luta por políticas públicas se destaca principalmente em duas publicações de 20 e 21 fevereiro de 2020, nas quais é noticiado que a associação passa a ocupar uma cadeira no Conselho sobre Drogas do Estado de São Paulo (CONED).



Figura 19 - Exemplo de post de políticas públicas publicado no perfil da ACuCa em 20 de fevereiro de 2020.

Fonte: Instagram da ACuCa

Ao ocupar uma cadeira no CONED, a ACuCa passa a participar ativamente, inclusive com direito de voto, nas elaborações de políticas públicas sobre Drogas e nas tomadas de decisões a esse respeito no estado de São Paulo, o que interfere diretamente nas questões referentes à maconha e à cultura canábica.

No perfil da Ama+me, foi compartilhada somente uma notícia a respeito dos avanços na regulamentação da cannabis para fins medicinais por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no dia 14 de janeiro, com a descrição “2020... em que pé estamos pós regulamentação da Anvisa? ”. Já o perfil da Apepi compartilhou dois posts sobre essa temática. A primeira divulga uma Consulta Pública, realizada pelo Senado, para decidir sobre a descriminalização do cultivo da Cannabis sativa para uso pessoal terapêutico, publicada em 28 de fevereiro. A segunda traz um vídeo de uma fala pública da coordenadora da associação, Margarete Brito, em uma reunião do Senado Federal ocorrida em 2019, publicada em 27 de março.

Em relação à mídia, é de suma importância para a associação quando aparece em algum veículo de comunicação, seja ele online, impresso ou televisivo. Isso dá visibilidade para as ações que a organização vem praticando e gera reconhecimento frente à sociedade, contribuindo, dessa forma, para o fortalecimento do ativismo canábico e ressignificação da maconha.

Nessa subcategoria, a ACuCa teve a presença da então presidenta da associação, Keka Ritchie, em dois vídeos: uma *live* do *Quebrando Tabu*, em 20 de maio, falando sobre maconha, guerra à drogas e redução de danos e um vídeo que foi ao ar em 09 de março no *Canal Umdois*, falando sobre a sexualização feminina em fotos de anúncios de maconha, nos países em que o uso já é legalizado.

A presença da Ama+me na mídia tem duas vertentes. A primeira se trata de uma reportagem do portal *SeChat* especial de Dia Internacional das Mulheres, que entrevista quatro mulheres à frente de associações canábicas no Brasil, incluindo Juliana Paolinelli (Ama+me) e Margarete Brito (Apepi)<sup>154</sup>. A segunda é marcada pela parceria entre a associação e universidades e centros de pesquisa para a produção de estudos científicos. Aqui se observa duas notícias: (1) a parceria entre a Ama+me e a Universidade de Brasília (UnB) em um estudo sobre o tratamento de Autistas com a Cannabis, publicado no site da própria UnB; e (2) a participação do médico da associação, Leandro Ramires, juntamente com outros especialistas

---

<sup>154</sup> Vide Capítulo 2.



(Paulo Fleury, Fabio Viegas, Joaquim Neto e Renato Malcher) em uma pesquisa observacional com 18 pacientes autistas, publicado no portal *Cannx Brasil Oficial*.

Em relação à Apepi, para além da publicação do portal *SeChat* supracitada, Margarete Brito também é participa em notícias do *Canal Saúde Oficial* (Fiocruz) e em um podcast do *Observantropologia*, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Além disso, a Apepi como um todo em notícias do portal *Cannabis & Saúde*, *Cannabis Monitor* e jornal *O Dia* (online). Um destaque vai para a reportagem feita pela revista *Época Negócios*, que conta a história da associação e sua equipe (Figura 21)



Figura 20 - Exemplo de participação na mídia, publicada pela Apepi, em 14 de janeiro de 2020.

Fonte: Instagram da Apepi

A subcategoria de Eventos Externos contempla a participação das associações em eventos organizados por outras entidades. Esses No Quadro 14, estão listados os eventos que cada uma das associações participantes estiveram presentes.

Associação	ACuCa	Ama+me	Apepi
<b>Eventos Externos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expocannabis (Uruguai)</li> <li>• Carnaval 2018</li> <li>• 1º Seminário em Macaé</li> <li>• Dois dias de cannabis (FGV)</li> <li>• Roda de conversa no Centro Cultural de São Paulo</li> <li>• Feliz 420 online fest</li> <li>• <i>Live</i> Democraseeds (Bem Bolado)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Marcha da Maconha Global</li> <li>• Live Liga Canábica (06/05)</li> <li>• V Fórum Delta9</li> <li>• Live Liga Canábica (29/06)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1ª. Reunião de organização da Marcha da Maconha</li> <li>• 1º Seminário em Macaé</li> <li>• Bloco Plantanamente (carnaval RJ)</li> <li>• Live Dia da Maconha</li> <li>• Marcha da Maconha</li> </ul>

Quadro 16 - Participação das associações estudadas em Eventos Externos  
Fonte: Dados da Pesquisa.

Sobre a categoria de Eventos Externos, é possível verificar que aparecem três tipos de publicações: (1) recordações de eventos ocorridos em anos anteriores; (2) eventos presenciais que aconteceram entre os meses de janeiro e março; e (3) *lives* e eventos online ocorridos durante a pandemia. Sobre o primeiro grupo, a estratégia de postar recordações já é um hábito dos usuários do *Instagram*, como uma forma de expressar um sentimento de saudosismo por experiências anteriores dignar de ser lembradas. Num contexto de pandemia, as recordações de eventos presenciais que foram marcantes para as associações são uma forma de consolo e esperança, com a mensagem de que nos encontraremos novamente. Sobre os eventos presenciais, são observados eventos mais informais (rodas de conversas) até eventos científicos (seminários). Vale ressaltar que tanto a ACuCa quanto a Apepi tiveram representantes presentes do 1º Seminário em Macaé. Por fim, as *lives* em parcerias com outras associações (Liga Canábica, Figura 22) ou empresas (Bem Bolado) demonstra a importância do agir coletivo para o movimento canábico.



Figura 21 - Exemplo de Evento Externo, publicado pela Ama+me em 30 de junho de 2020. Na foto, Sheila Geriz (Liga Canábica) e Leandro Ramires (Ama+me)

Fonte: Instagram da Ama+me.

Em relação as parcerias, encontram-se referências ou *reposts* de outros perfis de ativistas, associações ou coletivos canábicos. Isso contribui para fortalecer os laços da rede, assim como dar visibilidade para ações que estão sendo praticadas por outras pessoas, mas são apoiadas pela associação. As parcerias da ACuCa são o apoio ao lançamento de uma música da banda Roda de Beck e o apoio a eleição da Ganja Coletiva Vereadora. Na Ama+me, encontram-se *reposts* dos perfis @maesind (Figura 23) e do @sechat\_oficial, além de uma mensagem felicitando Dr. Carlini pelo seu aniversário. A Apepi também felicita ao Dr. Carlini e compartilha conteúdo do perfil @maesind, acrescentando também o apoio ao perfil @curandoivo. Há também dois posts agradecendo parcerias firmadas. O primeiro com o Instituto BioFAO e o segundo com “todas as mulheres do movimento”.

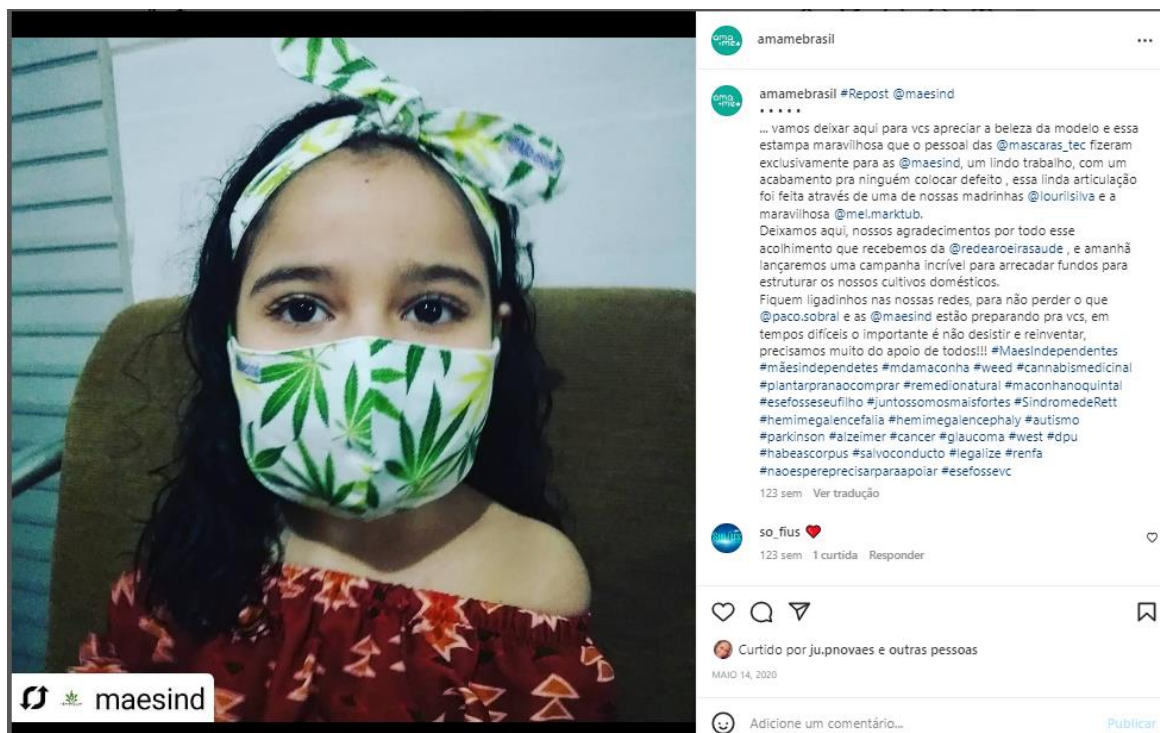


Figura 22 - Exemplo de post de parceria, publicado pela Ama+me em 14 de maio de 2020.  
Fonte: Instagram da Ama+me.

O Ativismo no *Instagram* é importante para dar visibilidade para a associação, aumentando sua credibilidade social, mas também para a ampliação do conhecimento canábico, via troca de experiências e informações em eventos e *lives*. Além disso, pensando no contexto intrínseco à plataforma de rede social, é possível afirmar que esse ativismo fortalece a rede, visto que ao se criar e citar parcerias, os seguidores podem acompanhar outros perfis que abordam temas semelhantes e de seu interesse. No próximo subtópico, são analisados os posts de “Criando pontes”.

#### 4.2.3 Criando pontes com outros ativismos

Assim como o movimento antiproibicionista inclui várias causas para além da questão da legalização das drogas, o movimento canábico também passou a apoiar outros temas que perpassam direta ou indiretamente pela cannabis. Segundo Benford e Snow (2000), movimentos criam pontes para ampliar seus interesses conquistar novos espaços e grupos de atuação. Dentro o *corpus* desta pesquisa, foi possível identificar pontes com os seguintes temas (Quadro 17).



<b>Categoria</b>	<b>ACuCa</b>	<b>Ama+me</b>	<b>Apepi</b>
Criando pontes	LGBTQIA+ (1); Câncer (1); Antirracismo (2); Contra a violência doméstica (1)	Epilepsia (1); Fibromialgia (1); Alzheimer (1); Antirracismo (2); Câncer (1); Autismo (1)	Autismo (3); Epilepsia (2); Alzheimer (1); Doenças Raras (1)

Quadro 17 – Criando pontes e suas subcategorias

Fonte: dados da pesquisa

A partir do quadro, observa-se que há temas que são comuns a mais de uma associação (antirracismo, câncer, epilepsia, Alzheimer, autismo), outras aparecem em apenas um contexto específico (LGBTQIA+, contra violência doméstica, fibromialgia, doenças raras). Nesse ponto, é interessante verificar que a linguagem, as estratégias comunicativas e a escolha da abordagem são muito particulares para cada associação estudada. Por exemplo, a Apepi faz um trabalho de conscientização sobre as causas apoiadas por meio da divulgação de projetos de popularização da ciência, em espaços de ciência, museus, entre outros (Figura 24).

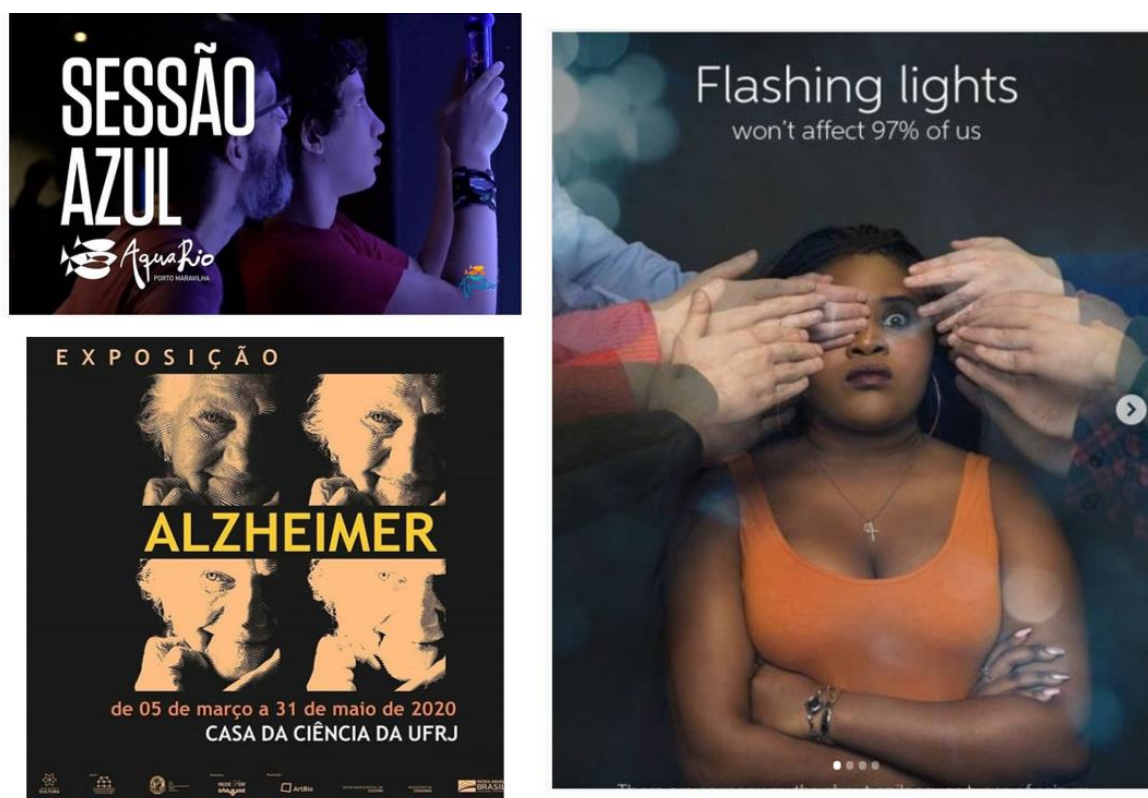


Figura 23 - Exemplos de Criando pontes publicados pela Apepi.

Fonte: montagem feita a partir de posts do Instagram da Apepi

Nos posts selecionados acima, é possível observar que a Apepi está atuando tanto na divulgação desses projetos quanto na conscientização sobre esses transtornos. A primeira é um convite para o projeto “Sessão Azul”, do Aquário Marinho do Rio, que tinha o propósito de entreter crianças autistas a partir da adaptação da iluminação, entre outras estratégias, como público reduzidos. A segunda (publicada em 19 de fevereiro) se trata da divulgação de uma

Mesa Debate intitulada “Experiências e Memórias”, que fazia parte da exposição “Alzheimer”, ocorrida na Casa da Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 20 de março e 31 de maio de 2020. Já a terceira (publicada em 11 de fevereiro) é uma série de imagens produzida pela organização Epilepsy Irland com o intuito de ajudar a conscientizar e disseminar informações sobre a Epilepsia, evitando falsas leituras sobre o Assunto. A descrição desse post pode ser conferida a seguir:

Essa é uma série de imagens produzidas pela organização Epilepsy Ireland para ajudar na conscientização e disseminação de informações sobre a Epilepsia evitando falsas leituras sobre o assunto.

A epilepsia é uma patologia que desperta diversos sentimentos no ser humano ao longo da história do mundo. Para algumas civilizações, o indivíduo epilético era visto como “santo”, já para outras, era visto como algo “maligno”. Em meio a diversos paradoxos e tabus em torno da doença, devemos aprender com o passado, como dito pelo compositor Belchior, “o passado é uma roupa que não nos serve mais”. A epilepsia, quando não controlada, muda em diversos âmbitos o cotidiano do paciente, mas nunca resume o indivíduo em apenas um adjetivo, como: epilético.

Ficamos sempre na torcida para que os diversos preconceitos sofridos por aqueles indivíduos, como: Machado de Assis, Dostoievski, Van Gogh e muitas outras pessoas, nos mostrem que nenhum indivíduo deve morrer, sofrer ou ser tratado diferente por ter sua “perfeita imperfeição”. Informação é a chave para uma sociedade mais acolhedora. Para conscientizarmos os adultos de que não é o certo usar alguns vocábulos ou até mesmo se afastar de amigos. E, para formação de uma geração na qual as crianças estejam ali para apoiar o amigo e avisar a professora quando um deles estiver convulsionando, e não, realizar "bullying". A Equipe Aepi, se disponibiliza para retirar dúvidas acerca do tema para quem precisar de ajuda! Seguimos juntos.

#epilepsia #conscientizacaopilepsia. (APEPI, 2020)

A partir do texto da descrição, percebe-se que há diferentes estratégias. Na abertura, tem-se a divulgação da série de imagens sobre a epilepsia. Em seguida, lê-se um parágrafo dando informações de caráter cultural e médico sobre a doença. Então ela cita personalidades que eram portadoras desse transtorno, afirmando a importância de se informar e tratar essas pessoas com respeito e acolhimento. Por fim, a associação finaliza se dispondo a tirar dúvidas sobre o tema. Considerando que as primeiras famílias que buscaram o canabidiol para tratamento, estavam buscando alternativas para casos de epilepsia refratária, compreende-se que apoiar essa causa é de grande relevância para o movimento, assim como as demais citadas.

A Epilepsia também aparece no perfil da Ama+me, mas com uma abordagem diferente. Na Ama+me há dois grupos de publicações, as que utilizam datas (Dia Internacional da Conscientização sobre Epilepsia, Dia do Orgulho Autista e Dia Mundial da Conscientização da Fibromialgia) e as que tratam de Criando pontes de forma atemporal (Alzheimer e Câncer), conforme a figura 25.



Figura 24 - Posts de Criando pontes na Ama+me.

Fonte: montagem feita a partir de posts do Instagram da Ama+me

No caso dos conteúdos antirracismo, vê-se que há uma exceção. O quadrado preto remete ao luto pelo assassinato do boxeador negro George Floyd por um policial branco. Em protesto, a *hashtag* #blacklivesmatter, ou em português #vidasnegrasimportam, que foi compartilhado por diversos perfis em apoio ao movimento ativista internacional, com origem na comunidade afro-americana, que luta contra a violência direcionada às pessoas negras, em junho de 2020<sup>155</sup>. No caso da Ama+me, a associação ainda fez um *repost* do perfil do coletivo Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa), que descrevia sete ações necessárias para tornar a luta antirracista mais efetiva:

- (1) Se ligar que o racismo é estrutural;
- (2) Se informe;
- (3) Saber que o combate ao racismo se faz de forma coletiva;
- (4) Saiba como participar da luta antirracista;
- (5) Se ligar que lutar pela vidas negras é lutar pela legalização das drogas com reparação social nos territórios afetados pela guerra às drogas;
- (6) Se ligar que lutar pela vidas negras é lutar pelo desencarceramento em massa da juventude negra e pobre; e
- (7) Nos ajudar a levar cestas básicas para familiares de pessoas privadas de liberdade, profissionais do sexo, e pessoas em situação de rua (AMA+ME, 2020)<sup>156</sup>.

Por se tratar de um conteúdo produzido pela Renfa, que é um coletivo antiproibicionista, aparecem na lista itens que atrelam o movimento antirracista a questões defendidas pelo movimento canábico, como a legalização das drogas, a reparação dos afetados pela guerra às drogas e a luta pelo desencarceramento em massa da juventude pobre e negra.

<sup>155</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/06/protestos-espalhados-pelo-mundo-apoiam-movimento-black-lives-matter.ghtml>. Acesso em: 29 st. 2022.

<sup>156</sup> Explicação completa para cada item da lista da Renfa na descrição do post, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBOWK5GsHzT/>. Acesso em 29 set. 2022.

Mesmo assim, apesar do linguajar militar do uso do termo “combate”, é possível analisar que o ativismo proposto é baseado na informação e no agir coletivo. Valores esses que são defendidos pela Ama+me, o que justifica a associação ter escolhido compartilhar o conteúdo.

O ativismo antirracista também aparece no perfil da ACuCa, tanto apoiando o #blacklivesmatter, quanto em um texto de autoria do perfil @makanachannel, publicado em 26 de junho. O texto traz uma reflexão sobre o “Paradoxo da Democracia”<sup>157</sup> e o racismo no Brasil. No texto o autor conclui que a conclusão do paradoxo seria a solução para o racismo:

Não podemos tolerar os intolerantes. Devemos ser intolerantes com os intolerantes. Precisamos combater as práticas e as pessoas racistas para que assim seja possível diminuir essa desigualdade. Precisamos reduzir o racismo a cinzas pois ele segue matando gente preta. As pessoas que propagam o racismo têm que ser confrontadas para afastarmos essas posturas (ACUCA, 2020)<sup>158</sup>.

Nesse trecho, é possível observar que a linguagem na ACuCa é um pouco mais agressiva em relação ao confronto das posturas racistas. Não fica claro o que o autor considera “ser intolerante com os intolerantes”, mas partindo do pressuposto que ele baseia seu texto numa teoria em que os intolerantes fazem uso de violência, essa colocação pode gerar interpretações diversas. Há também outros temas apoiados pela ACuCa, que foram publicados em datas comemorativas (Dia do Orgulho LGBTQIA+ e dia Mundial do combate ao Câncer) e referentes aos valores da associação, como no post conta a violência doméstica.

---

<sup>157</sup> Teoria do filósofo austríaco, Karl Popper, que “apontava que numa disputa entre pessoas tolerantes (abertas ao diálogo e aceitação) contra pessoas intolerantes (que não aceitam o diferente), os intolerantes levam vantagem. Por usarem da sua liberdade em forma violência (física, verbal ou digital atualmente) para silenciar os outros, pois não concordam com suas ideias”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CB6aE-vstFo/>. Acesso em 29 set. 2022.

<sup>158</sup> Idem.



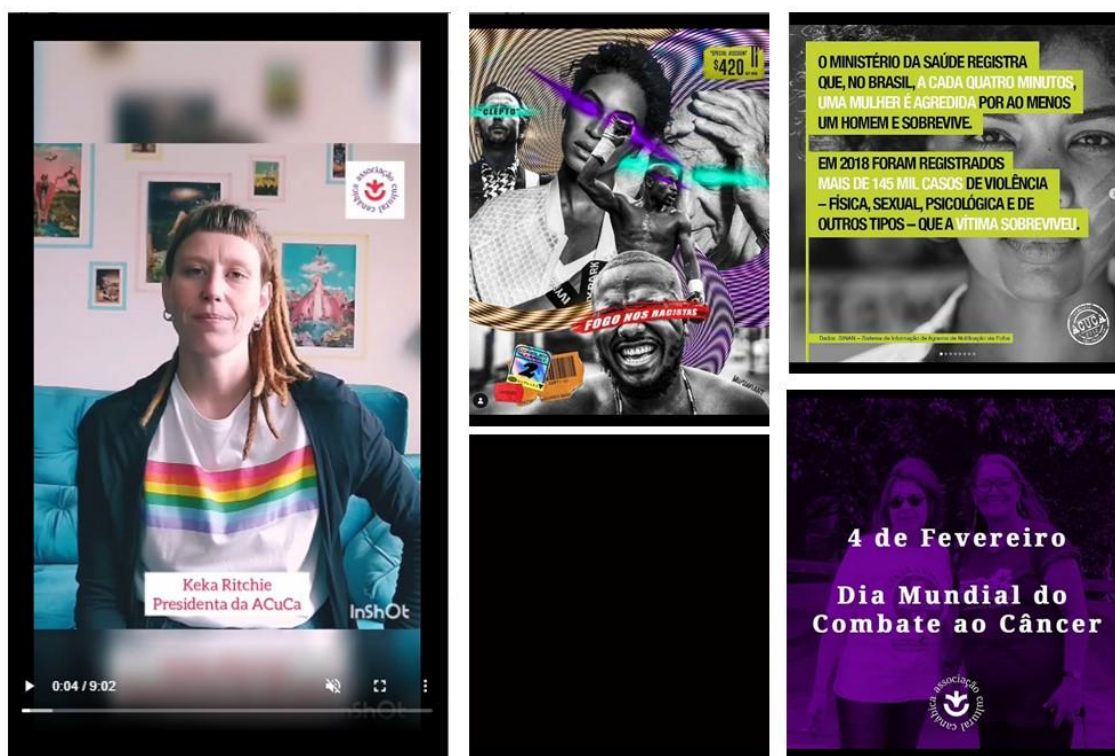


Figura 25 - Posts de Criando pontes publicados pela ACuCa  
 Fonte: montagem feita a partir de posts do Instagram da ACuCa

Na primeira imagem observa-se pontes sendo criadas inclusive na imagem da própria Keka Richtie, então presidenta da ACuCa, que mescla em seu visual características de diferentes movimentos: trata-se de uma mulher branca com cabelo “rastafári” e camisa LGBTQIA+. Pode parecer curioso, mas no seu discurso é possível verificar que, como ativista, ela realmente pertence a todos esses movimentos, para além da luta canábica. Apoiar outras causas de ativismo contribui para ampliar as fronteiras do ativismo canábico. Além disso, fortalece os movimentos sociais e incentiva os seguidores a se conscientizarem sobre as causas divulgadas. No caso dos transtornos e doenças que podem ser tratados com a cannabis, apresentar informações sobre essas temáticas colabora para o avanço do conhecimento da sociedade, além de que pode ajudar pessoas portadoras desses casos clínicos e podem estar em busca de tratamento alternativo. No subtópico seguinte, analisa-se o feedback e engajamento dos seguidores por meio das curtidas e comentários.

#### 4.2.4 Análise dos comentários dos posts em cada categoria

A última etapa desta pesquisa é a análise da interação dos seguidores com as associações por meio dos comentários dentro de cada categoria (Mobilização Interna, Ativismo e Criando pontes), a fim de observar como o público interage e reage às publicações de cada grupo analisado. Essa análise se divide em dois momentos: análise quantitativa (contabilizando

essa forma de engajamento) e análise qualitativa das redes formadas nos comentários. Vale destacar que essa segunda parte só contempla as associações Ama+me e ACuCa, visto que o perfil da Apepi já não estava disponível no momento da coleta dos comentários.

Para verificar o nível de engajamento dos seguidores em cada forma de ativismo promovida pelas associações participantes em seus perfis do *Instagram*, criou-se uma tabela relacionando o total de posts em cada organização com seus respectivos comentários, apresentando o maior e menor número de comentários, assim como a média aritmética deles (Tabela 1).

*Tabela 1 - Análise dos comentários*

Associação	Mobilização Interna				Ativismo				Criando pontes			
	quant. posts	Comentários			quant. posts	Comentários			quant. posts	Comentários		
		Maior	Menor	Média		Maior	Menor	Média		Maior	Menor	Média
<b>ACuCa</b>	19	22	0	5,53	20	37	1	10,25	5	20	2	7
<b>Ama+me</b>	36	36	0	7,11	13	11	1	4,54	7	7	0	2,29
<b>Apepi</b>	113	152	0	18,97	33	36	0	10,94	7	4	0	1,29

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela acima, é possível identificar alguns comportamentos de engajamento por parte dos seguidores em relação às categorias de análise. Para isso, deve-se observar a média de comentários, que representa uma situação ideal em que todos os posts tivessem a mesma quantidade de comentários. Assim, é possível inferir que os seguidores da Apepi e da Ama+me demonstram maior interesse nas atividades de Mobilização Interna, uma vez que as maiores médias dessas associações se encontram nessa categoria (18,97 e 7,11 comentários por post da Apepi e da Ama+me, respectivamente). Por outro lado, o menor interesse dos seguidores dessas duas organizações está na categoria Criando pontes. Em relação à ACuCa, observa-se uma inversão, sendo a categoria de Ativismo que incita maior debate entre os seguidores, seguida de Criando pontes e por fim Mobilização Interna.

Verificar o maior ou menor número de comentários, por sua vez, é valioso para se identificar a subcategoria que gerou maior menor debate em cada categoria. Por outro lado, conforme o Quadro 18, é possível que uma mesma subcategoria esteja presente no quadro de maior e menor quantidades de comentários, a depender de fatores como a temática abordada, o tipo de post (foto, vídeo ou galeria) ou a abordagem dada ao tema.

Associação	Mobilização Interna		Ativismo		Criando pontes	
	Comentários		Comentários		Comentários	
	Maior	Menor	Maior	Menor	Maior	Menor
ACuCa	Informação	Capacitação (1); informação (6); produtos promocionais (1)	Parcerias	Mídia	LGBTQIA+	Antirracismo (1) Câncer (1)
Ama+me	Informação	Depoimento (1); Informação (1)	Evento Externo	Evento Externo (2); Parceria (1)	Antirracismo	Fibromialgia
Apepi	Informação	Informação (5); capacitação (2)	Evento Externo	Evento Externo (1); Mídia (1)	Autismo	Doenças Raras (1); Alzheimer (1); Autismo

Quadro 18 - Subcategoria com maior e menor número de comentários para cada associação.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Assim, voltando aos posts, identificou-se que os posts mais comentados da ACuCa foram as publicações: “Redução de Riscos com Coronavírus para usuários de maconha”<sup>159</sup> (Mobilização Interna, Informação, 13 de março de 2020); “60º habeas corpus para plantar maconha no Brasil é de Pernambuco e das Mães Independentes”<sup>160</sup> (Ativismo, Parcerias, 28 de janeiro de 2020); “Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+”<sup>161</sup> (Criando pontes, LGBTQIA+, 28 de junho de 2020).

O post sobre “Redução de Riscos com Coronavírus para usuários de maconha” possui 27 comentários, dentre os quais apenas três foram respondidos (dois por usuários e um pela ACuCa). Desses, 11 são classificados como multiplicadores (que marcam outros usuários), nove são consumidores (comentam coisas positivas, apoiando a publicação) e sete podem ser considerados cocriadores ao apresentar uma informação extra ao conteúdo. Os cocriadores são apresentados a seguir.

**Comentário 1:** Coronavírus é a arma biológica do start da terceira guerra mundial criada pelos EUA! Em breve o mundo verá a guerra oficialmente instalada... Acorda galera!!! Estão isolando a população para se tornar indefesa, fechando fronteiras e mexendo na economia dos países mundial e drasticamente... Não sei o que passa com o ser humano no geral que é tão manipulável e ingênuo para assuntos tão sérios e óbvios!!!!

**Comentário 2:** E usar piteiras bem longas para não ter contato com as mãos na boca e rosto.

**Comentário 3:** Essa de não compartilhar o beck vai ser difícil kkkk

<sup>159</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9siU1GhUaj/>. Acesso em: 29 set. 2022.

<sup>160</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B73b6iuhwfn/>. Acesso em: 29 set. 2022.

<sup>161</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CB\\_VPCXjouu/](https://www.instagram.com/p/CB_VPCXjouu/). Acesso em: 29 set. 2022.

**Comentário 4:** Lavar a mão com água e sabão é uma forma eficaz, o álcool em gel ou qualquer outro é só ilusão, o álcool vai congelar o vírus ou bactéria etc...

**Resposta:** @[usuário] usar vinagre. Bactericida de alta potência.

**Comentário 5:** Fonte: <https://www.leafly.com/news/podcasts/the-roll-up-bonus-episode-coronavirus-and-cannabis>

**Comentário 6:** Fonte: <https://www.leafly.com/news/health/cannabis-coronavirus-covid-19-facts>

**Comentário 7:** Fonte: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:folha-informativa-novo-coronavirus-2019-ncov&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:folha-informativa-novo-coronavirus-2019-ncov&Itemid=875)

A informação complementar contribui para ampliar o conteúdo compartilhado, mas ressalta-se que pode ser colocada tanto pelo perfil da associação, como ocorre nos comentários 5, 6 e 7, ao publicar os links das fontes das informações; quanto por usuários seguidores como ocorre nos demais comentários. Nos comentários 2, 3 e 4, assim como na resposta do comentário 4, discute-se algumas informações que circulavam sobre medidas de prevenção e redução riscos em relação ao vírus da Covid-19. O comentário 1, no entanto, é o mais emblemático, por trazer uma afirmação de cunho negacionista, que associa o Coronavírus a uma arma biológica, baseado em *Fake news* que circulavam em sites ou mesmo grupos de redes sociais de pessoas que defendem essas ideias. Como o usuário comenta logo em seguida com uma risada (KKKKK), fica difícil avaliar se ele está usando de ironia neste comentário, ou se a risada ridiculariza o conteúdo compartilhado neste post. Mas no geral, percebe-se que o engajamento sobre esse tema é sério, com a preocupação de se proteger e promover práticas de prevenção contra o vírus.

O post sobre o “60º habeas corpus para plantar maconha no Brasil é de Pernambuco e das Mães Independentes” teve 32 comentários e quatro respostas (três da ACuCa e um de usuário). A maioria eram consumidores, contabilizando 25 comentários, que parabenizavam a outra associação ou mesmo comemoravam a vitória como sendo uma vitória do movimento como um todo. Somente um dos comentários era multiplicador.

**Comentário 8:** O sistema ainda não está falido, pois se tivesse, a população não iria mais atrás do próprio sistema para pedir algo a eles e estaria seguindo o sistema da natureza que é inerente ao homem... mas ele está falindo! Definitivamente a maconha é o oposto de sociedade... Não tem a ver com sócios, tem a ver com a ordem natural da vida!!!! Emancipação mental já!

**Comentário 9:** Que país está dando certo? Os Estados Unidos ...talokay<sup>162</sup>!

**Comentário 10:** O que aconteceu @acucasp ...??? Vcs tinham curtido meu comentário e depois descurtiram...☹️

**Comentário 11:** Não existirá sociedade justa, isso é utopia!!!! Sociedade é feita de sócios majoritários (que são a minoria) e minoritários (que são a maioria)... Parem e pensem, até pesquisem sobre pirâmide social... Bendito amor a todos!♥️

**Comentário 12:** Abaixo à sociedade!!!! Viva a comunidade!!!!  
#sociedadeégolpeàpopulação #viremosascostasàsleisdoshomens  
#vivaaleisagradoamorrespeitoeautonomia

**Resposta:** @[usuário] @acucasp

**Comentário 13:** Sendo que há mais de 209 milhões de pessoas no Brasil, esse número é uma vergonha... mas a luta contínua 💎

No caso deste segundo post analisado, é possível observar que os comentários que trazem uma abordagem para além dos apoiadores trazem uma opinião negativa a respeito da forma como a aquisição de *habeas corpus* para cultivo no Brasil vem sendo feita. Para o seguidor que fez o comentário 13, 60 *habeas corpus* é um número muito insignificante se comparado aos 209 milhões de brasileiros. Neste ponto, deve-se concordar que o número era baixo, mas não é correto compara-lo à totalidade de brasileiros, visto que somente uma parcela da população que tem o interesse de cultivar a planta, além disso, uma família inteira se beneficia deste salvo conduto. O comentário 9 também demonstra uma opinião que corresponde a opinião de muitos: a ideia de que nos Estados Unidos (ou outro país em que a maconha é legalizada, como Holanda ou Uruguai) as coisas funcionam. Essa generalização é perigosa, pois cada país vive uma experiência única e particular que podem ser tomadas como inspiração para o Brasil, mas não significa que copiar modelos estrangeiros funcionaria na prática no contexto brasileiro, com toda a dimensão, a diversidade, especificidades regionais que se encontra aqui.

O engajamento também pode ser observado por perfis de usuários mais ativos. Neste bloco, os comentários 8, 10, 11 e 12 foram feitos por um mesmo usuário (que também fez o comentário 1 do bloco anterior). Trata-se de um seguidor ativo, que claramente busca participar das discussões e espera ser correspondido pela ACuCa. As falas desse seguidor são sempre polêmicas, sendo que as vezes a própria associação se abstém de dialogar com ele. Isso fica claro quando ele marca a si próprio e à associação na resposta do comentário 12, assim como

---

<sup>162</sup> Segundo o Dicionário Informal, o termo é uma das variáveis da corruptela de "tá ok?". Significa o mesmo que "entendeu?". Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/talkey/%20taokey/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

comentário 10, quando ele questiona o fato da associação ter retirado a curtida de seu comentário.

Na categoria Criando Pontes, o post mais comentado foi o do “Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+”, com um total de 21 comentários e nenhuma resposta. Dentre esses, contabiliza-se 17 consumidores e dois multiplicadores. Os co-criadores são apresentados a seguir:

**Comentário 14:** O movimento da cannabis historicamente deve muito aos LGBTQIA+, não estaríamos aqui sem militância de várias figurantes importantes nessa caminhada. A indústria da cannabis tem que re-nascer incluindo essa e outras minorias. Temos muito a aprender com esse movimento lindo!🌿💚

**Comentário 15:** Que mulher incrível!!! É sobre isso, precisamos nos posicionar e incentivar uma sociedade ANTI MACHISTE E ANTI TRANSFOBIKE!!! Falou tudo e mexeu em muitas feridas! Todo apoio à comunidade LGBTQIA+, e que Jah abençoe as cabeças vazias de conhecimento para que se abram!!! 🤝👊💚

A

partir dos comentários destacados a cima, é possível verificar a importância de se criar pontes entre o movimento canábico e outros movimentos. O comentário 14, por exemplo, afirma que essa relação entre a cannabis e o movimento LGBTQIA+ é uma parceria que se estabeleceu ao longo da história. Estão intimamente ligados, por isso, deve-se reconhecer essa ponte. Já o comentário 15 aponta para o sentido da luta antimachista e antitransfóbica, demonstrando que não basta apoiar a causa LGBTQIA+, se a sociedade não rever valores antiquados como o machismo e a transfobia.

Em relação a todos os comentários da ACuCa, exemplificados pelos co-criadores destacados nesta pesquisa, é preciso destacar que a linguagem não-verbal também é comunicativa nas mídias sociais. Apesar de as cores não terem aparecido na formatação, é possível identificar alguns *Emojis* utilizados. Esses podem demonstrar relação direta ou indireta com o ativismo canábico. O coração verde, assim como figuras de folhas, ou até mesmo o trevo de quatro folhas, aparecem fazendo referência direta à maconha. O fogo (🔥) é utilizado para dizer que o tema é quente, que merece ser debatido. A mão fechada (👊) demonstra o apoio, as vezes acompanhada da expressão “tamojuntos”. Outros *Emojis* já são associados a outros movimentos, como o clássico arco-íris que remete ao movimento LGBTQIA+.

Apresentamos, a seguir, as redes formadas pelas articulações entre os seguidores e ACuCa por meio dos comentários. Considere que tanto os nós quanto as arestas foram

programadas para demonstrar o grau de saída de informação, assim, quanto maior e mais escuro o nó ou a aresta, mais comentários partiram desse perfil. Cada nó é representado por um círculo, sendo que o círculo central da rede é sempre a associação (nó zero). Assim, os comentários se ligam a ela primeiramente para depois se ligar aos perfis marcados, quando necessário. Além disso, quanto mais densa a rede, maior o número de interações entre os nós. As arestas que seguem em dois sentidos, ou seja, saem e retornam a um mesmo nó, demonstram comentários que foram respondidos. Postas essas explicações, a figura 28 representa os comentários das publicações da ACuCa.

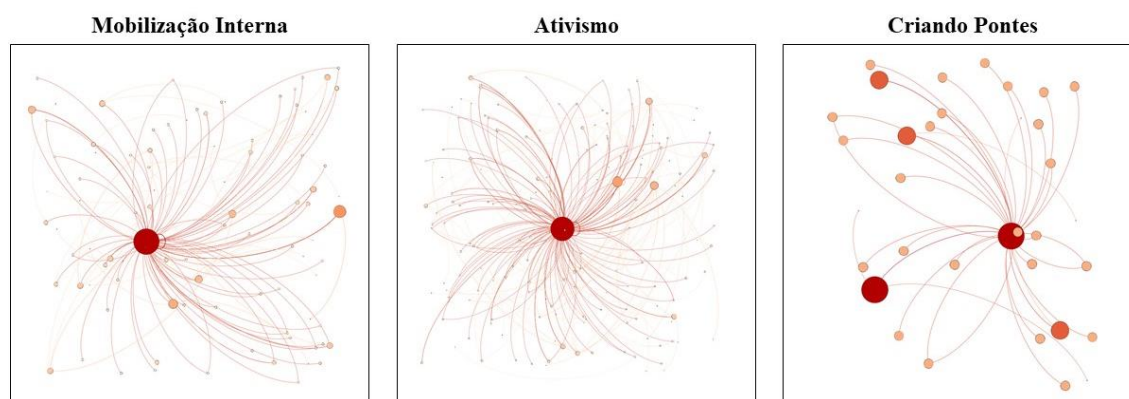


Figura 26 - Rede de comentários da ACuCa para cada categoria.  
Fonte: Elaborado pelo Gephi, com base nos dados da pesquisa.

A partir da análise das redes formadas pelos comentários da ACuCa, pode observar que tanto no Mobilização Interna, quanto no Ativismo, a associação é o perfil que mais realiza interações, visto que é o círculo representado em maior diâmetro. Isso demonstra que a associação tem o hábito de responder aos comentários, interagindo diretamente com seus seguidores. A semelhança entre as duas também demonstra um equilíbrio na quantidade de posts de Mobilização Interna e Ativismo (21 em cada categoria), mas a densidade maior no Ativismo permite interpretar que houve maior debate nessa categoria.

Também é possível observar que existe uma aresta que sai do perfil da ACuCa e retorna para ela mesma, demonstrando que a organização faz auto referências em suas publicações. Dentre as duas primeiras nuvens, percebe-se que a do Ativismo é mais densa, ou seja, essa categoria apresenta maior número de interações. Em relação a nuvem do Criando pontes, é possível perceber que o grau de saída de informações da associação é muito próximo de um de seus seguidores, demonstrando que em determinados assuntos, é possível que um seguidor seja mais ativo na publicação que a própria associação.

Em relação aos seguidores, também é possível analisa-los de acordo com suas formas de interação com as publicações. Observando as arestas, verificasse que a maioria se trata de

seguidores consumidores, pois estão ligados somente ao nó da associação, no entanto, também é possível verificar alguns multiplicadores, que se ligam a outros seguidores. Nas primeiras nuvens é mais difícil visualizá-los, devido ao grande número de arestas sobrepostas, mas na nuvem do Criando pontes esse perfil fica claramente visível. No quadro a seguir, é possível conferir o resumo da classificação dos comentários.

<b>Categoria</b>	<b>Consumidores</b>	<b>Multiplicadores</b>	<b>Co-criadores</b>	<b>Total de comentários por categoria*</b>
<b>Mobilização Interna</b>	54	14	16	84
<b>Ativismo</b>	78	42	25	145
<b>Criando pontes</b>	25	3	2	30

*Quadro 19 - Classificação dos comentários da ACuCa em consumidores, multiplicadores ou co-criadores.*

\* Contabilizados somente os comentários primários, desconsiderando-se as respostas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelo quadro é possível observar que na ACuCa, a categoria que mais recebeu engajamento dos seguidores foi o Ativismo, tendo maior número de comentários dos três tipos. É válido ressaltar que os comentários consumidores são maioria e tem a função de deixar um registro do acompanhamento dos seguidores em relação ao conteúdo postado. Pode ser somente um *Emojis* ou um breve texto de apoio ou crítica, mas que não colaboram nem para a ampliação da informação, nem efetivamente para a divulgação para outros seguidores. No entanto, sabe-se que as métricas e algoritmos do aplicativo interpretam que o maior engajamento em determinado conteúdo o torna recomendável, gerando automaticamente mais visualização.

Na Ama+me, os posts mais comentados foram: “Chegada às farmácias do primeiro canabidiol brasileiro autorizado pela Anvisa”<sup>163</sup> (Mobilização Interna, Informação, 6 de maio de 2020); “Live da Liga Canábica, tema ‘Cannabis e Câncer: Cuidados paliativos e efeitos antitumorais’”<sup>164</sup> (Ativismo, Eventos Externos, 29 de junho de 2020); e “Dia Mundial da Conscientização da Fibromialgia”<sup>165</sup> (Criando pontes, Fibromialgia, 12 de maio de 2020).

O post sobre a “Chegada às farmácias do primeiro canabidiol brasileiro autorizado pela Anvisa”, obteve 23 comentários e 10 respostas (um comentário com duas respostas, outros dois com quatro em cada). Esses comentários podem ser classificados como 15 apoiadores, quatro multiplicadores, e quatro co-criadores.

**Comentário 16:** Que tristeza... Meu filho tem câncer cerebral... Tem convulsões... Usávamos CBD mas não conseguimos mais devido a pandemia, essa poderia ser uma opção, mas não temos acesso... Quem terá?

**Resposta 16.1:** Te indico da USAhemp. Em breve ...posso te ajudar!!

<sup>163</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_3r8U-BsrP/](https://www.instagram.com/p/B_3r8U-BsrP/) . Acesso em: 29 set. 2022.

<sup>164</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCCUoCKMZJX/> . Acesso em: 29 set. 2022.

<sup>165</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAFl6ABaqf/> . Acesso em: 29 set. 2022.



**Resposta 16.2:** Pesquise um grupo no *Facebook* (Doadores de Aveloz) Aveloz é uma planta que cura Câncer. Existe inúmeros relatos de cura. Estudos científicos etc... Mas sabe como é.. Não interessa para a indústria farmacêutica mercenária. Além da Cannabis você poderia pesquisar sobre esta planta. Boa sorte!

**Comentário 17:** Certeza que isso é alguma piada sem graça!! 30MIs por mais de 2 mil reais???

**Comentário 18:** Porque pagar esse valor sendo que todo brasileiro que precise desse medicamento tem o direito de fazer a importação direta através de empresas conceituadas como a USAhemp por \$62.50 o vidro de 1500mg, que por sinal a empresa também é de uma família brasileira residente nos Estados Unidos.

**Resposta 18.1:** Como faz para comprar?

**Resposta 18.2:** Reafirmo a qualidade do USAHEMP. Posso te ajudar. Confirme aí @[usuário].

**Resposta 18.3:** como faz para comprar?

**Resposta 18.4:** @[usuário] comprei dessa empresa USAhemp.com, se precisar de ajuda pode me mandar mensagem

**Comentário 19:** O preço absurdo, a qualidade totalmente inferior, e principalmente a % de THC... Cara pode pagar 50 pila numa garrafa de conhaque e sair de carro e matar mil só porque é legalizado... Quanto ao THC que é BENEFICIO DA VIDA é o vilão da história. 🖐️ parabéns Brasil.

Nos comentários dessa categoria no perfil da Ama+me, é possível observar tanto a indignação dos seguidores em relação ao alto valor do medicamento, quanto a solidariedade em indicar outras alternativas mais viáveis. No comentário 16, por exemplo, o seguidor que deu a resposta 16.2, indica o uso da planta Aveloz como alternativa à cannabis no tratamento de câncer. Outros seguidores indicam o uso do canabidiol importado, produzido pela empresa USAHemp. O comentário 19, por sua vez, faz uma crítica direta à classificação de drogas lícitas e ilícitas que permitem a venda e consumo de álcool a um valor bem mais acessível do que o medicamento a base de maconha. O seguidor nesse caso, afirma que o álcool é legalizado e mesmo assim pode causar consequências prejudiciais e criminosas, enquanto o medicamento de maconha, apesar de trazer benefícios à saúde, é tido como “um vilão”. Esses são reflexos do paradigma proibicionista.

O post mais comentado da categoria Ativismo na Ama+me foi sobre a “Live da Liga Canábica, tema ‘Cannabis e Câncer: Cuidados paliativos e efeitos antitumorais’”. Este obteve seis comentários e cinco respostas (uma por comentário, todas da Ama+me). Os comentários foram classificados como três consumidores, um multiplicador e dois co-criadores. Esses últimos, apresentados a seguir.

**Comentário 20:** Sou paciente paliativa de câncer. Não consigo contato para também tentar o tratamento com cannabis. Sei das melhoras que traz para os efeitos da quimioterapia. Preciso de ajuda, mas não encontro, infelizmente! Meu nome é [nome da usuária].

**Resposta [ama+me]:** @[usuária] Olá, [nome da usuária]! Enviamos uma mensagem para você no privado. <3

**Comentário 21:** Cannabis no tratamento do Alzheimer?!!!

**Resposta [ama+me]:** Olá, @[usuária]!! Em nosso site tem bastante informações a respeito! Da uma passadinha lá 😊🍃🌿

Neste segundo post, o que chama a atenção é o diálogo entre os seguidores e a associação. Quando os seguidores pedem o auxílio a respeito de seus tratamentos (câncer e Alzheimer), a Ama+me responde de formas distintas. No comentário 20, tem-se um breve depoimento da usuária no qual ela pede ajuda, neste caso, a Ama+me realiza um acolhimento online, entrando em contato diretamente com a seguidora em uma conversa privada. No comentário 21, por outro lado, o seguidor não pedir ajuda, mas demonstra interesse em obter mais informações sobre o uso da cannabis no tratamento de Alzheimer. Aqui a associação entra com uma prática de divulgação do conhecimento, outra frene do ativismo, indicando o site da Ama+me como fonte confiável de informação.

O post da categoria Criando pontes mais comentado é sobre o “Dia Mundial da Conscientização da Fibromialgia”, que obteve seis comentários e uma resposta (por parte da Ama+me). Os comentários são classificados em três multiplicadores e três co-criadores, esses últimos apresentados a baixo:

**Comentário 22:** Em quanto tempo aparecem os resultados?

**Comentário 23:** Será que é bom para artrite reumatoide? Quero muito saber mais a cannabis medicinal.

**Comentário 24:** O trabalho já foi publicado? Possui link? ♥

**Resposta [ama+me]:** @[usuário] ainda não foi publicado. Assim, que for, publicaremos nas redes sociais. Fique de olho! Um abraço 🍃

Analisando os comentários destacados a cima, é possível verificar que tanto o comentário 22 quanto o 23 são cocriadores em potencial. Isso significa que, caso fossem respondidos, eles trariam uma informação extra para o post. Mas como isso não ocorreu, deixaram a dúvida dos seguidores em aberto. No caso do comentário 24, a informação gerada, apesar do retorno da Ama+me, também não responde de fato a dúvida do seguidor, que desejava ler o estudo completo. No entanto, traz uma informação complementar, ao passo que poderia ser um questionamento de outros seguidores sobre onde o texto estaria publicado para leitura. Esses comentários também confirmam o que as entrevistas desta tese apontaram no capítulo 3,

ou seja, que os seguidores utilizam as redes sociais como “porta de entrada” no conhecimento canábico, sendo que as informações curtas publicadas ali podem ser aprofundadas em outras fontes.

A fim de ilustrar o engajamento dos seguidores com a associação nos comentários, também se gerou a rede de comentários no perfil da Ama+me para as três categorias. Os resultados demonstram tanto que há mais posts, quanto que há maior debate na categoria de Mobilização Interna, se comparado as demais categorias, como é apresentado na Figura 29.

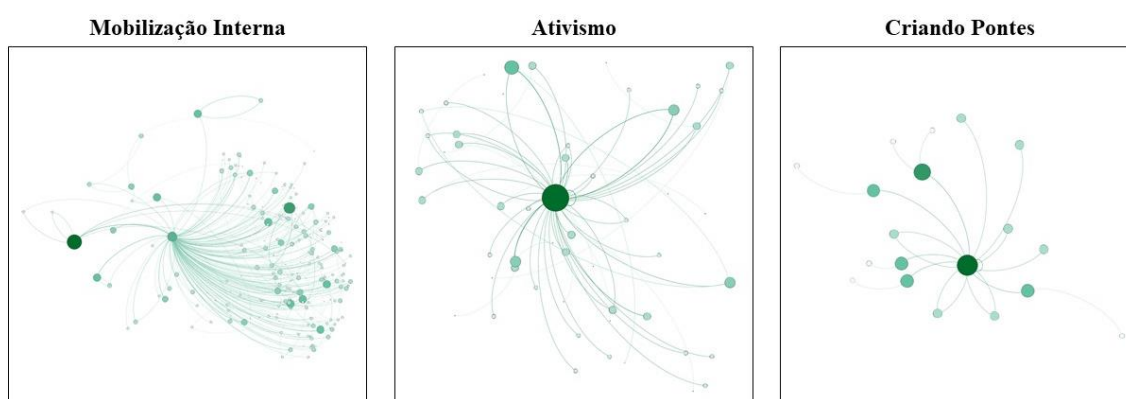


Figura 27 - Rede de comentários da Ama+me para cada categoria.  
Fonte: Elaborado no Gephi, com base nos dados da pesquisa.

Analisando as redes formadas pelos comentários da Ama+me, percebe-se que no Mobilização Interna a associação dá poucas respostas. Ao verificar os comentários, é possível perceber que isso se deve ao fato de que não há muitos questionamentos por parte dos seguidores, sendo que quando há, esses podem ser respondidos por outros seguidores. Isso explica inclusive o motivo pelo qual o diâmetro e a intensidade da cor do círculo referente a associação ser menor que os círculos de dois outros perfis. Esses possivelmente são formadores de opinião e cocriadores de conteúdo, pois respondem aos comentários de outros perfis. No quadro 19, apresentamos um resumo da classificação dos comentários no perfil da Ama+me.

	Consumidores	Multiplicadores	Cocriadores	Total de comentários por categoria*
<b>Mobilização Interna</b>	78	52	27	157
<b>Ativismo</b>	24	14	6	44
<b>Criando pontes</b>	4	5	3	12

Quadro 20 - Classificação dos comentários da Ama+me em consumidores, multiplicadores ou co-criadores.

\* Contabilizados somente os comentários primários, desconsiderando-se as respostas.

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados do quadro, verifica-se que no perfil da Ama+me também há predomínio dos comentários consumidores para as categorias de Mobilização Interna e

Ativismo. No caso de Criando pontes, os multiplicadores aparecem em maior número, mas há pouca variação nas quantidades de comentários por tipo nessa categoria.

No perfil da Apepi, os posts mais comentados foram: “Acesso pra quem? Primeiro canabidiol brasileiro autorizado pela @anvisaoficial”<sup>166</sup> (Mobilização Interna, Informação, 06 de maio de 2020); “Música tema da Marcha da Maconha em Quarentena 2020”<sup>167</sup> (Ativismo, Eventos Externos, 2 de maio de 2020); “Divulgação do documentário *Qual a Dose*, que narra a história de duas famílias que possuem crianças com TEA”<sup>168</sup> (Criando pontes, Autismo, 16 de janeiro de 2020).

A publicação intitulada “Acesso pra quem? Primeiro canabidiol brasileiro autorizado pela @anvisaoficial”, recebeu 81 comentários e 34 respostas. Contabilizamos 17 comentários co-criadores, sendo que para

**Comentário 25:** E pensar que no mundo todo um frasco desse custa por volta de USD 70,00

**Comentário 26:** No Uruguai frasco de 30 ml 250 reais. Eu vi lá agora em fevereiro, eles vendem em *Growshopp*.

**Comentário 27:** Confirmou-se o que já era sabido: famílias e associações continuarão com *habeas corpus* judiciais para cultivo. Isso não é acesso ao CBD! 🙄👎👎

**Comentário 28:** E o pior é que é sintético, feito por uma empresa brasileira de genéricos ou seja continuam fazendo.

**Comentário 29:** Enquanto isso, pais de baixa renda se sujeitam a comprar a maconha nos morros e a produzir o óleo em casa, correndo riscos e trazendo riscos aos filhos deficientes...

**Comentário 30:** A minha empresa R&D Desenvolvimento de Pesquisa Cannabinoid Brasil está na luta para que o Brasil tenha medicamento de CBD ou THC por 50 reais e vamos conseguir! [Teve 17 respostas]

**Comentário 31:** Infelizmente no Brasil só rico pode ter acesso à tratamentos de qualidade. Pra quem é pobre, resta utilizar os medicamentos tarjas pretas que na maioria das vezes deixam as crianças dopadas...

Assim como a reação negativa foi percebida nos comentários do post sobre esse tema no perfil da Ama+me, aqui ela também se fez latente. Nos comentários selecionados, é possível observar que os seguidores buscam fazer comparações com os valores do medicamento em países onde a cannabis é legalizada (Estados Unidos, Uruguai e outros), afirmando que aqui os custos são muito mais elevados (comentários 25 e 26).

<sup>166</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_220UCh03p/](https://www.instagram.com/p/B_220UCh03p/). Acesso em: 19 set. 2020.

<sup>167</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_spgD-hYI7/](https://www.instagram.com/p/B_spgD-hYI7/). Acesso em: 19 set. 2020.

<sup>168</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7Ye2DXBIbg/>. Acesso em: 19 set. 2020.

Há também o questionamento a respeito de para quem é esse acesso, visto que para a população de baixa renda (como pesquisadora, posso acrescentar que não só de baixa renda como à maioria dos brasileiros) esse valor torna o medicamento inacessível, restando alternativas para as famílias e associações a luta por *habeas corpus* judiciais para cultivo (comentário 27), o acesso ilegal por meio da compra da maconha nos morros ou a produção caseira do óleo (comentário 29), ou o uso dos medicamentos “tarjas pretas”.

Um comentário que se destacou foi o de um seguidor que possui uma empresa e pretende entrar no mercado de medicamentos com produtos à base de CDB e THC a um custo de 50 reais. Analisando o mercado atual, assim como o valor dos óleos vendidos em algumas associações, fica difícil acreditar que esse valor seja realmente viável, considerando o custo de produção e todos os demais custos e taxas envolvidos até chegar ao consumidor final. Mesmo assim, esse comentário despertou esperança e interesse dos demais seguidores, obtendo 17 respostas.

O post de Ativismo mais comentado foi a divulgação da “Música tema da Marcha da Maconha em Quarentena 2020”. Ele recebeu um total de 23 comentários e 10 respostas (uma por post, sendo que cinco eram da associação e outros cinco de uma única usuária). Esses foram classificados como sete multiplicadores e 16 consumidores. Não se observou nenhum comentário co-criador. No caso da categoria Criando pontes, o post com mais comentários foi sobre a “Divulgação do documentário *Qual a Dose*”. Ele obteve três comentários ao todo e nenhuma resposta. Desses, dois são classificados como consumidores e um como multiplicador.

Como resumo da análise dos comentários no perfil do *Instagram* da Apepi, verificou-se que a categoria de maior interesse para os seguidores corresponde a mesma que a associação prioriza ao publicar, ou seja a Mobilização Interna. Nessa categoria há um engajamento mais expressivo do que na categoria de Ativismo e, muito mais expressivo se comparado à categoria Criando pontes, conforme a Figura 30.

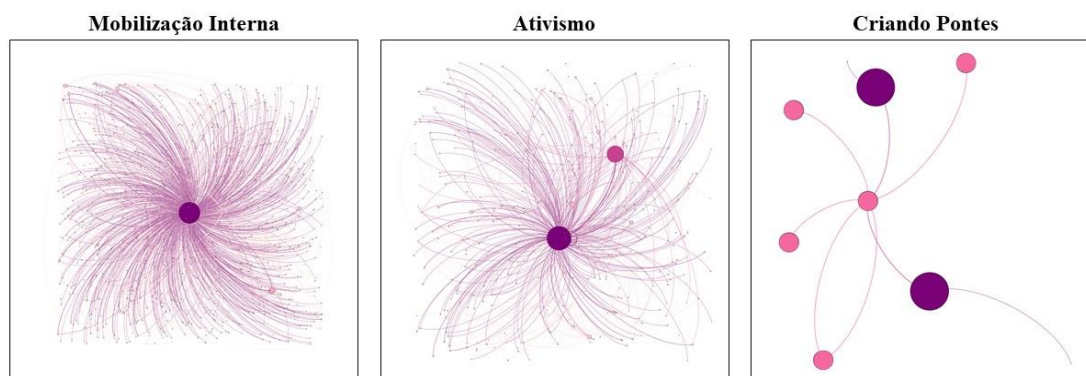


Figura 28 - Rede de comentários da Apepi para cada categoria.  
Fonte: Elaborado no Gephi, com base nos dados da pesquisa.

Classificando a totalidade dos comentários em Consumidores, Multiplicadores e Co-criadores, obteve-se o quadro resumo apresentado a seguir.

	Consumidores	Multiplicadores	Co-criadores	Total de comentários por categoria*
<b>Mobilização Interna</b>	1057	317	176	1550
<b>Ativismo</b>	196	64	23	281
<b>Criando pontes</b>	4	2	0	6

Quadro 21 - Classificação dos comentários da Apepi em consumidores, multiplicadores ou co-criadores.

\* Contabilizados somente os comentários primários, desconsiderando-se as respostas.

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos dados do quadro 20 auxilia na interpretação da Figura 30, visto que as redes de Mobilização Interna e Ativismo são densas demais em arestas e nós para se visualizar as relações formadas. Assim, é possível verificar que apesar dessa associação ter menos seguidores que a ACuCa no momento da coleta de dados, seus seguidores são muito mais ativos em comentários se comparado as outras duas associações.

Mesmo que não se faça comentários que tragam um conteúdo novo (co-criadores), é expressivo o apoio dos seguidores da Apepi em nas categorias de Mobilização Interna e Ativismo. No caso de Criando pontes, analisa-se que há poucos comentários, mas também há um número bem reduzido de publicações. Pode-se interpretar que a associação e seus seguidores estabelecem entre si temas que são de interesse mútuo e acabam sendo mais dialogados do que outros, a ponte com outras causas ativistas pode não ser uma prioridade nesta associação, mas é válida para informar e fortalecer o movimento.

No Ativismo, é possível verificar maior interação da associação, além de arestas de auto referência. Sobre os seguidores, a maioria se comporta como consumidores, tendo alguns poucos multiplicadores. Por fim, os Criando pontes, como são poucos posts, com pouca interação em cada post, a nuvem pouco densa. Mesmo assim, observa-se os seguidores consumidores e os multiplicadores presentes. Além disso, verifica-se que a associação respondeu a três seguidores.

Esse capítulo de análise dos perfis no *Instagram* serviu para demonstrar não somente que existe uma produção de conteúdo para alimentar as mídias sociais. Mas sim que esse conteúdo é elaborado a partir de um processo criterioso de curadoria de informações que conversam diretamente com o perfil dos seguidores de cada associação. Para além da análise da mensagem compartilhada, observa-se que o ativismo digital contribui para a que o “ativismo off-line” seja praticado de forma mais consciente e responsável, pois está baseado no conhecimento adquirido das redes. Vale destacar que, muitas vezes, o conteúdo compartilhado

nos perfis é somente uma forma de despertar o interesse pela temática, a partir do qual o seguidor interessado deve buscar em outras fontes confiáveis (sites das associações, pesquisas científicas, entre outros) aprofundar seus conhecimentos.

As três formas de ativismo aqui não são excludentes, sendo no momento da categorização, foi preciso prezar pela predominância de uma ou outra categoria, pois é possível encontrar publicações que transitam entre categorias e subcategorias, afinal, o ativismo canábico deve ser visto como um todo, que se abre para vários ativismos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto sócio-histórico da relação entre a sociedade e a maconha que se vive hoje no Brasil, apesar de algumas mudanças ocorridas na última década, ainda ultrapassa um mero preconceito que as pessoas tenham sobre a planta. Percebe-se que há todo um complexo proibicionista que chancela e reproduz a interdição em torno da planta. Na busca pela regulamentação/legalização da planta, ativistas de diversas esferas sociais persistem na luta em prol do acesso à cannabis para os mais diversos fins (medicinais, terapêuticos, social, industrial, cultural, religioso e tantos outros).

Além de políticas proibicionistas, o movimento ainda precisa enfrentar representações sociais da cannabis que a remetem a um discurso envolvendo a criminalidade, a violência e o tráfico ilegal de drogas. É preciso ressaltar que o discurso proibicionista se pautou tanto no moralismo quanto num racismo científico que foi disseminado e acatado na esfera da ciência antes de chegar ao campo legislativo. Assim, a política internacional de proibição ou contenção de drogas acabou se pautando em critérios questionáveis, criando-se uma Guerra as Drogas que trouxe mais problemas sociais do que soluções.

Assim, o movimento antiproibicionista surge com o intuito de reverter essa situação, lutando inicialmente pela liberdade de escolha de quais substâncias ou produtos o sujeito pode ou deseja fazer uso, desde que tenha maturidade para fazer o uso consciente. Com o tempo o movimento se amplia para abraçar outras causas, mas, conforme aponta Brandão (2017), é o momento em que surge os movimentos maconhistas, não só no Brasil, como em outros países da América Latina e do mundo todo. Iniciado no seio dos movimentos estudantis no âmbito acadêmico das universidades na década de 1980, o ativismo canábico pode ter ficado restrito num primeiro momento, mas não se pode negar que ainda assim tinha sua importância, pois colocou o tema em debate e a cannabis retornou (mesmo que paulatinamente) à agenda de pesquisa (LANÇAS, 2008).

Apesar de enfrentar repressão, inclusive policial, principalmente em suas primeiras edições, o Movimento Marcha da Maconha é reconhecido e, até certo ponto, aceito na sociedade brasileira. Ao levar o tema para as ruas, o debate recebe visibilidade e torna públicas as motivações por traz de seu posicionamento que, diferente do que muitos acreditavam, vai além da legalização da planta, mas envolve motivações diversas, sendo que a entrada do fator medicinal na marcha certamente foi relevante para que a marcha passasse a ser vista com outros olhos. Afinal, quando as mães passaram a caminhar levantando a bandeira da “qualidade de vida” para seus filhos, a empatia pela causa aumenta consideravelmente.



O neotivismo da cannabis medicinal, como movimento canábico em prol do uso terapêutico, nasceu de um fenômeno de expertise leiga de mães e pacientes, que em prol da saúde, precisaram se apropriar do conhecimento científico e de experimentações rigorosamente documentadas para obter essa qualidade de vida, mesmo que tendo que fazer uso de substratos da cannabis importados ilegalmente. Os resultados dessa expertise leiga, assim como a pressão social por parte dessas famílias e demais ativistas canábicos, foi o principal fator que justificam os avanços já alcançados no que se refere à regulamentação da planta pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Contudo, diante da necessidade de se ampliar e democratizar o acesso ao tratamento, surgem as associações canábicas, como forma da população, como sociedade civil, se organizar e lutar por essas causas.

Tudo isso já havia sido documentado e analisado em estudos anteriores, mas é precioso nesta pesquisa para se compreender a que passo nos encontramos no momento de elaboração desta tese. A lacuna que se preenche com esse estudo é as transformações ocorridas o surgimento das associações, que hoje são mais de 40 em diversas localidades do Brasil. É válido dizer que essas organizações fortalecem o ativismo canábico tanto pela experiência do exemplo de seus fundadores e associados, quanto por contribuir para facilitar o acesso ao tratamento, mesmo que muitas vezes seja praticada a desobediência civil pacífica e organizada no ato de cultivo da planta, extração e distribuição do óleo da cannabis.

O atendimento dessas associações geralmente ocorre de forma presencial, na sede. Mas o primeiro contato costuma ocorrer por vias digitais, devido ao fato de que os possíveis associados costumam encontrar o contato pelo site ou perfil nas mídias sociais das organizações. Sendo assim, o site e, principalmente, as mídias sociais (*YouTube, Facebook, WhatsApp, Instagram, Twitter, etc.*) desempenham a dupla função de comunicar e gerar visibilidade para as associações frente à sociedade brasileira.

Nesta pesquisa, o foco se deu sobre os perfis no *Instagram* de três associações canábicas, a ACuCa (SP), a Ama+me (MG) e a Apepi (RJ). Essa mídia social é considerada pelos representantes a mais utilizada para contato com os seguidores. Algumas considerações devem ser feitas sobre a relação entre associações e sociedade mediada por essa mídia social. Em primeiro lugar, nem todo seguidor é associado, neste caso, como a associação está falando para um público diverso, mas com interesses em comum (obter informações sobre a cannabis), o ativismo praticado por essas organizações nas mídias sociais nem sempre contempla todas as vias de ação que são praticadas pelo ativismo presencial.

Isso significa que questões delicadas, sensíveis ou que demandam mais atenção e diálogo (acolhimento, apoio multiprofissional, consultas, etc.), mesmo em atendimentos

virtuais, ocorrem por meio de conversas privadas (direct, no *Instagram* ou em outras mídias, como *WhatsApp*, *Telegram*, e-mail, entre outros). Por essa razão, durante a análise dos perfis, algumas frentes do ativismo nem sequer foram caracterizadas.

Outro ponto a ser destacado é que cada associação possui um perfil particular e, por consequência, desenvolve suas próprias estratégias de comunicar com seus seguidores. De mesmo modo, o perfil da coletividade dos seguidores de cada associação também interage de forma distinta, o que reflete diretamente na forma de interação e engajamento. A Associação Cultural Cannábica de São Paulo (ACuCa) é formada em sua maioria por jovens ativistas, que desejam debater a cultura canábica e o uso da maconha mesmo que sem fins medicinais.

Neste caso, utilizam como estratégia de estar se fazendo presente em eventos externos, criando parcerias com outros ativistas, movimentos, coletivos e associações, e defendendo o uso com responsabilidade, colocando, sempre que possível, informações sobre redução de danos para o fumo da maconha.

O engajamento dos seguidores também é mais incisivo, principalmente no que tange questões polêmicas, como por exemplo o uso dos termos “usuário” ou “consumidor”, que gerou debate nos comentários por demarcar diferentes posicionamentos dentro do movimento. Claro que criar polêmica em cima de publicações acaba sendo característica de alguns seguidores pontuais. A maioria vem apoiar o trabalho da associação ou pedir mais informações sobre o assunto tratado.

No perfil da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+me) a estratégia já foi prezar mais para a divulgação de estudos, pesquisas e notícias que tratem do tema cannabis medicinal. A participação de membros da associação na mídia também se faz presente, principalmente no que tange a colaboração da associação ou de algum membro específico (geralmente o médico Leandro Ramires) em estudos científicos.

Outra estratégia utilizada, em menor quantidade, mas também representativa, é a utilização da imagem da cofundadora da Ama+me Juliana Paolinelli como exemplo de mãe e ativista. Juliana havia desempenhado desde a idealização e criação da associação, a função de acolhimento e contato com os associados. Ela é a referência citada pelas associadas entrevistadas. Tanto é que os comentários relacionados à sua saída da associação são marcados por sentimento de carinho e até mesmo amizade com a ativista, demonstrando que ela por si só foi o motivo para muitos se associarem.

A Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis (Apepi), por sua vez, traz um forte discurso de desobediência civil para o cultivo e produção do óleo. O apoio à marcha da maconha também se reflete em um número considerável de publicações. A presença da

fundadora Margarete Brito, assim como acontece com Juliana Paolinelli na Ama+me, também é recorrente, mas de forma distinta.

Margarete aparece participando de audiências públicas e também como mediadora ou debatedora em diversas *lives*, tanto da Apepi, quanto de outras organizações. Observa-se também que essa foi a associação que mais publicou no *Instagram*, com conteúdo produzido pela própria associação, mesmo durante a pandemia da Covid-19. Talvez por ter uma equipe mais robusta, talvez por seu perfil já ser de um ativismo digital mais participativo, a associação passou pelo por essa crise sem se abalar tanto, mantendo seus objetivos de informar e capacitar seus associados sobre a cannabis.

Assim, pode-se dizer que ao analisar o *Instagram* das associações, de certo modo, analisou-se um reflexo do dia-a-dia dessas organizações, mesmo que em um recorte temporal necessário para fins metodológicos. O grande diferencial deste estudo foi a oportunidade de acompanhar o desempenho e comportamento dessas associações diante de um momento de crise global causada pelo contexto da pandemia. Observa-se, a partir da rotina de publicações nas redes sociais, que cada uma das associações enfrentou a situação de forma particularizada.

A Apepi soube aproveitar o momento para investir no ativismo digital, por meio de *lives* semanais, dicas de filmes, criou uma forma de capacitação de cultivo poetizada e lúdica (#sigaasemente). A Ama+me buscou manter seu ritmo de postagens normal também com algumas dicas e compartilhamento de notícias, pelo menos durante o período do recorte dessa pesquisa, pois ao acompanhar o perfil nos meses subsequentes, verifica-se que após a saída de Juliana Paolinelli da associação, houve queda representativa no número de publicações, principalmente no ano de 2021. Ambas passaram por esses dois anos de pandemia com um número crescente de seguidores, a pesar das dificuldades enfrentadas.

A ACuCa aparentemente também manteve seu ritmo de publicações, de modo que não se observa diretamente uma relação entre as publicações e a queda no número de seguidores entre 2020 e 2022. A explicação dada pelos representantes está atrelada em partes as consequências da pandemia, que fez com que os encontros e “rodas” presenciais (considerados pelos associados o maior benefício oferecido pela associação) já não eram possíveis. Mas o principal motivo pela redução dos associados e, conseqüentemente, seguidores consiste na troca de gestão, que gerou divergências diversas entre parte dos associados que já não concordavam com a forma como a associação estava sendo gerida.

Essa tese demonstra que as mídias sociais das associações tanto para divulgação de conhecimentos, quanto para a capacitação das pessoas a respeito do ativismo canábico. A divulgação contribui para a conscientização sobre os usos e benefícios da planta, ao mesmo

tempo que gera visibilidade para a organização e o movimento canábico como um todo. Com isso, é possível ressignificar não somente um substrato medicinal, como ocorreu com o Canabidiol (CBD) entre 2014 e 2015, que deixou de ser uma substância ilícita para ser classificado como medicamento de uso e comercialização controlados no Brasil. A luta busca avançar e ampliar esse acesso, para que mais pessoas possam alcançar a qualidade de vida proporcionada pela Cannabis, essa planta medicinal milenar.

A maior contribuição dessa tese foi identificar as características dessa nova fase do ativismo associativista canábico, ao qual nomeamos neoativismo da cannabis terapêutica. Identificou-se que há nesse fenômeno diversos discursos e posicionamentos que buscam se unir sob a ótica de que toda cannabis é terapêutica, apesar de haver subgrupos que defendem o uso medicinal mais purificado enquanto outros lutam pela produção artesanal. Fato que essa união da sociedade civil organizada tem sido responsável pelos avanços alcançados na sociedade brasileira, mesmo frente à omissão do Estado na maioria dos casos.

Por outro lado, os resultados desse estudo abriram novos questionamentos, como fato de que essas associações agem como facilitadoras do acesso à planta e seus derivados, no entanto, não se conseguiu identificar, por exemplo, se essas mesmas organizações dão conta de suprir a demanda de comunidades menos favorecidas, como as regiões de favelas, por exemplo, onde se observa maior incidência de atos de violência contra a juventude negra e usuários de maconha. Outra questão está associada ao fato de que hoje há maior diversificação de produtos à base da maconha no mercado. No caso de um futuro onde a planta seja legalizada, ou mesmo regulamentada sua venda, a preços acessíveis, qual seria o futuro dessas associações, pensando que, de certo modo, hoje essas detêm um nicho de mercado. Acreditamos que as associações não serão extintas, mas sim, passaram por uma transformação nos seus objetivos, como todo movimento social que se reinventa com o passar do tempo, passando a rever suas causas adequando-as às novas necessidades que surgem a cada dia.

Para pesquisas futuras e sugestão para pesquisadores que se interessam por analisar os perfis das associações, destaco que essa é uma lacuna que se abre para diversos estudos, tanto em relação às associações, quanto em relação às demais mídias sociais disponíveis. Porém, alerta para a dificuldade de se coletar e administrar esses dados, visto que as ferramentas e softwares de coleta de APIs já não funcionam. Para finalizar, recordo a injusta censura que a Apepi sofreu em setembro de 2022, tendo seu perfil do *Instagram* removido pela plataforma. A associação conseguiu recuperar a conta em poucos dias, mesmo assim, reforço que me solidarizo com a associação que vem realizando um ativismo digital com conteúdo relevante

para a sociedade, de interesse público, que em momento algum causava constrangimento ou feria a dignidade de seus seguidores ou demais membros da plataforma.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Divulgação científica: Informação científica para cidadania. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 25, n. 3, 1996. DOI: 10.18225/ci.inf.v25i3.639. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/639>. Acesso em: 10 set. 2022.

ALBUQUERQUE, R. **Associativismo, capital social e mobilidade**: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal. Lisboa: ACIDI, 2013.

ALMEIDA, C.; LÜCHMANN, L.; RIBEIRO, E. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 8, p. 237–263, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1995>. Acesso em: 11 nov. 2022.

AMARAL, I. **Redes Sociais na Internet**: Sociabilidades Emergentes. Covilhã: LabCom.IFP, 2016.

AMARAL, B. P.; TOROSSIAN, S. D. Drogas, o que são? Por que usamos? Por que devemos repensá-las? In: ALEXANDER, B. K.; MERHY, E. E.; SILVEIRA, P. **Criminalização ou acolhimento?**: políticas e práticas de cuidado a pessoas que também fazem o uso de drogas. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. p. 112-130. (Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde). Disponível em: <https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/2474-Criminalizacao-ou-acolhimento-Completo.pdf#page=109>. Acesso em: 19 out. 2021.

ARAGÃO, F.; FARIAS, F.; MOTA, M.; FREITAS, A. Curtiu, comentou, comprou. A mídia social digital Instagram e o consumo. **Revista Ciências Administrativas**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 130-161, 28 mar. 2016. Fundação Edson Queiroz. <http://dx.doi.org/10.5020/2318-0722.2016.v22n1p130>.

AZEVEDO, G.; CRUZ, J. H. T. Proibição, descriminalização e legalização: alternativas de enfrentamento à crise do proibicionismo. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 1, n. 7, p. 104-118, abr. 2015.

AZIZE, R. L.; SILVA, M. B. Patologização, penalização e politização das drogas no documentário “Illegal: a vida não espera”. In: 39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpocs, 2015. p. 1-15. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gt37/9793-patologizacao-penalizacao-e-politizacao-das-drogas-no-documentario-ilegal-a-vida-nao-espera/file>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BACKES, Michael. **Cannabis Pharmacy: the practical guide to medical marijuana**. The Practical Guide to Medical Marijuana. Londres: Hachette UK, 2017. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hBMaCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=info:4ur-rZyPmVcJ:scholar.google.com/&ots=Yqqu6MhRLb&sig=0K09a8EFVN7tdLtukR\\_pkxSRVb4#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hBMaCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=info:4ur-rZyPmVcJ:scholar.google.com/&ots=Yqqu6MhRLb&sig=0K09a8EFVN7tdLtukR_pkxSRVb4#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 11 mar. 2020.

BARROS, A.; PERES, M. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. **Revista Periferia**, S.L., v. 3, n. 2, p. 1-20, jan. 2011.

BASTOS, A. D. A.; ALBERTI, S. Do paradigma psicossocial à moral religiosa: questões éticas em saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 285-295, jan. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020261.25732018>.

BASTOS, F. I. **III Levantamento Nacional sobre uso de Drogas pela População Brasileira: documentação complementar II: versão janeiro de 2019**. S.L: Laboratório de Informação em Saúde (LIS) Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT) Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2019. 17 p. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34614/4/III%20LNUD%20Suplemento\\_II.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34614/4/III%20LNUD%20Suplemento_II.pdf). Acesso em: 18 set. 2021.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A.. Framing Processes and Social Movements: an overview and assessment. **Annu. Rev. Sociol.**, S.L., v. 26, n. 1, p. 611-639, jan. 2000.

BENTES, A. A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir. In: POLIDO, F.; ANJOS, L., et al (Ed.). **Políticas, Internet e Sociedade: IRIS – Instituto de Referência em Internet e Sociedade**, 2019.

BERTOLINI, J. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, [S. l.], v. 18, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/15937>. Acesso em: 28 out. 2022.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/288882472\\_Aprendendo\\_a\\_entrevistar\\_Como\\_fazer\\_entrevistas\\_em\\_Ciencias\\_Sociais](https://www.researchgate.net/publication/288882472_Aprendendo_a_entrevistar_Como_fazer_entrevistas_em_Ciencias_Sociais). Acesso em: 11 nov. 2022.

BRAND, E. J.; ZHAO, Z. Cannabis in Chinese Medicine: Are Some Traditional Indications Referenced in Ancient Literature Related to Cannabinoids?. **Frontiers In Pharmacology**, [s.l.], v. 8, p.1-11, 10 mar. 2017. Frontiers Media SA. <http://dx.doi.org/10.3389/fphar.2017.00108>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fphar.2017.00108/full>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. **Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha..** 2017. 411 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco; École Des Hautes Études En Sciences Sociales, Recife, 2017.

BRANDÃO, Marcílio. Do lugar de maconheiro ao corredor dos movimentos sociais: a marcha da maconha em recife. **Teoria e Cultura**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 74-91, 5 nov. 2020. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.34019/2318-101x.2020.v15.29334>.

BRASIL (2006). Lei nº 11343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, 2006.

- BROWN, Z.; MCCORMICK M.; MORELLO-FROSCH, A. Embodied health movements: new approaches to social movements in health. **Sociol Health Illn.** [S.L.], v. 26, n. 1, p. 50-80, 2004.
- BRUCKI, S. M. D.; et al.. Cannabinoids in Neurology – Position paper from Scientific Departments from Brazilian Academy of Neurology. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, v. 4, n. 79, p. 354-369, abril 2021.
- CAMPOS, N. **O remédio vem de uma planta que eu não posso plantar**: mobilização e articulação pelo uso terapêutico da maconha na paraíba. 2019. 312 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- CARLINI, E. A. A história da maconha no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, [S.L.], v. 55, n. 4, p. 314-317, 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0047-20852006000400008>.
- CARLINI, E. A.. Simpósio Internacional da Canábis Medicinal – Histórico. **Boletim Maconhabras** n°2, 2014. In: <https://www.cebrid.com.br/wp-content/uploads/2014/10/Boletim-Maconhabr%C3%A1s-No.-02.pdf>
- CARNEIRO, H. **Drogas: A História do Proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- CARNEIRO, H. A fabricação do vício. In: ALEXANDER, B. K.; MERHY, E.; SILVEIRA, P. **Criminalização ou acolhimento?**: políticas e práticas de cuidado a pessoas que também fazem o uso de drogas. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. p. 215-240. (Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde). Disponível em: <https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/2474-Criminalizacao-ou-acolhimento-Completo.pdf#page=109>. Acesso em: 19 out. 2021.
- CARVALHO, V. M.; BRITO, M. S.; GANDRA, M.. Mães pela cannabis medicinal em um Brasil aterrorizado entre luzes e fantasmas. **Fórum Sociológico**, [S.L.], n. 30, p. 57-66, 29 nov. 2017. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/sociologico.1747>.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros.
- CASTRO, G. G. Entretenimento, Sociabilidade e Consumo nas Redes Sociais: cativando o consumidor-fã. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 133-140, 31 ago. 2012. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/fem.2012.142.07>.
- CAVALCANTI, D. B.; JARDELINO, F.; NASCIMENTO, R. Ativismo digital no Brasil contemporâneo. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 6, n. 7, p. 42556-42570, jul. 2020. Brazilian Journal of Development. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n7-029>
- CERQUEIRA, C.. **Associativismo, participação e comunicação**: dilemas e desafios. Communitas Think Tank – Ideias, 2019. Disponível em: <http://www.communitas.pt/ideia/associativismo-participacao-e-comunicacao-dilemas-e-desafios>. Acesso em: 16 set. 2022.
- CINTRA, C. H. M. O uso medicinal da cannabis e o conflito entre direitos e normas. **Revista Juris Uniletoledo**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 127-142, jan. 2019. Disponível em: <http://www.ojs.toledo.br/index.php/direito/article/view/3113/440>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- COLLINS, H.; EVANS, R.. **Rethinking Expertise**. Chicago And London: The University Of Chicago Press, 2002.



COLPANI, J. R.; SANTIAGO, M. E.; ALEXANDRE, H. G.. O Proibicionismo E Os Movimentos Sociais De Resistência. In: 16° Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais, 16., 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2019. p. 1-12. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/309/308>. Acesso em: 26 out. 2021.

COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. **GUERRA ÀS DROGAS**: relatório da comissão global de políticas sobre drogas. 2011. 24 p. Disponível em: [http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/themes/gcdp\\_v1/pdf/Global\\_Commission\\_Report\\_Portuguese.pdf](http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/themes/gcdp_v1/pdf/Global_Commission_Report_Portuguese.pdf). Acesso em: 11 set. 2021.

CORRÊA, E. S.; BERTOCCHI, D.. O algoritmo curador: o papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica de informação. In: Encontro Anual Da Compós, 21., 2012, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: Compós, 2012. p. 1-15. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2852/Elizabeth%20Saad%20Corr%C3%AAa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jul. 2022.

CORRÊA, L. T. et al. Revisão Bibliográfica Sistemática – Sistema de Endocanabinoides Tendências de Uso na Farmacologia. **Brazilian Journal Of Forensic Sciences, Medical Law And Bioethics**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.146-167, 2020. Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics. [http://dx.doi.org/10.17063/bjfs9\(2\)y2020146](http://dx.doi.org/10.17063/bjfs9(2)y2020146).

COSTA, N. G.. Os processos de regulamentação do uso medicinal e terapêutico da maconha no Brasil: uma análise em torno do status legal da cannabis. **Revista Campo Minado: Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 174-199, jun. 2022.

DATASENADO. **Uso Medicinal da Cannabis**. Brasília: Secretaria de Transparência, 2019.

DINIZ, J. P. S.; SOUZA, V. A. D. O uso do canabidiol no tratamento de Parkinson. **Revista Saúde em Foco**, n. 12, p. 311-323, 2020.

DUARTE, 2004

EPSTEIN, Steven. The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. **Science, Technology & Human Values**, v. 20, n. 4, p. 408-437, 1 out. 1995.

ESCOHOTADO, Antonio. **O livro das drogas**: usos e abusos, preconceitos e desafios; tradução Carlos D. Szlak. São Paulo: Dynamis Editorial, 1997.

FERREIRA, S. Liberação da maconha. **Revista Bioética**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 431-436, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422017253000>.

FIGUEIREDO, E. N.; OTERO, L. Entre a criminalidade e a constitucionalidade: o cultivo e produção de cannabis para fins terapêuticos. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM. **Boletim**, n. 286, Set. 2016. Disponível em: [https://arquivo.ibccrim.org.br/boletim\\_artigo/5834-Entre-a-criminalidade-e-a-constitucionalidade-o-cultivo-e-producao-de-cannabis-para-fins-terapeuticos](https://arquivo.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5834-Entre-a-criminalidade-e-a-constitucionalidade-o-cultivo-e-producao-de-cannabis-para-fins-terapeuticos). Acesso em 11 nov. 2022.

FIGLIORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estudos CEBRAP**, p. 9-21, 2012.

FIRMINO, C.E.; QUEIROZ, I.S.. O Prazer como Alívio do Sofrimento: a via da droga ou a saída pela razão?. **Revista de Psicologia da Imed**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 253-259, 30 dez. 2009. Complexo de Ensino Superior Meridional S.A.. <http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v1n2p253-259>.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAGA, P. C. P. A Geopolítica das Drogas na América Latina. **REVISTA em Pauta**, v. 19, p. 67-88, 2007.

FRANÇA, D. G.; OLIVEIRA, C. R. A. D. DIREITO À SAÚDE: o uso medicinal do canabidiol. 8º Pesquisar. [S.l.]: Faculdade Alfredo Nasser. 2020. p. 1-9.

FUNES, Gilmara; FUNES, Andrei Mohr. A DESOBEDIÊNCIA CIVIL. **Revista Jurídico**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-1, jan. 2019. Disponível em: <http://cursojuridico.com/revistajuridico/index.php/REVJUR/article/view/11>. Acesso em: 11 nov. 2022.

GABARDO, E.; CABRAL, R. M. Autorização para uso de medicamentos com princípios ativos proscritos no Brasil. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 473-515, Agosto 2020.

GARCIA, M. A desobediência civil como defesa da Constituição. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 11-28, dez. 2003. Disponível em: <http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/viewFile/36/36>. Acesso em: 11 nov. 2022.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. Movimento Social. In: GIDDENS, A.; SUTTON, P. W.. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. p. 372-377. Tradução de Cláudia Freire.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

GOHN, M. G. M. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOHN, M. G. M. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, mai-ago. 2011.

GONTIÈS, Bernard; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica. **Mneme**: Revista de humanidades, Caicó-RN, v. 7, n. 4, p. 47-63, mar. 2003. Semestral.

GORDON, Lucas. Paralelos entre a Curadoria de Conteúdo em Redes Sociais e a Gestão do Conhecimento. **Hfd**, S.L., v. 3, n. 5, p. 147-157, jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/hfd/article/view/5164/4131>. Acesso em: 21 jul. 2022.

GUIDO, Paulo Cáceres *et al.* Medicinal cannabis in Latin America: history, current state of regulation, and the role of the pharmacist in a new clinical experience with cannabidiol oil. **Journal Of The American Pharmacists Association**, [S.L.], v. 60, n. 1, p. 212-215, jan. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.japh.2019.09.012>.

**Helman, C.G. Culture, Health and Illness An Introduction for Health Professionals**. 3. Ed., Butterworth-Heinemann Ltd., Oxford, (1994).

JOYCE, M. C. ‘**Activism Success: A Concept Explication**’. A thesis submitted in partial fulfillment of the requirements of the degree of Master of Arts, University of Washington, 2014.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 18, n. 53, p. 131-142, out. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092003000300008>.

LANÇAS, Vinicius Ramos. **De Usuário a Ativista: o movimento anti-proibicionista através da marcha da maconha no brasil**. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/205972/PSOP0642-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 nov. 2022. LANIER, 2018;

LIMA, L. M. C. Drogas e Sociedade: questionando a proibição e combatendo o preconceito a luz do conhecimento científico. In: FAVARETTO, Bruno Garcia Simões; MARSON, Poliana Guerino (org.). **Drogas: o que sabemos sobre?**. Curitiba: Appris, 2021. p. 49-74. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=MX1GEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT39&dq=%22marcha+das+favelas%22&ots=8p9CZKgcLi&sig=BgTh7La4Gg2cl\\_W98Ie2-ftaf6w#v=onepage&q=%22marcha%20das%20favelas%22&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=MX1GEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT39&dq=%22marcha+das+favelas%22&ots=8p9CZKgcLi&sig=BgTh7La4Gg2cl_W98Ie2-ftaf6w#v=onepage&q=%22marcha%20das%20favelas%22&f=false). Acesso em: 16 jun. 2022.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcanti. O problema das drogas no Brasil: revisão legislativa nacional. **Libertas**, Juiz de Fora - Mg, v. 4, n. 1, p. 102-123, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18199/9450>. Acesso em 13 ago. 2020.

LOPES, M. A. A. Entre a pesquisa, a prescrição e a judicialização da Cannabis no Brasil: um olhar exploratório. 2019. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 29, n. 85, p. 159-178, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092014000200011>.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 84, p. 141-174, 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452011000300006>.

LUNARDON, J. A. Maconha, Capoeira e Samba: a construção do proibicionismo como uma política de criminalização social. In: I Seminário Internacional De Ciência Política, 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. p. 1-18. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/LUNARDON-J.->

Maconha-Capoeira-e-Samba-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-proibicionismo-como-uma-pol%C3%ADtica-de-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-social.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados. In; BAPTISTA, M. et al. **Drogas e Pós-modernidade: faces de um tema proscrito**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2003.

MAIA, R. C. M. Internet e esfera pública: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p.47-91.

MALINI, F.; ANTOUN, H.. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANGAS, C.; FREIRE, C.; SANTOS, O. ProLearn4ALL Maletas Pedagógicas para TODOS: estratégias e metodologias de avaliação qualitativa. **Atas - Investigação Qualitativa em Educação**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 720-728, jan. 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1700/1652>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MARTIN, B. Activism, social and political. In: ANDERSON, G. L.; HERR, K. G. (Orgs.), **Encyclopedia of Activism and Social Justice**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007.

MARTINS, A.P.V. Disciplina e piedade: o movimento feminino católico brasileiro no começo do século XX. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, ano X, n. 26, set./dez. 2016.

MAZETTI, H. M. Ativismo midiático, redes sociais e novas tecnologias de informação e comunicação. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 12., 2007, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: Intercom, 2007. p. 1-14. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/r0688-2.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MEINEM, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios: De cooperativa de crédito a principal instituição financeira do associado**. Editora Confedbrás, 2014.

MEYERE, Damien de. Identification Metrics Regarding Lay Expertise in Online Health Communities . In: CORDELIER, Benoit; GALIBERT, Olivier (ed.). **Digital Health Communications**. Volume 5. London: Iste Ltd And John Wiley & Sons, Inc., 2021. p. 175-194.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Brasília, 1998.

MORAES, D. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MOREIRA, M. R.; CARVALHO, A. I.; RIBEIRO, J. M.; FERNANDES, F. M. B. Agendas democráticas para o século XXI: percepções dos(as) brasileiros(as) sobre descriminalização e

legalização da maconha. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 40, n. , p. 163-175, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042016s14>.

MÜLLER, N. A representação do conceito de ativismo nos programas de informação dos canais de serviço público de televisão em Portugal. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, [S.L.], n. 36, p. 40-71, 30 jun. 2019. Instituto Superior Miguel Torga. <http://dx.doi.org/10.31211/interacoes.n36.2019.a2>.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra: Revista do mundo negro**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 41-49, jan. 2011. Disponível em: [https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/afrodi\\_spora\\_-\\_volume\\_6\\_e\\_7?embed\\_cta=embed\\_badge&embed\\_context=embed&embed\\_domain=ipeafro.org.br&utm\\_medium=referral&utm\\_source=ipeafro.org.br&embed\\_id=9312919%2F5957757](https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/afrodi_spora_-_volume_6_e_7?embed_cta=embed_badge&embed_context=embed&embed_domain=ipeafro.org.br&utm_medium=referral&utm_source=ipeafro.org.br&embed_id=9312919%2F5957757). Acesso em: 23 set. 2022.

OLIVEIRA, E. M. *et al.* Esperança x sofrimento nas mídias sociais: o que motiva seguidores do instagram a seguir a temática câncer?. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.L.], v. 13, n. 4, p. 784-802, 20 dez. 2019. Instituto de Comunicacao e Informacao Cientifica e Tecnologica em Saude. <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v13i4.1776>.

OLIVEIRA, L. L.; RIBEIRO, L. R. Direitos Humanos e o acesso à maconha medicinal para fornecimento gratuito de medicamentos pelo SUS: um estudo de caso da Ação Civil Pública nº 0802271-83.2015.4.05.8200. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 6, n. 2, 22 ago. 2019.

OLIVEIRA, F. S. R. **Maconheirinhos**: cuidado, solidariedade e ativismo de pacientes e seus familiares em torno do óleo de maconha rico em anabidiol (CBD). 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

OLIVEIRA, M. B. A regulamentação do canabidiol no Brasil: como nasce a expertise leiga. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 190-204, 2017.

OLIVEIRA, M. B. **O Medicamento Proibido**: Como um derivado da maconha foi regulamentado no Brasil. 2016. 313 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Divulgação Científica e Cultural, Unicamp, Campinas - SP, 2016.

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. São Paulo: Zahar, 2012. Tradução de Diego Alfaro. Disponível em: <https://lereumvicio.files.wordpress.com/2016/06/o-filtro-invisivel-eli-pariser.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PENHA, E. M.; CARDOSO, D. D. S.; COELHO, L. P.; BUENO, A. M.. A regulamentação de medicamentos derivados da Cannabis sativa no Brasil. **Brazilian Journal Of Forensic Sciences, Medical Law And Bioethics**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 125-145, 2019. Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics. [http://dx.doi.org/10.17063/bjfs9\(1\)y2019125](http://dx.doi.org/10.17063/bjfs9(1)y2019125).

PEREIRA, C. C. Q. **Sobre a participação das associações de pacientes na construção do conhecimento sobre saúde**: o caso das doenças raras. 2015. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em:

<<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/17094/1/Camila%20Claudiano%20Quina%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PEREIRA, N. S. G. **A cura do câncer na perspectiva discursiva: o caso da vespa "Paulistinha"**. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. Disponível em: <https://ppgletras.ufv.br/wp-content/uploads/2016/04/Dissertacao-Final-Nayara-Pereira.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

POLICARPO, F. Compaixão canábica: as dimensões simbólicas e políticas no manejo da dor e do sofrimento no Brasil. **Revista Ingesta**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-52, mar. 2019.

POLICARPO, F.; VERÍSSIMO, M.; FIGUEIREDO, E. A "fumaça do bom direito": demandas pelo acesso legal à maconha na cidade do Rio de Janeiro. **Platô: Drogas e Políticas**, v. 1, p. 7-38, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12070>. Acesso em 11 nov. 2022.

PONTAROLLI, A. L. **Drogas: crise paradigmática e alternativas ao modelo proibicionista**. 2019. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Centro Universitário Internacional- Uninter, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/538/ANDRE%20PONTAROLLI%20para%20Arquivo%20UNINTER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2022.

PRADO, Monique. Políticas de Segurança Pública e o impacto das “secas da maconha” na saúde dos consumidores durante a pandemia do SARS-CoV-2. **Revista Campo Minado**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 53-74, jul. 2021.

QUADROS, A. J.; SILVA, M. I. F. C. Proibicionismo e (des)proteção social: reflexões sobre os paradoxos da relação entre estado e associações cannábicas. **O Social em Questão**, [S.L.], v. 4, n. 54, p. 329-350, 1 set. 2022. Faculdades Católicas. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.osq.60398>.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet** Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

RESENDE, P. E. R.; BRANCALEONE, C. Apresentação dossiê: ativismo digital. **Sinais**, Vitória, v. 2, n. 23, p. 53-57, dez. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/29037>. Acesso em: 29 set. 2022.

REZENDE, D.; PEREIRA, J. Audiências públicas sobre cannabis/maconha na Câmara dos Deputados brasileira, 1997-2020. In: 44º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Anpocs, 2020. p. 1-23. Disponível em: [https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjE6ImJycyM2IjYmUyYjQ4MTgzYTg5ODA2NTk1YzFkNTlkIjt9&am;ID\\_ATIVIDADE=138](https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjE6ImJycyM2IjYmUyYjQ4MTgzYTg5ODA2NTk1YzFkNTlkIjt9&am;ID_ATIVIDADE=138). Acesso em: 21 abr. 2021.

RIBEIRO, A. C. Homeschooling e controvérsias: da identidade à pluralidade : o drama da socialização. **Praxis Educativa**, [S.L.], v. 15, p. 1-22, jan. 2020. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.14775.034>

RODRIGUES, A. P. L. S.; LOPES, I. S.; MOURÃO, V. L. A. “Ninguém está falando em liberação da droga”: resignificação da maconha nos programas matinais das redes globo e record. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 1-12, 9 fev. 2021. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12344>.



ROLDÃO, M. A. S. **O que leva os utilizadores das redes sociais a partilhar e a publicar?: um estudo comparativo: facebook e instagram.** 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Marketing, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra (Portugal), 2017. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/84694/1/Dissertac%cc%a7a%cc%83o%20Marta.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

RONZANI, T. M.; NOTO, A. R.; SILVEIRA, P. S. **Reduzindo o estigma entre usuários de drogas.** Juiz de Fora: Editora Uffj, 2015. Disponível em: [https://www.ufjf.br/crepeia/files/2014/05/MIOLO\\_Reduzindo-o-Estigma\\_ED-ATUALIZADA-baixa.pdf](https://www.ufjf.br/crepeia/files/2014/05/MIOLO_Reduzindo-o-Estigma_ED-ATUALIZADA-baixa.pdf). Acesso em: 11 nov. 2022.

RYBKA, L. N.; NASCIMENTO, J. L.; GUZZO, R. S. L. Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 99-109, mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000100010>.

SANTOS, F. C. Política de drogas: “não se trata mais se legalizar, mas quando e como!”. **REA**, Salamanca, n. 2, p. 104-112, jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/2387-1555/article/view/18848/19038>. Acesso em: 25 out. 2021.

SEBASTIÃO, S. P.; ELIAS, A. C. O ativismo like: as redes sociais e a mobilização de causas. **Revista Sociedade e Cultura**, 2012.

SHARP, G. **Waging nonviolent struggle.** Boston, MA: Porter Sargent, 2005.

SILVA, A. S.; DEUS, A. A. Comportamentos do consumo de haxixe e saúde mental em adolescentes: estudo comparativo. **Revista Análise Psicológica**, v. 2, n. 23, p. 151-170, 2005.

SILVA, C. R. M.; TESSAROLO, F. M.. Influenciadores Digitais e as Redes Sociais Enquanto Plataformas de Mídia. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016. p. 1-14. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2104-1.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SILVA, G. M.; MARQUES, V. P. Ativismo judicial: instrumento assecuratório do direito fundamental à saúde através do acesso ao canabidiol. **Boletim Conteúdo Jurídico**, S.l., 28 abril 2018. 131-157. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/open-pdf/cj590612.pdf/consult/cj590612.pdf#page=102>>. Acesso em: 20 janeiro 2022.

SILVA, L. L. A. Memórias de uma ativista. **Revista Inter-Legere**, n. 15, p. 257-263, dez. 2014.

SILVESTRIN, M. L. “Maconheiro tem problema de memória”: história do movimento pró legalização da cannabis no brasil. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 27., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-13. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300970373\\_ARQUIVO\\_PaperMauroLeno-SimpósioTemático16.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300970373_ARQUIVO_PaperMauroLeno-SimpósioTemático16.pdf). Acesso em: 11 nov. 2022.

SCHOLTZ, Trebor; SCHNEIDER, Nathan. **Ours To Hack and Own: The Rise of Platform Cooperatives**. 2016.

SOUZA, J.E.L.S. **Sonhos da diamba**: controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano [online]. Salvador: EDUFBA: CETAD/UFBA, 2015, 263 p. Drogas: clínica e cultura collection. ISBN: 978-85-232-2023-5. <https://doi.org/10.7476/9788523220235>.

SOUZA, W. F.; VALIENGO, C. B.; CEZAR, I. F.. Disputas simbólicas e movimentos sociais contemporâneos: o caso da marcha da maconha. In: I Encontro Nacional De Ensino E Pesquisa Do Campo De Públicas (ENEPCP), 2014, UFCA. **Anais [...]**. Juazeiro do Norte (CE): UFCA, 2014. p. 1-20. Disponível em: [https://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20161128174610\\_st\\_10\\_wanderson\\_felicio\\_de\\_souza.pdf](https://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20161128174610_st_10_wanderson_felicio_de_souza.pdf). Acesso em: 29 out. 2021.

SURJUS, Luciana Togni de Lima e Silva et al. Levantamento do perfil de Associações Canábicas no Brasil: resultados preliminares. In: ZANATTO, Rafael Morato (org.). **Introdução ao associativismo canábico**. São Paulo: Disparo Comunicação e Educação - Ibccrim - PBPD, 2020. p. 86-101.

TANUS, G.F.S.C.; SILVA, I. C. O. **Cartilha**: curadoria para bibliotecários(as). [recurso eletrônico]. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/47577>. Acesso em 21 jul. 2022.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático; tradução Eduardo Brandão; prefácio, bibliografia e cronologia François Furet. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2804534/mod\\_resource/content/0/tocqueville\\_a-democracia-na-america-vol-1.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2804534/mod_resource/content/0/tocqueville_a-democracia-na-america-vol-1.pdf). Acesso em 16 set. 2022.

TOURAINÉ, Alain; THURLER, Ana Liési. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 17-28, abr. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922006000100003>.

UNODC RESEARCH. **DRUG MARKET TRENDS**:: cannabis opioids. In: UNODC RESEARCH. **World drug report 2021**. Sales: United Nations Publication, 2021. Cap. 3. p. 1-125.

VALENÇA, T. **Consumir e ser consumido, eis a questão!** (parte II) outras configurações entre usuários de drogas numa cultura de consumo. Salvador/BA. Tese de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2010.

VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas** -- 3. ed. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

VASCONCELOS FILHO, José Marques de; COUTINHO, Sérgio. **O ativismo digital brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Adamo, 2016. (Coleção O Que Saber). Disponível em:



<https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/194/Ativismo-digital-WEB-1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 set. 2022.

VÉLEZ, Luis Rivera. Mothers as Pot Legalizers: from illegality to morality in medical use of cannabis in latin america. In: POLESE, Abel; RUSSO, Alessandra; STRAZZARI, Francesco. **Governance Beyond the Law: the immoral, the illegal, the criminal**. Cham (Suíça): Palgrave Macmillan, 2019. p. 85-103. (International Political Economy Series).

VERMELHO, Sônia Cristina *et al.* Refletindo sobre as redes sociais digitais. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 35, n. 126, p. 179-196, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302014000100011>.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi (Rio de Janeiro)**, [S.L.], v. 9, n. 16, p. 117-136, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x009016005>.

WARREN, M. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University, 2001.

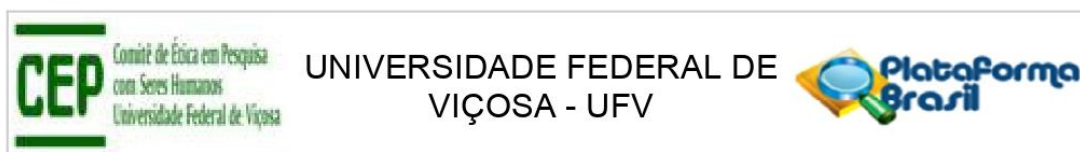
WYNNE, Brian. May the sheep safely graze?: a reflexive view of the expert-lay knowledge divide. In: IRWIN, Alan; WYNNE, Brian (ed.). **Misunderstanding Science?: the public reconstruction of science and technology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 44-83.

ZANATTO, R. M. Associativismo Canábico: passado, presente e futuro. In: ZANATTO, R. M. (org.). **Introdução ao associativismo canábico**. São Paulo: Disparo Comunicação e Educação - Ibccrim - Pbpd, 2020. Cap. 4. p. 23-42. Disponível em: <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Introduc%CC%A7a%CC%83o-ao-Associativismo-Cana%CC%81bico.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

ZUARDI, Antonio Waldo. History of cannabis as a medicine: a review. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [s.l.], v. 28, n. 2, p.153-157, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-44462006000200015>. Disponível em: <http://www.SciELO.br/pdf/rbp/v28n2/29785.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

Modelos disponíveis em [UFV 2019 - Manual de trabalhos academicos](#).

## ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Conhecimento científico e expertise leiga: a mediação do uso medicinal da Cannabis spp. nas redes sociais

**Pesquisador:** Ivonete Lopes

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 30910520.8.0000.5153

**Instituição Proponente:** Departamento de Economia Rural

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.092.931

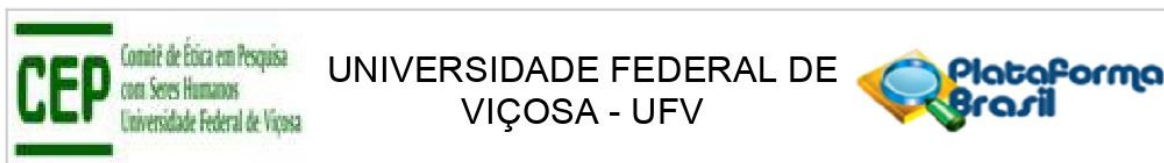
#### Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente às Áreas Temáticas: Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

Conforme resumo apresentado no formulário online da Plataforma:

O debate público sobre a produção e o uso medicinal de substâncias derivadas da Cannabis spp. vem recebendo mais visibilidade na sociedade brasileira nos últimos anos. A última atualização no que tange a legalização do acesso à substância se deu a partir da decisão da Anvisa sobre a liberação da venda desses produtos em farmácias mediante apresentação de receita médica no final de 2019. Este foi um pequeno passo, mas ainda há muito a ser debatido e alcançado pelos ativistas desta causa. Tendo em vista que as redes sociais têm sido muito utilizadas no compartilhamento de informações sobre o tema, busca-se analisar como diferentes coletivos em prol da Cannabis compartilham conhecimento produzido sobre o canabidiol por meio das redes sociais (Facebook e Instagram) a fim de identificar traços de conhecimento científico e expertise leiga sobre o acesso, a produção e o uso do canabidiol no tratamento dos diversos casos clínicos. Pretende-se atingir esse objetivo por meio da combinação dos métodos de Netnografia, entrevistas e Análise de Conteúdo.

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.092.931

### **Objetivo da Pesquisa:**

De acordo com os pesquisadores,

#### Objetivo primário:

Analisar como diferentes coletivos em prol da Cannabis compartilham conhecimento produzido sobre o canabidiol por meio das redes sociais (Facebook e Instagram) a fim de identificar traços de conhecimento científico e expertise leiga sobre o acesso, a produção e o uso do canabidiol no tratamento dos diversos casos clínicos.

#### Objetivos secundários:

- Produzir uma reflexão sobre os usos da Cannabis a partir de um levantamento bibliográfico;
- Investigar a mediação dos perfis das associações no Facebook e Instagram como ferramenta de produção, compartilhamento e troca de conhecimento sobre o canabidiol;
- Comparar a produção, compartilhamento e troca de conhecimento sobre o canabidiol nas redes sociais dos diferentes perfis dos coletivos brasileiros e argentinos;
- Analisar o posicionamento público, em redes sociais, dos diferentes coletivos em relação ao conhecimento científico e tradicional envolvendo a cannabis e o canabidiol.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

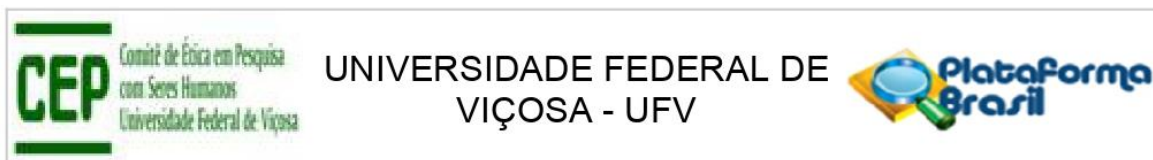
Os pesquisadores apresentam no formulário online da Plataforma os seguintes Riscos:

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em cansaço ao responder às perguntas e possível constrangimento em determinados assuntos. Para minimizar estes riscos, buscamos preparar um roteiro de entrevista com poucas perguntas. As perguntas foram estruturadas para obter informações gerais sobre a experiência do voluntário com o conhecimento e as redes sociais, sem invadir a privacidade do participante. Além disso, se ainda se sentir constrangido em qualquer momento, o participante pode optar por não responder ao questionamento.

#### e os seguintes Benefícios:

A pesquisa contribuirá para a divulgação da ciência e popularização do conhecimento sobre a Cannabis medicinal. Para as ONGs e associações, oferecemos a oportunidade de divulgar e promover o trabalho e ativismo. Para todos os participantes, oferecemos acesso a informações mais precisas em relação ao conhecimento em circulação sobre a Cannabis medicinal e seus derivados.

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.092.931

**Avaliação:**

Sem considerações adicionais.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Os pesquisadores propõem a realização de um estudo que combina diversos procedimentos metodológicos na análise da produção e do compartilhamento do conhecimento sobre os usos medicinais da Cannabis spp. por meio das redes sociais digitais dos diferentes perfis de coletivos. Esses procedimentos são descritos a seguir: a) Análise documental: documentos da Anvisa (notas, regulamentos etc.), documentos e relatórios das audiências e consultas públicas sobre regulamentações para o canabidiol, textos de lei (constituição federal, leis, decretos etc.), documentos produzidos pelos coletivos etc. Para tal fim, faremos uso do software Iramuteq. b) Netnografia e análise de conteúdo das postagens públicas: o intuito é analisar as interações e exposições dos coletivos nas redes sociais, dos membros entre si e como estes reagem às postagens. Coleta será realizada de agosto a dezembro de 2020. c) Entrevistas: as entrevistas semiestruturadas serão realizadas em outubro e novembro de 2020 com representantes dos coletivos e membros indicados por esses representantes. Todos os participantes serão maiores de 18 anos. Essas entrevistas serão realizadas via Skype, sendo gravadas para consultas posteriores dos pesquisadores para coleta de dados da pesquisa. Entretanto, a escolha de se utilizar os recursos de áudio e vídeo ou somente áudio fica a cargo do entrevistado, deixando o responder aos questionamentos do roteiro da forma que se sentir mais confortável.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os pesquisadores apresentaram os seguintes documentos:

- 1- Formulário da Plataforma Brasil: em conformidade;
- 2- Folha de rosto: em conformidade;
- 3- Projeto de pesquisa: em conformidade;
- 4- Cronograma: em conformidade;
- 5- TCLE: em conformidade;
- 6- Roteiro de entrevista: em conformidade.

**Recomendações:**

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br





Continuação do Parecer: 4.092.931

assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site [www.cep.ufv.br](http://www.cep.ufv.br)). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1543271.pdf	01/06/2020 16:26:07		Aceito
Outros	CartaResposta.docx	01/06/2020 16:24:50	Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_modificado.docx	01/06/2020 16:20:04	Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues	Aceito
Cronograma	cronograma_modificado.docx	01/06/2020 16:19:20	Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_modificado.docx	01/06/2020 16:18:29	Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_modificado.pdf	01/06/2020 16:17:52	Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	roteiro_entrevista.docx	20/04/2020 17:43:43	Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	20/04/2020 17:43:25	Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues	Aceito

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.092.931

Cronograma	cronograma.docx	20/04/2020 17:42:53	Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	20/04/2020 17:42:36	Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

VICOSA, 17 de Junho de 2020

**Assinado por:**

**Maria da Conceição Aparecida Pereira Zolnier  
(Coordenador(a))**

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br

## ANEXO B – Roteiro de perguntas das entrevistas semiestruturadas

### **Para representante da associação:**

Dados pessoais:

1. Nome:
2. Profissão:
3. Onde vive:
4. Relação com o canabidiol:
5. Página do Facebook:
6. Perfil do Instagram:
7. Nome fictício:
8. Função dentro da associação:

Perguntas sobre a relação com o canabidiol:

1. Como descobriu o canabidiol?
2. O que te motivou a se associar? Quando ocorreu?
3. Como a associação contribui para o acesso dos associados à substância?

Perguntas sobre a associação:

1. O que motivou criação da associação? Quando e como ocorreu?
2. Qual é o principal objetivo da associação hoje?
3. Como é composta a equipe principal da associação? Funções e profissões?
4. Quais os meios de comunicação da associação com a sociedade?
5. Quem é responsável pelo setor de comunicação e como são produzidos os conteúdos?
6. Qual a opinião da associação sobre o autocultivo e produção caseira do óleo?

Sobre o conhecimento nas redes sociais:

1. A associação tem o hábito de compartilhar informações de cunho científico nas redes sociais?
2. Quais fontes (pesquisadores, grupos de pesquisa, revistas, jornais, televisão, internet, textos científicos etc.) contribuem para a criação de conteúdo sobre a cannabis para as redes sociais da associação? Como é o processo de triagem das informações que são publicadas ou não no portal?
3. Qual a posição da associação diante da possibilidade de produção e compartilhamento de conhecimento científico nas redes sociais?
4. Quem é responsável por produzir ou selecionar esse conteúdo de cunho científico? Qual a profissão dessa pessoa?
5. Diante de reações negativas, preconceituosas ou desrespeitosas nas redes sociais, como a associação se posiciona?

**Para membros:**

## Dados pessoais:

1. Nome:
2. Profissão:
3. Onde vive:
4. Relação com o canabidiol:
5. Página do Facebook:
6. Perfil do Instagram:
7. Nome fictício:

## Perguntas sobre o canabidiol:

1. Como descobriu a cannabis medicinal?
2. Você lida com a planta? Se sim, em que formato (óleo, capsulas, pomada, fumo, etc.) e para que finalidade?
3. Como você tem acesso à planta ou aos seus derivados (importação, grupo de compra coletiva, associação, autocultivo etc.)?
4. Você possui algum tipo de acompanhamento médico ou terapêutico? Como funciona?
5. Qual sua opinião sobre o autocultivo e produção caseira do óleo?

## Sobre o conhecimento nas redes sociais:

1. Você já teve acesso conhecimentos científicos sobre a Cannabis e o canabidiol por meio das redes sociais? Se sim, conte-nos sua experiência.
2. Quão confiáveis você diria que são as informações compartilhadas no grupo ou no perfil das associações? Quando você desconfia de algo postado, o que você costuma fazer?
3. Alguma vez você teve suas dúvidas respondidas por alguma postagem? Ou postou sua dúvida e alguém respondeu? Como foi essa experiência?
4. Você acredita que a falta de conhecimento sobre o canabidiol é um fator gerador do preconceito e até de reações negativas e desrespeitosas nas redes sociais? Já enfrentou situações desse tipo? Como foi?